

esboços

histórias em contextos globais

DOSSIÊ

**História digital e global: novos horizontes para a
investigação histórica**

2020
maio/agosto

V. 27
N. 45

ISSN
2175-7976





esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo César Balthazar

Vice-Reitora

Alacoque Lorenzini Erdmann

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Miriam Furtado Hartung

Vice-Diretor

Rogério Luiz de Souza

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Lucas de Melo Reis Bueno

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –
Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>
ISSN 1414-722x
E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
Dialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals

Diadorim - Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos - CAPES

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Scopus

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITORA-CHEFE

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Fábio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Rodrigo Bragio Bonaldo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fortes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai
Andrea de Souza Lobo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia
Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil
Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil
Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia
João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha
Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda
Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia
Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil
Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil
Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha
Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina
Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra



ESTAGIÁRIOS

Allana Letticia dos Santos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Henrique Cintra Santos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Henrique Etges, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Isa Maria Moreira Liz, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Keicy Salustiano da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CAPA

Pablo Figueiredo

PROJETO GRÁFICO

Lara Benedet
Pablo Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO

João Carlos Furlani – Editora Milfontes

REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMALIZAÇÃO

Algo Mais Soluções Editoriais
Allana Letticia dos Santos
Henrique Cintra Santos

REVISÃO DE INGLÊS

Dermeval de Sena Aires Junior

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História - UFSC

AVALIAÇÃO DOS ORIGINAIS

Visando garantir a qualidade e idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos autores.

ESBOÇOS


Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900
Telefone: + 55 48 3721 4136
Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>
E-mail: esbocos@contato.ufsc.br
ISSNe 2175-7976
Periodicidade: Quadrimestral




NUNCA FOMOS TÃO ÚTEIS

We have never been so useful


Anita Lucchesi^{ad}

 <https://orcid.org/0000-0002-8523-111X>
E-mail: anita.lucchesi@uni.lu

Pedro Telles da Silveira^{bd}

 <https://orcid.org/0000-0001-7576-5241>
E-mail: pedrotellesdasilveira@gmail.com

Thiago Lima Nicodemo^{cd}

 <https://orcid.org/0000-0002-1588-0683>
E-mail: tnicodem@unicamp.br

^a University of Luxembourg, Luxembourg Centre for Contemporary and Digital History, Esch-sur-alzette, Luxembourg

^b Pesquisador autônomo, Porto Alegre, RS, Brasil

^c Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, SP, Brasil

^d Organizador do dossiê “História digital e global”

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

Desde o início deste ano, 2020, agravando-se nas últimas semanas, vivemos uma situação única e inesperada. A emergência do novo coronavírus, primeiro na China e, depois, ao redor do mundo, escancarou que nossa existência é marcada por ritmos que produzem sincronias e dessincronias em escala global, seja pela uniformização das experiências frente ao cotidiano de quarentena, no qual o digital se torna quase o único meio de comunicação e existência, seja por silenciamentos, mortes e apagamentos de agentes sociais menos favorecidos e marginalizados. Ferramentas e aplicativos de *home office*, opções de entretenimento, boa parte do contato familiar e, mais importante ainda para milhares de historiadores e historiadoras ao redor do mundo que tiveram a sorte de não perder seus empregos devido à suspensão das aulas, o ensino também se tornou online, conjurando o fantasma – simultaneamente receio e possibilidade – do ensino à distância para nosso cotidiano. Essa é uma experiência, em suma, que atravessaremos ao mesmo tempo sozinhos e conectados.

Em matéria recente publicada no *El País*, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2020), sugere a ideia do vírus não como promotor de novidades, mas como uma espécie de catalizador de todas as mudanças que já vinham acontecendo globalmente na dinâmica do capitalismo tardio. A automação acelerada pela inteligência artificial e a “uberização” vinham produzindo alterações profundas no sentido da precarização e, quem sabe, o fim de grande parte dos trabalhos formais. Também podemos falar em transformações profundas na dinâmica política das sociedades gerada pelas novas formas de militância nas e através das redes sociais, que têm nas chamadas *fake news*, no adensamento do discurso do ódio e na manipulação eleitoral via algorítmica as suas facetas mais visíveis. A perda de legitimidade da democracia e das formas políticas consolidadas no ocidente desde a revolução francesa está também relacionada com o descrédito na ciência e no conhecimento verificável empiricamente. Também podemos falar em mudanças nas formas de sociabilidade, nas relações amorosas, dentre tantas outras esferas.

Estas linhas de força, na visão de Byung-Chul Han (2020), tendem apenas a se agravar durante a quarentena. O exemplo das aulas à distância neste caso é bastante elucidativo. Será mesmo que os professores, as salas e os alunos voltarão à certa “normalidade” após o surto pandêmico? Serão eles, após a pandemia, os mesmos professores, as mesmas salas de aula e os mesmos alunos? Não seria forçado supor que provavelmente menos espaços voltarão a ser físicos; teremos então menos salas de aula reais e mais salas virtuais num eventual retorno. O mesmo se pode dizer das relações sociais e amorosas, do supermercado, do trabalho presencialmente orientado, no geral. Mesmo que haja uma volta a certo estado de “normalidade”, estes hábitos produzidos em simbiose por homens e máquinas algorítmicas deixarão marcas profundas em nossa estrutura psíquica, moldando formas de atenção, desejos, culpas, impulsos, sentimentos e ressentimentos. “O vírus isola e individualiza”, pontua o filósofo sul-coreano, em debate franco com o otimismo de Slavoj Žižek que nutre a esperança de uma revisão profunda no capitalismo, ou até em uma “revolução”, diante da pandemia.

Assim, mesmo concebido num momento em que a realidade pandêmica habitava apenas as distopias mais audazes da ficção científica contemporânea, os temas trazidos à tona por este dossiê procuram dar conta, de forma inovadora, da transformação em curso, atentando particularmente para as interações entre a História Global e as Humanidades Digitais. Lidos no conjunto, os trabalhos trazem reflexões

que nos ajudam a compreender melhor o que pode fazer a história frente a essas transformações, de maneira que, com o passar dos meses, desde a chamada para os trabalhos, as submissões, o processo de avaliação por pares e o cuidadoso trabalho editorial, essa empreitada tomou uma relevância ainda maior.

RUMO A UM NOVO INVENTÁRIO DE APRENDIZAGENS E PRÁTICAS

A reverberação da virada digital e da aceleração das transformações, na sociedade e no mundo da pesquisa, perpassa vários textos neste volume da *Esboços*. Esses desdobramentos e suas consequências para o ofício do historiador são justamente o tema abordado pelo artigo de Alexandre Fortes e Leandro Guimaraes Marques Alvim (2020). Os autores apresentam uma série de elementos que, com o desenvolvimento tecnológico, interferem no modo fazemos história. Fortes e Alvim dão destaque para a popularização de metodologias advindas do campo da Inteligência Artificial e as possibilidades que trazem para a oficina da história, desafiada pela profusão de dados digitais. O texto se estrutura com argumentos de longa tradição da teoria e a metodologia da história e os problemas relacionados à crítica das fontes. Em diálogo com debates que precedem mesmo o surgimento e a popularização da Internet, como as noções de evidências diretas e indiretas em Marc Bloch ou o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, os autores iluminam a relação entre a “classificação racional de informações”, inerente ao trabalho dos historiadores, e o “processamento de linguagem natural (ou social)” que os cientistas da computação desenvolvem desde meados do século passado. A última seção do texto traz uma apresentação mais detalhada de técnicas como a Identificação de Autoria; a Modelagem de Tópicos e Extração da Informação em projeto de história digital.

A utilização de técnicas como estas, também ditas de “leitura distanciada”, tem se popularizado com o aumento do volume e da velocidade com que os dados digitais chegam ao *desktop* dos historiadores. Bruno Grigoletti Laitano (2020) versa sobre essa velocidade em um texto de ritmo igualmente ligeiro, com reflexões de profunda relevância para a epistemologia da história. No tom de uma conversa amistosa, Laitano traz reflexões oriundas de suas experiências e leituras em um momento de formação que se dá propriamente neste período de transição da cultura alfabética/impressa para a cultura digital. O autor coteja suas impressões de jovem historiador ao que intelectuais da “velha guarda”, como Anthony Grafton e Emmanuel Ladurie, vêm considerando sobre o mundo digital, numa perspectiva crítica do digital. A sensação de “assintonia” muitas vezes sentida entre a disciplina e o digital por aquela geração de historiadores é problematizada através do conceito de “atualismo”, que o autor busca em Valdeci Lopes de Araujo e Mateus Henrique de Faria Pereira.

A prosa de Laitano segue neste rumo, discutindo as disrupções tecnológicas e as fricções entre o digital e a disciplina histórica com ponderações importantes sobre a presença dos historiadores em iniciativas na Internet e seu significado social em um período em que, para variar, as humanidades estão em crise. O tema é discutido mais a fundo por Miguel Barboza Castro (2020), que vai abordar os usos do passado sensível em projetos que ganham vida no ambiente digital, como o “Brasil Nunca Mais Digital” e o “eva.stories”. Castro evoca as discussões da história pública, resgatando essa ligação íntima entre o digital e o público. O autor reflete



sobre a intervenção pública dos historiadores a respeito da memória de eventos traumáticos, como a Ditadura Civil-Militar no Brasil e o Holocausto, pensando o ambiente digital como terreno para reflexão, mas também espaço para um “exercício de empatia”. O texto nos convida a pensar sobre a expressividade da mídia digital na representação do passado, e projetarmos como, no futuro, contaremos as histórias de hoje, tão mediadas por este digital.

Diante da escalada dos negacionismos que vivemos hoje, o texto de Castro é uma janela para respirarmos e pensarmos, juntos e em público, como nós historiadores podemos atuar na era digital para garantir o respeito à memória, a busca pela verdade e a justiça social. Nessa mesma direção, o texto de Vagner Silva Ramos Filho (2020) nos convida a olhar para a memória do cangaço brasileiro. O tema do passado sensível e de como vivemos o *boom* de memória nesses tempos digitais é ulteriormente explorado por Ramos Filho, em uma balada virtual pela memória do cangaço que se detém, mais demoradamente, sobre um elemento específico: a fotografia. O autor discute papel da fotografia como meio de agenciamento da memória pública e como as imagens do cangaço em arquivos públicos, pessoais e digitais são uma expressão disso. Ao refletir sobre a fotografia no ambiente digital, Ramos Filho aponta para a necessidade de observarmos as especificidades desse meio, chamando atenção para a “diferenciação pouco considerada entre a foto, a foto da foto, ou até a foto da foto digitalizada”.

Sempre tratando da especificidade do ambiente digital, e de apresentar o passado neste cenário, Pedro Toniazzo Terres e Lucas Tubino Piantá (2020) discutem a Wikipédia enquanto um caso exemplar de como o conhecimento vem sendo tratado no século XXI. Os autores dão especial atenção para as histórias digitais que ganham vida em uma das maiores plataformas coletivas globais de todos os tempos. Preocupados com o modo como o conteúdo de história se coloca no ambiente multilinguístico da plataforma, Terres e Piantá analisam uma seleção de artigos em suas versões anglófona e lusófona, fazendo um escrutínio das disputas e interesses que concorrem a uma audiência potencialmente global. A análise toma os verbetes como objetos de estudo da historiografia e expõe as batalhas simbólicas que se estabelecem na construção da enciclopédia.

Outro objeto que nos remete aos públicos globais são os museus digitais, tão comentados como destinos virtuais durante o período de isolamento e *lockdown* experimentado em todo o mundo em face à pandemia do Covid-19. O texto de Alexandros Teneketzis (2020) vai tratar de como a História da Arte tem explorado os recursos digitais, como as tecnologias semânticas, realidade aumentada computação onipresente em museografia, desde o armazenamento, gerenciamento das obras de arte até a apresentação ao público. O autor constrói um estudo de caso, observando como instituições culturais gregas, mais especificamente, têm feito usos dessas tecnologias. O estudo chama atenção para como o componente digital pode atuar como um condicionador da experiência museográfica, na produção e consumo das exposições, como quando determinados conteúdos são deslocados dos corredores dos museus para outros espaços, como a casa de um visitante, ou uma sala de aula.

Na esteira sugerida por Teneketzis, sobre o potencial do digital para a abordagem da cultura, do patrimônio e da educação, outro texto que nos leva a refletir detidamente sobre o digital e suas interfaces com o ensino é o de Renato Pinheiro da Costa e Leonardo Zenha Cordeiro (2020). Discutindo a formação de professores no contexto amazônico, os autores nos apontam que “nem tudo são flores” nesse campo.

É preciso mitigar, desnaturalizar e contextualizar a tecnologia. O texto problematiza vários aspectos da integração das tecnologias digitais à formação de professores e as expectativas em torno do digital. Em que pesem as muitas vantagens do advento digital para a educação, Costa e Cordeiro pontuam desigualdades históricas em termos de desenvolvimento e integração na Amazônia (mas não só) que permanecem e se apresentam como entraves para o acesso universal e de qualidade a equipamentos, conexão à rede, mas também, formação. Além desta debilidade em termos de infraestrutura, outra questão que se coloca, igualmente dependente de investimentos e políticas públicas, é justamente a carência de ofertas de formação.

Por fim, o tema dessa dicotomia do acesso e da suposta democratização que a Internet supõe, é também explorado, por outro viés, no texto de Valérie Schafer (2020). A autora discute a contradição entre as reflexões de historiadores da Internet sobre essa tecnologia, considerada aprioristicamente global e capaz de cruzar fronteiras, com abordagens que, por focar mais casos de estudos nacionais e locais, contribuem para uma perspectiva histórica mais “glocal” do que global. O paradoxo, segundo Schafer, se dá pela necessidade de identificar as trajetórias diferentes da tecnologia em distintos contextos nacionais, sociais, políticos e econômicos. Para a historiadora, essa tendência pode ser uma resposta para uma história da Internet que por muito tempo foi predominantemente marcada pelo enfoque nos Estados Unidos e que, talvez, pela inclusão de outros contextos possa, finalmente, ganhar novos tons, que permitam historicizar a Internet de uma forma plural, além do Vale do Silício.

No seu conjunto, os textos apresentados aqui trazem alguns temas que os atravessam, demonstrando preocupações e problemas mais amplos na relação entre a historiografia e as tecnologias digitais. O primeiro é o conjunto de habilidades que historiadoras e historiadores têm de aprender para navegar esta nova situação, como demonstrado por Fortes e Alvim (2020). Entretanto, o tema se relaciona a outra questão, explicitada na contribuição Laitano (2020), como vimos acima, qual seja, os impactos do “digital” para a figuração do que é ser historiador na atualidade. Durante muito tempo, estivemos acostumados a pensar na história como um *métier*, um processo que, apesar de metodologicamente controlado, é subjetivo. As tecnologias digitais trazem outro ritmo de pesquisa e divulgação, mais acelerado, mas também levantam questões que antes não ocupavam os historiadores, como o caráter privado das ferramentas utilizadas e das fontes que servirão para a pesquisa histórica futura. As tecnologias digitais são adições bem-vindas à oficina historiográfica, mas não deixam de desafiar sua própria constituição.

Pode-se acrescentar, também, que o impacto das novas tecnologias ressalta o lugar problemático do “digital” no conjunto da historiografia. Seriam essas novas ferramentas e métodos exclusividades do historiador digital? Ou são habilidades que podem ser facultadas a todos os profissionais da historiografia? Aqui, o que está em jogo não é apenas se a história digital é uma subdisciplina da historiografia ou se toda história, como já foi dito, se tornará história digital, mas qual o lugar da especialização quando o digital é uma condição que ultrapassa a fronteira entre os saberes e os transforma. Além disso, deve-se considerar qual o papel do conhecimento especializado quando se prevê que os historiadores trabalharão em redes colaborativas formadas pelos mais diversos profissionais, como programadores e cientistas da computação, *designers* e *webdesigners*, arquivistas e analistas de sistemas, comunicadores e influenciadores digitais, para não mencionar especialistas em políticas públicas e administradores nos setores público e privado.

Junto a isso, os limites do “histórico”, como evidenciado em diversas contribuições nesta edição parecem cada vez mais difíceis de serem contidos na disciplina histórica. Nos casos estudados pelos autores – a difusão do conhecimento histórico na Wikipédia e a circulação *online* das imagens referentes ao cangaço e à morte de seu mais famoso representante, Lampião –, a memória cultural é necessariamente multiplataforma, ao mesmo tempo que é domínio de outros agentes que não os historiadores de formação. Isso também é perceptível na contribuição de Alexandros Tenektzis (2020), que enfoca especificamente o impacto das mídias digitais para a história da arte.

Outra questão ainda não respondida, mas esboçada no conjunto dos textos, em especial é se podemos considerar que as tecnologias digitais contribuem para a formação de um meio historiográfico global. Essa questão deve considerar ao mesmo tempo a influência das novas tecnologias, as quais facilitam o contato entre pesquisadores em diversos lugares do mundo, e a manutenção ou agravamento das desigualdades de acesso que dificultam essa mesma comunicação. As histórias futuras da internet e as histórias futuras escritas com auxílio da internet, como as diversas abordagens da história digital, necessitarão explicitar os laços mais amplos que o digital como objeto e como método tem com uma história que é cada vez mais global. Ainda que o desenvolvimento da computação e da internet tenham sido feitos em contextos nacionais, seus desdobramentos são ocasião privilegiada para compreender que o global não é, como já argumentou Sebastian Conrad (2016), apenas a soma de histórias locais, mas um encaixe complexo no qual os elementos se influenciam reciprocamente. Esta mirada estrutural para o global tem um de seus pontos de ancoragem no digital, lançando-lhe um olhar sobre o passado – afinal, a digitalização de fontes em arquivos nacionais diversos não é uma das principais facilidades concedidas pela digitalização para os historiadores? –, mas também impondo desafios para o futuro: como garantir que essa vitalidade e aproximação continuem, especialmente no contexto de forte ataque às humanidades e fechamento da internet em plataformas proprietárias, trazendo dúvidas sobre a conservação dos registros que atualmente produzimos com tamanha abundância. Em outras palavras, em que medida o digital nos aproxima efetivamente ou nos hierarquiza num meio acadêmico globalmente competitivo?

HISTORICIZAR IMPORTA

Muitas perguntas permanecem abertas e, a história, enquanto disciplina, talvez seja a que mais tomou para si o desafio de pensar as transformações nas sociedades e, para isso, projeta grande importância no estatuto da evidência, do documento histórico. As mudanças que observamos nos gestos e ferramentas dos sujeitos envolvidos na escrita da história também estão sendo historicizadas e nos ajudarão, pelo menos, a começar a responder as perguntas que se multiplicam nesses tempos incertos. A produção técnica e tecnológica, aliás, sempre teve um papel fundamental nesse sentido gerador de evidências, pois tem uma condição inexorável de marcador temporal, testemunha de uma passagem do que deixou de ser para o que então é. Os historiadores sempre estiveram atentos, portanto, à passagem e transformações das mídias, seja na disseminação do impresso, na prevalência da imagem impressa reinventada na técnica fotográfica, do registro sonoro gravado ou do seu transcurso no espaço por ondas eletromagnéticas.



O desenvolvimento e surgimento de novas tecnologias da memória, porém, não afeta apenas a produção dos registros das atividades humanas. Essas mudanças interferem também, e de forma profunda, no modo como se dá o consumo destes registros, inclusive por nós historiadores. Do mesmo modo, a história que produzimos e sua recepção encontram outras expressões. A história pública, que também interpela a leitura deste dossiê e ganha outras formas no ambiente digital, é um exemplo disso. Continuamos a escrever para os nossos pares, de certo, mas, paulatinamente, os vários públicos e formas de representar o passado e disseminar o conhecimento histórico nos convidam a fazer história com essas diferentes recepções, sujeitos e ferramentas em mente. A condição técnica tem, historicamente, um papel central nisso, como deu provas a revolução desencadeada pela prensa de tipos móveis de Johannes Gutenberg. A particularidade do momento que vivemos hoje, porém, é o imediatismo e o potencial global que a rede mundial dos computadores traz consigo, tornando esta perturbação mais explícita e mais rapidamente compartilhada e debatida na nossa comunidade de práticas.

Os textos aqui reunidos podem ser considerados um snapshot das práticas, das inquietações e dos objetos que emergem dessas transformações e incertezas, numa perspectiva global. Os trabalhos discutidos neste dossiê provam de que a digitalização veio para ficar e condicionam nosso fazer. Num contexto cada vez mais frenético de produção de registros por meio dessas mídias aqui citadas, e de tantas outras, os historiadores e os arquivistas se consolidaram como profissão frente ao ato de escolher o que deve ser guardado e porquê, depois que as coisas perdem o sentido para as quais foram originalmente concebidas. Os vestígios devem ser guardados porque contam histórias.

Essas questões se tornam mais relevantes durante a atual pandemia, quando percebemos em nossa vivência diária o impacto de um mundo em transformação, ao mesmo tempo, como já dito aqui, mais global e mais digital. Embora seja ainda incerto que memória será construída do atual momento, assim como as histórias que serão escritas sobre ele, resta a certeza que, quando voltamos às ruas, aos arquivos e às salas de aula, as contribuições publicadas aqui e as reflexões propostas sobre o atual estado da prática historiográfica feito por seus autores serão parte do repertório que os historiadores terão para construir sua prática futura.

No meio de uma sensível crise das humanidades, parece haver uma demasiada hesitação dos seus próprios sujeitos para afirmar que ainda somos úteis ao mundo. Talvez a resposta mais contundente nos apareça ao olharmos para frente, e não para trás, já que a história segue sendo a ciência do tempo, do mundo em transformação. Olhando por esse ângulo, à luz dos textos aqui apresentados e do esforço dos organizadores e comissão editorial, podemos afirmar: nunca fomos tão úteis.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Miguel Barboza. Usos do passado sensível no ambiente digital: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o projeto “eva.stories”. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 249-263, maio/ago. 2020.

CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.



CORDEIRO, Leonardo Zenha; COSTA, Renato Pinheiro da. Problematizações das tecnologias digitais na formação de professor de história no contexto amazônico. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 228-248, maio/ago. 2020.

FORTES, Alexandre; ALVIM, Leandro Guimarães Marques. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 207-227, maio/ago. 2020.

HAN, Byung-Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung Chul-Han. *El País Brasil*, 22 de março de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>. Acessado em: 29 abr. 2020.

LAITANO, Bruno Grigoletti. (Con)figurações do historiador em um tempo marcado pela disrupção tecnológica. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 170-186, maio/ago. 2020.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. Imagens de um passado sensível: formas de memória do cangaço em arquivos públicos, pessoais e digitais. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 306-328, maio/ago. 2020.

SCHAFER, Valérie. Global Technologies, Glocal Approach: A False Paradox. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 286-305, maio/ago. 2020.

TENEKETZIS, Alexandros. Exploring the Emerging Digital Scene in Art History and Museum Practice. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 187-206, maio/ago. 2020.

TERRES, Pedro Toniazzo; PIANTÁ Lucas Tubino. Wikipédia: públicos globais, histórias digitais. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 264-285, maio/ago. 2020.

NOTAS

AUTORIA

Anita Lucchesi: Mestre. Doutoranda, University of Luxembourg, Luxembourg Centre for Contemporary and Digital History, Esch-sur-alzette, Luxembourg.

Pedro Telles da Silveira: Doutor. Pesquisador autônomo, Porto Alegre, RS, Brasil.

Thiago Lima Nicodemo: Doutor. Professor adjunto, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Maison des Sciences Humaines, 11, Porte des Sciences, L – 4366, Esch-Belval, Luxembourg.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 12 de maio de 2020

Aprovado em: 15 de maio de 2020

Como citar: LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Nunca fomos tão úteis. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 161-169, maio/ago. 2020.






(CON)FIGURAÇÕES DO HISTORIADOR EM UM TEMPO MARCADO PELA DISRUPÇÃO TECNOLÓGICA

Historians' (con)figurations in times marked by technological disruption

Bruno Grigoletti Laitano^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2674-6711>

E-mail: bruno.grigoletti.laitano@gmail.com

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo observar algumas das práticas que podem ser incorporadas pelos historiadores ante as possibilidades da chamada “era digital”. Analisamos, em parte, a relação das ciências humanas com os computadores, entendendo-a como um exercício de entusiasmo e de conservação, na medida em que as tecnologias são tomadas ora como uma potência de futuro, ora como a responsável pela dissolução do nosso campo profissional. Trabalhamos, também, com certas pressões sofridas pela disciplina histórica e o conseqüente anseio por se atualizar, tendo em vista o recente estudo de Valdei Araujo e Mateus Pereira acerca do “atualismo”. A disrupção tecnológica parece estar formando novas identidades para a história e para os historiadores, sendo capaz de alargar as suas fronteiras e reinventar as suas tradições. Projetos criados para a internet, por exemplo, de canais no YouTube a *podcasts*, surgem como novas formas de atuação, e representam as (con)figurações do historiador em um tempo marcado pela inovação. Por fim, discutimos brevemente a disciplinação de novos campos ou movimentos teóricos, como são os casos das humanidades digitais e da história digital. Há razão em circunscrever o digital em limites disciplinares? Argumentamos que as recriações digitais do passado, estimuladas pelo que há de mais sofisticado no universo das novas tecnologias, devem inspirar a imaginação histórica, estando sempre desprendidas dos imperativos da disciplina.

PALAVRAS-CHAVE

História Digital. Humanidades digitais. Novas tecnologias.

ABSTRACT

This article seeks to examine some practices that can be incorporated by historians considering the possibilities of the digital age. We analyze, on the one hand, the linkage between humanities and computers, understanding it as an exercise of enthusiasm and conservation, as far as technologies are either approached as future possibilities or held responsible for the dissolution of our professional field. We also address, on the other hand, certain pressures suffered by history as a discipline and the consequent desire for being updated, in view of a recent study by Valdei Araujo and Mateus Pereira regarding “updatism”. Technological disruption seems to be shaping new identities for history and historians, while enlarging the frontiers of the history and reinventing its traditions. Internet projects, for example, from YouTube channels to podcasts, are emerging as new outlets for professional action and represent the (con)figurations of historians in times marked by innovation. Lastly, we briefly discuss the discipline of emerging theoretical fields or movements such as digital humanities and digital history. Is there any reason to restrict the digital sphere to disciplinary boundaries? We argue that digital recreations of the past, stimulated by highly sophisticated technologies, must inspire historical imagination, while remaining always untied to disciplinary imperatives.

KEYWORDS

Digital History. Digital humanities. New technologies.

Em um encontro casual com velhos amigos, parcerias semanais de uma boa cerveja, fui questionado sobre a minha própria profissão e a sua reação ante a internet. “Vocês devem estar pirando, né?”, ouvi enquanto reparava a fumaça do quentão irromper na panela fervente. A interrogação me pegou de surpresa e rendeu uma longa discussão, sobre a qual voltarei mais adiante. Terminado o ensino médio, cada um dos meus companheiros seguiu um caminho diferente, das exatas à saúde, da filosofia às artes, razão pela qual sempre conversamos sobre os nossos cursos, nossa satisfação (ou não) com escolhas tomadas no calor da formatura, das provas finais, dos vestibulares. Independentemente da bebida nos copos, a pergunta sempre vem: “E aí, tá curtindo o curso?”. Sempre respondo de maneira afirmativa, não sei se para evitar demonstrações de desgosto com a minha opção, defendê-la diante de pessoas que decidiram seguir trajetórias de maior prestígio, por áreas de grande notoriedade, enquanto eu, que sempre conquistei as melhores notas entre o meu grupo, agora estou preso em um mundo de incerto sucesso, quase sempre fadado aos baixos salários e ao desprezo do poder público. Evito tornar esse sentimento de injustiça uma evidência, e apenas revido com a mesma dúvida: “E tu, tá gostando das tuas aulas?”. Acontece que, na ocasião que descrevi logo nas primeiras linhas, a conversa surgiu de outra forma. Já não queriam saber se eu estava me divertindo com algumas centenas de páginas de textos pouco atraentes, mas como eu e meus colegas de curso observamos o fenômeno da internet. Pela primeira vez em tantos encontros, o nosso bate-papo profissional ganhava contornos sólidos. A resposta não poderia ser a mesma de sempre, não seria sensato dizer que estava tudo bem, “nem pensamos muito sobre o assunto”, “isso aí não é conosco”, “sim, tô curtindo o curso”. A discussão se estendeu por alguns bons minutos, o que nos obrigou a comer os restos gelados do jantar, quase inteiramente devorado por aqueles que, conscientemente ou não, se abstiveram da conversa que monopolizava a cozinha. Não saberia dizer se por formalismo, vício universitário ou pelo desespero com a produtividade científica, mas, já nas últimas gotas de saliva, o debate lentamente arrefecendo, pensei comigo mesmo que aquela conversa poderia virar um artigo. As páginas seguintes são, pois, uma tentativa de transformá-la em um texto acadêmico, com a infeliz ressalva de que o leitor não poderá acompanhá-lo com a cerveja, o quentão e os salgadinhos que energizavam o nosso palavratório.

§

Certa feita, em meio a tilintares e conversas paralelas do congresso anual da American Historical Association, um famoso historiador pregou a sua tese para o futuro da disciplina. De acordo com Anthony Grafton (2014), em uma curta entrevista para a *History News Network*, canal da Universidade George Mason no YouTube, a nova geração de historiadores será obrigada a incorporar competências informacionais. Deverá dominar códigos e linguagens de programação, e poderá perder o contato com fontes materiais, na medida em que passará a produzir livros em formato e plataformas digitais. Para Grafton, um intelectual da “velha guarda”, professor universitário desde os anos 1970, os novos tempos exigirão da história a capacidade de se adaptar ao digital, habilidade que não fazia parte do repertório curricular que o formou há algumas boas décadas. Apesar da ênfase, Grafton não é o primeiro historiador a idealizar um futuro digital para a disciplina. Em 1968, na revista *Le Nouvel Observateur*, o francês Emmanuel Le Roy Ladurie afirmava que “o historiador de amanhã será programador

ou não será”. Essa crença, diga-se de passagem, deu forma ao seu mandato à frente da Biblioteca Nacional da França, entre 1987 e 1993, quando promoveu uma série de iniciativas de informatização de uma das principais instituições da intelectualidade francesa, inaugurando salas equipadas com computadores de última geração (LEMNY, 2017). Entre os prognósticos de Ladurie e Grafton, existe um intervalo de quase cinquenta anos. Centenas de historiadores e historiadoras formaram-se ao longo dessas décadas, diversos trabalhos foram publicados, variados debates tomaram conta da academia e transformaram as suas tradições. Porém, talvez nem sequer aconteça ainda o ensino de linguagens de programação em cursos de graduação e pós-graduação em história, e uma grande parcela da nossa comunidade permanece familiar aos empoeirados arquivos e às amareladas fontes históricas. Para a frustração de Ladurie, o historiador do seu futuro (ou seja, do nosso presente) não é um programador. No entanto, conjecturas como a sua ainda figuram entre o imaginário da disciplina, alimentadas pelo incessante desenvolvimento tecnológico que caracteriza o nosso tempo. Não à toa, apesar do revés do francês, Grafton insiste em projetar um futuro digital para a história e para os historiadores. As “novas tecnologias”, que nunca parecem deixar de ser novidades, seguem sofisticando-se, seguem recebendo novas atualizações, seguem descontinuando velhos hábitos humanos e abrem alas a um porvir digno dos melhores livros e filmes sci-fi.

Profecias como essas não são de todo estranhas ao leitor atento às tendências do tempo histórico contemporâneo, marcado pelo fenômeno do atualismo (ARAUJO; PEREIRA, 2019). Unidos da ferramenta Google Ngram Viewer,¹ Valdeci Lopes de Araujo e Mateus Henrique de Faria Pereira (2019, p. 131-180) demonstram a derrocada de conceitos tipicamente modernos, como “revolução” e “progresso”, em detrimento da dilatação da palavra “atualização” e suas variações. A partir de uma análise dos diversos usos dessa expressão que subitamente irrompe no bê-á-bá setentista, chegam à conclusão parcial de que “a pressão por estar atualizado ganha os contornos de uma ideologia, na medida em que parece dar sentido a uma visão conjunta da realidade” (ARAUJO; PEREIRA, 2019, p. 180). É como se fôssemos apartados da própria temporalidade, sendo necessário recuperar o seu passo, atualizar-se em razão da próxima novidade sob o risco da obsolescência. Parece impossível abdicar da sintonia com o que há de mais inovador, logo substituído por outra versão mais atualizada. O sentimento de ser/estar obsoleto é uma consequência imediata da superação pela própria temporalidade: o presente acelerou-se, tornou-se futuro e nos abandonou, como um sistema operacional desatualizado cujas funções permanecerão comprometidas até estar up to date. Cabe a observação de que se trata de um fenômeno, de marcas que nos atraem, não de um tólos que nos consome, que reduz o humano às suas pretensões. O fato é que parece influenciar o pensamento de intelectuais como Ladurie e Grafton, entre tantos outros, e a sua percepção sobre o digital e a disciplina, como se ambos estivessem em plena assintonia. A história e os historiadores estão desatualizados, e a sua nova versão depende da incorporação de competências informacionais, do trato com dados e códigos com os quais não estamos habituados – ou melhor, que não nos foram apresentados ao longo de nossa formação, razão pela qual nos julgamos culpados pelo próprio sentimento de obsolescência que acomete a disciplina histórica. Do ponto de vista das profecias, o

¹ Disponível em: <https://books.google.com/ngrams/info>. Acesso em: 29 jul. 2019.

digital é um futuro incontornável: tomar o seu caminho é a única maneira de garantir a sobrevivência da história e de nossa profissão.

O profético não resta solitário na relação entre os historiadores e as novas tecnologias. Para muitos nomes consagrados da historiografia, o digital não é um horizonte de otimismo, de reinvenção do nosso campo, mas uma forma de descaracterizá-lo. Nesse sentido, ainda que certos aspectos do digital sejam abraçados, as tradições humanistas devem ser garantidas, razão pela qual observam, por exemplo, práticas como a leitura e a escrita, fundamentos clássicos das ciências humanas. O historiador estadunidense Robert Darnton (2010, p. 39-59), preocupado com o fenômeno do livro digital e seus efeitos sobre as bibliotecas e o mercado editorial, reconhece que o conceito de informação e a sua própria natureza sofrem uma mudança substantiva, mas não hesita em definir o livro pré-moderno (isto é, a tinta sobre o papel e as brochuras) como o mais eficaz meio de preservação do conhecimento. A tela seria incapaz de substituir os cheiros, os relevos e demais características físicas de um documento ou de uma fonte. Quando assumiu a presidência da American Historical Association, Darnton dedicou-se ao projeto Gutenberg-e, que consistia na recriação eletrônica de teses de doutorado premiadas pela instituição e em sua publicação na internet, promovendo para o grande público o acesso a monografias consagradas.² São iniciativas como essa que revelam, em partes, o que quero dizer com “conservação” (em detrimento das profecias): o digital é encarado como uma realidade, mas não enquanto causa do abandono de princípios ou valores há muito estabelecidos pela disciplina – como é o caso do texto acadêmico e mesmo de sua escrita e leitura. Não à toa, o nome do referido projeto invoca o idealizador dos tipos móveis e da impressão moderna, a marca da tradição, referência acompanhada apenas pela letra “e”, a marca do digital.³ Uma visão semelhante está em Roger Chartier (2002), que também discute o impacto das novas tecnologias sobre as normas disciplinares. No caso da digitalização do acervo de bibliotecas, especialmente antigos jornais e revistas, por exemplo, o historiador francês defende a ideia de que “por mais fundamental que seja esse projeto de digitalização, ele nunca deve conduzir à rejeição ou à destruição dos objetos impressos do passado” (CHARTIER, 2002, p. 28). Há, pois, a intenção de manter vivas as heranças referentes à cultura escrita, bem como as competências clássicas das humanidades. Não se trata de uma recusa deliberada do digital, mas um olhar de desconfiança, de dúvida quanto às suas promessas.

² Disponível em: <http://www.gutenberg-e.org>. Acesso em: 29 jul. 2019.

³ O fato de que marcas analógicas dão sentido ao digital é algo recorrente. Segundo Valerie Johnson e Thomas David (2013, p. 178-179, tradução nossa), “novas tecnologias frequentemente mimetizam a apresentação ou os aspectos de velhas tecnologias. A potência dos motores de automóveis ainda é medida em cavalos; a quantidade de petróleo é calculada em barris; as lanternas, em força de velas. O botão ‘salvar’ em laptops e PCs consiste na figura de um singelo disquete, anos após o desaparecimento desta tecnologia; os e-readers foram concebidos para reproduzir da melhor maneira os livros, do tamanho à forma, passando por funções como virar a página [...]. Assim como o ícone do disquete, novos e-mails são indicados na barra de ferramentas por um pequeno envelope, um símbolo sem qualquer significado em termos eletrônicos”.

DEFINIÇÕES EM ATUALIZAÇÃO

Seja de um ponto de vista visionário, profético, seja de um ponto de vista pessimista, conservador, o digital despontou no horizonte de inquietações das ciências humanas nos últimos anos. No que se refere à sua dimensão instrumental, parece ter sido logo incorporado por pesquisadores em seus diversos ofícios. A emergência dos computadores pessoais e softwares de processamento de texto, por exemplo, permitiu-lhes o abandono das máquinas datilográficas, visto que não havia razão em permanecer produzindo trabalhos acadêmicos em um dispositivo pouco flexível, que nem sequer garante ao usuário a oportunidade de apagar uma frase mal escrita e reescrevê-la. Os e-mails, por sua vez, otimizaram a comunicação entre professores e alunos, facilitando o contato entre toda a comunidade universitária, do envio de artigos a conversas casuais. Mesmo tecnologias mais recentes, como é o caso do Google Drive, já figuram entre nossas ferramentas comuns. Não me recordo de minha última passagem pela xerox do *campus*, leio praticamente todos os textos das disciplinas no computador, uma vez que estão quase sempre armazenados no serviço da Google. Tendo em mente cenários como esses, me pergunto o que nos leva a crer que a história e mesmo as humanidades são intolerantes com o digital. Por que aquele meu amigo pensaria que nós estamos arrancando os cabelos em razão da internet? Afinal, não estamos sempre agregando a próxima novidade ao nosso ofício?

A relação entre as ciências humanas e o universo das tecnologias não é de todo uma novidade. Muitos pesquisadores traçam uma determinada origem das humanidades digitais a partir de projetos de ciências humanas desenvolvidos com o uso de computadores ainda em meados do século XX – quando era comum o termo *humanities computing*, ou “computação para as humanidades” (NYHAN; FLINN, 2016, p. 2-4). É o caso do trabalho de Roberto Busa, um homem ligado ao clero italiano que, ao final da década de 1940, foi responsável pela lematização de milhões de palavras a partir das obras de São Tomás de Aquino, um trabalho constantemente citado como a primeira grande iniciativa em *humanities computing*, uma espécie de primeiro namoro entre um humanista e os computadores (HOCKEY, 2004, p. 20-21). A história serial, por sua vez, conquistou um número considerável de historiadores à época. Por operar com a lógica matemática e com números complexos, a análise das chamadas “fontes seriais” era realizada com o uso de computadores, que causaram certa euforia (BARROS, 2011, p. 166). A grande maioria dessas investidas iniciais sobre os computadores aborda o digital de um ponto de vista instrumental: é uma ferramenta capaz de otimizar a pesquisa, abrir caminhos pelos quais dificilmente seguirá contando apenas com a limitada capacidade humana. O que argumentamos, no entanto, é que o digital deve ser uma problemática à parte para o pesquisador, um ponto de reflexão acerca da própria disciplina. Uma coisa é lançar mão de gadgets modernos a fim de desenvolver um trabalho em formato tradicional, outra é observá-los como um verdadeiro dilema, capaz de reconfigurar muitos dos nossos costumes enquanto pesquisadores. É certo que o digital e o analógico não anulam um ao outro, mas devem ser colocados em permanente contato, devem ser dimensões em contínua ressignificação.

A historiadora espanhola Matilde Eiroa (2018, p. 85) observa dois planos que tangenciam a relação entre a disciplina histórica e o digital: em primeiro lugar, a história na era digital – isto é, a história praticada, escrita, produzida e pensada por indivíduos



e grupos imersos em um dia a dia atravessado pela internet, pelas redes sociais, pelos dados; em segundo, a história nascida digital – ou seja, não apenas a incorporação de tecnologias informacionais à pesquisa, mas também as manifestações humanas próprias de uma “modernidade digital” (ARAUJO; PEREIRA, 2016), dos tweets aos vídeos no YouTube, as fontes sobre as quais estarão debruçados os nossos colegas de profissão do futuro interessados nos primeiros atos do século XXI. Nesse sentido, é praticamente instintivo que a nossa comunidade faça uso de ferramentas digitais, visto ser um grupo composto por pessoas constantemente afetadas pela rede. Por mais conservador que seja um intelectual (e me refiro ao seu engajamento teórico), seria ilógico datilografar seus artigos, enviar cartas aos seus alunos ou recusar-se a manusear ambientes como o Moodle, uma iniciativa internacional de aprendizagem on-line. Não é, portanto, o mero uso de uma tecnologia que define a relação entre as ciências humanas e o digital. Se assim fosse, seríamos “todos historiadores digitais, assim como, antes, éramos todos analógicos, porque o meio pelo qual produzimos o nosso conhecimento transformou-se e é digital” (PONS, 2018, p. 32, tradução nossa). O trunfo da história digital e das humanidades digitais está na capacidade de reinventar a disciplina, ressignificar tradições que parecem perder o sentido, renovar o nosso ofício. É necessário que o digital seja um ponto de problematização em nossas reflexões, não mero aporte instrumental (NOIRET, 2015, p. 33; WELLER, 2013, p. 2).

A razão pela qual este subtópico é intitulado “definições em atualização” deve-se justamente ao fato de que as humanidades digitais e a história digital têm a potência de descontinuar os nossos fundamentos – ou de lhes atribuir novos sentidos. De volta ao atualismo, Araujo e Pereira (2019, p. 207) não escondem a assintonia que acomete as ciências humanas, que sofrem uma pressão para ser repensadas, reconfiguradas, reinstaladas, atualizadas, já que estamos sujeitos às condições de “viver em um mundo completamente virtual, [o que] pode significar um deslocamento qualitativo nessa tendência humana à formalização do tempo”. Em sua origem disciplinar no século XIX, o *métier* científico do historiador consistia no apreço pela narrativa, pela causalidade e operacionalidade de eventos tomados como grandes marcos históricos. Para Rodrigo Turin (2009, p. 16), ele “deveria prezar pela boa forma de sua narrativa, não a tornando monótona nem excessiva. Daí a necessidade de uma criteriosa seleção e de uma ordenação talentosa, poética, dos fatos a serem narrados”. Reportar-se à fundação da disciplina é quase sempre um exercício de alteridade, ainda que falemos de nossa própria profissão, de intelectuais que assumiam, guardadas as devidas proporções, a mesma identidade que nós, historiadores da virada do milênio, acatamos. Percebe-se uma série de desconexões entre o que era um historiador oitocentista e o que pode ser um historiador contemporâneo. Mesmo que a disciplina ainda opere com lógicas herdadas de sua gênese, mesmo que essas qualidades científicas ainda sejam caras a muitos dos nossos colegas e mentores, a história decididamente já não é mais aquela empresa imperial responsável pela eleição de um espírito patriótico e pela formação de uma identidade nacional (TURIN, 2009; OLIVEIRA, 2010). Praticamente expelidos pelo Estado, deixamos o status de “pedagogos da nação” responsáveis pela “ordenação talentosa e poética” das factuais para, enfim, ante a todas as crises que nos rondam, sermos relegados à condição de um “incômodo funcionário” (TURIN, 2018, p. 194-196). É preciso reconhecer essas mudanças, refletir sobre a função do digital nesses processos. Abraçados a funções anacrônicas, correríamos o risco de sucumbir à obsolescência.

De acordo com Byung-Chul Han (2018, p. 66, grifos do autor), “*enumerar* é uma categoria pós-histórica. Nem tweets nem informações se reúnem em uma *narrativa*. Também o mural não narra nenhuma história de vida, nenhuma biografia. Ele é aditivo, e não narrativo”. Isto é, ainda que discordemos do autor no que se refere à narração de histórias de vida, o *modus operandi* das redes sociais parece mesmo marcado por um fluxo sucessivo de instantes que suspendem a natureza clássica de um evento histórico, de uma narrativa histórica de longa duração. Me vêm à mente as notícias urgentes – expressas em chamativas tarjas de publicações de grandes veículos de comunicação em suas redes sociais –, que pululam pelos nossos feeds, dominam momentaneamente os trending topics, apenas para que sucumbam à constante e irrefreável atualização dos acontecimentos, cedendo o seu posto de destaque entre as tendências para outros assuntos bombásticos que logo acabam submetidos ao mesmo processo fatal. Perde-se, pois, para o bem e para o mal, a qualidade narrativa dos eventos, suas causas e seus desdobramentos, diluídos em uma sucessão de urgências, nem sempre conexas, mas cada uma delas digna de um novo tumulto nas redes. Ao largo dos últimos capítulos da *House of Cards* nacional, como foi reinventada a política brasileira pelos fãs da série da Netflix, foram ouvidas frases como “o que há para hoje?”, “todo dia uma notícia diferente”, entre outras inquietações que parecem revelar essa instantaneidade dos fatos. Não à toa, o Twitter nos pergunta “o que está acontecendo agora?”, o Facebook, “no que você está pensando?”, e o YouTube nos convida a “transmitir ao vivo”, a exibir o que está ao nosso alcance em tempo real. Han (2018, p. 107) argumenta que “a absoluta prioridade do presente caracteriza o nosso tempo. O tempo é desmontado em uma mera sucessão de presentes disponíveis. O futuro define, aí, em um presente otimizado”. São marcas de um tempo sempre à disposição do que há de mais atual, de uma “uma realidade com índice zero de inatualidade” (ARAUJO; PEREIRA, 2019, p. 160), em que a disrupção das tecnologias e o desejo pela inovação parecem ditar a maneira como projetamos o passado, o presente e o futuro.

(CON)FIGURAÇÕES DA HISTÓRIA E A DISRUPÇÃO TECNOLÓGICA

Praticamente a todo momento, seja lá onde estivermos, estamos conectados à internet. Smartphones, computadores pessoais ou notebooks, e-readers. Wi-Fi, dados móveis, Ethernet. No ônibus, em bibliotecas, nas salas de aula, nas filas dos restaurantes ou mesmo deitado sobre a cama em meio à escuridão do quarto, podemos acessar conteúdos de humor, matérias ou artigos de jornais, filmes ou séries de televisão, mas também conteúdos relativos ao nosso trabalho – e esse é um costume que parece passar despercebido. Não são poucas as pessoas que transformam os seus perfis pessoais em feeds profissionais, compartilham notícias ou textos autorais que possam vir a interessar seus colegas e alunos, interagem com páginas ligadas ao universo do seu ofício, divulgam eventos ou pesquisas importantes na área. Esse “não limite” entre a descontração ou a casualidade e a profissão borra as fronteiras entre aquilo que se observa como trabalho e os momentos de ociosidade – ou mesmo a própria desconexão. Basta arrastar os dedos pela tela, desenhar ou digitar a senha do celular, abrir o aplicativo de um navegador de internet e iniciar a busca por livros e periódicos a fim de engordar as referências bibliográficas de

nossos artigos e monografias. O mesmo movimento, no entanto, nos coloca diante dos mais novos episódios das nossas séries prediletas, dos trailers do momento ou da última urgência publicada pelos jornais que seguimos nas redes. Quem nunca interrompeu um momento de absoluto ócio no Facebook, quando aliviamos o cérebro da carga teórica que carregou durante um longo dia de estudos, para abrir os links compartilhados por nossos colegas e professores que, por mencionar diretamente os nossos interesses de pesquisa, nos obrigam a consumi-los de imediato? Nas palavras de Byung-Chul Han (2018, p. 65),

na era das máquinas, o trabalho, simplesmente por causa da imobilidade das máquinas, era delimitável em relação ao não trabalho. O local de trabalho, ao qual era preciso se dirigir por conta própria, se deixava separar claramente dos espaços de não trabalho. Hoje essa delimitação é completamente suprimida em algumas profissões. O aparato digital torna o próprio trabalho móvel. Todos carregam o trabalho consigo como um depósito de trabalho. Assim não podemos mais escapar do trabalho.

Vivemos, enfim, “tempos de trabalho extensos, tensos, intensos, flexíveis e imprevisíveis”, à maneira de Cardoso (2016, p. 67). São expressões que se encaixam bem nas situações descritas no parágrafo anterior: do ponto de vista das relações de trabalho, as novas tecnologias alargaram as fronteiras dos nossos ofícios, dissolveram as horas dedicadas ao lazer e nos colocaram em permanente função das nossas tarefas. Lembremos de Araujo e Pereira (2019, p. 60), para quem “estar on-line significa poder dispor do outro a qualquer momento, mas também estar cada vez mais à disposição dos outros”. É claro que, por outro lado – e é justo sublinhar, já que não concordamos plenamente com essa visão tão cética –, estar on-line também significa uma redefinição construtiva de uma série de características do mundo do trabalho, cada vez mais prático e, no caso de operações básicas ou fundamentais, cada vez menos burocrático. A Uber, com todos os seus problemas, é uma opção de transporte mais barata que o táxi. Os serviços de streaming, da Netflix ao Spotify, possuem preços acessíveis. O compartilhamento de conteúdo acadêmico em redes sociais é um jeito prático de se manter informado e de informar os pares e interessados em atividades universitárias. Assim ficamos sabendo do lançamento de novos livros, da publicação do último volume dos periódicos mais importantes, dos eventos que acontecerão na próxima semana. É crucial que esses meios de comunicação sejam utilizados também como canais profissionais; a sua agilidade tem muito a acrescentar ao nosso ofício. Além disso, à revelia dos autores, podemos escapar do nosso trabalho, ignorar tudo o que nos importuna em horas indevidas. Que atire a primeira pedra quem não passou reto por um post ou tweet importante a fim de preservar um dos raros momentos de relaxamento. Observações como as de Han e Cardoso são, pois, pouco ponderadas, mas denunciam um retrato com o qual precisamos lidar. Mesmo que a nossa vida digital não seja efetivamente reduzida ao trabalho sufocante, a ideia de carregá-lo consigo suscita a autorreflexão.

Outro ponto em severa transformação em uma era marcada pelas novas tecnologias é o contato do historiador com fontes históricas. A decomposição de documentos, resultado da ação do tempo e da agência humana, no caso do silenciamento deliberado de arquivos institucionais e da própria vida por parte de

Estados de exceção, são alguns dos fatores com os quais um historiador deve lidar ao longo de sua pesquisa, atravessada por certa escassez de registros históricos. Trabalhar com temas do mundo antigo e medieval, por exemplo, é reconhecidamente uma tarefa difícil em razão dos obstáculos que minam o acesso às fontes de períodos tão distantes. Com o advento da internet, todavia, a abundância de conteúdos à disposição do pesquisador passou a energizar o seu trabalho, alimentando inúmeros caminhos que dificilmente seriam seguidos em contextos analógicos (ROSENZWEIG, 2011, p. 7). Já não dependemos do deslocamento geográfico, do gasto com passagens aéreas e hospedagens, de bolsas de estudos no exterior – ainda que, por óbvio, o financiamento de pesquisas continue sendo uma política pública de suma importância (deve, inclusive, ser expandida), e as viagens a trabalho permaneçam uma realidade. Creio que seja possível afirmar que a pesquisa se tornou mais fácil com a internet. No entanto, essa fartura, essa abundância, também é acompanhada pelo pavor do sumiço. Trata-se de certa melancolia: ante a tudo o que está disponível, esse “arquivo infinito” (FLÓREZ, 2011), acabamos por temer o retorno ao quadro de escassez. Queremos preservar tudo o que for possível sobre o nosso presente e garantir o acesso a essas informações aos nossos futuros pares, vencendo o risco de tornar a pesquisa sobre o nosso tempo uma tarefa tão complicada quanto o estudo da Antiguidade ou do Medieval. À maneira de Araujo e Pereira (2019, p. 69), “o clima predominante é de desespero, em seu sentido literal, a perda catastrófica da esperança, a dificuldade de acreditar que, nos tempos de total disponibilidade, algo possa simplesmente desaparecer”. Não é necessário grande esforço, porém, para chegarmos à conclusão de que não há a menor possibilidade de registrar todo e qualquer rastro humano na internet. É inviável a preservação de cada e-mail, cada postagem em uma rede social, cada comentário, cada like, cada imagem, vídeo ou áudio enviado em chats privados no WhatsApp. No entanto, na medida em que são todas marcas do nosso tempo, na medida em que significam algo sobre a nossa contemporaneidade, talvez venham a ser importantes, em menor ou maior grau, para os futuros pesquisadores em história. Luke Tredinnick (2013, p. 42, tradução nossa) aponta para o fato de que “estamos cercados de registros históricos, não os arquivos empoeirados do passado, mas uma história viva criada em nossas interações on-line cotidianas”. Pois é precisamente essa incompatibilidade que nos cerca: reconhecemos a importância dessa “história viva”, mas convivemos com o seu irreparável desaparecimento. Estar ciente dessa perda é causa de um sentimento de ansiedade, como se testemunhássemos a própria história em chamas, o próprio passado (o nosso presente, ironicamente) desfazendo-se em cinzas – ou em dados corrompidos. Existe solução para esse impasse? Devemos reunir esforços a fim de preservar (com chances nulas de sucesso) toda a internet?

Segundo Turkel, Kee e Roberts (2013, p. 62-63, tradução nossa), “os métodos tradicionais de pesquisa são claramente inadequados para lidar com um arquivo instantaneamente acessível, cujos dados são legíveis por meio do computador, em crescimento exponencial e em constante registro”. Ou seja, ainda que não exista de fato uma resposta mágica para a pergunta feita ao final do parágrafo anterior, há um caminho possível: não faria sentido investir em práticas conhecidas de preservação, já que não parecem as mais adequadas diante dessa realidade digital. É preciso reformular a nossa atividade, reinventar nossas competências e habilidades. Pensemos a partir da escrita de textos acadêmicos. Por que as tradicionais revisões bibliográficas – uma espécie de apanhado de todas as produções com as quais um autor deparou-se ao longo de sua pesquisa, antes restritas à consulta em bibliotecas,

nas estantes de professores universitários ou mesmo em instituições arquivísticas – ainda carregam esse sentido? Já não são efetivamente revisões, pois não é viável incorporar a um trabalho tudo o que foi e ainda é produzido sobre determinado assunto, tarefa que parecia realizável há algumas décadas, tendo em vista o acesso limitado a livros, periódicos e revistas científicas. Hoje em dia, alguns poucos cliques exibem uma enormidade de produções acerca de certa temática, e raramente (ou nunca) conseguimos acompanhá-las na íntegra. De volta ao universo dos arquivos, também seria impraticável a reunião de todos os registros existentes sobre uma pessoa ou um período presentes na internet, visto que o número de resultados de uma busca rápida no Google, por exemplo, está em constante atualização – nem sempre em “crescimento exponencial”, como no caso da historiadora Renée M. Sentilles (2005, p. 138), que observou uma inconstância no número de sites sobre a artista norte-americana Adah Isaacs Menken, sujeito de sua pesquisa. Isto é, dos milhares de endereços que ela havia catalogado durante as primeiras buscas pelo nome da personagem, algumas centenas simplesmente não estavam mais disponíveis para acesso.

O argumento em favor da recriação do nosso ofício pode parecer um tanto abstrato, mas há variados exemplos que lhe garantem certa concretude. No caso do mercado e do *inbound marketing*, por exemplo, Marcelo Róbson Téo (2018) argumenta que o historiador poderia ser um produtor de conteúdo, atuando junto às empresas da área e incorporando valores referentes à audiência e à publicidade. Nesse sentido, as séries de televisão (não necessariamente exibidas em TVs), especialmente aquelas que retratam cenas históricas e vêm escalando em rankings de público, representam uma estratégia possível de atuação. O trabalho de consultoria histórica em novelas já é conhecido, e é certamente uma alternativa profissional interessante, mas me refiro à presença de um historiador na própria produção de seriados ou mesmo de longas-metragens, mesmo a possibilidade de ocupar cargos de referência no mercado cultural, por exemplo. Nas palavras de Téo (2018, p. 369) “é preciso trazer essa possibilidade para o interior de nossos núcleos de formação [...], incentivando a participação de cientistas sociais também em posições de decisão – e não apenas de produção – junto ao mercado de conteúdo”. Aproximar-se de noções de mercado, das quais estamos distantes por definição (lembramos que o ofício histórico nasceu em função do Estado imperial, e era aos seus interesses que os historiadores serviam), é uma dessas novas (con)figurações que emergem em um tempo marcado pela tecnologia e pela inovação.

Ademais, parece cada vez mais positivo o desenvolvimento de iniciativas em redes sociais, como a criação de canais e a produção de vídeos para o YouTube, de podcasts ou de páginas de compartilhamento de conteúdo especializados. Exercícios como esses representam a ruptura (mas não o abandono) com uma das tradições mais enraizadas da disciplina: a escrita, a leitura e o texto como formas absolutas da pesquisa em história ou mesmo como identidades do historiador. Por certo que a produção de vídeos, programas em áudio ou a manutenção de páginas e canais também dependem de estudos compromissados – isto é, a leitura e o consumo de trabalhos prévios que venham a auxiliar a construção dessas iniciativas e a indicação de fontes e referenciais. Práticas como essas seguem apropriadas. No entanto, o grande trunfo desses projetos é o desejo de que sejam acompanhados por um grande público – uma das razões pelas quais é crucial que a história incorpore práticas da comunicação, um campo que já está habituado às vontades de uma audiência substancial e diversa. Não são como os artigos acadêmicos, a título de exemplo, escritos para os pares

e por eles avaliados. Projetos em redes sociais possuem outras dimensões, não se reduzem à circunferência institucional e aos ditames disciplinares. Seria decisivo estimular esses empreendimentos na própria academia, visto que, das monografias de conclusão de curso às teses de doutorado, “são poucos os estudos, advindos em sua maioria do campo da história pública e da antropologia visual, que trabalham com a linguagem audiovisual como parte da construção narrativa nas ciências humanas” (TÉO, 2018, p. 363). Felizmente, expressões como “divulgação científica” são cada vez mais comuns em nosso meio, servindo como base, inclusive, de uma série de iniciativas bem-sucedidas, como é o caso do canal *Leitura OBRIGAHistória*.⁴ Nascido em 2009 no formato de blog e parte do YouTube desde 2015, propõe-se a resenhar livros de história, divulgar autores renomados no campo das humanidades, explicar de forma sintética conceitos produzidos na academia, entre outras atividades. Hoje, o canal conta com mais de 180 mil inscritos e mais de 4 milhões de visualizações. São valores próprios de uma plataforma flexível, de rápida difusão de informações, de interação entre produtor e consumidor – e, em certo sentido, da própria dissolução dessas categorias. Dificilmente um artigo científico publicado em uma grande revista conquistaria números tão expressivos, mesmo revistas inteiramente on-line, já que o acesso é mais próximo da própria comunidade que as produz. Outra possível (con)figuração do historiador é, pois, a adoção de ferramentas comunicacionais, formas capazes de amplificar o que é feito nas universidades e o que é elaborado em grupos de pesquisa, mas também de trabalhar em conjunto com grupos que não fazem parte dessa estrutura, o que inspira projetos dotados de novos sentidos. São tarefas que demandam tempo, aprendizado e o entendimento de temas que giram em torno do público, da audiência, do mercado e de seus interesses, mas parecem caminhos bastante promissores.

Resgato a situação envolvendo a conversa casual entre este que vos escreve e os seus amigos em um daqueles encontros que os obriga a refletir sobre as decisões tomadas desde a finalização do ensino médio. “Sim, tô curtindo o curso”, e tudo mais. Na passagem que dá início a este artigo, assumi que, mesmo respondendo de maneira afirmativa à questão sobre a simpatia pela minha opção profissional, me sinto preso em uma condição de incertezas, de remunerações insatisfatórias e de absoluto desprezo por parte do Estado, responsável pelo financiamento da educação pública e pela garantia de sua qualidade e de sua gratuidade. É curioso como essas novas possibilidades de atuação, essas (con)figurações do historiador sobre as quais discorreremos brevemente, parecem nos dar certo fôlego, apontam uma luz no fim de um longo túnel de desesperanças. O sucesso dessas iniciativas anima toda uma geração de historiadores que iniciou a sua graduação ou a pós-graduação em meio a um processo de destruição deliberada das universidades públicas brasileiras, da ciência e da pesquisa nacionais. Por mais que seja sensato manter-se um tanto distante de entusiasmos exacerbados, parece haver um futuro disponível para os historiadores, portanto. E para a disciplina?

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCtMjnvODdK1Gwy8psW3dzrg>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: HÁ RAZÃO EM DISCIPLINAR O DIGITAL?

Um dos grandes dramas da relação entre as ciências humanas e o digital é a formação (ou não) de uma disciplina à parte que dê conta dessas discussões. Ante a emergência de novas nomenclaturas, como “humanidades digitais” ou “história digital”, deve-se tomá-las como campos autônomos, assumir regras e práticas em comum, estabelecer limites de atuação? É necessário rastrear as suas origens, construir uma narrativa linear sobre a área e institucionalizá-la em departamentos e institutos? Para Nyhan e Flinn (2016, p. 18, tradução nossa), “a resposta pragmática é que as humanidades digitais configuram uma disciplina porque possuem as características de uma”. Isto é, são publicadas revistas especializadas no tema, realizam-se grandes eventos e as humanidades digitais estão presentes em currículos de diferentes universidades. No entanto, mesmo sendo possível traçar um contorno disciplinar, fazê-lo é subtrair o fato de que “a própria definição do termo ‘disciplina’ é contestada [pelo digital]” (NYHAN; FLINN, 2016, p. 17, tradução nossa). É relevante que existam periódicos especificamente voltados às humanidades digitais; que simpósios, congressos e oficinas sejam realizados em nome de instituições acadêmicas; que sejam criadas disciplinas sobre o assunto em cursos de graduação e pós-graduação. Todavia, como alertamos anteriormente, é crucial que o digital apareça sempre como uma problemática, um ponto de reflexão sobre as ciências humanas e profissionais da área, e que não seja reduzido ao formalismo ou a uma categoria instrumental.

Em 2015, após a invasão do Museu de Mossul, no Iraque, o Estado Islâmico destruiu grande parte de um acervo milenar composto por artefatos assírios e acadianos. A ação foi gravada em vídeo e disseminada pelos próprios militantes na internet. Poucos meses depois, a artista iraniana Morehshin Allahyari idealizou um projeto de modelação digital e impressão tridimensional das peças perdidas no atentado, uma forma de recuperá-las.⁵ Os arquivos resultantes da iniciativa foram disponibilizados para download gratuito no site da Rhizome, uma organização artística voltada ao *new media art*. O trabalho da artista baseou-se nas centenas de fotografias das peças capturadas por aqueles que puderam visitar o museu antes de sua destruição. Algumas das recriações foram exibidas no Imperial War Museum, em Londres, formando parte de uma exposição acerca do ataque às culturas em decorrência de conflitos bélicos ou roubos. Na ocasião, cada impressão 3D estava acompanhada de um flash drive contendo dados sobre os objetos, uma forma de preservação daquilo que se conhecia sobre as peças antes de serem reduzidas ao pó. A arte digital e a sua propagação por meio da rede são capazes de ressuscitar obras eliminadas pela violência cultural ou mesmo pela passagem do tempo, colocando em xeque a própria ideia de que um dia deixaram de existir. Apesar do desaparecimento físico dos originais, vivem entre os dados, na internet, vivem nas imagens, nos modelos digitais e nas impressões tridimensionais (SOULELLIS, 2016). O download dos arquivos possibilita, inclusive, a reprodução desses objetos por qualquer indivíduo ou instituição que possua o equipamento necessário. Isto é, podem ser reconstruídas exatamente como eram antes da invasão ao museu. São formas de reinventar a história e o passado, de

⁵ O portfólio de Allahyari está disponível em: <http://www.morehshin.com>. Acesso em: 29 jul. 2019.



lhes atribuir novos sentidos, de preservar aquilo que o tempo e o que a ação humana odienta não permitiram sobreviver.⁶

Como de praxe, as humanidades estão em crise. São pouco valorizadas, eliminadas de currículos universitários ou escolares, são publicamente desacreditadas e desautorizadas – inclusive por figuras ligadas ao governo federal. Acontece que o drama não se resume a problemas financeiros ou ao demérito institucional, mas estende-se aos próprios fundamentos das ciências humanas. Trata-se, também, de uma crise da “ideologia disciplinar” (AVILA, 2018, p. 38). Ou seja, o que não era comum entre as várias adversidades pelas quais as humanidades passaram anteriormente é a percepção de que, dessa vez, efetivamente correm o risco de extinção. Daí a importância de iniciativas de historiadores na internet, que, como observamos, revelam certo otimismo em relação ao nosso futuro profissional, criam expectativas positivas de futuro, e nos permitem sonhar com a possibilidade de sobreviver aos ataques sofridos. Entretanto, devem ser levados em consideração os prejuízos decorrentes da formação e do estabelecimento de um “lugar comum disciplinar”, com diz Avila (2018, p. 37), da normatização dessas iniciativas. É fundamental que as recriações digitais do passado, dotadas de aspectos inovadores e estimuladas pelo que há de mais sofisticado no universo das novas tecnologias, inspirem a imaginação histórica, sempre desprendidas dos imperativos da disciplina.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Vitória, ES: Milfontes; Mariana, MG: Editora da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, 2019.

ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1-2, p. 270-297, jan./dez. 2016. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/23/13_Pereira,Mateus_Araujo,Valdei_ReconfiguracoesTempo_pags270a297.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31185/23097>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BARROS, José D'Assunção. História serial, história quantitativa e história demográfica: uma breve reflexão crítica. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 11, n. 1, p. 163-172, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3894>. Acesso em: 29 jul. 2019.

⁶ Quem me chamou a atenção para a arte digital e me apresentou ao trabalho de Morehshin Allahyari foi o historiador Pedro Telles da Silveira, na ocasião de uma roda de conversa sobre história digital organizada pelo Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Direito e dever à desconexão: disputas pelos tempos de trabalho e não trabalho. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1-2, p. 62-85, jan./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2756/1615>. Acesso em: 7 jun. 2019.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

EIROA, Matilde. El pasado en el presente: el conocimiento historiográfico en las fuentes digitales. *Ayer*, Madrid, v. 110, n. 2, p. 83-109, 2018. Disponível em: http://revistaayer.com/sites/default/files/articulos/110-3-ayer110_HistDigital_APons_MEiroa.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

FLÓREZ, Jairo Antonio Melo. Historia digital: la memoria en el archivo infinito. *Historia Crítica*, Bogotá, n. 43, p. 82-103, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/histcrit43.2011.06>. Acesso em: 26 jul. 2019.

GRAFTON, Anthony. Anthony Grafton: The Future of History Books. *Hnneditor, YouTube*, 3 jan. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FCGm2mGz9p0&feature=youtu.be>. Acesso em: 22 jul. 2019.

HAN, Byung-Chul. *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

HOCKEY, Susan. The history of humanities computing. In: SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (ed.). *A companion to digital humanities*. Hoboken: Blackwell Publishing, 2004. p. 20-39.

JOHNSON, Valerie; DAVID, Thomas. New universes or black holes? Does digital change anything? In: WELLER, Toni (ed.). *History in the digital age*. Londres: Routledge, 2013. p. 173-193.

LEMNY, Stefan. “L’historien de demain sera programmeur...”: Emmanuel Le Roy Ladurie et les défis de la science. *L’Histoire à la BnF*, Paris, 28 dez. 2017. Disponível em: <https://histoirebnf.hypotheses.org/1505>. Acesso em: 22 jul. 2019.

NOIRET, Serge. História pública digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634/3098>. Acesso em: 25 jul. 2019.

NYHAN, Julianne; FLINN, Andrew. *Computation and the humanities: towards an oral history of digital humanities*. Nova York: Springer Publishing, 2016.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, São

Paulo, n. 59, v. 30, p. 37-52, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n59/v30n59a03.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PONS, Anaclet. El pasado fue analógico, el futuro es digital. Nuevas formas de escritura histórica. *Ayer*, Madrid, v. 110, n. 2, p. 19-50, 2018. Disponível em: <http://revistaayer.com/articulo/1280>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ROSENZWEIG, Roy. *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age*. Nova York: Columbia University Press, 2011.

SENTILLES, Renée M. Toiling in the archives of cyberspace. In: SENTILLES, Renée M. *Archive stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham: Duke University Press, 2005. p. 136-156.

SOULELLIS, Paul. The Distributed Monument: new work from Morehshin Allahyari's 'Material Speculation' series. *Rhizome*, New York, 16 feb. 2016. Disponível em: <https://rhizome.org/editorial/2016/feb/16/morehshin-allahyari/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

TÉO, Marcelo Róbson. Desequilíbrio de histórias parte I: um problema do campo das humanidades (?). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, n. 10, v. 23, p. 358-380, abr. 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018358/8073>. Acesso em: 7 jun. 2019.

TREDINNICK, Luke. The making of history. Remediating historicized experience. In: WELLER, Toni (ed.). *History in the digital age*. London: Routledge, 2013. p. 39-60.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. *Tempo*, Niterói, v. 24, n. 2, p. 186-205, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v24n2/1980-542X-tem-24-02-186.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 12-28, mar. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4/4>. Acesso em: 4 jan. 2019.

TURKEL, William J.; KEE, Kevin; ROBERTS, Spencer. A method for navigating the infinite archive. In: WELLER, Toni (ed.). *History in the digital age*. London: Routledge, 2013. p. 61-75.

WELLER, Toni (ed.). *History in the digital age*. Londres: Routledge, 2013.

NOTAS

AUTORIA

Bruno Grigoletti Laitano: Licenciado. Mestrando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Osvaldo Gonçalves Cruz, 491, 91760-060, Porto Alegre, RS, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo escrito ao longo de discussões realizadas em disciplinas cursadas no primeiro semestre do curso de mestrado, em eventos acadêmicos e conversas informais que tangenciaram o assunto abordado no trabalho. O tema também aparece em subcapítulos da dissertação, que será apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS no final de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, em espaços acadêmicos ou não, me estimularam a pensar sobre os problemas dissecados no texto. Sou grato, em especial, a Caroline Silveira Bauer, minha orientadora, com quem divido dramas acadêmicos desde os primórdios da graduação.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 25 de agosto de 2019

Aprovado em: 23 de dezembro de 2019


Como citar: LAITANO, Bruno Grigoletti. (Con)figurações do historiador em um tempo marcado pela disrupção tecnológica. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 170-186, maio/ago. 2020.





EXPLORING THE EMERGING DIGITAL SCENE IN ART HISTORY AND MUSEUM PRACTICE

Alexandros Teneketzi^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9550-5858>
E-mail: ateneketzi@aegean.gr

^a University of the Aegean, Department of Cultural Technology and Communication,
Mytilene, Greece

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

ABSTRACT

This article addresses the current digital status in the fields of Museology and History of Art, both in Greece and internationally, in order to examine, record and analyse the extent of usage and the impact of digital tools. We will study the state-of-the-art in the fields of Museology and Art History, with a particular focus on examining the degree to which Greek institutions of culture and arts, as a case study in Europe, use state-of-the-art digital technologies (e.g., semantic technologies, augmented reality, and ubiquitous computing) for (a) storing, managing and documenting artworks together with all relevant knowledge/information; and (b) interpreting and presenting artworks to the public. We will also study and analyse the degree of interrelation between knowledge/information, and art and cultural heritage that is currently hosted in distinct cultural and art institutions around Greece, as well as between Greek institutions and relevant projects abroad. In this context, the issue at stake is the identity and the way Art History is exercised.

KEYWORDS

Digital Art History. Digital tools. Digital public space.

The term Digital Art History is not new, of course, to the international bibliography. Already from the end of the past century, without any delay *vis-a-vis* the other practices of Digital Humanities, advocates of “analogue” Art History began to delve systematically into the then emerging computer-assisted processes and, soon after, into digital technology (ZWEIG, 2015, p. 40-41; BENTKOWSKA-KAFEL, 2015, p. 55-58). Admittedly, we live in a world where we communicate visually like never before, “inside oculacentric Western culture” (KARAMPA, 2018, p. 96). Art History possesses the tools and the experts capable of analysing and interpreting the visual culture and visual objects (KLINKE; SURKEMPER, 2016, p. 9), perhaps transforming in this way our discipline into visual studies, justifying the “so called visual turn of the 1990s” (GUIOKA, 2018, p. 12). At this point, however, Hans Belting observation that the debate on “whether art history, without losing its inherited particularity, should contribute towards this interdisciplinary discussion or not, thus leaving this field to others”, is a pseudo dilemma. Belting is clearly in favour of dealing with anything that may be called a visual phenomenon (2018, p. 27).

As art historians, we have only marginally studied the impact of this evolution on our methodology and on the way we work, as well as on the essence of our discipline. Questions like the following will continue to be raised in the future: how – and in what respect – does the use of digital media influence our visual perception, our abilities to recognize the quality of artefacts or the interpretative process?

This raises yet another question: Are we moving closer to what Erwin Panofsky ironically called “rejection of the originals”? This issue will become even more pressing as the works of art are being transformed into images that people worship and increasingly use, unlike the physical objects themselves, while they can access them in thousands, beyond the natural human capabilities (KLINKE, 2019, p. 16-19). Like the discovery and use of photography within the Art History framework, this fact goes to confirm the view of Robert Koch, who claimed back in 1865 that the – now digital – “photographic picture of a microscopic object can under certain circumstances be more important than [the object] itself” (BREDEKAMP, 2003, p. 102).

In recent years, however, the state-of-the-art in artwork presentation and dissemination practices has shifted more and more from the public museum space to the private space of a teaching room or a living room, and back to the virtual public space through the Internet. At the same time, as a result of those changes, the study of Art History *per se* is being gradually transformed into the study of digital Art History. The study of artworks and their impact is now being re-initiated within the new, evolving digital scene.

Drawing on the above-mentioned landscape, this paper explores this new digital space evolving around Art History, Museology and other relevant fields of study. It will study, record and analyse the degree of interrelation between knowledge/information, on the one hand, and art and cultural heritage, on the other, as currently hosted in different cultural and art institutions around Greece, but also abroad. Furthermore, the study will examine the degree to which digital tools for artwork management and documentation adopted by Greek institutions are exploited in a way that actually enhances cultural content, but also knowledge discovery, thereby leading to a more complete and insightful presentation of exhibits. We will also study the current practices for digitally exhibiting and presenting artwork (online or *in situ*), in order to examine the degree to which these practices reflect the respective international state-of-the-art, with a focus on factors such as: the quality of user-machine interactions, that is, the quality and characteristics of the broader user experience achieved through technological means

(e.g., the user experience of a visit to a virtual museum) compared with conventional practices; which additional services and functionalities are offered by those tools; the degree to which digital services and tools facilitate accessibility to cultural heritage and art content; and the methods for evaluating cultural user experience or for understanding and subsequently meeting the needs of cultural heritage users; among others.

THE NEW MEDIA

Digital media applications seem to be capable of collecting, linking and dynamically offering the huge amount of art context resulting from this fusion. Researchers, scientists, students and other stakeholders in the field will benefit from these platforms while accessing their valuable cultural heritage resources. Cultural institutions should also bear in mind that their visitors come from diverse backgrounds and want many different things when they visit cultural spaces. Their engagement with the exhibits or technologies also varies (KONSTANTAKIS; CARIDAKIS, 2020). It is of major importance to understand and try to adapt the technology, so as to be able to maximize meaningful experiences for the visitors. GLAM (Galleries, Libraries, Archives and Museums) institutions should balance the use of conventional ways of presenting exhibits to make them both more relevant and in step with technological changes, either by using more effective media, technology or interactive exhibits (OTHMAN, 2012). These new tools already transmute the way artworks are presented and, by extension, perceived and experienced, while transforming the exhibition space of artworks and shaping different interpretations on behalf of viewers, thus enriching and enhancing the visitors' experience in a personalised, immersive and engaging way.

It is also essential to integrate User Experience (UX) Design into Cultural Heritage (CH). People visit museums to satisfy specific, often highly personal and/or sociocultural needs. GLAM staff should recognize that visitors arrive with their personal contexts, including agendas, interests, expectations, resources and identities. They use the GLAM setting, objects and experiences to build upon their personal contexts. To be effective, GLAM staff members need to learn how to support visitors' personal goals, agendas and outcomes, as well as those of the institution (KONSTANTAKIS; CARIDAKIS, 2020). The Cultural User eXperience (CUX) begins before the visit to the GLAM institution, includes experiences within the GLAM (interactions with staff and members, as well as with other visitors, exhibitions and materials) and continues long after the visitor leaves. Thus, GLAM staff should learn to better support the long-term learning and leisure trajectories of their visitors, tapping into their interests and agendas (KONSTANTAKIS; CARIDAKIS, 2020).

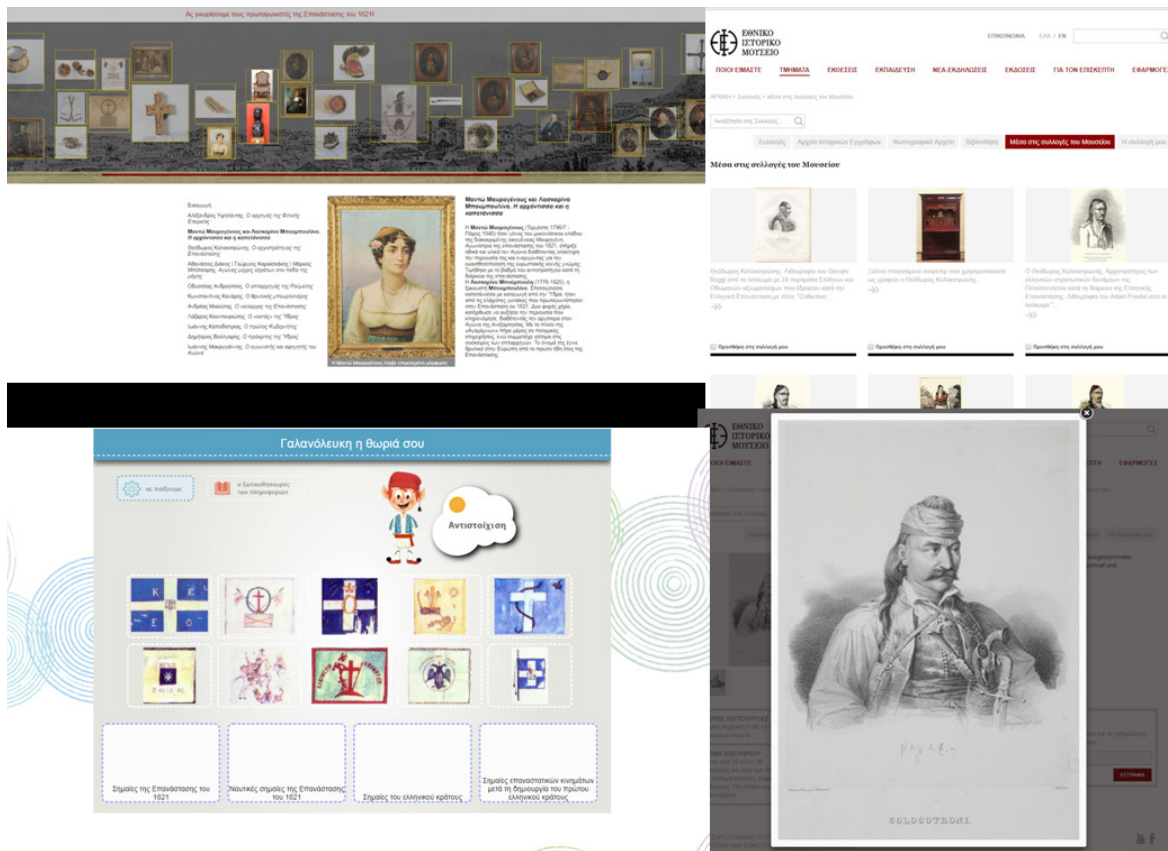
As modern trends indicate, visitors seek to be involved in extraordinary and unique experiences (KONSTANTAKIS; MICHALAKIS; ALIPRANTIS; MORAITOU; KALATHA; CARIDAKIS, 2018) especially those that enable them to experiment with new cultural creative services. Meanwhile, modern developments in the field of information and communication facilitate access to extended cultural databases, thus shaping new cultural products and "edutainment" methods. To meet high user expectations, designers tend towards bringing users into the design process of creating a new product or service, in an attempt to understand and then efficiently satisfy users' needs. Cultural institutions should, now, balance the use of traditional ways of presenting exhibits to make them at once more relevant and in step with technological changes, either by

using more effective media, technology or interactive exhibits. Nonetheless, the main goal remains: understanding how academic communities and cultural industries view and measure Cultural User eXperience (CUX) is important in order to propose new methods and tools, and to disseminate best practices.

A EUROPEAN CASE STUDY: THE GREEK EXAMPLE

In Greece – as a case study in European context and following European practices and strategies under the European Union (EU) –, the implementation of digital media in the field of humanities has kept up with other disciplines, mainly through programs co-funded by the EU and the Greek State.¹

Figure 1 – Online applications, National Historical Museum, Greece



Source: <http://www.nhmuseum.gr/en>

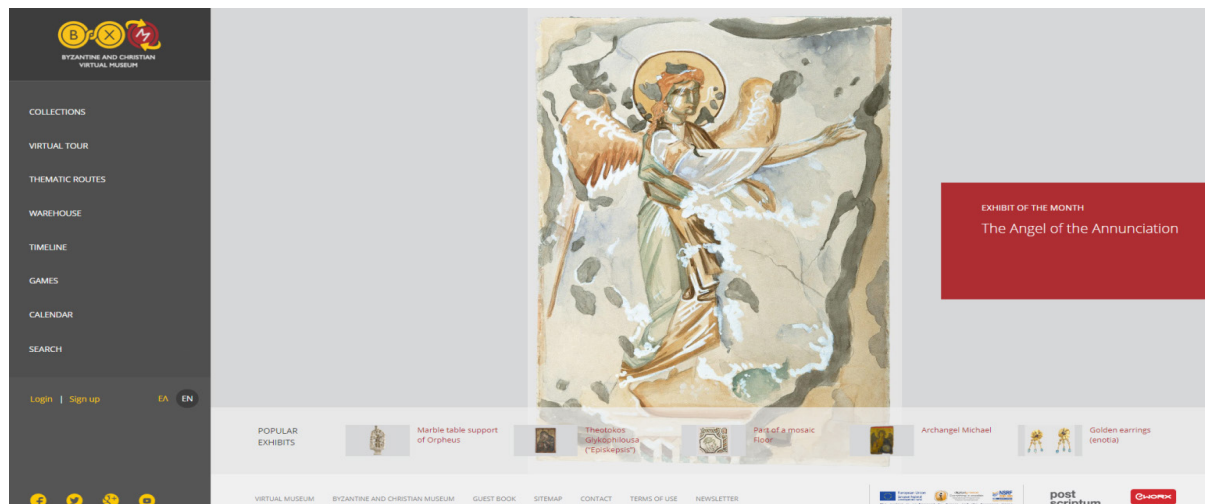
Current examples, to mention but a few, are virtual museums such as the one set up by the National Gallery,² 3D recreations, interactive timelines, mobile applications – which place objects of art in public spaces, like the ones implemented

¹ See the Greek National Strategic Reference Framework (NSRF) 2014-2020, Last modified May 21, 2019, <http://www.digitalplan.gov.gr/portal/> and <http://2007-2013.espa.gr/el/Pages/staticOPDigitalConvergence.aspx>.

² “National Gallery Athens, Digital Presentations”, National Gallery Athens, Last modified May 21, 2019, <http://www.nationalgallery.gr/en/digital-presentations.html>.

by the Zongolopoulos Foundation³ –, cultural journeys, interactive exhibitions and educational programmes – such as the example of the National Historical Museum⁴ – and virtual, digital museums like the one set up by the Byzantine and Christian Museum of Athens.⁵

Figure 2 – Byzantine and Christian Virtual Museum, Greece



Source: <http://www.ebyzantinemuseum.gr/?i=bxm.en.home>

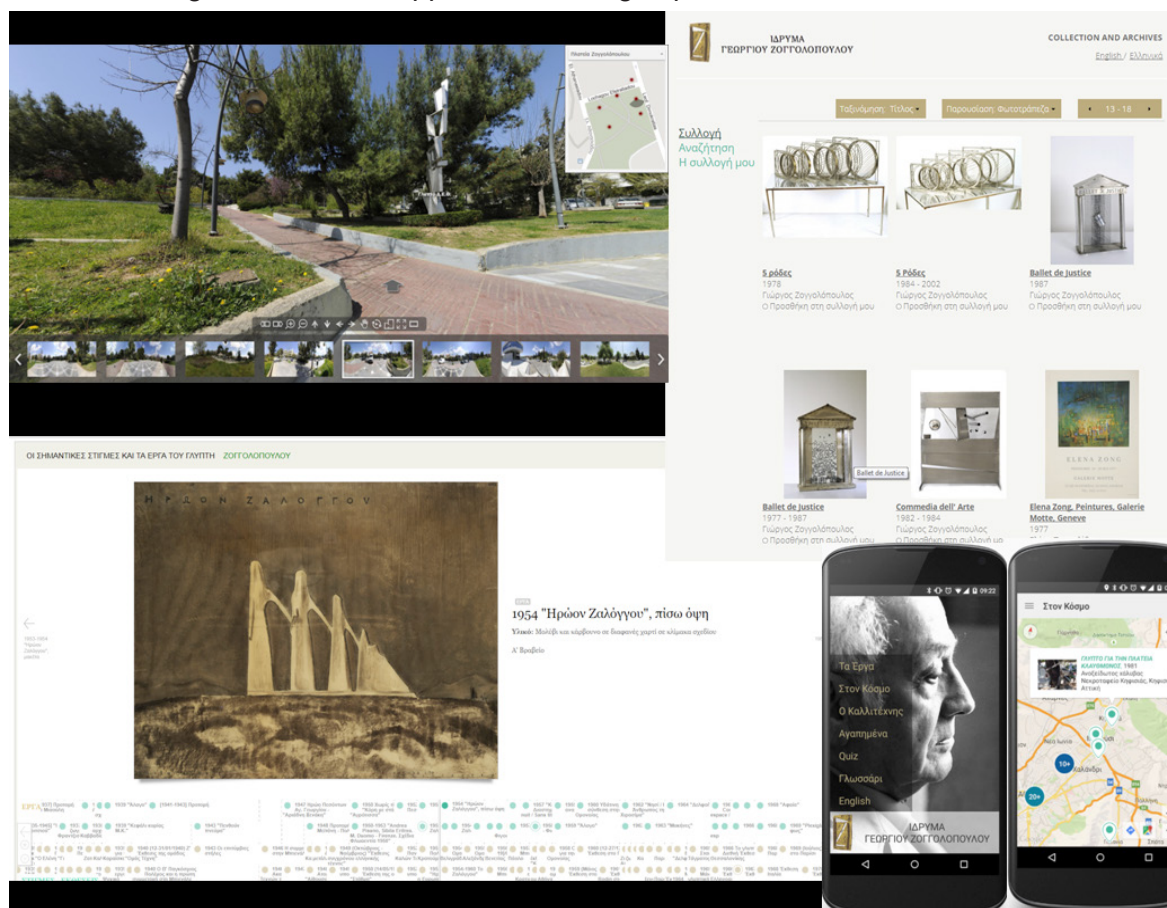
These projects attempt to link, for the first time, the country's cultural heritage with digital media, moving a step further from the simple digitization and documentation of objects of art. They also suggest new ways of showcasing, exhibiting and interpreting the selected material. For the first time, the digital visitor, now called a "user", may "visit" a museum from the comfort of his or her home, virtually entering a new state, living an alternative experience and reality, and breaking away from his or her circumstances. This trend seems to be a constant quest today, as shown by the success of virtual games and virtual reality (RAE; EDWARDS, 2016). However, these attempts still stay away from implementing digital tools such as semantic technologies, augmented reality or ubiquitous computing to interpret the cultural content without a human intervention, and they take research results computationally.

³ "Zongolopoulos Foundation", Zongolopoulos Foundation, Last modified May 21, 2019, <http://www.zongolopoulos.gr/en>.

⁴ "National Historical Museum", National Historical Museum, Last modified May 21, 2019, <http://www.nhmuseum.gr/en>.

⁵ "ebyzantinemuseum", e-Byzantine and Christian Museum of Athens, Last modified May 21, 2019, <http://www.ebyzantinemuseum.gr/?i=bxm.en.home>

Figure 3 – Online applications, Zongolopoulos Foundation, Greece



Source: <http://www.zongolopoulos.gr/>

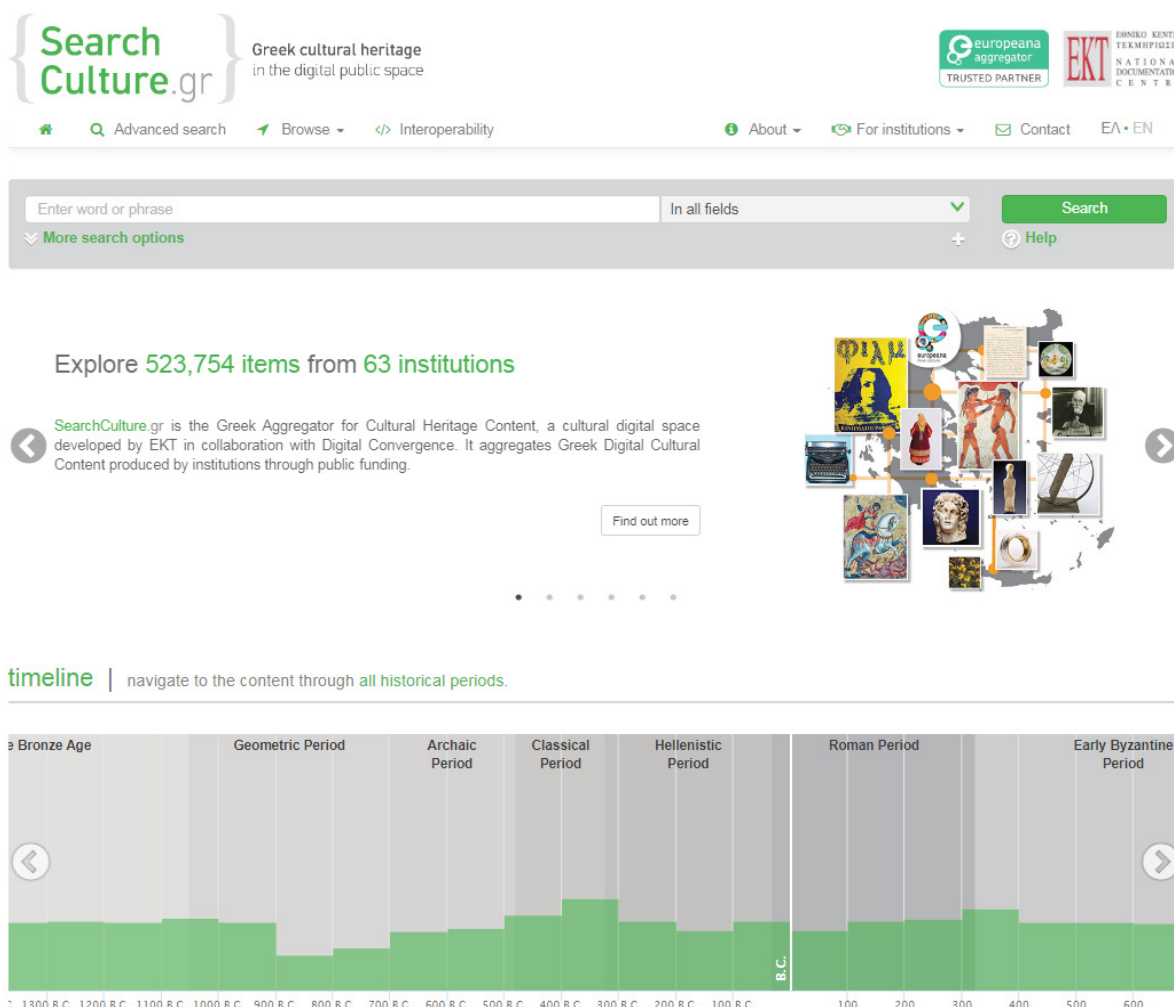
At the same time, according to the demands of a digital globalized market, these projects will push culture forward into the digital era, connecting it to the tourism sector and attracting potential digital and physical visitors (TENEKETZIS; PIERROY; KARATZA, 2018). Amidst this chaotic flow of information, the aforementioned efforts, as well as similar ones, may serve as legitimate and easily accessible sources of information, facilitating the operation of their organizations, as well as the documentation of collections and the exchange of scientific knowledge. Even more important, the digital outcome can be part of other European projects, such as *Europeana*, enriching in this way international digital projects through the use of an application programming interface (API).

The website searchculture.gr,⁶ which carries the explanatory tagline “The Greek cultural heritage in the public digital sphere”, is the culmination of this effort and an indicative example of how a cultural reserve can be exhibited using new technologies. Having said that, this effort has certainly enhanced proper digital curation, public access and the openness of cultural information. Yet, it is still a static presentation, which ignores the interpretative process, the comparative study of digital items or any other classification beyond a strict chronological one, which would otherwise have placed broader phenomena into a historical context and would

⁶ “Greek Cultural Heritage”, Greek Cultural Heritage in the digital public space, Last modified May 21, 2019, <https://www.searchculture.gr/aggregator/portal/?language=en>.

have explained clusters or historical “coincidences”, or even the linkage with Pan-European movements or phenomena. What it does promote is a digitized version of the history of art and of archaeology, instead of a digital one. It seems to promote to the Greek, as well as the international public sphere – namely the “public digital space” – the uninterrupted continuation of our civilization from 3,000 BCE to the present, simply through the availability of digital content, as shown by its timeline, which is the only application available on the platform.

Figure 4 – Online applications, National Documentation Centre, Greece



Source: <http://www.searchculture.gr/aggregator/portal/?language=en>

It seems that during the past decade, there has been a change in the museum’s interpretation and visualization of cultural heritage. Attention is focused on the Greek past, but museums are currently confronted with changing public expectations regarding how to use and offer this content. By means of digital technologies, objects in collections and exhibitions still remain exclusively accessible on-site or stored in collection databases as digital reproductions. In this regard, most museums put a considerable amount of effort in the attempt to display their content and their central narrative through their websites. Furthermore, they develop a multichannel communication strategy that would shed light on the

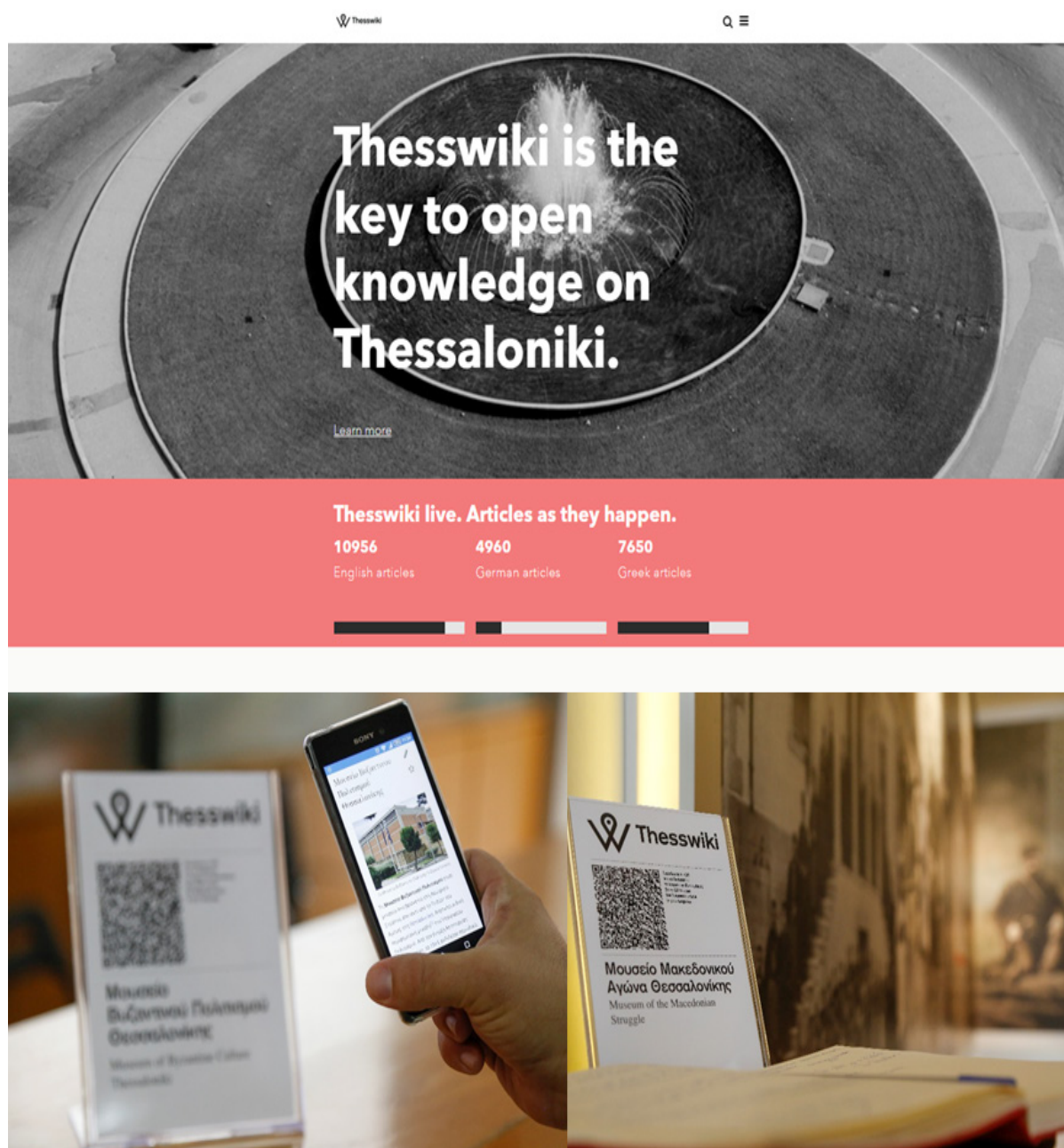
importance of technological aid in making cultural heritage content more easily and efficiently accessible to the public. However, as we saw above, in most cases, they only partially succeed - in terms of language barriers, technology limitations or limited access to content. It seems that institutions do not yet take advantage of the new media or web.4, as they stay on a digitized and simply informative level, away from digital and interactive solutions with multiple interpretations that computational innovations offer.

INTERNATIONAL PRACTICES

However, digital applications and software like *Google Art and Culture*, *Europeana*, *Van Gogh Alive*, 360° video and apps like *Shazam for Art*, as well as morphing technologies, do change the way we view works of art, i.e., the way we perceive and use them, possibly also changing the identity of the viewer, who used to be a physical visitor to a museum and now becomes the visitor of a virtual space, eventually ending up as a user and consumer of a technological product. Consequently, the viewing area of objects is in constant transformation. A different receiving area is evolving, as we leave the public space of the museum for a private residential space or a classroom, which at the same time becomes again public, infinite and global, thanks to the Internet. “Globalization and the cutting-edge tools afforded by new technologies are doing away with boundaries or any obstacles (time and space related) as far as the dissemination and circulation of artistic and cultural works and goods are concerned, as well as the development of culture in general” (AGIOVLASITIS; TSIAVOS, 2018, p. 24).

For example, through the *Thesswiki project* platform,⁷ using Wikipedia as a vehicle, the tangible and intangible cultural heritage of Thessaloniki is uploaded to the global internet encyclopaedia and then, using QR codes, its information is redirected to the physical public space for further consumption. The link between physical and digital spaces acquires a meaning of its own as the interaction takes place regardless of one’ setting. Each user is always free to choose how to access, or, rather, how to use, the available data.

⁷ “Thesswiki Project”, Thesswiki, Last modified May 21, 2019, <http://thesswiki.com/en/>.

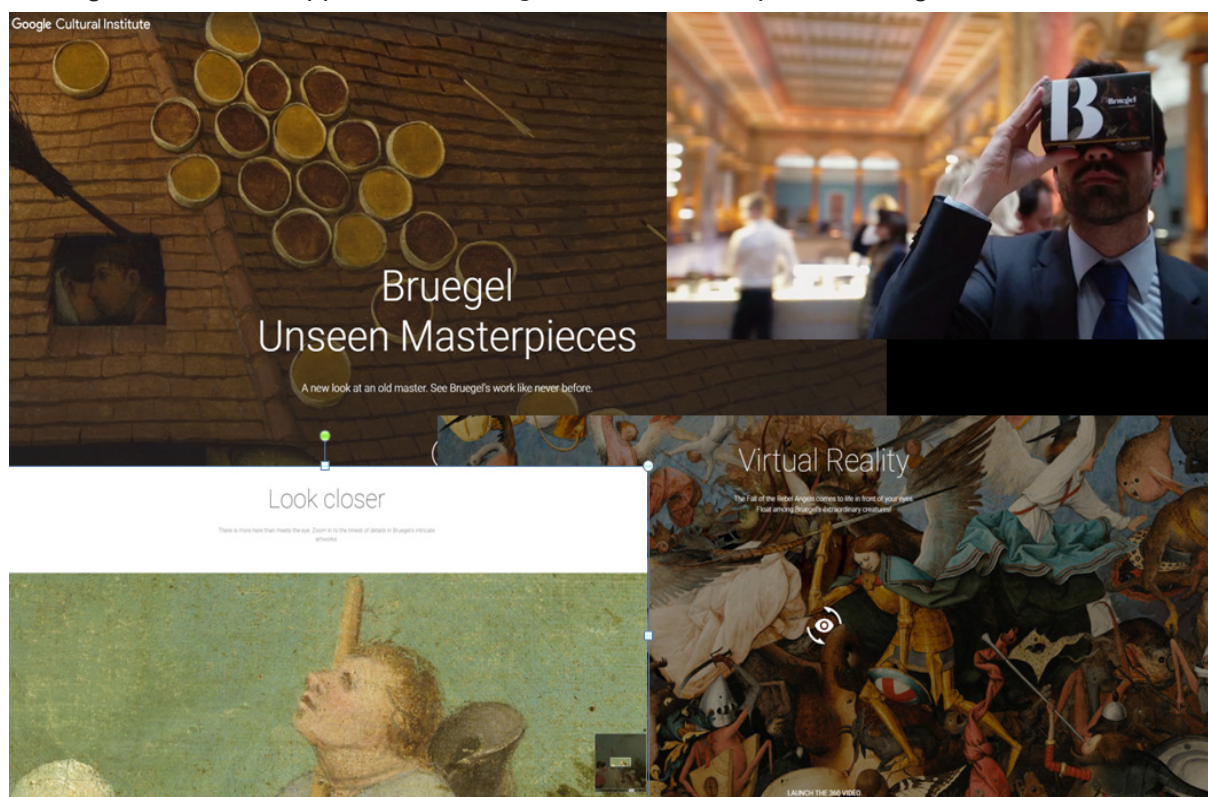
Figure 5 – The *Thesswiki* online crowdsourcing platform

Source: <http://thesswiki.com/en/>

However, could it be that the user's role is simply reduced to that of an information consumer, since he or she remains deprived of any direct contact with the works of art or monuments themselves? Could it be that instead of enriching our interpretative acquis with a view to a better and fuller understanding of the works of art, even the digital situation does not help us avoid an alternative reality as described above? As Malraux (2007, p. 211) stated about conventional museums, the "works of art are being revived inside our own world of art, not their own". Attempting to interpret the relationship between image and original work of art, Horst Bredekamp (2003, p. 103) concludes that this relationship is "the basic conflict in art history: that it depends

largely on the autopsy of the original but that it questions it also through the lens of photographic-founded knowledge”.

Figure 6 – Online applications, *Bruegel Unseen Masterpieces*, Google Arts and Culture

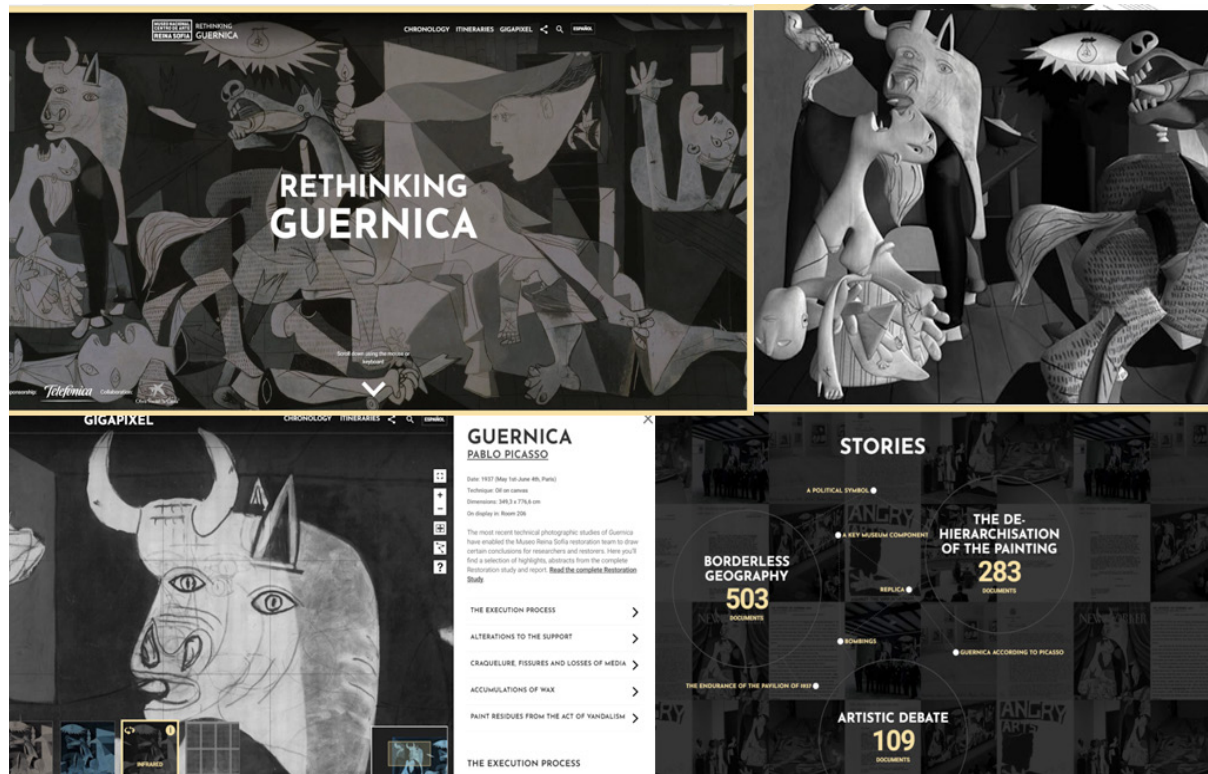


Source: <http://www.google.com/culturalinstitute/bruegel/>

Still, there is an effort, with the aid of technology, to increase the number of dimensions of the traditional photographic capturing of works of art to at least three, considering the way people perceive them. This is the case of a project implemented by Google in collaboration with the Royal Museums of Fine Arts of Brussels, focusing on the art of Bruegel,⁸ as well as another case study concerning Picasso's *Guernica*⁹ at the Reina Sofia museum in Madrid, where 3D re-creations and high definition photographs are complemented by archival documents. Thus, the painting has been given an unprecedented wealth of metadata, helping us reconsider the Spanish artist' subversive work. Along with the documentation metadata, we have therefore the capacity to study every aspect and dimension of the artwork and raise new questions regarding its era and its creative process, thus placing digital media – which are much more than mere reproductions and images – in the service of Art History.

⁸ “Bruegel, Unseen Masterpieces”, Google Arts and Culture, Last modified May 21, 2019, <https://www.google.com/culturalinstitute/bruegel/>.

⁹ “Rethinking Guernica”, Guernica – Museo Reina Sofia, Last modified May 21, 2019, <https://guernica.museoreinasofia.es/en>.

Figure 7 – Online applications, *Rethinking Guernica*

Source: <http://guernica.museoreinasofia.es/en>

Nevertheless, we should always bear in mind that by using the digital document as our only source, in reality we are dealing with numbers and algorithms in a computerized mathematical context, connecting pixels and gigapixels in what is now called Big Data (KLINKE, 2019, p. 17). We are not even standing in front of an image but rather, a set of data, a multidimensional autonomous space of virtual and digital reality, which, in turn, becomes a point, a dot inside another multidimensional space made up of data. This space is now defined, not according to Art History-criteria, but, instead, according to statistical and computing outcomes, thus casting doubts on the very nature of the prototype and its material existence – a prototype that is threatened to lose its historical nature and the character of an intellectual ideological product. As Guioka (2018, p. 12) claims, it is the science of images the one that may “depict in real time, with technical methods, what the human vision cannot capture due to size, distance, composition, or position”.

Hence, it seems that – after their initial crafting – artistic creations change for a second time their identity and character, since after their first “exile” and isolation in a physical museum or gallery, where they have lost their utility and function to become simply “objects of Art” (MARLAUX, 2007, p. 36), once again, in today’s digital world, they become digital data, that is, an “image” available for infinite processing and use. Speaking of the anthropology of the image, Belting (2018, p. 27) correctly remarks “that visual production and visual experience, in general, often tend to be confused with image, specifically. However, in my view, the image must be recognized as a symbolic entity (as well as an object of selection and memory) and distinguished from the constant flow of our visual environment”.

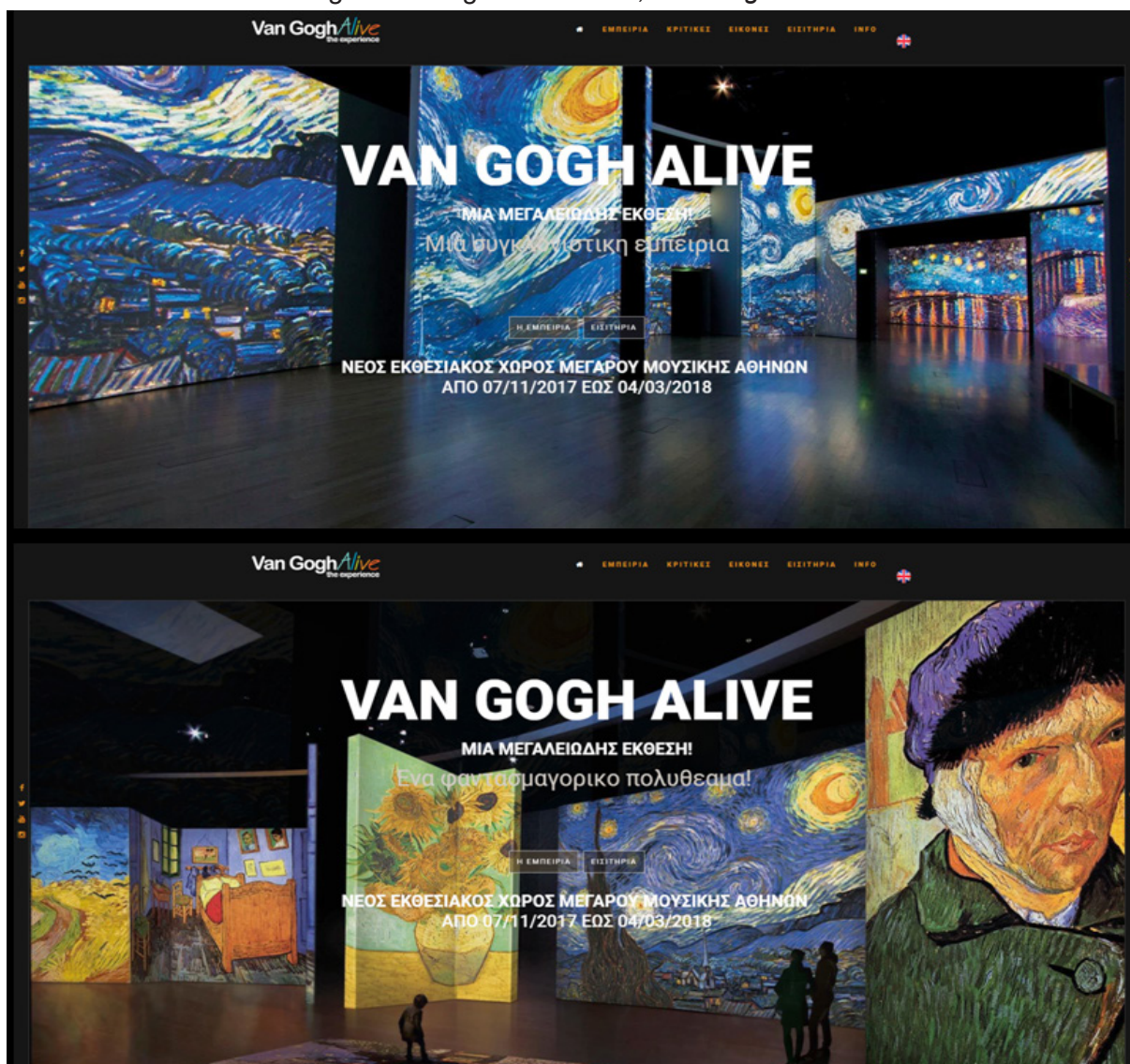
Granted: until recently, we could only compare a few phenomena among themselves – just a handful of works of art, out of those produced at the same time, in the same place. Our conclusions, therefore, would have been based on a finite volume of data, depending on what any given researcher would be able to collect and process at the time. Today, there are no limits to the size and volume of quantitative research, although there is a limitation regarding qualitative comparison. At this point, Art Historians must keep up with developments and raise historical, rather than data-centric criteria, pushing comparison beyond findings of the type, ‘the yellow of cadmium discovered in 1818 was popular among impressionists, and we encounter this in X number of works’. As Google and Europeana soon realized, the millions of documents in their databases needed to be presented in a specific manner and in specific quantities in order to be comprehended by the people. The offered material/product should be attractive to the users-viewers. Therefore, thematic entities and virtual exhibitions have been created, naturally taking into account the Art History principles, otherwise the results would have been meaningless and the artworks would have merely been pixels on a digital image.¹⁰

Still, certain limitations do exist. Space will always be confined to the two-dimensional surface of the computer, tablet or mobile phone, no matter how much the new applications create the illusion of real space, as shown in the “Guglemann Galaxy, Schweizer Kleinmeister: An Unexpected Journey” project (BERNHARD, 2016). The direct contact with the objects, or the knowledge of true dimensions, materials and colours, unfortunately cannot be substituted by the new capabilities offering mass access and comparative analysis of the objects, despite the fact that the artworks are accompanied by their full documentation. There will always be doubts regarding the correct colour reproduction on the computer screen, despite the new media allowing us to see details that would have otherwise been impossible to see with the naked eye; despite being able to reconstruct virtual monuments, painting compositions and historical exhibitions of the past; and despite the new media’s contribution to education. Guioka (2018, p. 9) concludes,

the consequences for the founding myths of this science are critical: it is now becoming clear that the images which seem to recreate nature in the most convincing way (hence producing the best scientific outcomes for the scientists) are exactly those which have been tampered with the most, using specific technological interventions.

At this point an old debate within Art History circles resurfaces, regarding the value and the differences between the reflection and the image, between what is readily visible and its visual and conceivable construction or reconstruction (BELTING, 2018, p. 27).

¹⁰ See “Europeana collections”, Europeana, Last modified May 21, 2019, <https://www.europeana.eu/portal/el>, and “Google Arts and Culture”, Google Arts and Culture, Last modified May 21, 2019, <https://artsandculture.google.com/>.

Figure 8 – Digital exhibition, *Van Gogh Alive*

Source: <http://www.megaron.gr/default.asp?pid=5&la=1&evID=3837>

Nevertheless, we should still be aiming to analyse an artwork's metadata as well, instead of merely looking at the technical characteristics of the images before us. Our aim is for Digital – rather than simply Digitized – Art History, in order to surpass the obstacle of the factual analysis of images, and for new media to facilitate the artistic and ideological dimension of works of “high” or “low” art, just like photography and slides once did, opening up new research possibilities in the cases of Warburg and Panofsky. Otherwise, the next stage would involve the use of images of works of art solely for entertainment purposes, such as in the case of exhibit *Van Gogh Alive*.¹¹ Using techniques that promote immersive and experiential participation, its visitors simply become part of a static interaction, of an illusion of total approach of the works of art – which, however, have lost their material existence, their analogies, their true

¹¹ “Van Gogh Alive”, Van Gogh Alive, Last modified May 21, 2019, <https://www.vangoghalive.gr/indexen.html>.

dimensions or the feeling of a tangible object in space, and ceased to be creations made with means and materials belonging to a specific era.

Contrary to that, in this “breathtaking experience”, or “fantastic spectacle”, as the tagline of this “grand exhibition” states, the viewer is distracted from the historical context and is immersed into a “powerful, pulsating symphony of light, colour and sound”, a “majestic experience, fun and at the same time educating”, “a visually spectacular experience”, “a full dive into breathtaking images”, as we read in the exhibition’s brochure text. The works of art are no longer documents of a society’s culture and ideology but simply become part of an interaction in synchrony. This, however, deprives the user of the ability to think and comprehend the works of art themselves, and their methods of production with regard to similar artistic phenomena of the same era, practically forming a relation in which “we tend to imagine as present something which in reality has materialized long ago and we apply the same capability to the external images that we fabricate” (BELTING, 2018, p. 40). This nowadays allows the curators of the exhibition/show to attribute any interpretation to the psychological standing of the creator’s character, promoting individuality and subjectivity *vis-à-vis* any sense of collective and historical integration. Van Gogh’s painting style – which, in any case, cannot be assessed by the visitor – is simply being interpreted as the reflection of his troubled and psychologically unstable personality, which has nothing to do with the post impressionism or expressionism of the troubled era at the turn of the 20th century. His involvement with landscape painting and open spaces is attributed by the curators to the “artist’s inner void”, and the “Wheatfield with Crows” image, to his “troubled mental state”, implying that the impending darkness, or even death, was a reflection of his great distress and loneliness.

NEW CHALLENGES IN ART HISTORY

Notwithstanding the above-mentioned observations, in reality, the millions of objects and items of this new digital environment, as well as their artistic and theoretical work, are being ignored to a great extent. Most of the information and research remain scattered on the internet or in scientific books and articles, undocumented and invisible to the scientific community – in Greece, at least. Consequently, the direct or indirect interaction of the new digital media with the discipline of Art History remains invisible and vague. Yet, as “techniques of visualizations and reproduction, they are influencing the production of knowledge and define the structure of perception itself” (GUIOKA, 2018, p. 10), transforming it – or not – into a History of Images. The explosive development of new technologies in all areas of human computer interaction is obviously resulting in a change in the way in which the protection and interpretation of cultural heritage is perceived and managed today. Cultural organizations, following the developments of the era and making use of the new possibilities offered to them, have almost completely revised their way of functioning, seeking to integrate new technologies into their individual actions and the production of their goods in order to preserve their cultural achievements, but also to ensure their viability through the fulfilment of their role (KONSTANTAKIS; CARIDAKIS, 2019).

In this discussion, we should certainly take into account developments in the field of humanities and historical studies in general, where we may observe a considerable expansion of the subject and the various fields dealing with the assessment of the



past. The examination of a contemporary historical culture that has been adapted to the history of art is of value, to the extent that we examine the future and value of works of art within the context of a newly emerged digital reality. This reality continues to be a priority for the European Union – see, in this respect, its new directions for the period ending in 2020 as a new digital strategy for culture in terms of ‘smart specialization’ on the part of European States, laying down digital readiness indicators that each country must achieve. A case in point is the institution of Digital Champion, which oversees the completion of the transition to the digital era.¹²

For the first time, with the Work Plan for Culture (2015-2018), the EU Council has adopted a decision, according to which, cultural heritage is a strategic resource for a sustainable Europe. In this framework, it addresses the main challenges facing the organizations managing cultural heritage and meets the needs of the small-medium sized enterprises and creative sector on a national and European level, within the context of creating a global digital cultural market (AGIOVLASITIS; TSIAVOS, 2018, p. 25).

Furthermore, a new parameter in this equation must be taken into account; the Art historian needs to develop a new skill, because in addition to being a scholar of visual products, she/he now acts as a producer. A digital museum receives something that is authentic, based on objects found in the physical museum, and turns it into something authentic based on information, in digital conditions. We must, therefore, also take into account a new development, according to which the so-called “information” is what constitutes the main force of a cultural organization, rather than the cultural “treasures” in its possession. This forces us to assume new positions as information/informatics scientists.

In such an environment, however, from a historian of visual arts of the past, the art historian now turns into someone who studies images; into a student of the contemporary historical culture, or as Mitsos Bilalis (2015, p. 9-10) put it, of the contemporary understanding and interpretation of historical phenomena – in our case, the works of art. Could it be that Art History is becoming a history of images, that is, a process of merely examining reproductions, as Malraux (2007, p. 26) had, once again, prophetically described? Or, rather, are we transitioning towards a science of images which “deals with tangible images and researches aspects like their origin, their psychological impact or the particularities of the medium as well as the content and their social meaning” (GUIOKA, 2018, p. 11), a *Bildwissenschaft* as an assessment of history of culture and civilization in general? Let us not forget that “wars” on history are very often waged as “wars” on image, that is, as public and digital wars (BILALIS, 2015, p. 8). Nowadays, many of these wars are virtually taking place on the screen of a computer or a game console, thus prompting greater involvement and historical conscience through virtual immersion than any other historical approach (STOURAITIS, 2018).

¹² See http://eige.europa.eu/resources/digital_agenda_en.pdf, <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en> and <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/europe-2020-strategy>. Date accessed: 21 May, 2019.

CONCLUSION

To sum up, museums serve multiple functions in society, including safeguarding and providing public access to cultural content. Currently, museums are confronted with changing public expectations as to how to use and offer this content. By means of digital technologies, objects in collections and exhibitions are no longer exclusively accessible on-site or stored in collection databases as digital reproductions; now, they can be openly distributed and made widely accessible via the Internet. In this regard, both political and social actors, such as the EU and the Open Knowledge Foundation, have called on museums to make their digital collections openly available, though initiatives such as “OpenGLAM”. Museums’ staff teams have been increasingly expected to respond to these calls. Therefore, with the rapid development of modern information technology and network popularization, the digital transformation of cultural data management has become an inevitable trend. Digital information technology can achieve effective storage, rescue protection and utilization. Digital technology in cultural heritage provides technical services and guarantees for cultural research (ESTERMANN, 2016).

In this context, all questions regarding previous decades, when even the very existence of Digital Art History was in doubt, have now changed dramatically. The focus has shifted to a great extent from a simple data comparison based on computer processing power (colour, shape, pattern) to a direction focusing on identity and the way our discipline is practiced. In the era of “image worshipping” that we live in, it is not enough for someone to appear to be just an art historian, or even an image historian. Within the framework of imagining science, one must also be a historian, a public historian, a digital historian and a digital art historian; one must possess computer and communication skills, and so on, and so forth...

Could it be that from the era of over-specialization we are now entering an over-information phase, which, however, prohibits a deeper approach of historical events and phenomena – i.e., the works of art themselves? Alternatively, should we just tame and adjust the new means, as well as the ones about to appear in the future, as far as our own methodological and interpretative tools are concerned? This has happened in the past with the use of gravure and early photography, as well as with the advent of projector and slides in university halls one century ago (MARLAUX, 2007, p. 26). In this internal discussion, we should certainly take into account developments in the field of humanities and historical sciences in general, where we may observe a considerable expansion in the subject and the various fields dealing with the assessment of the past. The examination of a contemporary historical culture that has been adapted to the history of art is of value, to the extent that we examine the future and value of works of art within the context of a newly emerged digital reality. It seems, once again, that Malraux (2007, p. 26) correctly predicted, we “have more important works in our disposal than even the biggest museum could ever have”. Still, it is up to the art historians to decide which epistemological direction they are going to choose. The historical approach of visual phenomena and works of art seems nowadays to be crucially at stake.



REFERENCES

- AYIOVLASITIS, Iraklis; TSIAVOS, Prodromos *et.al.* (ed.). *Digital Strategy in Culture 2016-2020 (Ψηφιακή Στρατηγική για τον Πολιτισμό 2016-2020)*. Athens: PostScriptum, 2018. Available at http://www.postscriptum.gr/media/1979/digitalstrategy_final.pdf.
- BELTING, Hans. Towards an anthropology of the image («Προς μια ανθρωπολογία της εικόνα»). *Art History (Ιστορία της τέχνης)*, Athens, n. 7, p. 24-43, 2018.
- BENTKOWSKA-KAFEL, Anna. Debating Digital Art History. *International Journal for Digital Art History*, Munich, n. 1, p. 50-65, Oct. 2015. Available at: http://dah-journal.org/issue_01.html. Date of Access: May 21, 2019.
- BERNHARD, Mathias. Gugelmann Galaxy. An Unexpected Journey through a collection of Schweizer Kleinmeister. *International Journal for Digital Art History*, Munich, n. 2, p. 95-116, Oct. 2016. Available at: http://dah-journal.org/issue_02.html. Date of Access: May 21, 2019.
- BILALIS, Mitsos. *The Past in the Web. Image, Technology and Historical Culture in Contemporary Greece 1994-2005 (Το Παρελθόν στο Διαδίκτυο. Εικόνα, Τεχνολογία και Ιστορική Κουλτούρα στη Σύγχρονη Ελλάδα 1994-2005)*. Athens: Historein, 2015. Available at: <http://www.historeinonline.org>. Date of Access: May 21, 2019.
- BREDEKAMP, Horst. A Neglected Tradition? Art History as *Bildwissenschaft*. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 29, n. 3, p. 418-428, 2003. Available at: <https://philpapers.org/rec/BREANT-4>. Date of Access: May 21, 2019.
- ESTERMANN, Beat. OpenGLAM. Der neue Trend unter den Gedächtnisinstitutionen. *Bibliotheksdienst*, Berlin, v. 50, n. 1, p. 137-140, 2016.
- GUIOKA, Lia. Notes to *Bildwissenschaft* («Σημειώσεις για την *Bildwissenschaft*»), *Art History (Ιστορία της τέχνης)*, Athens, n. 7, p. 8-23, 2018.
- KARAMPA, Elpida. The Museum as a battleground and other stories about the image («Το μουσείο ως πεδίο μάχης και άλλες ιστορίες για την εικόνα»). *Art History (Ιστορία της τέχνης)*, Athens, n. 7, p. 93-109, 2018.
- KLINKE, Harald. Big Image Data within the Big Picture of Art History. *International Journal for Digital Art History* Munich, n. 2, p. 15-40, Oct. 2016. Available at: http://dah-journal.org/issue_02.html. Date of Access: May 21, 2019.
- KLINKE, Harald; SURKEMPER, Liska. Big Image Data as new research opportunity in Art History. *International Journal for Digital Art History*, Munich, n. 2, p. 8-14, Oct. 2016. Available at: http://dah-journal.org/issue_02.html. Date of Access: May 21, 2019.

KONSTANTAKIS, Markos; CARIDAKIS, George. Adding Culture to UX: UX Research Methodologies and Applications in Cultural Heritage. *ACM J. Comput. Cult. Herit.*, v. 13, n. 1, Article 4, February 2020.

KONSTANTAKIS, Markos; MICHALAKIS, Konstantinos; ALIPRANTIS, John; MORAITOU, Themis; KALATHA, Eirini; CARIDAKIS, George. A Methodology for Optimised Cultural User peRsonas Experience - CURE Architecture in Human Computer Interaction Conference, *Proceedings of the 32nd International BCS Human Computer Interaction Conference (HCI)*: July 2018.

MALRAUX, André. *Le Musée Imaginaire (Το φανταστικό μουσείο)*. Translation Eliades Nikos. Athens: Plethron, 2007 (1st French edition 1965).

OTHMAN, Mohd Kamal K. *Measuring visitor's experience with mobile guide technology in cultural spaces*. 2012. 343 p. Phd Thesis (Doctor of Philosophy) – Computer Science Department, University of York, York, 2012.

RAE, Juno; EDWARDS, Lizzie. Virtual reality at the British Museum: What is the value of virtual reality environments for learning by children and young people, schools, and families?. *Museums and the Web*, Silver Spring, 2016. Available at: <https://mw2016.museumsandtheweb.com/paper/virtual-reality-at-the-british-museum-what-is-the-value-of-virtual-reality-environments-for-learning-by-children-and-young-people-schools-and-families/>. Date of Access: May 21, 2019.

STOURAITIS, Elias. Playing the Second World War: Comments on the war in digital games (Παίζοντας Δεύτερο Παγκόσμιο Πόλεμο: σημειώσεις για τον πόλεμο στα ψηφιακά παιχνίδια). *Marginalia*, v. 5, 2018. Available at: <https://marginalia.gr/arthro/paizontas-deytero-pagkosmio-polemo-simeioseis-gia-ton-polemo-sta-psifiaka-paichnidia/>. Date of Access: May 21, 2019.

TENEKETZIS, Alexandros; PIERROU, Vasia; KARATZA, Mina (edit). *Digital Sustainability: New Perspectives for Museums and Cultural Organizations, Proceedings (Ψηφιακή Αειφορία Νέες Προοπτικές για Μουσεία και Πολιτιστικούς Οργανισμούς)*. Athens: PostScriptum, 2018. Available at: http://www.postscriptum.gr/media/1995/booklet_synedriou_noe17.pdf. Date of Access: May 21, 2019.

ZORICH, Diane, Transitioning to a Digital World: Art History, Its Research Centers, and Digital Scholarship. *Report to the Samuel H. Kress Foundation and the Roy Rosenzweig Center for History and New Media*, George Mason University, 2012. Available at http://www.kressfoundation.org/research/transitioning_to_a_digital_world/. Date of Access: May 21, 2019.

ZWEIG, Benjamin. Forgotten Genealogies: Brief Reflections on the History of Digital Art History. *International Journal for Digital Art History*, Munich, n. 1, p. 38-49, Oct. 2015. Available at: http://dah-journal.org/issue_01.html. Date of Access: May 21, 2019.



NOTES

AUTHOR DETAILS

Alexandros Teneketzis: PhD. Postdoctoral researcher, University of the Aegean, Department of Cultural Technology and Communication, Mytilene, Greece.

CORRESPONDENCE ADDRESS

53-55 Elefteriou Venizelou str., 15341, Agia Paraskevi, Athens, Greece.

ACKNOWLEDGEMENTS

Many thanks to Angela Argentino for editing the English translation.

FUNDING

Not applicable.

IMAGE USE AGREEMENT

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

This article is licensed under the [Creative Commons License CC-BY](#). With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its author(s), and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTORY

Received on: Oct. 16, 2019

Approved on: Mar. 27, 2020

How to cite: TENEKETZIS, Alexandros. Exploring the emerging digital scene in Art History and museum practice. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 187-206, maio/ago. 2020.







EVIDÊNCIAS, CÓDIGOS E CLASSIFICAÇÕES: O OFÍCIO DO HISTORIADOR E O MUNDO DIGITAL

Evidences, codes and classifications: the historian's craft and the digital world

Alexandre Fortes^a

 <https://orcid.org/0000-0002-3728-2318>
E-mail: fortes.ufrj@gmail.com

Leandro Guimarães Marques Alvim^b

 <https://orcid.org/0000-0002-1611-7559>
E-mail: alvim.lgm@gmail.com

^a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Departamento de História, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

^b Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Departamento de Ciência da Computação, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

RESUMO

O artigo examina o impacto da difusão global das tecnologias digitais sobre o ofício do historiador. Parte da análise sobre a relação entre a prática da profissão e natureza do conhecimento histórico formuladas por alguns dos maiores historiadores do século XX. Examina a natureza social da linguagem e seu papel na constituição das evidências e fontes históricas, articulando essa análise com os avanços tecnológicos do “processamento de linguagem natural”. Discute conceitos de diversos ramos das ciências sociais relevantes para a compreensão do processo de desenvolvimento do conhecimento humano e o papel da codificação de informações na elaboração de narrativas e na pesquisa histórica. Por fim, apresenta um panorama das principais metodologias no campo da inteligência artificial atualmente aplicadas à pesquisa histórica.

PALAVRAS-CHAVE

História Digital. Inteligência artificial. Teoria e Metodologia da História.

ABSTRACT

This article examines the impact of the global diffusion of digital technologies on the historian’s craft. It is based on an analysis of the linkage between the praxis of the profession and the nature of historical knowledge as stated by some of the greatest historians of the 20th Century. It examines the social nature of language and its role in the constitution of evidences and historical sources, and draws connections between this analysis and the technological advances of “natural language processing”. It discusses concepts from various branches of the social sciences that are relevant for understanding the developmental process of human knowledge and the role of information codification in the construction of historical narratives. Finally, it presents an overview of the main methodologies in the field of artificial intelligence currently applied to historical research.

KEYWORDS

Digital History. Artificial intelligence. Theory and Methodology of History.

Há hoje uma crescente percepção de que a revolução tecnológica em curso nas últimas décadas vem transformando aceleradamente todos os aspectos da vida humana, e que, a despeito das imensas desigualdades e disparidades entre países e regiões, esse processo ocorre em escala global. O exercício das mais variadas profissões e o processo de produção e difusão de conhecimento nas mais diversas áreas vêm sendo igualmente afetados de formas cada vez mais profundas. Em geral, a incorporação da tecnologia digital ao trabalho dos pesquisadores ocorre de maneira mais ou menos casual, à medida que os equipamentos eletrônicos se tornam mais acessíveis, os *softwares* se tornam mais conhecidos e amigáveis e as plataformas se tornam componente obrigatório das mais diversas atividades inerentes à vida acadêmica. A tomada de consciência de que os fundamentos básicos do ofício precisam ser revistos e atualizados diante do novo contexto, entretanto, ocorre de forma mais lenta e desigual.

Seria difícil identificar algum aspecto da atividade relativa à produção do conhecimento histórico que não tenha sido significativamente alterado nos últimos quinze ou vinte anos. A grande maioria dos historiadores atuais escreve em processadores de texto e usa, ao menos eventualmente, imagens e planilhas digitais e *softwares* para preparar apresentações. Crescentemente, gerenciadores de referências bibliográficas, bancos de dados, ferramentas de georreferenciamento e programas de suporte à análise qualitativa passam a ser também incorporados como importantes ferramentas de trabalho. As instituições de ensino e pesquisa adotam cada vez mais sistemas integrados de gestão acadêmica e administrativa. A participação em simpósios, a publicação de artigos, a divulgação dos currículos, a obtenção de financiamento, a gestão de programas de pós-graduação e a participação em associações científicas são todos mediados por plataformas online. Identificadores permanentes de autores e publicações, como International Standard Book Number (ISBN), International Standard Serial Number (ISSN), Digital Object Identifier (DOI) e Open Researcher and Contributor ID (ORCID) tornam-se cada vez mais familiares. Fontes históricas dos mais diversos tipos, sobre os mais variados temas e períodos, são hoje disponibilizadas de forma massiva na internet, enquanto fichas e cadernos de notas são substituídos por câmeras digitais e *scanners* quando a ida ao arquivo físico ainda é necessária. Historiadores interagem em âmbito global entre si, com alunos e com o público em geral trocando e-mails, postando em redes sociais – algumas delas criadas especificamente para uso de acadêmicos – e realizando videoconferências. A construção de sítios eletrônicos e *blogs*, a divulgação de vídeos didáticos e *podcasts* passam a ser instrumentos cada vez mais relevantes de divulgação científica e de história pública.¹

A atuação nesse ambiente digital que permeia crescentemente a produção e circulação do conhecimento histórico desafia os pesquisadores a irem além de uma compreensão instrumental e consumista das novas tecnologias. Cada vez mais é necessário posicionar-se diante dos grandes enfrentamentos políticos relativos a questões como propriedade intelectual e políticas de informação científica. Afinal de contas, esses embates contrapõem interesses diversos, e muitas vezes antagônicos,

¹ Um panorama muito mais detalhado dessas transformações e de experiências de exploração ativa do potencial das tecnologias digitais pelos historiadores pode ser visto em trabalhos como de Cohen e Rosenzweig (2006), Kelly (2013), e Body e Larson (2014).

e o seu resultado determinará cada vez mais as condições de produção da ciência mundial. De um lado, encontram-se as grandes corporações multinacionais que oligopolizam não apenas o mercado de *softwares*, mas também o de publicações acadêmicas e das requintadas ferramentas de análise bibliométrica, que possuem grande impacto sobre a avaliação da produção científica e sobre as políticas de financiamento à pesquisa. De outro, o movimento global pelo desenvolvimento dos *softwares* livres, do acesso aberto e da ciência aberta, com a adoção de repositórios institucionais abrangendo produção científica e bases de dados. Ainda em um terceiro campo, a ação direta de ativistas como a cazaque Alexandra Elbakyan, condenada e perseguida por muitos, mas também reverenciada por um número ainda maior de pesquisadores, particularmente no Hemisfério Sul, que encontram na atividade pirata do *Science Hub* um importante instrumento para diminuir o *gap* que os afasta das condições de trabalho dos países ricos.

Na perspectiva da história do trabalho, seria difícil imaginar que uma atividade profissional atravessasse um contexto marcado por mudanças tão profundas nas técnicas e instrumentos de produção, nos mecanismos que definem sua inserção no processo de circulação de artefatos culturais, com o correspondente enfrentamento de uma agenda política completamente nova, sem passar por uma profunda metamorfose.

O exercício que propomos nesse artigo passa, em um primeiro momento, por resgatar reflexões sobre a natureza do trabalho do historiador produzidas por mestres que, em momentos distintos do século XX, realçaram seu caráter artesanal. Posteriormente, tomando como fio condutor a visão da História como ciência da informação, analisaremos os processos de codificação e decodificação como aspectos inerentes ao ofício do historiador, buscando continuidades e discontinuidades no contexto contemporâneo. Apresentaremos ainda um painel de diversas metodologias computacionais aplicadas à documentação histórica atualmente em desenvolvimento. Por fim, trataremos da necessidade de rever procedimentos tradicionais à luz da atual confluência interdisciplinar que afeta os processos de produção e circulação do conhecimento histórico, visando indicar possibilidades de desenvolvimentos teórico-metodológicos inovadores.

CLASSIFICAÇÃO EM BUSCA DA INTELIGIBILIDADE PROGRESSIVA: A OFICINA DO HISTORIADOR

Dois dos mais influentes historiadores do século XX registraram suas visões sobre os grandes debates teórico-metodológicos relativos à disciplina histórica em obras marcadas pela analogia entre a pesquisa histórica e o trabalho artesanal. Para Marc Bloch (2001) e E. P. Thompson (1981), ao burilar as fontes, materiais de caráter “objetivo e determinante”, os historiadores forjam um conhecimento validado pelo diálogo com a realidade, voltado à orientação da ação humana no presente. Bloch destaca que a produção historiográfica não se destina à produção de um saber normativo, mas sim à geração de uma classificação racional das informações em busca de uma progressiva inteligibilidade do processo histórico (BLOCH, 2001, p. 129).

Ambos destacam que a utilização de diferentes tipos de fontes em uma mesma investigação possibilita uma maior aproximação da complexidade do real, mas também que a transformação das fontes (epistemologicamente inertes) em conhecimento histórico é mediada pela formulação de problemas (BLOCH, 2001) ou de perguntas



que conduzam o interrogatório das evidências (THOMPSON, 1981). Essas reflexões sobre a natureza do ofício e do conhecimento que ele produz nos levam a dois tipos de indagações em relação ao impacto da revolução digital na pesquisa histórica.

Em primeiro lugar, trata-se de analisar o potencial da massiva ampliação do universo de fontes potencialmente acessíveis e das ferramentas tecnológicas capazes de auxiliar (e até mesmo automatizar) a “classificação racional de informações” na produção de análises de qualidade superior no que diz respeito à “inteligibilidade do processo histórico”.

Em segundo lugar, cabe refletir sobre os historiadores como profissionais treinados em uma disciplina dedicada a esse sofisticado processo de observação e análise capaz de gerar, a partir de vestígios oriundos de múltiplas temporalidades, novos e substantivos conhecimentos. Qual é a contribuição do ofício para o enfrentamento dos dilemas enfrentados pela sociedade em uma era marcada por fenômenos como *Big Data*, inteligência artificial (IA) e *Fake News*? Em que medida as habilidades intelectuais nutridas pela pesquisa histórica podem dialogar com a ciência da computação na geração de novas tecnologias orientadas a potencializar a ação humana diante dos desafios do presente e do futuro?

Para Jo Guldi e David Armitage, os historiadores, ao se apropriarem das ferramentas analíticas geradas pela tecnologia digital, podem desempenhar papel fundamental no enfrentamento da “sobrecarga de informação” que ameaça a capacidade de pensamento de longo prazo no mundo contemporâneo. Em comentários que ecoam, em um contexto profundamente alterado, os de Bloch nos anos 1940 e de Thompson nos anos 1970, Guldi e Armitage (2014, p. 88-117) caracterizam o ofício como particularmente apto ao exercício crítico do papel de curadoria que envolve problematizar simultaneamente múltiplas bases de dados.

LINGUAGEM “NATURAL”, CODIFICAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

As transformações sociais desencadeadas pela revolução digital colocam a necessidade de examinarmos as novas formas assumidas pelo trabalho do historiador na “classificação racional das informações obtidas nas fontes em busca de uma progressiva inteligibilidade do processo histórico”. A primeira questão a ser considerada é que a classificação de informações não está presente apenas na leitura e análise das fontes, mas na sua própria constituição.

Considerando a distinção de Bloch (2001) entre evidências diretas e indiretas, o papel da linguagem no segundo tipo é bastante evidente, uma vez que ele se constitui de relatos ou descrições de acontecimentos humanos, que só podem ser elaborados a partir da combinação de palavras em estruturas narrativas organizadas por regras gramaticais formais e informais. Sobre essa camada textual básica, em certos casos, diferentes tipos de codificação podem ser inseridos nos processos de manipulação pelos quais essas fontes podem passar até serem depositadas em um arquivo ou abandonadas ao esquecimento: anotações e comentários marginais, códigos de classificação temática, metadados de catalogação, etc. O historiador, por sua vez, ao ler a documentação, criará sua própria lógica de seriação e classificação, selecionará trechos de seu interesse e os identificará nas suas fichas físicas ou virtuais,

associando-os a diversos tipos de marcadores, tais como conceitos, datas, indivíduos, organizações, acontecimentos, entre outros.

As evidências diretas, por outro lado, muitas vezes não contêm linguagem humana em si mesmas, mas só poderão se constituir em fontes à medida que os pesquisadores as representem por meio de códigos linguísticos. Fragmentos encontrados em uma escavação arqueológica, por exemplo, precisam ser descritos, quantificados e analisados em relação à sua distribuição espacial (vertical e horizontal) nos respectivos sítios, antes de serem confrontados com o conhecimento previamente existente sobre a sociedade que os originou e com as novas hipóteses dos pesquisadores que os localizaram a fim de que venham a ser posteriormente considerados indicadores potenciais de novos conhecimentos históricos.

De que modo as operações cognitivas referentes à linguagem realizadas pelo historiador são afetadas pelo desenvolvimento da tecnologia digital? A disseminação da computação nas últimas décadas coroa um processo muito mais longo que conecta o desenvolvimento de tecnologias eletroeletrônicas com o de sistemas de codificação que reduzem a linguagem humana a mínimos denominadores comuns, de modo a ampliar o alcance da comunicação em escala global e do processamento de massas com número cada vez maior de dados.

Analisando o contexto de meados do século XIX, Hobsbawm (2012) destaca que mesmo décadas antes da segunda revolução industrial, que generalizou o uso da eletricidade e do petróleo como novas bases da matriz energética mundial, a revolução nos meios de transporte (ferrovias, linhas regulares internacionais de navios a vapor) e comunicação (modernos sistemas de correio, imprensa diária, telégrafo e posteriormente telefone) gerava um grau inédito de integração quase imediata de processos históricos ocorridos nas mais diversas partes do mundo. Considerando-se o papel do código Morse como precursor das linguagens digitais, é significativo que o autor o aponte como indicador do impacto global das proezas tecnológicas do século XIX: “Em 1871, o resultado do Derby era enviado de Londres para Calcutá em nada menos que 5 minutos, apesar de que a notícia era consideravelmente menos excitante que o feito em si” (HOBBSAWM, 2012, p. 74).

Evidentemente essa relação entre o universo linguístico das sociedades humanas e os impulsos elétricos capazes de transmitir comandos e informações processáveis à máquina vem atravessando estágios sucessivamente mais complexos desde então. Como veremos posteriormente, desde a década de 1950, o “processamento de linguagem natural”, ou seja, a interação entre as linguagens dos seres humanos e aquela utilizada na programação dos computadores, se estabeleceu como um campo de desafios estratégicos, associado ao desenvolvimento da inteligência artificial.

O uso do conceito de “linguagem natural” para diferenciação da “linguagem formal”, entretanto, corre o risco de, inadvertidamente, induzir a uma percepção equivocada, à medida que tende a obscurecer o aspecto social da linguagem humana. No início do século XX, diversos pioneiros dos estudos antropológicos levaram o debate sobre o caráter das sociedades humanas a um novo patamar teórico precisamente ao distanciarem sociedade (e linguagem) de qualquer conexão com o “natural”. O distanciamento do determinismo biológico tornou-se cada vez mais um elemento central na compreensão do papel da cultura na história humana, o que pode ser exemplificado pelas formulações de Alfred Kroeber sobre o conceito de “superorgânico” (KROEBER, 1975; ŠKORIĆ, 2016).

Se a linguagem, elemento estruturante da vida social humana, constitui-se de sistemas de signos arbitrários estruturados apenas pela sua diferenciação recíproca, como concluiu Saussure (2007), é importante nos questionarmos sobre a natureza do processo que possibilita transformar “evidências” em “fontes”. Entendemos que essa reflexão pode contribuir tanto para a identificação da contribuição das ciências humanas no desenvolvimento de novas aplicações tecnológicas quanto para a análise dos múltiplos impactos sociais decorrentes da disseminação das tecnologias digitais.

DA PERCEPÇÃO À NARRATIVA, PASSANDO PELO PENSAMENTO

Haveria alguma relação entre a “classificação racional de informações”, inerente ao trabalho dos historiadores, e o “processamento de linguagem natural (ou social)” que os cientistas da computação vêm desenvolvendo há mais de sessenta anos? Até que ponto a sistematização e explicitação da experiência metodológica e analítica inerente à prática do ofício do historiador pode contribuir para a abertura de caminhos de desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial? De que modo esse processo pode vir a gerar novos impactos sobre o futuro da pesquisa histórica?

Os avanços tecnológicos aplicados às diversas facetas da pesquisa histórica são registrados com frequência cada vez maior. Enquanto redigimos este artigo, deparamo-nos com a notícia de que “a inteligência artificial *DeepMind* derrotou seres humanos na decifração de tabuletas gregas antigas danificadas”. A matéria, para alívio da comunidade historiográfica, contém a reconfortante frase “humanos ainda serão necessários para juntar as peças a olho e então decifrá-las” (LI, 2019).

Podemos especular sobre o que distingue as tarefas em que a inteligência artificial já se mostra capaz de superar os seres humanos no campo da pesquisa histórica e aquelas nas quais “o olhar” do historiador ainda se faz necessário. Essa reflexão nos levará a tratar da relação entre cérebro humano e realidade externa na produção de conhecimento.

Ao analisar o processo de desenvolvimento cognitivo ao longo da infância, Jean Piaget (1973) se viu na necessidade de superar tanto as concepções filosóficas aprioristas, que consideram o conhecimento inerente aos conceitos desenvolvidos no cérebro do indivíduo, quanto as empiristas, segundo as quais as propriedades do real se impõem à mente humana pela simples observação do meio. O psicólogo suíço formulou o conceito de “epistemologia genética” (PIAGET, 1973) para descrever o processo pelo qual, por meio da interação com o meio físico e social, o ser humano desenvolve de forma integrada a consciência de si, da realidade objetiva na qual se insere e dos outros.

Podemos identificar ecos dessa visão, que articula de forma retroalimentar o desenvolvimento cerebral à exploração progressiva da realidade, em trabalhos recentes que se encontram na vanguarda do desenvolvimento de interfaces homem-máquina, alguns deles desenvolvidos por cientistas brasileiros de formação acentuadamente interdisciplinar. Uma matéria jornalística sobre as pesquisas de Miguel Nicolelis, que resultaram no desenvolvimento de um exoesqueleto controlado pelo cérebro de pacientes tetraplégicos, destaca que o neurocientista partiu da observação de que os seres humanos têm “no cérebro um modelo de seu próprio corpo”. Se, de um lado, os sentidos constroem nossa percepção das “fronteiras físicas” entre corpo e

“mundo exterior”, de outro, Nicoletis percebeu que o “esquema corpóreo projetado pelo cérebro” é “capaz de incorporar uma série de ferramentas que os homens usam rotineiramente. Um tenista experiente, por exemplo, pode assimilar sua raquete como uma extensão do próprio corpo; uma violinista, seu violino; e um cirurgião, seu bisturi” (ROSA, 2013).

Foi precisamente a análise da relação entre o cérebro de um profissional especializado e seu instrumento de trabalho que levou Eduardo Miranda a desenvolver a tecnologia que possibilitou a uma violinista com graves lesões cerebrais causadas por um acidente de carro há mais de trinta anos voltar a “tocar”, por meio da combinação entre sensores acoplados à sua cabeça e notas musicais exibidas em uma tela (BBC, 2017).

Qual é a relevância dessas reflexões sobre a relação entre percepção do mundo externo, desenvolvimento cognitivo e interação cérebro-instrumentos para a abordagem do processo de produção do conhecimento histórico?

Conforme vimos acima, Bloch (2001) e Thompson (1981) coincidem tanto na afirmação do caráter “objetivo e determinante” do processo histórico quanto na impossibilidade de obtermos um conhecimento pleno e direto sobre ele. A “interrogação das evidências” em busca de respostas para problemas formulados pela análise da realidade social e das diversas interpretações já existentes sobre os temas abordados se constitui no cerne da prática profissional do historiador. As metáforas artesanais utilizadas por ambos na análise das várias dimensões do processo de construção do conhecimento histórico indicam a interatividade que o caracteriza, marcado, como destaca Thompson, por um diálogo no qual o conhecimento produzido é testado em confronto com a realidade. Essa forma específica de “epistemologia genética” faz do estudo da história um exemplo particularmente intenso de expansão da visão de mundo do ser humano para além do seu ego individual em direção à compreensão da objetividade do mundo externo e da complexa relação com “os outros”. Daí a sua relevância para a formação de cidadãos em uma sociedade plural.

Estabelecendo um paralelo com as pesquisas de Nicoletis (ROSA, 2013) e Miranda (BBC, 2017), poderíamos supor também que a modelagem das ondas cerebrais dos praticantes da investigação histórica passa gradualmente a incorporar seus instrumentos de trabalho. Mas ao invés de uma bola, um violino ou um bisturi, os historiadores manipulam evidências, transformando-as em “informações racionalmente classificadas” e narrativas construídas a partir delas.

Podemos vislumbrar os impactos dessa prática sobre a mente do historiador em um texto clássico do pioneiro da micro-história italiana Carlo Ginzburg. Em *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*, ele analisa a emergência, a partir do século XIX, de um “modelo interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais considerados reveladores”, que perpassa medicina, crítica de arte, psicanálise e literatura de detetives, entre outros campos do conhecimento. Ginzburg destaca que esse paradigma se ancora no desenvolvimento pela prática investigativa, de uma “intuição alta”, presente aos ofícios de “conhecedor ou diagnosticador”, algo que não se aprende “limitando-se a por em prática regras preexistentes” e que envolve “faro, golpe de vista, intuição” (GINZBURG, 2002, p. 149, 179).

De fato, Bloch já advertira que a análise histórica, para além da aplicação de metodologias e técnicas especializadas, envolve uma sensibilidade peculiar, adquirida na prática do ofício: “o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier

guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. [...] Será possível negar que haja, como o tato das mãos, um das palavras?” (BLOCH, 2001, p. 55).

A “intuição alta” identificada por Ginzburg, entretanto, só se aplica ao processo interpretativo após um amplo e disciplinado processo de coleta e classificação de informações, na linha do que também já fora indicado por Bloch. Se o crítico de arte italiano Morelli ou o detetive Sherlock Holmes, personagem de Sir Arthur Conan Doyle, poderiam identificar a autoria de um quadro ou o parentesco entre uma vítima e uma testemunha pelos detalhes relativos ao formato de orelhas, esse detalhe só poderia se tornar significativo após a identificação de que as orelhas estão entre as partes do corpo que apresentam maiores variações e o estabelecimento de uma metodologia comparativa sobre os diferentes elementos que as constituem. Do mesmo modo, o historiador torna-se cada vez mais capaz de identificar detalhes discrepantes que podem ser pistas significativas em diversos tipos de fontes à medida que a experiência lhe possibilita identificar padrões e tipologias, caso contrário, permanecerá perdido num oceano de detalhes e curiosidades encontrado nas fontes e não realizará sua missão.

Chegarão as máquinas a desenvolver esse tipo de “alta intuição”? Em que tipo de operação cognitiva a inteligência artificial já pode, hoje em dia, auxiliar a pesquisa histórica?

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL

Antes de relacionar a inteligência artificial e a História Digital, primeiramente precisamos compreender como a ciência da computação define inteligência artificial e processamento de linguagem natural e como essas definições evoluíram historicamente. Essa não é uma tarefa trivial. Russel e Norvig (2004) organizaram o quadro abaixo, sintetizando as definições de diversos autores com base em duas dimensões principais: *pensamento/raciocínio*; e *comportamento*.

Quadro 1 – Definições de IA

Sistemas que pensam como seres humanos	Sistemas que pensam racionalmente
“O novo e interessante esforço para fazer os computadores pensarem [...] máquinas com mentes, no sentido total e literal” (HAUGELAND, 1985).	“O estudo das faculdades mentais pelo uso de modelos computacionais” (CHARNIAK; MC DERMOTT, 1985).
“Automatização de atividades que associamos ao pensamento humano, atividades como tomada de decisões, a resolução de problemas, o aprendizado [...]” (BELLMAN, 1978).	“O estudo das computações que tornam possível perceber, raciocinar e agir” (WINSTON; WINSTON, 1992).
Sistemas que atuam como seres humanos	Sistemas que atuam racionalmente
“A arte de criar máquinas que executam funções que exigem inteligência quando executadas por pessoas” (KURZWEIL, 1990).	“A inteligência computacional é o estudo do projeto de agentes inteligentes” (POOLE; MACKWORTH; GOEBEL, 1998).

Fonte: Elaboração dos autores a partir da bibliografia citada.



As abordagens da primeira coluna da tabela medem o sucesso da automação relativamente à sua fidelidade frente ao desempenho humano. Já as da segunda coluna medem o desempenho com relação à racionalidade, definida como a realização de uma tarefa de forma perfeita com as informações disponíveis, sem simular o comportamento ou o modo de pensar característico dos seres humanos. A abordagem centrada nos seres humanos, por outro lado, possui caráter empírico, envolvendo hipóteses e diálogo interdisciplinar, podendo abarcar ciências biomédicas, humanas e exatas. Já as abordagens racionalistas concentram-se na grande área de exatas, em especial nos campos da matemática, computação e engenharias (RUSSEL; NORVIG, 2004).

É interessante analisar as contribuições de diversas disciplinas para o campo da inteligência artificial. Os filósofos tornaram a área concebível, formulando as ideias de que a mente é, em alguns aspectos, semelhante a uma máquina, de que ela opera sobre o conhecimento codificado em alguma linguagem interna e que o pensamento pode ser usado para escolher as ações que deverão ser executadas. Os matemáticos forneceram ferramentas para trabalhar com declarações de certezas lógicas, bem como declarações de incertezas, como as probabilísticas. Definiram a base para a compreensão da computação e do raciocínio sobre algoritmos. Os economistas formalizaram o problema da tomada de decisões que maximizem o resultado esperado. Certas linhas da psicologia adotam a ideia de que os seres humanos podem ser considerados máquinas de processamento de informações. Os linguistas mostraram que o uso da linguagem se ajusta a este modelo. Já os engenheiros de computação forneceram os artefatos que tornam possíveis as aplicações de IA, gerando os grandes avanços de *hardware* que os *softwares* demandam (RUSSEL; NORVIG, 2004). É possível afirmar, portanto, que o campo da IA obteve um vigoroso desenvolvimento a partir de contribuição de várias disciplinas para sua consolidação. No campo da História, entretanto, este processo ainda é incipiente.

A expansão global da internet e a difusão do uso de *Big Data* também contribuíram para grandes saltos no campo de pesquisa denominado Processamento de Linguagem Natural (NLP), que, no entanto, possui uma história bem anterior dividida em quatro períodos: 1950-1970; 1970-1980; 1980-1990; e 1990 até a atualidade. O primeiro período começou com muito entusiasmo e grandes pretensões. O foco então se concentrava na tarefa de tradução automática denominada *Mechanical Translation* (MT). Um dos primeiros trabalhos desse tipo foi a geração de uma amostra de tradução automática de um texto da língua russa para a inglesa. É importante ressaltar que, naquele período, as máquinas eram rudimentares do ponto de vista computacional. O processamento de uma única frase demorava em torno de sete minutos. Um dos pontos de maior relevância dessa fase foi a realização do congresso internacional *The Teddington International Conference on Machine Translation of Languages and Applied Language Analysis*, em 1961, com trabalhos em vários campos da linguística, como sintaxe, semântica, morfologia, interpretação, geração de texto e teoria formal. A área se internacionalizou rapidamente. A União Soviética, os Estados Unidos, países da Europa e Japão logo se tornaram atuantes nesse campo (JONES, 1994).

Já no segundo período, parte da comunidade de NLP se funde à comunidade de IA, com o objetivo de pesquisar representações do conhecimento para manipulação e construção de novos significados. Um dos primeiros trabalhos nessa fase foi a construção de uma base de conhecimento formal para um sistema de perguntas e

respostas, com base em primitivas redes semânticas. Esse trabalho se fundia com a representação do processo de conhecimento por meio da lógica formal. Alguns grandes projetos nesta linha foram desenvolvidos, como foi o caso do *ARPA Speech Understanding Research* (SUR). Foi uma fase que teve como principal característica o caráter prático, com o desenvolvimento de sistemas voltados principalmente para a comunicação com foco no usuário (JONES, 1994).

O terceiro período, por outro lado, foi marcado por uma nova abordagem, denominada de gramaticológica. Com a dificuldade de se avançar na construção de sistemas de perguntas e respostas como os que marcaram a fase anterior, houve um maior desenvolvimento de teorias da gramática entre os linguistas e da representação de conhecimento pelos pesquisadores de IA. Os linguistas elaboraram, por exemplo, a gramática funcional e categórica, tendo como princípio base, em geral, a computabilidade para algoritmos de *parsing* (análise sintática). Nesta mesma época, crescia o paradigma de programação declarativa na computação, com o uso da linguagem de programação *Prolog*. Dessa forma, surgiu a demanda de que o texto fosse tratado por sua sintaxe, possibilitando sua conversão em formas lógicas. Nesta fase, as principais ferramentas desenvolvidas foram *parsers*, dicionários léxicos e gramáticas, com um aumento na oferta de sistemas comerciais relativos a perguntas e respostas associados a bases de dados (JONES, 1994).

O quarto período, finalmente, é marcado pela ênfase na construção de léxicos e abordagens estatísticas. Com o aumento da disponibilidade de textos a partir da expansão da *World Wide Web*, tarefas variadas começam a florescer e ganhar espaço no mercado, tais como: geração de resumos de texto; extração da informação; recuperação da informação através de motores de busca; transcrição automática de áudios; e tradução automática. As abordagens vinculadas à engenharia ganham mais espaço do que a tradicional concepção associada à linguística. Gradualmente, porém, a construção de *corpora* para dar suporte à resolução de diversas tarefas também começou a se difundir. Congressos com *shared task* (tarefas específicas a serem resolvidas pela comunidade de participantes) ganham espaço e ajudam na evolução do campo. Métodos estatísticos e de Aprendizado de Máquina também de expandem e se integram à NLP. Na década atual, tarefas como: tradução; identificação de classes gramaticais; reconhecimento de entidades nomeadas; e análise de sentimentos já estão bastante difundidas, sendo inclusive incorporadas em alguns serviços *online*. Apesar dos grandes avanços ao longo dessas várias décadas, muitos problemas ainda restam irresolutos.

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E HISTÓRIA DIGITAL

Nesta seção apresentamos alguns trabalhos acadêmicos considerados relevantes para a aplicação da ciência da computação à área da História Digital. Dividimos os trabalhos pelos temas de pesquisa aos quais eles se relacionam na área de processamento de linguagem natural e inteligência artificial, tentando indicar, em cada caso, o seu potencial agregador para a pesquisa histórica. Os exemplos selecionados dizem respeito aos seguintes temas: 1) identificação de autoria, 2) modelagem de tópicos e 3) extração da informação.



Identificação de autoria

A atribuição de autoria é um problema que vem sendo estudado ao longo de várias décadas. No presente, essa abordagem se relaciona fortemente às ferramentas de combate ao plágio, o qual ocorre em várias áreas: jornalismo, artes, música, atividade acadêmica, etc. Entretanto, a identificação de autoria por estilo pode ser utilizada até mesmo para a resolução de crimes, tal como na investigação mais longa e mais cara da história do FBI, o caso do terrorista Theodore John Kaczynski, mais conhecido como *Unabomber*. Kaczynski escreveu um manifesto marcado pela crítica social e pelo posicionamento anti-industrialização, e o mesmo estilo de escrita foi identificado em uma carta enviada a seu irmão, que o denunciou. As semelhanças estilísticas analisadas com métodos computacionais contribuíram para confirmar a autoria dos crimes cometidos pelo *Unabomber*.

No campo da história, a aplicação de métodos de identificação de autoria pode acarretar novas hipóteses acerca de fatos já bastante estudados, o que pode ser de grande relevância. Um exemplo clássico é o problema de Identificação Autoria no texto dos *Documentos Federalistas*, escritos entre 1787-1788 por Alexander Hamilton, John Jay e James Madison, com o objetivo de convencer os cidadãos do Estado de Nova York a ratificar a constituição dos EUA. Esses 77 ensaios curtos, contendo de 900 a 3500 palavras, apareceram em jornais, assinados com pseudônimo *Publius*. Em 1778, eles foram juntados a oito artigos adicionais sobre o mesmo assunto e publicados em forma de livro. Hamilton morreu em um duelo em 1804, mas deixou uma lista em que apontava a autoria individual de cada artigo, publicada três anos depois em um periódico da Filadélfia. Entretanto, Madison, após encerrar seu mandato como o quarto presidente dos Estados Unidos, reabriu o debate sobre essa atribuição de autoria. Em 1818, ele afirmou que escrevera um conjunto de artigos que Hamilton havia atribuído a si próprio. Desde então, foi se estabelecendo entre os críticos especializados o consenso em relação a alguns pontos: John Jay é o único autor de cinco dos 85 artigos (os de número 2, 3, 4, 5 e 64); Hamilton é o único autor de 43 artigos; Madison é o único autor de 14. A atribuição de autoria dos 12 artigos restantes, os chamados “documentos contestados” (49-58, 62-63), entretanto, permaneceu polêmica após o falecimento dos autoproclamados autores, até porque os estilos de escrita de ambos eram bastante semelhantes (HOLMES; FORSYTH, 1995). Em 1941, Frederick Williams e Frederick Mosteller contabilizaram o tamanho médio das frases de ambos nos artigos não contestados, chegando a médias de 34,55 e 34,59 palavras por frase respectivamente para Hamilton e Madison, com desvios padrão de 19,2 e 20,3. Desse modo, não era possível chegar a conclusões taxativas sobre a disputa de autoria.

Até 1964, quando Mosteller e Wallace publicaram a primeira edição de seu livro, *Inference and Authorship disputed* as opiniões permaneceram divididas, com cada lado esgrimindo diversos argumentos históricos e estilísticos. O caminho adotado pelos autores para chegar a conclusões mais robustas passou pela análise das *marker words*, palavras utilizadas com frequências significativamente distintas por Hamilton e Madison. *While* e *whilst*, por exemplo, ocorriam com frequências bem distintas entre os dois autores, enquanto *on* e *upon*, eram usadas por ambos com frequência semelhante. Mosteller e Wallace utilizaram-se do Teorema de Bayes, que descreve a probabilidade de um evento ocorrer a partir de um conhecimento prévio, e fizeram inferências com 30 *marker words*. Para isto, partiram dos textos não contestados de

ambos: 94.000 palavras de Hamilton e 114.000 palavras de Madison. Adicionalmente, para encontrar o conjunto final de *marker words* a serem utilizados na inferência, fizeram uma pré-seleção das palavras com maior potencial discriminativo entre os autores em disputa. Ao final do estudo, os autores concluíram que os doze artigos em disputas pertenciam a Madison e com isso estabeleceram uma metodologia que possibilitou avanços posteriores na aplicação a diversos outros casos semelhante (HOLMES; FORSYTH, 1995).

Modelagem de tópicos

A modelagem de tópicos consiste em encontrar tópicos abstratos, dentro de uma coleção de documentos previamente selecionada, gerando a identificação de grupos de documentos. Essa metodologia é muito útil quando se deseja encontrar estruturas semânticas latentes, que o observador humano teria dificuldade de identificar devido à vastidão da documentação. Trata-se, portanto, de um problema de natureza combinatória: localizar um subconjunto de palavras que representa um subconjunto de documentos.

Nas duas últimas décadas foram publicados diversos trabalhos acadêmicos relevantes a respeito da modelagem de tópicos. Griffiths e Steyvers (2004) aplicaram a técnica a resumos do *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, um periódico multidisciplinar, para identificar tópicos em ascensão e queda entre o período de 1991-2011. Em outra experiência bastante frutífera, Nelson desenvolveu uma plataforma de análise das mudanças nos assuntos tratados pelo jornal *Richmond Times – Dispatch* durante a Guerra Civil Americana, com o objetivo de entender as mudanças sociais e políticas em Richmond no período (NELSON, 2019). Já Yin *et al.* (2011) utilizam a modelagem de tópicos para analisar a distribuição geográfica de conjuntos documentais por regiões.

Um caso que nos parece digno de uma análise mais detalhada é o de um relatório técnico (ALLEN *et al.*, 2014) produzido por membros no *History Lab* em parceria com a Universidade Columbia. Justificando a relevância do projeto, os autores comentam que, em 2013, funcionários do governo americano e empresas privadas decidiram classificar informações como sigilosas mais de 80 milhões de vezes, um aumento de quase quatro vezes em relação aos 23 milhões de sigilos impostos cinco anos antes (ISOO, 2014, p. 1). No mesmo período, o *Public Interest Declassification Board* da presidência americana estimava que apenas uma das agências de inteligência do país produzia um *petabyte* de dados anualmente, e que seriam necessários dois milhões de arquivistas trabalhando em período integral para revisar a desclassificação desses documentos (PIDB, 2012, p. 17). Mas, ao contrário de ampliar os investimentos nesse trabalho, na verdade o governo estava gastando menos da metade do dinheiro em desclassificação em relação à quinze anos antes. Nesse contexto de insuficiência de recursos arquivísticos, registra-se a destruição de 95 a 97% dos documentos do Departamento de Estado. Isso inclui, por exemplo, todos seus telegramas diplomáticos relacionados à pesquisa científica patrocinada pelo governo que não possuam referência cruzada com outro assunto considerado de maior significado histórico (NEWMAN; BLOCK, 2006).

A equipe do projeto do *History Lab* destaca que o crescimento do sigilo oficial preocupa humanistas, cientistas e cidadãos. Historiadores como Peter Galison



argumentam que enquanto a ciência visa buscar e proteger informações, a classificação sigilosa age na contramão, tornando impossível conhecer as informações mantidas fora do alcance do público. Avaliações oficiais já constataram reiteradamente que o vasto e esmagadoramente complexo sistema criado para guardar segredos, na verdade, torna mais difícil identificar e proteger informações realmente valiosas (LANGBART; FISCHER; ROBERSON, 2007). Os grupos de monitoramento privados encontraram muitos exemplos paradoxais, como a existência de informações técnicas de programas de armas químicas e biológicas nas estantes abertas à pesquisa pública do *National Archives and Records Administration* (ALLEN *et al.*, 2014, p. 21). Mas a regra geral é que cada vez menos documentos são desclassificados no momento correto, conforme definido pela legislação.

Essas reflexões realçam a relevância dos trabalhos de projetos como o *Topic Modeling Official Secrecy* (ALLEN *et al.*, 2014). Os autores, a partir de uma coleção de 1.1 milhão de telegramas desclassificados pelo Departamento de Estado americano entre os anos de 1973-1976, conseguiram construir um modelo que verifica se um dado telegrama atualmente aberto à consulta foi originalmente classificado como sigiloso. Adicionalmente, pela aplicação da modelagem de tópicos a partir da técnica *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), conseguiram identificar tópicos mais sensíveis e, portanto, com maior probabilidade de permanecerem sigilosos por várias décadas.

Em um primeiro estudo, os pesquisadores analisaram uma coleção de documentos desclassificados de relações internacionais dos Estados Unidos da América (EUA), apontados por historiadores especializados como os mais representativos de cada época em relação a determinados temas. A cronologia foi subdividida nos períodos 1952-1960 (a era de Eisenhower) e 1961-1968 (as eras de Kennedy e Johnson). A partir da aplicação do LDA em cada grupo de documentos, os autores identificaram 20 tópicos para cada um dos dois grupos. Para o período de Eisenhower, descobriram que os documentos com maior chance de serem mantidos sob sigilo eram os relacionados aos termos: “óleo”, “dia”, “homem”, “vezes”, “empresas”, “Arábia”, “construção”. Analisando os documentos associados a esses tópicos, identificaram que eles dizem respeito, de um lado, às empresas de petróleo americanas diante do surgimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e, de outro, às operações da Agência de Inteligência Norte-americana (CIA) tais como as relativas à derrubada do governo democrático da Guatemala em 1954, que incluíam a sabotagem aos suprimentos de petróleo do país centro-americano. Comparando os documentos associados àquele primeiro grupo de termos a outros vinculados aos tópicos: “estrangeiro”, “troca”, “banco”, “departamento”, “exportação”, “mercado” e “garantia”, verifica-se que a probabilidade destes últimos serem mantidos sob sigilo é 24 vezes inferior.

O mesmo experimento foi aplicado para as eras de Kennedy e Johnson. Os tópicos com maiores chances de serem classificados naquele período foram: “origem”, “armas”, “área”, “missão”, “informação”, “oficiais” e “base”. A análise dos documentos indicou que eles estão associados, por exemplo, ao bombardeio de Laos, um país neutro na guerra do Vietnã. A presença desses tópicos aumenta a probabilidade de um documento ser mantido sob sigilo em 13 vezes em relação aos documentos mais fortemente associados a: “ajuda”, “milhões”, “assistência”, “econômico”, “países”, “Japão” e “estrangeiros”. Isto mostra como os documentos relativos à ajuda externa e ao comércio são consistentemente menos propensos a sofrer censura de trechos sensíveis.

Essa breve análise de alguns exemplos significativos demonstra como, apesar de ser ainda um trabalho incipiente e exploratório, há um grande potencial de técnicas de modelagem de tópicos para tarefas desta natureza. Como o processo manual de desclassificação de documentos custa bilhões de dólares ao governo americano, a utilização de ferramentas como estas pode reduzir os custos e viabilizar que, mesmo diante de um aumento exponencial da massa documental, seja possível assegurar condições para o seu estudo por parte de pesquisadores profissionais, assim como de cidadãos democraticamente engajados.

Extração da informação

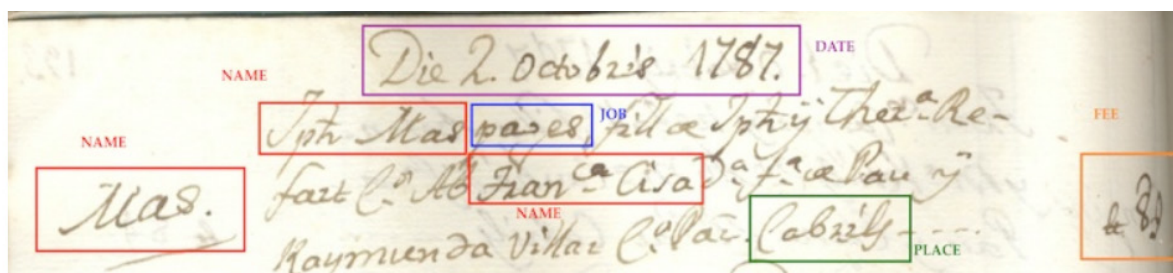
O termo extração de informação (EI) aplica-se à atividade de extrair automaticamente informações pré-especificadas em textos na linguagem natural. Por exemplo, em acervos digitalizados de jornais de negócios que contenham anúncios de “eventos de sucessão de gerenciamento” (aposentadorias, nomeações, promoções, etc.), é possível, por meio dessa técnica, extrair os nomes dos participantes (empresas e indivíduos), o cargo envolvido em cada um desses eventos, o motivo da abertura vaga e assim por diante. A EI também pode ser utilizada para preencher bancos de dados a partir de fontes de informação estruturadas, de fontes de informação não estruturadas ou até mesmo de textos livres. Esse banco de dados é então utilizado para pesquisas e análises convencionais ou submetido a técnicas de mineração de dados, visando gerar resumos ou índices dos textos de origem (GAIZAUSKAS; WILKS, 1998).

A maioria das fontes valiosas para a pesquisa histórica, mesmo aquelas já digitalizadas, jamais passou por qualquer processamento que permita a recuperação da informação e o cruzamento dos dados nelas contidos. A *International Conference on Document Analysis and Recognition* (ICDAR) tem como objetivo incentivar o avanço de sistemas capazes de extrair informações relevantes de documentos históricos. O evento inclui uma série de competições relativas à atividades específicas, como por exemplo: Reconhecimento de *Layout* de Documento Histórico Manuscrito; Análise de *Scripts* Manuscritos; etc. Um trabalho recente, cujos autores participaram da competição denominada *Information Extraction in Historical Handwritten Records* (IEHHR), aplicou a extração da informação em 125 páginas contendo um total de 1221 registros manuscritos de casamento (39.527 imagens de palavras) dos arquivos da Catedral de Barcelona entre o período de 1617 e 1619. Conforme ilustrado na figura 1, esses registros contêm informações como nomes de pessoas, parentescos, lugares, cargos, entre outras.

A tarefa realizada na competição consistiu em encontrar palavras relevantes em registros de casamentos, transcrevê-las, rotulá-las com uma categoria semântica e definir a que pessoas elas se relacionam. Palavras relevantes poderiam pertencer a cinco categorias: “Nome”, “Sobrenome”, “Ocupação”, “Localização” e “Estado Civil”. Essas categorias semânticas estão associadas a sete tipos de relações: “Esposa”, “Marido”, “Pai da Esposa”, “Mãe da Esposa”, “Pai do Marido”, “Mãe do Marido” e “Outra Pessoa”. A competição apresenta duas possibilidades em relação às tarefas a serem resolvidas: na básica, o sistema tem que prover a transcrição e a categoria semântica (por exemplo: sobrenome, localização, etc.); na completa, o sistema deve inferir também as relações entre pessoas (por exemplo: entre marido e esposa). Em

ambos os casos (básica e completa), os autores chegaram a taxas de acerto de cerca de 94% (TOLEDO; CARBONELL; FORNÉS; LLADÓS, 2019).

Figura 1 – Exemplo de registro anotado da base Esposalles



Fonte: Esposalles Database²

O leitor pode se questionar sobre a utilidade de se classificar imagens em categorias previamente definidas. Ocorre que, uma vez que os modelos são aprendidos nesse conjunto inicial de imagens anotadas, é possível aplicá-los em novas imagens, mesmo sem realizar Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR), e gerar novas informações classificadas nas categorias utilizadas nas anotações. Esse é um exemplo de um estudo que abre espaço para a construção de sistemas de recuperação da informação para historiadores e pesquisadores de áreas afins que trabalham com fontes que, com as tecnologias até recentemente disponíveis, permaneciam de difícil processamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das tecnologias digitais, mais do que mudanças no cotidiano de trabalho do historiador ou inovações potenciais nas técnicas de análises de um volume crescente de documentação digitalizada, traz um grande potencial de transformações na natureza e alcance das pesquisas em História e na relação entre os profissionais da área e a sociedade como um todo.

Um exemplo de iniciativa visando à ampliação do escopo das análises e das conclusões possíveis a partir do desenvolvimento de projetos coletivos inovadores é o *Collaborative for Historical Information and Analysis* (CHIA), coordenado por Patrick Manning, consagrado africanista e liderança no campo da História Mundial. Inspirado pelos resultados gerados pelo uso de *Big Data* nas ciências naturais, em campos tão distintos como estudos climáticos, astronomia e biologia, o CHIA consiste em um repositório por meio do qual historiadores de diversas partes do mundo podem compartilhar bases de dados, particularmente aquelas referentes ao período anterior a 1950, em relação ao qual as séries estatísticas disponíveis são extremamente desiguais e descontínuas. A metodologia proposta busca equilibrar duas tarefas complementares: construção da colaboração entre os pesquisadores e construção da tecnologia necessária ao processamento de um volume crescente de massas de dados (MANNING, 2013, p. 1-2). Trata-se de uma experiência de aplicação dos princípios da

² Disponível em <http://dag.cvc.uab.es/the-esposalles-database/>. Acesso em 20 out. 2019.

*Open Science*³ ao campo da História, que demandará mudanças profundas na cultura do ofício para que o seu potencial possa ser plenamente desenvolvido.

Outro âmbito no qual a História Digital pode gerar fortes impactos é o da História Pública, potencializando a transformação da relação entre historiadores profissionais, cidadãos envolvidos em práticas diversas de estudo e preservação do passado e o público em geral. A trajetória do falecido historiador norte-americano Roy Rosenzweig é bastante ilustrativa a esse respeito. Integrante do coletivo de historiadores do trabalho que escreveu, nos anos 1980, a pioneira obra de referência *Who Built America?*, uma revisão abrangente das narrativas tradicionais sobre a história norte-americana com ênfase no papel dos trabalhadores (LEVINE, 1989), Rosenzweig já demonstrava seu interesse na exploração dos potenciais das novas tecnologias para a difusão do conhecimento histórico ao criar, em 1994, uma versão em CD-ROM da mesma obra (ROSENZWEIG *et al.*, 1994). Quatro anos mais tarde, ao coeditar um livro que registrava um amplo painel de “usos populares da história” nos EUA, escreveu um posfácio sintomaticamente intitulado *Everyone a Historian*,⁴ no qual defendia que “os profissionais de História precisam trabalhar mais pesado para aprender a escutar e respeitar as muitas formas em que os contadores de história populares percorrem o terreno do passado que é tão presente para todos nós” (ROSENZWEIG; THELEN, 1998, p. 358).

Em 2006, ao coautorar com Daniel Cohen o primeiro trabalho de síntese sobre os potenciais e os perigos da História Digital, Rosenzweig (2006) conclamava os colegas a concentrar esforços para “manter e alargar a espantosamente rica teia de história pública que emergiu na última década”, por meio da adesão à Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto e aos esforços de base para “colocar o passado online”, desde a disponibilização de uns poucos documentos até “projetos mais ambiciosos de criação de arquivos públicos abertos”. Concluía enfatizando que “a mais importante arma para construir o futuro digital que queremos é sermos ativos na criação da História Digital no presente” (COHEN; ROSENZWEIG, 2006, p. 13).

Esperamos que este artigo possa oferecer uma contribuição nesse sentido, ao sistematizar reflexões teórico-metodológicas geradas no debate interdisciplinar entre História e Ciência da Computação com o objetivo de estimular a ampliação da exploração do vasto, embora relativamente recente, terreno da História Digital. Conforme buscamos indicar ao longo de todo o texto, torna-se cada vez mais necessário analisar as transformações vividas pelo ofício do historiador no contexto atual e os desafios que elas colocam em relação ao próprio processo de formação dos futuros pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

ALLEN, David *et al.* Topic Modeling Official Secrecy. *History Lab.*, 2014. Disponível em: http://history-lab.org/images/presentations/Topic_Modeling_OS.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

³ Para maiores informações sobre o movimento *Open Science*, ver: <https://cos.io>.

⁴ O posfácio está disponível em: <http://chnm.gmu.edu/survey/afterroy.html>.



BBC. Violinista que sofreu acidente há 30 anos volta a tocar com tecnologia criada por brasileiro. *BBC*, 03 set. 2017. News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-41032970>. Acesso em: 25 out. 2019.

BELLMAN, Richard. *An Introduction to Artificial Intelligence: Can Computers Think?*. San Francisco: Boyd & Fraser Pub. Co, 1978.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUCE, Levine C. *Who Built America? Working People and the Nation's Economy, Politics, Culture, and Society*. American Social History Project. 1. ed. New York: Pantheon Books, 1989.

BOYD, Albert Douglas; LARSON, Mary. *Oral History and Digital Humanities: Voice, Access, and Engagement*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

CHARNIAK, Eugene; MCDERMOTT, Drew V. *Introduction to Artificial Intelligence*. Reading: Addison-Wesley, 1985.

COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

GAIZAUSKAS, Robert; WILKS, Yorick. Information Extraction: Beyond Document Retrieval, *International Journal of Computational Linguistics & Chinese Language Processing*, Hsinchu, v. 3, n. 2, p. 17-60, Aug. 1998. Disponível em: <https://www.aclweb.org/anthology/O98-4002.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GRIFFITHS, Thomas L.; STEYVERS, Mark. Finding Scientific Topics. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 101, s. 1, p. 5228-5235, Apr. 2004. Disponível em: https://www.pnas.org/content/pnas/101/suppl_1/5228.full.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

GULDI, Jo; ARMITAGE, David. *The history Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HAUGELAND, John. *Artificial Intelligence: The Very Idea*. Cambridge: MIT Press, 1985.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *A Era do Capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOLMES, David I.; FORSYTH, Richard S. The Federalist Revisited: New Directions in Authorship Attribution. *Literary and Linguistic Computing*, Oxford, v. 10, n. 2, p. 111-127, Jan. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/lc/10.2.111>. Acesso em: 25 out. 2019.



INFORMATION SECURITY OVERSIGHT OFFICE. *2013 Report to the President*. Washington: National Archives, 2014. Disponível em: <https://fas.org/sgp/isoo/2013rpt.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

JONES, Karen Sparck. Natural Language Processing: A Historical Review. In: ZAMPOLLI, Antonio; CALZOLARI, Nicoletta; PALMER, Martha (ed.). *Current Issues in Computational Linguistics: In Honour of Dom Walker*. New York: Springer, 1994. p. 3-16. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-0-585-35958-8_1. Acesso em: 25 out. 2019.

KELLY, T. Mills. *Teaching History in the Digital Age*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

KROEBER, Albert Louis. Lo Superorgánico. In: KAHN, Joan S. (org.). *El Concepto de Cultura: Textos Fundamentales*. Barcelona: Anagrama, 1975. p. 47-83.

KURZWEIL, Ray. *The Age of Intelligent Machines*. Cambridge: MIT Press, 1990.

LANGBART, David; FISCHER, William; ROBERSON, Lisa. Appraisal of Records Covered by N1-59-07-3-P. Washington DC: National Archives and Records Administration, 2007.

LI, Gege. DeepMind AI Beats Humans at Deciphering Damaged Ancient Greek Tablets. *New Scientist*. 18 Oct. 2019. Technology. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/2220438-deepmind-ai-beats-humans-at-deciphering-damaged-ancient-greek-tablets/#ixzz62pl5EdOq>. Acesso em: 25 out. 2019.

MANNING, Patrick. *Big Data in History*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

NELSON, Robert K. Introduction. In: NELSON, Robert K. *Mining the Dispatch*. Richmond: Digital Scholarship Lab, 2019. Disponível em: <https://dsl.richmond.edu/dispatch/pages/intro>. Acesso em: 25 out. 2019.

NEWMAN, David J.; BLOCK, Sharon. Probabilistic Topic Decomposition of an Eighteenth-Century American Newspaper. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, Chapel Hill, v. 57, n. 6, p. 753-767, Feb. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.20342>. Acesso em: 25 out. 2019.

PIAGET, Jean. *Epistemologia genética*. 2. ed. Petropolis: Vozes, 1973.

POOLE, David L.; MACKWORTH, Alan K.; GOEBEL, Randy. *Computational Intelligence: A Logical Approach*. New York: Oxford University Press, 1998.

PUBLIC INTEREST DECLASSIFICATION BOARD. *Transforming the Security Classification System*. Washington: National Archives and Records Administration, 2012. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/declassification/pidb/recommendations/transforming-classification.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.



ROSA, Guilherme. Pesquisa de Nicolelis mostra como o cérebro integra objetos externos ao corpo. *VEJA*. 23 ago. 2013. Ciência. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/pesquisa-de-nicolelis-mostra-como-o-cerebro-integra-objetos-externos-ao-corpo>. Acesso em: 25 out. 2019.

ROSENZWEIG, Roy et al. *Who Built America? From the Centennial Celebration of 1876 to the Great War of 1914*. American Social History Project. New York: Voyager, 1994. Macintosh Version.

ROSENZWEIG, Roy; THELEN, David P. *The Presence of the Past: Popular Uses of History in American Life*. New York: Columbia University Press, 1998.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter. *Inteligência Artificial*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

ŠKORIĆ, Marko. Alfred Kroeber and the concept of the superorganic. *Issues in Ethnology and Anthropology*, Belgrade, v. 11, n. 1, p. 85-111, Apr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21301/EAP.V11I1.4>. Acesso em: 25 out. 2019.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, J. Ignacio et al. Information Extraction from Historical Handwritten Document Images with a Context-aware Neural Model. *Pattern Recognition*, York, v. 86, p. 27-36, Aug. 2018.

WINSTON, Patrick Henry. *Artificial Intelligence: Instructor's Manual*. 3. ed. Reading: Addison-Wesley, 1992.

YIN, Zhijun et al. Geographical Topic Discovery and Comparison. In: CONFERENCE ON WORLD WIDE WEB, 20, 2011, New York. Anais eletrônicos [...]. New York: ACM, 2011, p. 247-256. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/1963405.1963443>. Acesso em: 25 out. 2019

NOTAS

AUTORIA

Alexandre Fortes: Doutor. Professor Associado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Departamento de História, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

Leandro Guimarães Marques Alvim: Doutor. Professor Adjunto, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Departamento de Ciência da Computação, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Alexandre Fortes. Rua General Glicério, 445, ap. 1204, 22245-120, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



ORIGEM DO ARTIGO

Artigo original elaborado a partir da colaboração acadêmica entre os dois coautores no âmbito do Mestrado em Humanidades Digitais da UFRRJ.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os colegas e discentes com os quais as ideias que levaram à elaboração desse artigo foram discutidas ao longo do segundo semestre de 2019.

FINANCIAMENTO

As atividades acadêmicas a partir das quais o artigo foi elaborado foram financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do custeio ao funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Digitais da UFRRJ, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio da bolsa Cientista do Nosso Estado.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (editora-chefe)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 29 de outubro de 2019
Aprovado em: 26 de março de 2020


Como citar: FORTES, Alexandre; ALVIM, Leandro Guimarães Marques. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 207-227, maio/ago. 2020.




PROBLEMATIZAÇÕES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Digital technology issues for history teachers' training in the
Amazonian context

Leonardo Zenha Cordeiro^a

 <https://orcid.org/0000-0003-2474-8112>
E-mail: leozenha@gmail.com

Renato Pinheiro da Costa^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7132-0579>
E-mail: renatopc@ufpa.br

^a Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação, Altamira, PA, Brasil

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

RESUMO

O presente artigo reflete sobre as possibilidades de formação de graduandos de licenciatura, pensando em diferentes usos das tecnologias digitais de informação e comunicação, elegendo como ponto de partida para essa problematização o trabalho docente em contextos diferenciados da Amazônia. Foi pautado em revisão bibliográfica que aborda discussões sobre tecnologias digitais da informação e da comunicação e seu envolvimento com a história social da Amazônia, região do Xingu, a fim de responder à questão: Como atender as demandas das tendências de inovação científica e tecnológica no contexto das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), na formação de professores? Como resultado, chegamos ao entendimento de que as tecnologias são consequências do processo de evolução da sociedade e que sua aplicação abrange aspectos do desenvolvimento em diversos setores, estando ligado à melhoria da qualidade de vida da população. Desse modo, a educação é o campo em que seu emprego pode ser difundido, havendo então necessidade de investimento na formação de professores nessa área do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Tecnologias digitais. Ensino de história. Formação de professores.

ABSTRACT

This paper reflects on training possibilities for undergraduate students, considering different uses of digital information and communication technologies (DICTs), and brings into discussion the work of history teachers in singular contexts of the Amazon region. Its starting point is a theoretical literature review on DICTs and their involvement in the social history of the Xingu region in the Amazon, in order to answer the question: How may the demands of current scientific and technological innovation trends be met in the context of TDICs aimed at teachers' training? As a result of this examination, we reached the understanding that technologies are the result of the evolutionary process of society, and their application covers aspects of development in many sectors linked to the improvement of the population's quality of life. Thus, education is the field in which such technologies can be propagated, with the resulting need to invest in teachers' training in this branch of knowledge.

KEYWORDS

Digital technologies. History teaching. Teachers' training.

Na contemporaneidade, é comum presenciar que as relações passaram a ser mediadas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). Desse modo, convém dizer que as mídias digitais são dispositivos propiciadores dessa aproximação entre as pessoas, seja no contexto do trabalho, seja no da família e das instituições. As TDICs se tornaram parte das relações sociais por oportunizarem o estabelecimento de laços entre as pessoas.

O cenário do final do século XX esboçava basicamente a introdução dessa tendência à medida que as mídias, como jornal, televisão, telefone, rádio e internet, começavam a ser introduzidas como um elo que ligava as pessoas por meio das informações, tornando-se um fenômeno de convergência como afirma Campos (2017).

Na chegada do século XXI, a abertura do mercado para o campo das comunicações, aliadas aos recursos digitais, fez com que se acelerasse o crescimento das TDICs, propiciando o surgimento de redes de relacionamento baseadas em conexões na modernidade líquida, como destaca Bauman (2004), e também o crescimento do investimento em inovações tecnológicas que possibilitam à humanidade realizar procedimentos antes impossíveis, como o desenvolvimento de protótipos cirúrgicos tecnológicos com Inteligência Artificial (IA), no campo da biotecnologia e da saúde; a elaboração de projetos arrojados de engenharia; a realização de experimentos com nanotecnologia; e tantas outras áreas em que a tecnologia digital está presente, como política, economia, transportes e educação.

O crescimento do setor de tecnologia de informação e comunicação, com ênfase no digital, é uma constante e ocorreu graças às possibilidades de aplicação das TDICs no mundo, que, cada vez mais, precisa de fluxo de dados em larga escala, o que é muito importante para a roda da economia continuar girando. Esse fluxo de capital/TDICs tem influência direta na sociedade e, conseqüentemente, na vida das pessoas, como aponta Kerckhove (2009). A cada mensagem enviada, diversos procedimentos são realizados em “rede” (CASTELLS, 1999), informações são produzidas e distribuídas. São as TDICs sendo empregadas e, dessa forma, o mundo se torna mais conectado em uma rede considerada de inovação, de trocas e compartilhamento e, principalmente, de desenvolvimento econômico e social.

O avanço das TDICs, com emprego em muitos campos do desenvolvimento humano/técnico/cultural, é uma conquista e se relaciona à realização de projetos inovadores, grandiosos e de transformações. Entretanto, a tecnologia de ponta está estritamente relacionada com o investimento, em função da necessidade de lucro. Dessa forma, as empresas só investem em setores e serviços que lhes podem dar retorno de capital. Assim, por exemplo, a indústria farmacêutica provavelmente não investirá milhões de reais na pesquisa da cura para uma doença que atinja apenas 0,001% da população de um país, uma vez que, para o mercado, o lucro tem mais valor do que a vida. O mesmo ocorre em outros contextos, como, por exemplo, a falta de investimento da indústria de telecomunicações na internet de alto fluxo de dados em municípios menores ou naqueles em que a compra de smartphones, computadores e aparelhos que se conectem à rede digital não garanta a paridade com o investimento. Desse modo, são criadas as periferias, no contexto das tecnologias, situação em que cidades, regiões, grupos e categorias sociais sobrevivem com as sobras das camadas mais privilegiadas.

Se olharmos para ambientes como a região amazônica, em especial regiões como o sudoeste do estado do Pará, encontraremos comunidades e até cidades quase totalmente isoladas, sem comunicação com o resto do mundo, por não terem acesso

a telefonia, internet, sinal de TV e transporte público. Situação gerada pela falta de políticas públicas e investimentos no setor de serviços da área correlatas às TDICs.

A propósito da discussão sobre a necessidade das TDICs, é necessário pensar que o aumento das desigualdades também está intrinsecamente ligado à disponibilidade de seus recursos para o incremento de serviços como a saúde, assistência social, cultura e educação. De fato, na medida em que as TDICs não são disponibilizadas para a sociedade como um todo, serviços essenciais de atendimento não conseguem realizar bem suas funções.

Por vivenciarmos essa realidade de apego e, ao mesmo tempo, de distanciamento das condições de acesso às TDICs é que elaboramos este artigo, direcionando a discussão para o campo da formação de professores. Estamos também preocupados com a educação para a formação de gerações que viverão em um mundo cada vez mais conectado, tecnologicamente desenvolvido e que precisarão saber interagir com as inovações tecnológicas do campo digital e virtual. Por isso, objetivamos refletir sobre as possibilidades de formação de graduandos de licenciatura, pensando em diferentes usos das tecnologias digitais de informação e comunicação, elegendo como ponto de partida para essa problematização o trabalho docente em contextos diferenciados da Amazônia.¹

Em um mundo cada vez mais globalizado, os dispositivos tecnológicos são indispensáveis por favorecerem a comunicação e facilitarem a realização de trabalhos que tendem a promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Entretanto, esses recursos não chegam a todos, devido à existência de um abismo entre pobres e ricos, entre regiões geográficas desenvolvidas e menos desenvolvidas, ocasionando a exclusão digital, social, cultural, política e também econômica. Para que haja desenvolvimento do uso racional e ético dessas inovações pela população, a educação é fundamental, assim, o professor se torna figura importante, por ser o profissional a quem é atribuído a responsabilidade pela mediação do aprendizado. Desse modo, problematizamos a questão, perguntando: Como atender às demandas das tendências de inovação científica e tecnológica no contexto das TDICs na formação de professores?

A fim de responder a questão e atender ao objetivo da discussão, buscamos desenvolver este trabalho fundamentados na pesquisa bibliográfica, por ser uma metodologia que segundo Macedo (1994) parte da literatura especializada e de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa para elucidar o objeto investigado. De outra maneira também contextualizamos a discussão na abordagem da história imediata, de que acordo com Le Goff (2005) é um campo de estudo ambientado no presente, de processos em curso, o que dá ampla possibilidade para a análise conjuntural. Desse modo procuramos estabelecer relações entre a constituição das TDICs e os anseios da formação de professores para o desenvolvimento social. Por isso, demos ênfase à experiência com uma atividade desenvolvida em sala de aula com uma turma do 7º semestre do curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Altamira.

Para fundamentar os argumentos erigidos no contexto da história imediata no envolvimento das TDICs e a formação de professores, delimitamos como recorte

¹ Essa discussão está situada no debate de educação realizada em localidades da Amazônia como grupos de ribeirinhos, quilombolas, camponeses, comunidades extrativistas e povos indígenas.

temporal o ano de 2019, quando o Ministério da Educação determinou cortes nos recursos do ensino superior e de pós-graduação mestrado e doutorado, camuflados de “contenção de recursos”. Ao mesmo tempo, criou o programa “Future-se”, que, de modo geral, é uma maneira de diminuir a participação do estado no emprego de capital para a formação de profissionais habilitados para atuar na ciência, na tecnologia, na produção do conhecimento e, cada vez mais, gerar distância entre a formação de Instituições de Ensino Superior (IES) de regiões de desenvolvimento econômico e outras em áreas de vulnerabilidade social, econômica e desinvestimento. Isso significa uma diferença no nível de acesso às tecnologias de inovação para essa formação.

Para tratarmos da temática em pauta, discutiremos o conceito de TDICs e sua importância na educação para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Em seguida, apresentaremos a constituição histórica da região do sudeste do estado do Pará, apresentando as dicotomias existentes entre os investimentos do capital e o desenvolvimento regional, aproveitando para fazer uma comparação entre esse tipo de estratégia e programas governamentais para o ensino superior. Por fim, apresentaremos o resultado do trabalho desenvolvido junto à turma de licenciatura em História da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira, utilizando referência de dispositivos tecnológicos que Santos (2014) conceitua como diversos componentes do campo formativo que envolvem recursos técnicos e culturais, como as redes sociais, a produção de *spots* em diferentes plataformas e a produção de imagens.

CONCEITUAÇÃO DAS TDICs PARA TERRITÓRIOS E REALIDADES DIFERENCIADAS ++

Desenvolvemos aqui alguns eixos teórico-conceituais que consideramos ponto de partida para entender atuais transformações sociais, históricas e tecnológicas. Existem relações intersubjetivas e intrassubjetivas no cotidiano (CERTEAU, 1996), também abordadas por Alves (2003), e nossas análises remetem à ideia de que as tecnologias estão intrinsecamente ligadas às questões da vida no século XXI, de maneira intensa, com espaços de trocas efêmeras e constantes, produções em rede e construções de saberes e práticas com uso das TDICs.

Nessa produção e reprodução da vida, várias são as proposições para os usos das TDICs. Podemos citar como exemplo as redes sociais na internet e as trocas comunicacionais no contexto da cibercultura (LEMOS, 2002). Nesse mesmo sentido, Lévy (1999) concebe o ciberespaço como um espaço onde as relações acontecem mediadas pelas comunicações midiáticas, algo que Pretto (2011) contextualiza, dizendo que tal mediação das relações ocorre por meio de diversos aplicativos, computadores e celulares, recursos que fazem parte do cotidiano.

O entendimento sobre a ocorrência e o emprego das TDICs segundo Lemos (2002), Lévy (1999) e Pretto (2011) nos ajuda a conceber as tecnologias dentro de uma nova morfologia das interações humanas, ou seja, um novo tecido social, que mostraremos a seguir. Nesse cenário, as TDICs estão cada vez mais presentes, nos diversos setores, da economia à educação, das repartições públicas às privadas, dos jogos de entretenimento aos mercados financeiros, proporcionalmente, na forma de entender, representar e construir a história.

Negroponte (1995) estabelece parâmetros e diferentes formas de percepção da “vida digital”, entre bits e átomos. O autor descreve, por exemplo, uma situação



em que, ao passar por uma alfândega, teve apreendido seu material físico contendo CDs e outros objetos, o que não se tornou um grande empecilho, pois os arquivos de seu trabalho não se restringiam ao armazenamento físico. O autor segue dizendo que, em um quarto de hotel, por uma rede, podemos enviar o que quisermos por meio da “superestrada da informação”, um movimento de bits sem peso e na velocidade da luz. Com isso, ele conclui que:

Ser digital significa a possibilidade de emitir um sinal contendo informação adicional para correção de erros como a estática do telefone, o chiado do rádio ou o chuveiro da televisão. Tais convenientes podem ser removidos do sinal digital com o auxílio de uns poucos bits extras empregados em técnicas cada vez mais sofisticadas de correção de erros, técnicas estas aplicadas a uma ou outra forma de ruído, neste ou aquele veículo (NEGROPONTE, 1995, p. 22).

Pautados em Negroponte (1995), podemos entender que, com o desenvolvimento tecnológico em ampla expansão, as redes digitais caminham a passos largos para a velocidade das trocas de informações e para novos patamares da vida social mediada pelo digital. Por esse viés, podemos perceber indícios de transformações vivenciadas por muitos de nós, na sociedade atual. Por esse mesmo entendimento, encontramos em Castells (1999) a definição das TDICs como conjunto convergente das tecnologias da microeletrônica e das telecomunicações, junto com o conjunto de conhecimentos aplicados à engenharia genética.

Entre a vivência social e a ampla utilização de recursos digitais existe uma trama de saberes e conhecimentos que envolve tecnologia, posto a vida em nossa sociedade contemporânea ter se desenvolvido em torno desses recursos, que foram criados pelas próprias pessoas para favorecer o desenvolvimento social. Em um resgate etimológico do termo “tecnologia”, Sancho (1998) afirma ser a palavra oriunda do grego *tekhne*, que significa “técnica, arte, ofício”, juntamente com o sufixo *logos*, que significa fala. A autora argumenta que a *tekhne* não era um saber fazer qualquer ou sem regras, mas uma metodologia própria para se conseguir algo ou um produto. Sancho (1998, p. 30) dirá que:

[...] o conceito tecné é encontrado em uma primeira abordagem em Heródoto que conceitua como um saber fazer de forma eficaz. No entanto, é nas sociedades industriais e principalmente nas pós-industriais que a tecnologia se transforma em um fenômeno gerador. A interação do indivíduo com as suas tecnologias tem transformado profundamente o mundo e o próprio indivíduo.

Essa definição é inspiradora da perspectiva das inovações e dos usos atuais, devido ao fato de, na atualidade, haver um processo de intensa transformação, potencializado pelas TDICs como elemento fundante para que as mudanças aconteçam de tal maneira, hoje. As modificações vivenciadas no presente trazem questões e reflexos macro, como, por exemplo, de um lado, a venda de produtos globalmente, sem nenhuma fronteira e *full time*; e, de outro, nas relações sociais micro, eventos como a troca de informações sobre determinado conteúdo de uma disciplina para a prova do dia seguinte.

Demonstrando o cenário influenciado pelas TDICs, Lemos (2002) define três grandes fases no processo histórico do desenvolvimento tecnológico, a saber: a indiferença, que começa com a construção dos grupos sociais no período primitivo; a era clássica e chegando à Idade Média; e a fase do conforto, que começa com a modernidade até atingir nosso período contemporâneo. O autor denomina como ubiquidade o tempo histórico da comunicação e da informação digital,

[...] permitindo escapar do tempo linear e do espaço geográfico. Entram em jogo a telepresença, os mundos virtuais, o tempo instantâneo, a abolição do espaço físico, em suma, todos os poderes de transcendência e de controle simbólico do espaço e do tempo (LEMOS, 2002, p. 53).

Lemos afirma que, independentemente de tempo e espaço e da forma rápida e instantânea, estas são transformações globais que abrem espaço para a fluente conexão de campos correlacionados, como, por exemplo, o fato de as pessoas de diferentes partes do mundo e de grupos sociais distintos serem aproximados via TDICs. Nesse mesmo patamar, Pretto (2011) corrobora essa análise, ressaltando que as áreas hoje estão em constante conexão, sendo impossível, neste contexto das tecnologias digitais, que elas sejam analisadas de forma isolada.

Os processos de comunicação estão intensamente digitais, velozes e constantes. Por isso, para Pretto (2011, p. 96):

Do ponto de vista científico e tecnológico, constatamos profundas transformações na maneira como produzimos conhecimento contemporaneamente. Vivemos em um mundo onde as grandes velocidades e, principalmente, a aceleração com que os aparatos se deslocam, provocam modificações profundas nas nossas formas de pensar e de ser. Movemo-nos em velocidades nunca dantes experimentadas.

O tempo da ubiquidade, proporcionado pelas tecnologias digitais cada vez mais velozes, dá às pessoas a sensação da onipresença, o que causa uma transformação psicológica dos sujeitos, que são levados a exigir que a vida em sociedade seja muito dinâmica, que as ações e reações sejam imediatas, com a elaboração de métodos que acompanhem a aceleração digital tecnológica, como as transações bancárias por aplicativos de celulares, o *delivery* de comida ou as compras pela internet. Por isso, para Castells (2015), a era digital impulsiona as transformações propiciadas pela interação entre microeletrônica e as TDICs, o que possibilita formas múltiplas de comunicação de massa, em um hipertexto digital, global, multimodal e multicanal.

Sobre as questões no âmbito social em que as TDICs estão presentes, influenciando diretamente a vida das pessoas, podemos dizer que hoje os acontecimentos históricos estão entrelaçados com a tecnologia. Nós a utilizamos em tudo o que fazemos, até mesmo em nossas estratégias de ocupação territorial, quando levamos em consideração o atendimento das condições da viabilidade das TDICs, como o atendimento à saúde ou a mobilidade, tal como destaca Lévy (2001). Na sociedade atual, as tecnologias digitais se tornaram parâmetro para os modos de vida, por isso há a necessidade de promover a educação para o uso racional das TDICs. No entanto, existem entraves que limitam essa ação, já que a tecnologia está

aliada ao investimento econômico. Assim como nas relações sociais, os que estão em situação de vulnerabilidade não são aptos a gozar dos benefícios de tais recursos.

No Brasil, ainda não está bem claro qual o nosso potencial tecnológico, uma vez que existem discrepâncias históricas da ordem das desigualdades sociais e regionais que fazem com que as TDICs não cheguem a ser acessadas por boa parte da população. Nesse sentido, se uma parte dos brasileiros não tem acesso às tecnologias digitais, as relações sociais e o estilo de vida deles estão abalados, uma vez que, atualmente, as TDICs são uma condição para a melhoria da qualidade de vida. Isso se deve à sua aplicação nos campos da saúde, da educação, do transporte, da construção civil, da mecânica, da geopolítica e em outros segmentos. Por isso, precisamos divulgar uma visão de crescimento igualitário, pois a ideia de favorecer o acesso às TDICs somente à parcela abastada da população não promoverá desenvolvimento, ao contrário, incentivará o atraso e a desigualdade.

REALIDADE E CONTRADIÇÕES NO ACESSO ÀS TDICs NA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DO PARÁ

Por ser um território geograficamente vasto, o estado do Pará, desde o início do período colonial, teve sua divisão feita primeiro em capitânicas. Com o avanço das migrações, foram sendo criadas vilas, freguesias e, em seguida, cidades, que passaram a ser agregadas em regiões.² Essa organização espacial foi determinante para a administração pública poder organizar um tipo de gerenciamento do atendimento e da disponibilidade de serviços à população e, com isso, concentrar em poucos lugares a emissão de recursos; enquanto outros municípios, devido à dificuldade de serem alcançados em razão da distância da capital, por um bom tempo foram deixados no abandono, fora das políticas públicas.

Por causa desse distanciamento, regiões como o Xingu, a cerca de 1.000 km da sede do governo estadual, por muito tempo não recebeu subvenções da parte do Estado (BUENO, 2012), servindo apenas como fonte de exploração do látex, no período do ciclo da borracha, o que contribuiu para o fortalecimento da economia e o aparelhamento da capital. Essa exploração, que contava com o trabalho de imigrantes, principalmente da região Nordeste do país, fez surgir na região do Xingu uma sociedade que constituiu vilarejos e ajudou na edificação de cidades como Altamira, em 1911.

Antes da desvalorização econômica do látex no mercado internacional, o governo, por meio da Câmara dos Deputados do Estado, realizou investimentos na região do Xingu, no sentido de levar alguns serviços para a população, como era noticiado em veículos como o *Relatório da Presidência dos Estados Brasileiros* (MENSAGEM, 1912), o *Anuário de Belém* (1915) e o jornal *O Estado do Pará*. (1911) Entre os benefícios divulgados estavam a criação do distrito judiciário do Alto Xingu, em 1900; a implantação da Coletoria Estadual da Fazenda, na década de 1910; a instituição do ensino primário em Altamira, em 1911; a criação da Delegacia de

² De acordo com o Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), o estado do Pará está dividido nas regiões de integração: Baixo Amazonas, Marajó, Tocantins, Guajará, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim, Lago de Tucuruí, Carajás, Xingu, Araguaia e Tapajós.

Recenciamento Regional com sede Gurupá, no ano de 1920; e a implantação do posto de rádio telegráfico, na década de 1930.

A comercialização da borracha à época fez crescer o fluxo de pessoas na região e, desse modo, houve também circulação de dinheiro e aquecimento do comércio. Em razão disso, o Estado precisou se mobilizar e prestar algum atendimento, a fim de manter sua presença em uma área distante do centro de governo. Entretanto, depois da queda do preço da borracha, a região passou à inércia, posto não ter sentido para a administração fazer investimento em um lugar que não traria retorno econômico vultoso, como o comércio do látex proporcionava, muito embora outras culturas fossem exploradas ali, tais como: o algodão, a madeira nobre, a castanha do Pará e outras especiarias, como frutas comercializadas no mercado internacional.

Durante o período de baixa na exportação, a presença do Estado no território do Xingu se expressava apenas através de atividades político-partidárias, com interesses nos pleitos eleitorais para prefeito e câmara de vereadores; ou a troca na chefia de algum serviço público, ação estratégica que funcionava para manter o controle da região. Somente na década de 1960, com a investida do governo federal no interesse da ocupação e exploração generalizada da Amazônia, é que o Xingu voltou a ter notoriedade.

O interesse pela exploração, transmutada em ocupação, de acordo com Kohlhepp (2002), escondia a trama do governo para garantir a posse do território, a fim de abrir caminho para a mineração e o agronegócio, estabelecendo uma parceria público-privada com liberdade para desmatar a floresta e, ao mesmo tempo, diminuir as áreas que poderiam ser de preservação e domínio dos povos indígenas. Dessa forma, por meio dessa estratégia, o projeto da construção da Rodovia Federal 230, denominada Transamazônica, foi implementado sob o slogan: “Integrar para não entregar”, utilizado como discurso político e argumentação para promover a ocupação da floresta.

Com a abertura da Transamazônica, na década de 1970, o governo federal promoveu uma campanha de incentivo à migração de famílias de várias partes do país para a Amazônia, o que fez surgir várias cidades ao longo da rodovia³, aumentando o número de habitantes e, conseqüentemente, a necessidade da presença do Estado para desenvolver serviços essenciais de atendimento à população, como educação, saúde, segurança, transporte e comunicação. Entretanto, tais atendimentos não foram realizados: o governo se isentou e deixou as famílias migrantes em situação de precariedade, à mercê de doenças, conflitos agrários, homicídios, analfabetismo, exploração dos direitos trabalhistas e trabalho escravo.

A violência existente em decorrência da disputa pela terra e da ausência do Estado fez a região passar por diversas crises sociais durante as décadas de 1980 a 1990, mas os movimentos sociais, junto da sociedade civil, lutaram arduamente para mudar esse cenário e assegurar a manutenção dos direitos das populações. Isso fez serem trazidos e fixados no Xingu órgãos do governo de promoção da estabilidade e do desenvolvimento social, tais como o campus da Universidade Federal do Pará, que passou a ofertar ali cursos nas áreas de educação, saúde, engenharia e ciências naturais.

³ Na região do Xingu, a partir da construção da rodovia Transamazônica, foram edificadas as cidades de Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Anapu e Pacajá.

Por ser rica em recursos naturais, desde a década de 1960, a região do Xingu vem sendo ambicionada pelo capital, que procura investir em empresas de exploração do solo e da floresta. Além disso, em 2007, o setor energético também concentrou forças para produzir energia elétrica em grande proporção para abastecer o país. Em 2010, deu-se início à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBE). De acordo com Herrera e Santana (2016), esse empreendimento influenciou a dinâmica das porções territoriais dos municípios atingidos. A cidade de Altamira foi a que mais teve sua dinâmica social transformada, devido ao grande fluxo de trabalhadores e famílias que acorreram ao centro urbano, o que, para Neto e Herrera (2016), fez a cidade se destacar dos demais municípios da região em infraestrutura. Esses três fatos históricos na região do Xingu – o ciclo da borracha, a construção da rodovia Transamazônica e a UHDB – marcaram e modificaram a paisagem social, econômica, cultural e política desse território. Em tais episódios, podemos notar claramente que o município de Altamira foi o centro de convergência das investidas tanto do Estado quanto das empresas privadas, disso decorrendo que sua infraestrutura urbanística se sobressaísse em relação aos municípios circunvizinhos. Isso leva a evidenciar que o capital escolhe territórios específicos para fazer seus investimentos e, dessa forma, um lugar tem mais possibilidades de crescimento e desenvolvimento que os outros, sendo revestido de serviços como bancos, hospitais, escolas, ruas pavimentadas, praças, hotéis, etc., equipamentos que garantem a atração de outros investimentos, fazendo um município se sobressair e ganhar dianteira comercial, mais que os outros da mesma confinidade.

Essa estratégia do capital, que procura concentrar os investimentos em um único lugar, é muito perigosa, já que cria cisões nas relações em uma mesma região, não gerando oportunidades justas para todos ou, como prefere Sposito (2015) ao analisar a dinâmica da organização das indústrias, tal centralização não atinge a homogeneidade e gera desigualdades regionais.

Mas não é somente nas relações entre municípios que esse tipo de intervenção da visão capitalista neoliberal gera desigualdades. Podemos verificar sua ação em setores da sociedade, como o caso da educação, que consensualmente é entendida como meio para a geração de oportunidades e o desenvolvimento social e econômico. Entretanto, se um município tem mais recursos para fazer investimentos em escolas, transporte escolar, formação continuada de professores e outras atividades do setor educacional, logo sua educação terá mais qualidade do que os demais municípios, o que faz crescer a disparidade entre os benefícios desse processo.

Ainda tratando do investimento em qualidade da educação para elevação da melhoria social, as considerações sobre o descompasso nos investimentos devido à lógica capital de centralidade podem ser empregadas ainda ao ensino superior oferecido pelas IES da região do Xingu. As relações injustas decorrentes dos empreendimentos direcionados do setor privado e do Estado tendem a se traduzir em imenso prejuízo para o ensino superior das instituições públicas. Note-se que, em abril de 2019, o governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), reduziu os investimentos na formação graduada, bloqueando 30% do orçamento das Universidades Federais, como noticiou o jornal *Folha de São Paulo* (SALDAÑA, 2019). Nessa mesma direção, outro projeto que visa a minimizar o avanço da educação superior é o Future-se,⁴ que,

⁴ De acordo com o site do Ministério da Educação (www.mec.gov.br), o Future-se “busca o fortalecimento

de modo geral, objetiva suprimir a participação do Estado e abrir a educação pública superior para o investimento da iniciativa privada, isto é, empresas que estejam interessadas em explorar pesquisas nas IES e, conseqüentemente, nos resultados e no retorno financeiro.

Assim como ocorreu com a região do Xingu, isto é, a disparidade entre o município-sede dos investimentos com relação aos periféricos, as IES da Amazônia serão prejudicadas uma vez que as empresas que têm volume de recursos para investir em pesquisa estão em estados onde a indústria é consolidada e contam com a participação do capital internacional. Desse modo, as universidades do Centro-oeste, Sudeste e Sul sempre terão mais apoio ao ensino, pesquisa e extensão, enquanto as IES situadas no extremo da Amazônia realizarão apenas o ensino, já que as empresas com sede nas capitais não se interessarão em ir até o Xingu para comprar seus produtos.

Devido a essa situação, o desenvolvimento para a utilização produtiva das TDICs se tornará uma incógnita. Se não houver incentivo para o estudo teórico e a aquisição de equipamentos para a formação nessa área, a população não conhecerá os liames do uso racional dessas tecnologias e, por conseguinte, haverá sempre analfabetismo digital. Entretanto, se a formação graduada seguir o caminho da formação igualitária, que deve ser comum a todas as IES, sem segregação de qualidade mediada pelo nível de recurso financeiro que cada universidade pode obter, a projeção histórica será outra.

Em favor do argumento do investimento estatal para graduação de professores com um currículo comum, inclinado ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão alinhado ao conhecimento dos campos da inovação científica e tecnológica, como exemplo, passaremos a narrar um episódio de uma turma de licenciatura em História, no campus de Altamira, que, estudando ainda sob o modelo de graduação financiada pelo recurso público, pôde experimentar um trabalho no campo de TDICs com fotografias.

FORMAÇÃO DOCENTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA PAUTADA NA ABORDAGEM DAS TDICS

A formação docente abrange processos que estão relacionados à abordagem de referências teóricas, procedimentos metodológicos, contradições, ou seja, dispositivos complexos voltados para o entendimento político, cultural, técnico e econômico do funcionamento da sociedade e sua relação com a educação. Há diferentes maneiras de entender esse contexto e suas transformações, por meio dessas mediações, tendo-se em vista a diversidade formativa que é proposta no curso e na disciplina, que tem como fim a formação do professor e do indivíduo na sociedade.

Atentos à diversidade do processo formativo de professores para uma realidade múltipla como a amazônica, onde se encontram diferentes povos indígenas, comunidades quilombolas, grupos familiares moradores de reservas extrativistas, ribeirinhos, comunidades do campo, sociedades urbanas e tantas outras organizações

da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais”.



sociais, os docentes a serem formados precisam entender os conflitos gerados nessa relação e concatená-los com as transformações e inovações de nosso sistema social. Nesse sentido, em 2017 foi iniciada uma turma de Licenciatura em História no Campus UFPA em Altamira – PA, com a oferta de 40 vagas, entretanto houve 17 habilitações do processo seletivo.

A Licenciatura em História se deu devido à constatação que havia carência de profissionais dessa área de conhecimento para atuar na educação básica na região sudoeste do estado. Desse modo, foi solicitado a Faculdade de História do Campus da UFPA do município de Ananindeua-PA, a flexibilização de uma turma para Altamira-PA. Pedido que, ao ser atendido, teve sua concepção direcionada a um público de graduandos que pretendem ser licenciados, considerando as possibilidades da atuação docente dos profissionais e visando:

formar professores de História para atuar na Educação Básica (ensinos Fundamental e Médio) e em espaços não-formais de ensino. Isso implica compreender diferentes concepções teórico-metodológicas que permitam referenciar a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas, articulando as novas tecnologias para o desenvolvimento de práticas voltadas para o ensino-aprendizagem nesses espaços. Essa articulação de saberes permite observar a formação do licenciado em História como um processo formativo que é contínuo, permanente e em constante transformação diante a reflexão de sua prática docente e a realidade social onde irá atuar. O licenciado em História é o profissional que trabalha como docente em instituições de ensino, além de exercer atividades relativas à produção e avaliação de programas e materiais didáticos voltados para a educação básica em suas diferentes modalidades. A formação do licenciado em História visa apresentar uma sólida formação cognitiva que articule temáticas interdisciplinares. Além dessas premissas, apresenta ainda uma consistente competência técnica para desenvolver ações relativas à elaboração e execução de pesquisas educacionais em instituições públicas e privadas (UFPA, 2017, p. 6).

Diante da variedade sociocultural amazônica, o curso de História em Altamira tem se voltado às demandas sociais e de inovação requeridas na formação de docentes. Desse modo, todas as 43 disciplinas do curso têm sido ministradas direcionadas à formação de professores para a educação básica, pesquisadores, intelectuais reflexivos sobre as condições de aplicação e alcance de seu trabalho, articulando inovação, saberes e conhecimento científico. O componente curricular do curso que visa a formação do historiador antenado às tendências atuais do campo científico, vem considerando as TDICs como amenas para a essa finalidade, pois, do quantitativo de disciplinas com a carga horária de 3.200 horas, apenas uma disciplina: “Educação, Tecnologias da Informação e Comunicação”, com a carga horária de 60 horas, é voltada para essa temática.

Devido à pouca oferta de disciplinas que tratem especificamente da temática de tecnologia, é que houve a necessidade de focar a disciplina “Educação, Tecnologias da

Informação e Comunicação”, ministrada no mês de julho ano de 2019, na realização de atividades educacionais intensivas. Para isso, o plano de aula foi elaborado com a seleção de temas atuais no campo da TDICs, além da realização de visita a espaços como cinema, emissora de rádio, e confecção de equipamento fotográfico para envolver os acadêmicos na discussão da TDICs e atender a ementa da disciplina que determina abordar:

Relações entre ciência, técnica, cultura e subjetividades. Pedagogias dos meios de comunicação e informação. Tecnologias digitais e educação: articulações epistemológicas, metodológicas e técnicas. Estudo das linguagens dos diferentes produtos da mídia e dos artefatos digitais, no âmbito das práticas escolares. Avaliação e aplicação das diversas tecnologias na educação. História digital, história virtual, Ensino de História e usos do passado a partir das novas tecnologias (UFPA, 2017, p. 20).

No intuito de atender aos processos formativos de historiadores e, ao mesmo tempo, problematizar o emprego das TDICs, a realização da referida disciplina foi sendo delineada com a proposta de: problematizar as relações entre ciência, técnica, cultura e subjetividades; abordar atividades teóricas e práticas sobre os meios de comunicação e informação; buscar referências teóricas nos temas que envolvem as tecnologias digitais e a educação com articulações epistemológicas, metodológicas e técnicas; estudar o desenvolvimento teórico/prático das linguagens dos diferentes produtos da mídia e dos artefatos digitais no âmbito das práticas cotidianas; e contextualizar a história digital, história virtual, ensino de História e usos do passado e presente a partir das tecnologias da informação e comunicação.

Diante desses pontos, percebeu-se que os desafios da disciplina teriam de ser desenvolvidos de maneira didática, ou seja, “combinando objetivos, conteúdos e organização metodológica”, algo que Libâneo (2013, p. 28) destaca como relevante para a formação docente, com um viés pedagógico do cotidiano dos licenciados.

As intenções nesse processo estão no campo da problematização e na possibilidade de vivenciar e perceber as alterações no modo como a história é vivida e experienciada, como quer Bondia (2002), das múltiplas maneiras como ela é escrita, no início do século XXI. Desse modo, no contexto da efetivação da formação de professores ligada às TDICs, concordamos com o diagnóstico do nosso tempo, quando sentimos e experimentamos um mundo acelerado, complexo, diverso, múltiplo, instável, incerto e mutante; e nos propomos refletir sobre a escola e seus sujeitos a partir das situações de conflito, tensão, criação, trocas e resistências.

No contexto de aceleradas mudanças sociais, políticas e tecnológicas, perguntamos: qual seria a escola para o novo tempo do mundo? Corroborando essa complexidade no mundo devido a diversos fatores, precisamos repensar o contexto tecnológico e podemos experimentá-lo, como afirma Candau (2010), potencializando o ecossistema pedagógico entre estudantes, professores e a sociedade.

Nesse íterim, durante a disciplina “Educação, Tecnologia da Informação e Comunicação”, optou-se por um caminho que envolvesse alguns momentos mais práticos, como, por exemplo, a construção de objetos ópticos e a produção de programas de rádio, e outros mais reflexivos e/ou teórico-conceituais, trazendo elementos das TDICs como o celular, as redes sociais (como o WhatsApp), mas também a câmara

escura e a construção social da imagem. Todos esses dispositivos tiveram como objetivo o entendimento do processo de transformação das tecnologias na sociedade atual. O procedimento metodológico da disciplina foi dividido em etapas, sendo que, em um primeiro momento, optou-se pela revisão teórica de autores que tratam do campo das TDICs, dentre os quais destacamos: Vani Moreira Kenski (2003), Manuel Castells (1999), Nelson de Luca Pretto (2011, 2017) e Demerval Guillarducci Bruzzi (2016). A opção por esse referencial teórico deu-se por tratar de questões históricas, políticas e sociais da tecnologia digital e, nesse sentido, damos destaque a Castells (1999) e Bruzzi (2016). Também foi escolhido por abordar questões sobre a educação, a escola, a docência e o processo de construção social entre indivíduo e sociedade, na educação formal, não formal e informal. Os atuais desafios educacionais no contexto da cultura digital encontramos em Kenski (2003) e Pretto (2017), que compõem uma literatura especializada na sala de aula, propiciando um trabalho com leituras, produção de resumos e debates, na tentativa de aproximar as tendências teóricas, conceituais, históricas e sociológicas da educação no contexto das TDICs.

Durante esse processo, utilizamos também recursos audiovisuais, entre eles o documentário de Masagão (1999), intitulado “Nós que aqui estamos por vós esperamos”, que narra diversos fatos que marcaram o século XX, nas diferentes instâncias sociais, políticas, econômicas e sua relação com personagens, a partir da recuperação de suas histórias de vida. Desse modo, a abordagem do documentário evita a finitude do seu dizer e, a cada vez que é exibido e visto, liberta a narrativa dos condicionantes de tempo e do espaço, permitindo que, por esse apanhado, cheguemos à conclusão de que o processo de transformação está imbricado na vida das pessoas e sua produção cotidiana, ou seja, algo próximo do que afirmamos no processo de transformação das tecnologias.

Os resultados das discussões das tendências teóricas e concepções conceituais nos levam à compreensão de que o processo de difusão das tecnologias digitais está relacionado a alterações no modo como a história é vivida e, por conseguinte, na maneira como ela é escrita no início do século XXI. O conjunto de temáticas que conduziu os trabalhos levou ao entendimento de que existe uma convergência entre as tecnologias da informação e comunicação que envolve o uso do conjunto de tecnologias em microeletrônica, computação com *software* e *hardware*, telecomunicações e radiodifusão, optoeletrônica e suas aplicações no domínio das TDICs, na engenharia da comunicação, comunicação visual, imagem e seu crescente conjunto de desenvolvimento, como enfatiza Castells (1999, p. 49).

O programa da disciplina “Educação, Tecnologia da Informação e Comunicação”, aliado às discussões teóricas, abriu espaço para a introdução da fotografia como elemento do campo das TDICs e, ao trazer a câmara escura como dispositivo prático de recurso tecnológico em sala de aula, tivemos como referencial fazer reflexões sobre como a ciência e as tecnologias estão presentes na sociedade desde sempre. Fainguelernt (2014) faz uma relação histórica entre os processos de transformação da ciência e de como a fotografia e, em especial, a câmara escura estiveram presentes desde o século XII, passando pelo Renascimento e chegando às mudanças do século XXI. A fotografia tornou visíveis para os acadêmicos uma série de eventos que ocorrem no cotidiano das relações sociais que presenciam, mas que, devido à falta de olhar atento, passavam despercebidos.

Para a realização das sessões de fotografia que levaram à captura de imagens do cotidiano das relações sociais dos graduandos, antes tivemos de realizar uma



oficina para a construção um tanto rústica de aparelhos fotográficos iguais aos de Joseph Nicéphore Niépce, que fez a primeira produção do gênero no século XIX. Para a confecção da câmera foram utilizados: uma caixa de papelão de 20 cm de altura por 15 cm de comprimento, lupa e lona preta. A realização da oficina de câmara escura e o resultado da atividade levaram a turma de História a se relacionar com um conhecimento de tecnologia que antes lhes parecia distante, posto estarem acostumados a ter prontas as ferramentas para as atividades, não tendo então noção de que podiam ser protagonistas, produtores de tecnologia. Desse modo, a câmara escura tornou-se um dos paradigmas da origem, em que a realidade do espaço circundante era captada, como enfatiza Faingulernt (2014).

Imagem 1 – Câmera escura



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

Na disciplina, utilizamos também o processo de construção de fotogramas, com cada uma das imagens impressas no papel fotográfico. Nesse contínuo, culminamos com a produção de fotografias com uma latinha, denominada *pin hole* ou fotografia no buraco de agulha. A partir desse trabalho, pudemos refletir sobre o fato de que, hoje, século XXI, as TDICs estão captando, sendo compartilhadas, ressignificadas e potencializadas em tempo real e, dessa ação, são geradas todas as transformações sociais no globo.

Outra atividade da disciplina planejada para a abordagem das TDICs na educação foi a composição de imagens sonoras utilizando diversas fontes auditivas. Elas estão

disponibilizadas na internet em *sites* como o YouTube, Freesound e Soundcloud. Nessa proposta, também foram mostradas formas de captura de diferentes sons por meio do *software* Audacity, específico para gravação e edição de som. Como resultado da atividade, foram elaborados programas de rádio que envolviam debates sobre as tecnologias no cotidiano, críticas ao processo de ocupação da Transamazônica e o discurso desenvolvimentista contextualizado pelas reportagens e debates produzidos pela implementação da Usina de Belo Monte.

Partimos das concepções de Pretto (2011) para tratar das problematizações. O autor aborda as transformações do rádio, atualizando para as tecnologias digitais hoje, com novas formas de produzir conhecimento e trocas comunicacionais, o que também se relaciona com as transformações das tecnologias no contexto atual e suas diversas aplicações. Foi nesse contexto que concebemos que é possível empregar o som e o *software* para constituir narrativas, verificando como podemos elaborar determinadas histórias, com diversas fontes, contextualizando os processos de transformação e usando as tecnologias a serviço do processo educacional. Por último, discutimos e experimentamos diferentes plataformas atuais ligadas ao capitalismo, como as relacionadas ao transporte ou à entrega de comidas, chegando à discussão e à percepção dos códigos invisíveis (SILVEIRA, 2019), quando não sabemos como as redes sociais e os mecanismos de busca definem nossas pesquisas e o acesso aos nossos dados.

Durante todas as intervenções pedagógicas realizadas na disciplina “Educação, Tecnologias da Informação e Comunicação” e, em especial, para a formação do professor de História, visamos a introdução de técnicas e procedimentos que podem ser utilizados no contexto das TDICs para o ensino de História, trazendo a compreensão de que os processos de inovação tecnológica podem oxigenar as práticas docentes e as diversas metodologias a aplicar na construção do conhecimento, além de dar condições ao aluno para se situar como agente construtor do processo histórico. Como defende Fischer e Tiriba (2007), tal ampliação de repertórios possibilita ver as diversas faces da reprodução da vida.

O desafio de usar as tecnologias visando promover formas de pensar e fazer educação, potencializando os diversos dispositivos tecnológicos que estão sendo usados no cotidiano, é uma rica experiência de que podemos lançar mão no processo formativo de licenciandos, pensando na prática pedagógica desses futuros docentes de História e dos historiadores. Entretanto, a expectativa de mudança na conjuntura educacional do ensino superior com o programa Future-se deixa essa proposta abalada, pois sem recursos, sem direcionamento e sem docentes qualificados, as licenciaturas não poderão usufruir de tal formação. Atividades desse porte necessitam de investimento, com grande volume de recursos, como textos, vídeos, fotos, sons, acesso à internet, tempo para a prática de produzir informações e divulgá-las na rede e, principalmente, uma ideia coerente sobre o sentido social da docência. Esses processos só são de fato desenvolvidos com qualidade quando há pesquisa e extensão integradas às práticas de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso das tecnologias digitais de informação e comunicação para a resolução de problemas na contemporaneidade tem sido recorrente. O próprio movimento do



sistema social tem expressado esse apelo e as pessoas têm respondido de forma positiva a tais demandas, visto que, cada vez mais, as redes sociais têm se tornado um modo de mediar as relações entre os sujeitos, e a internet tem sido um espaço que favorece essa comunicação. Entretanto, as TDICs são muito mais que relações estabelecidas por plataformas de comunicação como WhatsApp, Facebook, Twitter e Instagram. Elas são instrumentos para a ação, como afirma Lévy (1999), ou seja, as novas tecnologias são construções da sociedade que vislumbram meios que facilitem a vida.

Por ser uma construção do coletivo, as TDICs deveriam estar em função do coletivo, entretanto esse é um cálculo que não é bem equacionado devido ao fato de que as relações mais aprofundadas da sociedade têm sido produzidas no interior do modo de produção capitalista. Dessa forma, as tendências teóricas oriundas desse sistema têm como resultado a relação desigual entre as diferentes camadas e classes de pessoas. As TDICs e todo o seu potencial de aplicação na ciência, educação, saúde, direitos etc. são disponíveis para uma camada específica da população e para regiões do país onde o retorno dos investimentos é mais seguro. Essa relação de desigualdade tem produzido bolhas em que as minorias não têm penetração e, dessa forma, habitam as periferias digitais, com recursos limitados de comunicação e pouco conhecimento da aplicação e da utilização ética e racional das TDICs.

Para conseguir conduzir um trabalho coerente, que possibilite que a sociedade tenha um mínimo de conhecimento da utilização das TDICs, é necessário investimento em educação e, principalmente, em agentes que possam conduzir o processo formativo no nível de ensino da educação básica, que projetem as novas gerações para a familiaridade com as novas tecnologias e, dessa forma, possam ser uma referência para o desenvolvimento, assumindo lugares de destaque na sociedade, criando tecnologias, elaborando conhecimento científico, realizando experimentos científicos, fortalecendo o campo do trabalho, da cultura, promovendo a indústria, o comércio e a inovação.

Para a educação ser considerada um serviço de relevância em vista do desenvolvimento e da formação de professores, é preciso também que ela seja respeitada e atendida em todas as suas iniciativas. Os cursos de graduação nas universidades são construções históricas e foram elaborados por especialistas com alto grau de competência, que pensaram a formação de profissionais habilitados, com condições de operar os mais requisitados instrumentos de trabalho. Entretanto, embora a universidade tenha sido, ao longo do tempo, um espaço de compromisso e resistência, as estruturas de Estado tentam abafar seu trabalho e desqualificar sua produção. Na atualidade, o projeto governamental Future-se, criado pelo MEC, é uma evidência da forma como estão tentando desconstruir a ideia de universidade pública, na qual o graduando tem acesso à formação que deve ser comum a todos os universitários. A proposta governamental intitulada Future-se é uma forma de alimentar a continuidade da criação das bolhas que o modo de produção capitalista engendra. Por esse viés, muitos cursos, em especial as licenciaturas, serão fortemente afetados e fragilizados, pois não poderão contar com subvenções que projetem a formação de professores para interagir com o campo da TDICs e, assim, se prepararem para a docência em contextos diferenciados, com conhecimento para operar tecnologias de forma heurística e relacionada com a realidade amazônica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. *TEIAS*, Rio de Janeiro, a. 4, n. 7-8, p. 1-8, jan./dez. 2003.

ANUÁRIO DE BELÉM (1616 a 1916). Histórico, literário e comercial. Organizado em colaboração por um grupo de intelectuais, por iniciativa do Eng. Inácio Mora. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior. O que é o Future-se? Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRUZZI, D. G. Uso da tecnologia na educação, da história à realidade atual. *Polyphonia: Revista de Educação Básica do Cepae, Goiânia*, v. 27, p. 475-483, 2016.

BUENO, Ricardo. *Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização*. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

CAMPOS, Fernanda Araújo Coutinho. *Convergência na educação: processos, tecnologias digitais e relações pedagógicas*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Belo Horizonte, 2017.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica, *In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flavio (org.)*. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2010. 249 p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.



ESTADO DO PARÁ. Jornal de Propriedade de uma sociedade anônima, Belém, a. 1, edição 235, 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800082&pasta=ano%20191&pesq=Altamira>. Acesso em: 12 set. 2019.

FAINGUELERNT, Mauro. A câmera escura e a fotografia. In: *Scientiarum Historia VII: Filosofia, ciências e artes: conexões interdisciplinares*. 2014. Rio de Janeiro. Anais: UFRJ, v. 1, p. 85-94, 2014. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh7/SH/trabalhos%20orais%20completos/A-CAMERA-ESCURA-E-A-FOTOGRAFIA.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2019.

FAPESPA. Disponível em: http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/mapas/territorio/ter2_regioes_de_integracao_do_para.png. Acesso em 24 set. 2019.

FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. Jovens trabalhadores associados na produção da vida: entre o desemprego, a precarização do trabalho e a economia popular solidária. In: Ministério da Educação. Debate: Juventudes em rede: Jovens produzindo educação, trabalho e cultura. Salto para o Futuro, Boletim nº 24. Brasília: SEED-MEC, 2007.

HERRERA, J. A.; SANTANA, Nelivaldo Cardoso. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. *GEOUSP: espaço e tempo*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 250-266, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122657/122600>. Acesso em: 26 set. 2019.

KENSKI Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2003. (Série Prática Pedagógica);

KERCKHOVE, Derrick de. *A pele da cultura*. São Paulo: Annablume, 2009.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a04.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE MOS André. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. *Filosofia World: o mercado; o ciberespaço; a consciência*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.



LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACEDO, Neusa Dias de. *Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MASAGÃO, Marcelo. *Nós que aqui estamos por vós esperamos*. Direção, Produção e Roteiro: Marcelo Masagão. Documentário. Rio de Janeiro: Rio Filmes, 1999. DVD (73 min).

MENSAGEM. *Relatório da Presidência dos Estados Brasileiros*. Congresso Legislativo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720437&pasta=ano%20191&pesq=Altamira>. Acesso em: 19 set. 2019.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NETO, José Queiroz de Miranda; HERRERA, José Antônio. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte/Altamira - PA: *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, Paris, n. 28, p. 1-28, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/pdf/11284>. Acesso em: 26 set. 2019.

PRETTO, Nelson de Luca. O desafio de educar na era digital: educações. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 24, n. 1, p. 95-118, 2011.

PRETTO, Nelson de Luca. *Educações, culturas e hackers: escritos e reflexões*. Salvador: EdUFBA, 2017.

SALDAÑA, Paulo. Corte é maior do que 30% do orçamento livre em mais da metade das federais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/corte-e-maior-do-que-30-do-orcamento-livre-em-mais-da-metade-das-federais.shtml>. Acesso em: 26 set. 2019.

SANCHO, Juana Maria. A tecnologia: um modo de transformar o mundo carregado de ambivalência. In: SANCHO, Juana Maria (org.). *Para uma tecnologia educacional*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, Edméa. *Pesquisa-formação na cibercultura*. Santo Tirso: Whitebooks, 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições SESC-SP, v.1, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. *O novo mapa da indústria no início do século XXI*. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

UFPA. Universidade Federal do Pará. *Projeto Pedagógico do Curso de História*. Ananindeua, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eMHDTIAMqw-EDfvskZXiMgEc9y_PwO_/view. Acesso em: 16 out. 2019.

NOTAS

AUTORIA

Leonardo Zenha Cordeiro: Doutor. Professor Adjunto, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação, Altamira, PA, Brasil.

Renato Pinheiro da Costa: Doutor. Professor Adjunto, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação, Altamira, PA, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Leonardo Zenha Cordeiro. Rua Cel. José Porfírio, 2515, São Sebastião, 68372-040, Altamira, PA, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo é fruto dos projetos de pesquisa “Cartografia histórico educacional do município de Altamira-Pa” e “Cultura digital, Cibercultura e Tecnologias Digitais no contexto do ensino médio: transformações socioculturais diante do impacto da Hidrelétrica Belo Monte (UHE-BELO MONTE)”.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 31 de outubro de 2019

Aprovado em: 19 de abril de 2020

Como citar: CORDEIRO, Leonardo Zenha; COSTA, Renato Pinheiro da. Problematizações das tecnologias digitais na formação do professor de história no contexto amazônico. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 228-248, maio/ago. 2020.






USOS DO PASSADO SENSÍVEL EM AMBIENTE DIGITAL: O “BRASIL: NUNCA MAIS DIGITAL” E O PROJETO “EVA. STORIES”

Uses of the sensitive past in the digital environment: the “*Brasil: Nunca Mais Digital*” collection and the “eva.stories” project

Miguel Barboza Castro^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2865-6795>
E-mail: miguel.castro@ufrgs.br

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

RESUMO

O presente artigo refletirá sobre usos do passado sensível no ambiente digital. Para tanto, serão utilizados como objetos de análise duas iniciativas: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o “eva.stories”. A primeira iniciativa diz respeito ao projeto lançado em 2013, que insere o acervo do “Brasil: Nunca Mais” na era digital, tornando seus arquivos acessíveis a qualquer pessoa em qualquer parte do mundo – antes disponíveis apenas em acervos físicos, impressos ou microfilmados. A segunda é o projeto “eva.stories”, criado em 2019, que parte da seguinte premissa: “E se uma menina, durante o Holocausto, tivesse Instagram?” A iniciativa se utiliza do Instagram (principalmente do formato “stories”) para desenvolver setenta episódios retratando eventos ocorridos com Eva Heyman – adolescente de 13 anos enviada ao campo de concentração em Auschwitz-Birkenau, em 1944. O objetivo do artigo visa por em perspectiva essas iniciativas (inseridas em seus respectivos contextos históricos, técnicos, metodológicos etc.), a fim de pensar seus usos e refletir sobre efeitos da instrumentalização do passado em ambiente digital (e no escopo da história pública). A ideia é pensar o papel da internet enquanto catalisadora de formas de disseminar, resistir e pensar sobre a memória e eventos traumáticos, além de compreender sua interação com diferentes audiências.

PALAVRAS-CHAVE

História Digital. Usos do passado. Internet.

ABSTRACT

This article reflects on sensitive uses of the past in the digital environment. To attain this aim, two initiatives are approached as objects of analysis: “*Brasil Nunca Mais Digital*” [the “Brazil: Never Again” digital collection] and “eva.stories”. The first of these initiatives is the project launched in 2013, which inserts the “*Brasil: Nunca Mais*” documentation into the digital age by making its archives accessible to anyone anywhere in the world (as previously, it was only available in physical, printed or microfilmed collections). The second initiative is the “eva.stories” project, created in 2019 with the following premise: “What if a girl in the Holocaust had Instagram?” It uses Instagram (mainly, its “stories”-feature) to produce seventy episodes depicting events with Eva Heyman – a 13-year-old girl sent to the Auschwitz-Birkenau concentration camp in 1944. The aim of this paper is to put these initiatives into perspective (considering their respective historical, technical and methodological contexts, among other aspects) to think about their uses and examine the effects of the instrumentalization of the past in the digital environment (and in the field of public history). Its final purpose is to reflect on the role of the Internet as a catalyst of ways to disseminate, resist and think about memory and traumatic events, while understanding its interactions with different audiences.

KEYWORDS

Digital History. Uses of the past. Internet.

Como retratar um evento que, por sua monstruosidade, foi durante certo tempo irrepresentável? Há forma de divulgar o testemunho do sobrevivente e assim “simbolizar o real”, o traumático? Essas perguntas exprimem questões que suscitaram e suscitam debates¹ extensos no campo das humanidades. No entanto, desde os anos 2000,² o *boom* da internet e da computação desenvolveu uma era digital que cada vez mais faz do humano a simbiose do analógico/digital e, conseqüentemente, produz implicações aos usos de passados sensíveis no ambiente on-line – e fora dele.

Ao longo do trabalho, pretende-se pensar os efeitos da instrumentalização do passado no ambiente digital, inseridos no escopo da história pública, em que a relação entre audiência e historiador não é a mesma tradicionalmente³ constituída no campo da História. Preconiza-se, nesse ambiente de intervenção pública do historiador e de seus domínios, uma “autoridade partilhada” (FOSTER, 2014), em que o público é enxergado “não como exclusivamente, ‘audiências’, consumidores de história, mas, em alguma medida, [...] público gerador de história” (MALERBA, 2017, p. 141). Portanto, essa interação entre público e historiador acerca desses usos do passado configura-se um dos pontos de reflexão do presente artigo.

Levando em conta o que foi apresentado até aqui, serão examinadas as iniciativas “Brasil Nunca Mais Digital” e o “eva.stories”, buscando entender e propor a reflexão em torno dos usos do passado traumático/sensível, em plataformas tão distintas, com públicos-alvo diversos e instrumentais técnicos e “teóricos” variados.

“BRASIL: NUNCA MAIS DIGITAL”: DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO, AGORA ON-LINE

O projeto “Brasil: Nunca Mais” foi uma iniciativa de religiosos – ligados, principalmente, às igrejas católica e presbiteriana – e de advogados que objetivavam colher informações, junto ao Superior Tribunal Militar (STM), a respeito de violações dos direitos humanos pelo Estado brasileiro ao longo da ditadura civil-militar, além de preservar os processos judiciais de desaparecimento no período de redemocratização para reunir essa documentação em um “livro-denúncia”. Advogados de presos políticos acusados pelo Estado brasileiro percebem que podem se aproveitar do período de 24 horas, da custódia provisória dos autos (a partir de 1979 com a promulgação da Lei da Anistia) para executar um processo de reprodução (e futura divulgação) dos processos. A partir do financiamento de entidades ligadas à Igreja⁴ foi possível dar

¹ Sobre essa questão, é possível comentar sobre o *Historikerstreit*, a “querela dos historiadores”, ocorrida no campo político e intelectual alemão na década de 1980. *Grosso modo*, se trata de uma disputa em torno do modo mais adequado de se retratar os eventos da Segunda Guerra Mundial, principalmente sobre a Alemanha nazista e o Holocausto. Além desse evento, o conceito *vergangenheitsbewältigung* (que significa “reconciliar-se com o passado”) também pode ser citado para compreender essa disputa.

² A partir dos anos 2000 percebe-se uma alteração na internet e na forma em que os usuários se relacionam com ela. Trata-se da passagem da web 1.0 para a web 2.0, que prova a passagem de um uso passivo para um uso ativo da rede (SILVEIRA, 2018).

³ “As mudanças quanto às práticas profissionais dos historiadores são de tal ordem [...] que devemos nos interrogar sobre qual impacto da história digital sobre as formas de narração do passado e sobre os tempos históricos [...]” (NOIRET, 2015, p. 29).

⁴ Conselho Mundial de Igrejas (CMI), através de Philip Potter e Charles Roy Harper Jr. “Durante o processo de reprodução dos 707 processos, foram consumidos mais de 350 mil dólares” (BAUER, 2012, p. 10).

início ao processo de cópia e microfilmagem dos autos judiciais, desenvolvendo-se na clandestinidade⁵ devido ao receio de apreensão da documentação fotocopiada.

O trabalho foi finalizado em 1985, reunindo mais de 850 mil cópias e 543 microfilmes. Após isso, foi desenvolvido o chamado “Projeto A”, que comporta quase 7 mil páginas divididas em doze tomos. Com o auxílio de jornalistas (Ricardo Kotscho e Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto) foi produzido o “Projeto B”, que visava construir a síntese do material reunido e a produção de um livro. Assim, com alguns poucos meses de regime democrático no Brasil, em 15 de julho de 1985, o “Projeto B” foi lançado com o nome de “Brasil: Nunca Mais”, e em “[...] poucos dias, tornou-se o livro mais vendido em todo o país [...]” (BAUER, 2012, p. 11), tendo sido reimpresso vinte vezes nos primeiros dois anos de lançamento. Os documentos do projeto foram doados à Unicamp que, por sua vez, os inseriu no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth, em 1987. Como “medida de segurança” foram feitas 25 cópias do “Projeto A”, distribuídas entre instituições nacionais e estrangeiras; e o material original (microfilmes e conteúdo dos processos do STM) enviado ao Latin American Microfilm Project (LAMP).

Com o que foi analisado até o momento, fica evidente o grande impacto que o “Brasil: Nunca Mais” teve no país, principalmente por se tratar da maior iniciativa da sociedade civil em torno dos direitos à memória, verdade e justiça. No entanto, apesar da grande circulação do livro, tendo seu acervo documental espalhado por universidades e instituições dentro e fora do Brasil, surgiu a necessidade de acompanhar o impulso tecnológico que, desde os anos 1990, se torna cada vez mais inevitável, e inserir o acervo do “Brasil: Nunca Mais” no ambiente digital potencializando, ainda mais, o acesso aos processos, a divulgação dos crimes lesa humanidade cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar e impactando gerações de pesquisadores e novas gerações da sociedade civil acerca do respeito à dignidade da pessoa humana. É dessa forma que surge, em 2005, o “Centro de Referência Virtual Brasil Nunca Mais”,⁶ que disponibilizou na íntegra a digitalização do “Projeto A”, sendo o primeiro passo em direção da inclusão do “Brasil: Nunca Mais” na era digital.

Com o projeto embrionário de inserção do “Brasil: Nunca Mais” no ambiente da web, criaram-se as bases do que veio a ser o “Brasil: Nunca Mais Digit@l”. A partir do

⁵ Em uma sala comercial, com funcionários e copiadoras, fingindo se tratar de uma copiadora comum. “As cópias, então, eram remetidas a São Paulo, inicialmente em ônibus noturnos e, posteriormente, por meio de aviões de carreira, ou por carro. Surgiu nesse momento a preocupação com a apreensão do material pela repressão [...] a alternativa para a preservação foi microfilmar as páginas de todos os autos judiciais e remetê-las à sede do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra – Suíça.” Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/historia.html>. Acesso em 18 jul. 2019.

⁶ A iniciativa foi desenvolvida com o apoio de alguns centros de referência, como, mais destacadamente, o Armazém Memória. O Armazém é um centro de referência criado em 2001 que inicia sua atividade mapeando os arquivos do relatório do “Brasil: Nunca Mais”. Nas palavras do coordenador do projeto, Marcelo Zelic (também foi diretor executivo do “Brasil: Nunca Mais Digit@l”), o centro visa “[...] colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica [...] criando condições para que a memória da resistência histórica do povo brasileiro a tantas adversidades fique acessível ao cidadão para consulta e estudo não só na internet, como também nas universidades, escolas, casas de cultura, entidades civis e centros de formação populares espalhados pelo país”. Em 2005 o Armazém Memória inseriu a digitalização do “Projeto A” na web, no Centro de Referência Virtual Brasil Nunca Mais. O projeto foi financiado com recursos públicos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Informações disponíveis em: <http://www.armazemmemoria.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2019.

pedido de repatriação dos arquivos do “Brasil: Nunca Mais” – que estavam no Center for Research Libraries, em Chicago, Estados Unidos – pelo Ministério Público Federal (MPF) e da parceria entre diversas entidades públicas e privadas foi possível iniciar os procedimentos necessários para a inserção desse extenso acervo na internet.

Após a obtenção dos 543 microfimes, iniciou-se o processo de conversão do material analógico para material digital (digitalização), realizado por meio do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Assim, seguiu-se executando procedimentos técnicos em torno da verificação de documentos danificados, da classificação de imagens danificadas e do tratamento digital das imagens geradas (cerca de 870 mil). A indexação do material foi feita através da DOCPRO,⁷ logo em seguida foi possível realizar a hospedagem do site, feita a partir de um servidor do MPF – por essa razão o domínio “mpf.mp.br” no endereço eletrônico do site. Em 9 de agosto de 2013 foi realizada a cerimônia de lançamento do site e, a partir dessa data, após quase trinta anos do lançamento do livro “Brasil: Nunca Mais”, o acervo completo dos 710 processos judiciais, que ao longo dos anos foram copiados, microfilmados, catalogados, escondidos, transportados por longas distâncias, digitalizados e, por fim, divulgados na íntegra na internet, tornou-se disponível, gratuitamente, em qualquer parte do mundo e por qualquer pessoa no ambiente digital. Foi o início de uma nova fase do projeto, de relevância “histórica, social, jurídica e pedagógica”⁸ em busca da defesa e do respeito da memória, da verdade e da justiça.

Após esse primeiro momento do artigo, de análise e reflexão do projeto “Brasil Nunca Mais Digital”, cabe agora dar prosseguimento às reflexões aqui propostas e tratar sobre uma segunda iniciativa, que também se insere no meio digital, para promover seus objetivos on-line em torno de um evento histórico sensível – o projeto “eva.stories”.

EVA.STORIES: AS REDES SOCIAIS E A REPRESENTAÇÃO DE UM PASSADO SENSÍVEL ON-LINE

No final de 2019, o perfil do “eva.stories” possuía cerca de 1,6 milhão de seguidores em sua página no Instagram. Essa quantidade denota o forte impacto⁹ dessa iniciativa no campo da mídia social e fora dele. Essa é uma das razões para o desenvolvimento de projetos desse tipo no ambiente digital. De acordo com Elisa Miles (2001, *apud* MANCA, 2019, p. 190, tradução nossa), “[...] a internet tem um grande potencial para ajudar a expor histórias complexas que interligam uma variedade de cronologias com experiências e as torna disponíveis para aqueles interessados

⁷ Empresa de software brasileira que desenvolve programas que permitem reunir os arquivos digitalizados em um acervo digital e garante a “[...] visualização e, principalmente, pesquisa livre e instantânea em conteúdo gerado a partir de papel ou documentos eletrônicos”. Disponível em: <http://docpro.com.br/new/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

⁸ Citação da frase proferida pelo coordenador do Armazém Memória e do “Brasil: Nunca Mais Digital”, Marcelo Zelic, na conferência de lançamento do site “BNM@”, no canal do YouTube da CNV, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VvJwCNX6LTM>. Acesso em: 18 jul. 2019.

⁹ Além desse impacto, notado na quantidade de seguidores, o projeto apresenta outro indicativo que revela sua grande repercussão. Trata-se da grande quantidade de jornais que noticiaram e exploraram questões referentes ao “eva.stories”, como *The New York Times*, *El Pais*, *The Guardian*, *O Globo*, *Haaretz*, *Deutsche Welle* etc.

cognitiva e emocionalmente [...]”.¹⁰ Assim, a fim de entender o uso do passado em uma rede social como o Instagram (entre outras questões que serão abordadas), é necessário nesse momento entender o contexto em que o projeto se alçou e as bases dessa iniciativa na web. O perfil “eva.stories” baseou-se no “*Éva lányom*” (“Minha filha Eva”), o diário de Eva Heyman, publicado em 1948, em húngaro, por sua mãe Zsolt Agnes.¹¹ Trata-se de um livro que reúne trinta diários escritos por Eva a partir do dia em que comemorava seu aniversário de 13 anos, com um recorte delimitado entre 13 de fevereiro e 30 de maio de 1944 – três dias antes da data de sua deportação para Auschwitz-Birkenau. Eva se referia a seu diário¹² como seu “melhor amigo” (HOLLAND, 2012, p. 53); sendo assim, a ele confiava os detalhes de seus dias, desde seus sentimentos até a descrição do que acontecia em sua família e em sua cidade.

É com essa ideia em relação ao diário que Eva Heyman anotou dia após dia os acontecimentos em sua cidade, Nagyvárád (Oradea), na Hungria. A menina descreveu sua família, e contou, por exemplo, sobre os presentes que recebeu deles em seu aniversário. Discorria sobre seus hobbies, os esportes que praticava, os idiomas que conhecia e um de seus sonhos: o de ser repórter fotográfica. Além de narrar os acontecimentos comuns na vida de uma menina de sua idade – como uma paixão por um menino de sua escola ou os momentos de lazer com sua amiga Marta –, Eva permite que o leitor do diário “[...] tenha um senso de como essa adolescente conseguiu criar para si ferramentas narrativas para analisar o que acontecia ao seu redor e assumir uma postura crítica não apenas aos que a atacavam, mas aos que atacavam a família dos demais judeus, e também da sua própria família” (SCHWARTZ, 2015, p. 119, tradução nossa).¹³

Ao longo do tempo, Eva registra sua angústia e seu temor com as situações que vêm acontecendo em sua cidade, mas principalmente com amigos e a própria família. Nota o impacto da legislação antijudaica no trabalho de seu avô: “Vovô era o presidente dos farmacêuticos de nossa cidade, mas agora ele foi retirado por que é judeu”.¹⁴ Assim, em uma perspectiva testemunhal sob a ótica pessoal, Eva descreve, de maneira indireta, uma mudança que paulatinamente avança até atingir a população de Nagyvárád, com o acirramento das políticas antissemitas – até o ponto de inflexão

¹⁰ No original: “[...] the Internet has great potential in helping to expound complex histories that interweave a variety of chronologies and experiences, and making these available to those interested in engaging cognitively and emotionally [...]”.

¹¹ Ao longo dos anos, o livro lançado por Zsolt Agnes ganhou publicações em diferentes línguas, como a edição em hebraico (1964), em inglês (1974), em alemão (2012), em francês (2013) e em espanhol (2016). Até o momento, não há edição em língua portuguesa.

¹² Há um artigo polêmico a respeito da mãe de Eva Heyman, que gira em torno da ideia de que Zsolt Agnes seria a verdadeira autora dos diários de Eva. O artigo de Gergely Kunt, publicado em 2016, defende essa ideia, utilizando como sustentação, entre outros argumentos, o fato de não existir manuscritos originais dos diários. Segundo Kunt “[...] the book was written by the mother in the format and style of a young girl’s diary to explore Éva Heyman’s short life from the child’s perspective and to help Ágnes process her grief over her daughter” (KUNT, 2016, p. 117).

¹³ No original: “[...] the diary gives the reader a sense of how this adolescent girl managed to create for herself the narrative tools to analyze what is happening around her and to take a critical stance not only toward the perpetrators who destroy her, her family’s and other Jewish people’s lives, but also toward members of her family”.

¹⁴ Trecho retirado do livro *The Diary of Éva Heyman*, Yad Vashem, (1974, p. 30, tradução nossa). Disponível em: <https://www.yadvashem.org/education/educational-materials/books/dear-diary.html>. Acesso: em 20 jul. 2019.

no diário, no dia 19 de março de 1944, em que Eva descreve com profundo pavor a chegada dos alemães. No mês seguinte, em abril, o aguçamento da ocupação nazista em Nagyvárád provoca a apreensão da bicicleta de Eva, e a obrigação de os judeus usarem “estrelas de Davi amarelas”. Em maio, inicia-se um novo *turning point* no capítulo do diário de Eva e na vida da cidade, com a ordem alemã de obrigar judeus a deixar suas casas e seus pertences a fim de seguir para os guetos.

Assim, a menina continua descrevendo o que vive naquele novo ambiente – as punições ao descumprimento de ordens nazistas, as proibições, o medo que sente e a necessidade de escrever sobre tudo aquilo, como se fosse só o que restasse de tudo o que tinha ou como se fosse um modo de escapar dos horrores.

No fim do mês de maio de 1944, Eva faz sua última anotação no diário: “Eu não posso escrever mais, querido diário, as lágrimas caem dos meus olhos”.¹⁵ Três dias após, a menina foi uma das deportadas para a Polônia e, posteriormente, enviada à câmara de gás no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau.

A partir dos horrores do testemunho de Eva, mais de setenta anos depois dos acontecimentos o empresário judeu Mati Kochavi em colaboração com sua filha Maya Kochavi financiaram, roteirizaram e dirigiram o que veio a se tornar o projeto “eva.stories”. A ideia era “atualizar” a memória do holocausto para a “geração *millennial*”, imaginando Eva Heyman sem um diário e uma caneta em mãos, mas sim um smartphone e uma conta no Instagram.

Em entrevista ao jornal *The New York Times*, o empresário diz que “A memória do Holocausto fora de Israel está desaparecendo”, e justifica a necessidade de se fazer presente no Instagram. A rede social criada em 2010 gira em torno do compartilhamento de fotografias, vídeos, mensagens e a aplicação de “filtros”. Rapidamente, o Instagram se tornou um dos aplicativos mais usados no mundo: três anos após ser lançado já contava com cerca de 150 milhões de usuários ativos.¹⁶ Em 2017, o número subiu para 800 milhões.

Sobre a rede social, as autoras Ramos e Martins (2018) dizem que “é sob a promessa de captura e compartilhamento de momentos do mundo, que versa o Instagram, em um trânsito intenso entre o singular e o banal [...]”, e assim, por meio de *shares*, *likes*, *tags*, comentários, *emojis* e demais funcionalidades,¹⁷ é possível interagir com os posts e com os demais usuários da rede.

Dessa forma, usufruindo das ferramentas presentes no Instagram (além de um marketing intenso também no “ambiente analógico”), mas principalmente dos *stories*, no dia 1º de maio de 2019 (“Dia da Memória dos Mártires e Heróis do Holocausto”, em Israel), o perfil foi lançado. Transformando pouco mais de trinta diários escritos por

¹⁵ Trecho retirado do livro *The Diary of Éva Heyman*, Yad Vashem. No original: “I can’t write anymore, dear diary, the tears run from my eyes” (1974, p. 104). Disponível em: www.yadvashem.org/education/educational-materials/books/dear-diary. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁶ Disponível em: www.businessinsider.com/instagram-has-150-million-monthly-active-users-2013-9. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁷ Outra funcionalidade para entender a natureza do “eva.stories” são os próprios *stories*. A ferramenta surgiu em 2016 e ao longo dos anos ganhou inúmeros *updates* que complementam suas funções. Basicamente, permite ao usuário postar uma imagem ou algum vídeo de quinze segundos de duração que permanece no perfil do usuário ao longo de 24 horas – ou permanentemente, caso o usuário queira arquivá-lo. É possível adicionar aos *stories* algumas colagens, textos em diferentes formatações, efeitos, filtros, *emojis*, *hashtags*, *geotags* etc.

Eva em setenta *stories*; o “eva.stories” apresenta a dramatização dos acontecimentos registrados, por uma equipe formada por quatrocentas pessoas e um orçamento de 5 milhões de dólares.¹⁸

A partir da premissa “E se uma menina, durante o Holocausto, tivesse Instagram?” e da ideia de levar o smartphone (e a internet) até 1944, os setenta “episódios” mostram Eva gravando vídeos no formato *selfie*, e inserindo efeitos e frases em imagens publicadas em sequência. Além disso, o uso de *hashtags* – #reporterlife; #thisis13; #truelove; #lifeduringwar – e *geotags* – #Home; #Park, #School, #Grandpapharmacy etc. – é frequente. Assim, como se fosse uma adolescente de 2019, Eva “utiliza” as redes sociais para compartilhar um pouco de seu mundo e de sua realidade. O choque de linguagens e de *zeitgeist* (espírito de época) é sentido desde o começo, mas se intensifica conforme a “trama” conduz Eva para os momentos mais graves da perseguição nazista. Da alegria das comemorações de aniversário até as primeiras impressões de Eva das políticas antijudaicas; do horror misturado com filtros e *stickers*, com o smartphone gravando em formato vertical (padrão dos *stories*) até as cenas de entrada de tanques e tropas alemãs na cidade, esse estranhamento também pode ser explicado por se tratar de uma iniciativa inovadora. Isso não se deve ao uso de mídia social para trabalhar com o tema do Holocausto (PFANZELTER, 2017), mas das características técnicas e do formato *stories*, escolhido pelos Kochavi, para retratar um passado sensível, em que sempre há uma linha tênue entre uma representação que banalize ou não, desrespeite ou não, represente ou não.

CONVERGÊNCIAS E DISPARIDADES: REFLEXÕES NECESSÁRIAS E DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE “BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL” E “EVA.STORIES”

Após analisar individualmente questões em torno da criação, do desenvolvimento e da execução das duas iniciativas, cabe, neste momento, avançar na análise e pensar diferentes níveis acerca de implicações dos projetos – tanto no campo da História e dos variados usos do passado como naqueles relacionados ao meio on-line. No entanto, antes disso, se faz necessário discutir pontos de convergência e assimetrias entre os projetos, de modo que seja possível pensá-los em conjunto e, assim, colocá-los em perspectiva.

Enquanto o “Brasil Nunca Mais Digital” insere-se na internet com o objetivo de ampliar o acesso e expandir as possibilidades documentais de seu acervo (além de outras metas já explicitadas anteriormente), o projeto “eva.stories” ambiciona, além de criar um *buzz marketing*, atingir emocionalmente um público-alvo jovem, de modo que “impacte” quem assista, e que os horrores da *Shoah* não sejam esquecidos. Trata-se, portanto, de “largadas” semelhantes, mas trajetórias completamente distintas. Suas “largadas” partem do uso de passados traumáticos, cada qual com sua especificidade histórica, e do trabalho com o legado e com a memória desses eventos, que encontram na internet um meio de atingir suas finalidades. Seus caminhos é que acabam por se diferir, visto que, *grosso modo*, um digitaliza e garante o livre acesso à documentação

¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/perfil-no-instagram-eva-stories-conta-trajetoria-de-adolescente-vitima-do-holocausto-23636725>. Acesso em: 20 jul, 2019.

de um vasto acervo histórico, enquanto outro escolhe tanto uma linguagem como uma abordagem narrativa própria. São tratos completamente distintos com o passado sensível e modos de comunicar que se distinguem e, por si, definem suas trajetórias. Seus públicos variam e, por conseguinte, exigem-se dos projetos abordagens que compreendam e atraiam essas audiências. Fica evidente então que uma é direcionada a jovens, a uma “geração millennial” hiperconectada da mídia social, enquanto outra direciona seu foco, não somente, mas principalmente, a um público de pesquisadores ou interessados, de modo geral, em temas relativos ao período ditatorial brasileiro.

Apesar do itinerário próprio que cada projeto determina para si, é possível encontrar pontos de convergência, de diálogo? Tendo em vista o que está sendo refletido neste artigo, a resposta é sim. A explicação parte da ideia de “história pública digital”, um meio ainda incipiente na historiografia brasileira, mas que pode fornecer caminhos analíticos interessantes para entender o que une as iniciativas.

Mesmo que não se autodeclarem nem pretendam ser projetos de história pública *per se*, são exemplos, e não modelos cristalinos, do que se pode chamar de “história pública digital”. Entendendo esse campo/abordagem como mecanismo de amplificação e divulgação de conhecimento histórico “feita para, com e pelo público” (MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018, p. 12), percebe-se também que se vale do meio digital e da internet para potencializar suas possibilidades – tanto técnicas como práticas. Nesse sentido, se torna possível pensar em alternativas que levem em conta formatos, narrativas e variadas abordagens de entrelace com o público. Afinal, a argamassa dos dois projetos é a web, visto que são dependentes de funcionalidades digitais e, de outro lado, da cibercultura (LÉVY, 1999), que define suas próprias características e *modus operandi* – como no caso “eva.stories”. Ainda que possuam “largadas” similares e trajetórias distintas, os projetos teriam uma “linha de chegada” comum? A resposta está na compreensão das “linguagens” dos projetos e de suas escolhas de uso do passado.

A forma pela qual o “Brasil: Nunca Mais Digital” insere-se na discussão sobre os usos do passado pode ser entendida a partir da análise feita por Knauss em que fala sobre a transmutação de documentos, mais especificamente sobre os documentos da polícia política que “[...] nasceram para perseguir os cidadãos, considerando-os inimigos de Estado, ou ‘inimigos internos’”. Contudo, hoje eles são “[...] instrumentos da garantia de direitos dos cidadãos frente ao Estado” (KNAUSS, 2009, p. 10). Assim, existe uma “transformação de finalidade” desses documentos e uma resignificação do próprio uso do passado, cuja finalidade é direcionada para políticas de reparação, busca pela verdade, justiça, memória e a superação desse passado junto à sociedade. A internet, portanto, torna-se um veículo potencializador dos objetivos do projeto e agregador, no sentido em que reúne em um único espaço (site) quantidades enormes de materiais documentais acessíveis a qualquer um em qualquer parte do mundo – unido aos campos de uma “história pública digital” que amplia seus “domínios” até as mais diferentes audiências, não necessariamente havendo mediação de historiadores profissionais. O “Brasil: Nunca Mais Digital” cumpre sua finalidade, que se manteve muito parecida com a ideia gerada nos anos 1970, mas que “se atualizou” para tornar possível a reflexão e a conscientização sobre os horrores da ditadura civil-militar brasileira, cujas marcas ainda são sentidas hoje.

É de modo distinto que o “eva.stories” se utiliza do passado traumático. Com a proposta de “impressionar”, levar o testemunho de Eva e uma representação da *Shoah* (atualizada para 2019), o perfil de Instagram inegavelmente alcançou espaço

na “opinião pública” e atingiu audiências em todas as partes do mundo. O projeto, então, optou por representar o traumático, o sensível, atualizando-o e inserindo linguagens e formatos que não dialogam com a experiência do Holocausto. Ao retratar um evento extremo, é preciso “levar a sério as formas de representação, [o que] significa reconhecer o seu poder de mover, influenciar, ofender e ferir” (HARTMANN, 2000, p. 208). Portanto, ao determinar a linguagem que empregaria, o projeto opta por determinada forma de narrar e de representar esse evento extremo e, dessa maneira, pormenoriza sua agência na web.

O “eva.stories” decide levar o smartphone a 1944, inserir *hashtags* aos *stories* em diferentes ocasiões e filmar em formato *selfie* momentos como a ida ao gueto judeu e até mesmo a deportação, por viagem de trem, ao campo de concentração polonês – não descrito nos diários de Eva. Além de fazer um movimento em torno da ficcionalização do testemunho, as escolhas feitas pelo projeto provocam o entendimento que o objetivo de “chocar” a audiência que assistia aos *stories* e utilizar uma linguagem “tão jovem” e tão atual no Instagram objetivava transformar o espectador em uma “*vicarious witness*” ou “testemunha de substituição” (HARTOG, 2013b). O público é atingido de tal maneira que o “exercício de empatia” se torna um instrumento que potencializa a experiência e aproxima o horror e o trauma do espectador, tornando-o, assim, partícipe daquele passado sensível. À vista disso, como se pode pensar em transformar essa audiência hiperconectada em “testemunha delegada”, trazendo a ela uma experiência de choque e de impressionismo? Visto que a experiência “[...] a ser transmitida é a de inumanidade sem comparação com a experiência do homem ordinário. É nesse sentido que se trata de experiências extremas” (RICŒUR, 2007, p. 186).

Em matéria da *ABC News*, intitulada “When a selfie goes too far: How Holocaust memorial sites around Europe combat social media disrespect”, discute-se sobre como o uso das mídias sociais pode tornar a experiência de visitar um campo de concentração algo desrespeitoso.¹⁹ Assim sendo, como não traçar um paralelo disso com o formato proposto pelos Kochavi para trabalhar com a história de Eva? Além disso, como não refletir sobre um processo de dessensibilização, que torna rotineiro ver “imagens extremas” e impede a devida reflexão e sensibilização? A respeito disso, Geoffrey Hartmann (2000, p. 208-209) menciona que “[...] a mídia nos tornou a todos coespectadores involuntários das atrocidades apresentadas plasticamente e a cada hora. A dessensibilização que descrevi leva a um medo racional: será nossa capacidade para a simpatia finita e rapidamente exaurível?”.

Dito isto, é evidente, portanto, que se trata, inevitavelmente, de “linhas de chegada” distintas entre o “Brasil Nunca Mais Digital” e o “eva.stories”. Não porque escolhem abordagens distintas, mas por que produzem resultados díspares. Acervos digitais conseguem um espaço importante na web (por exemplo, a Internet Archive e seu “*Wayback Machine*”) e na crescente historiografia da história digital. Mesmo que possa ser encarado como pouco atrativo a variados públicos, o “Brasil: Nunca

¹⁹ Sobre isso, vale destacar a declaração feita no perfil do @AuschwitzMuseu: “When you come to @AuschwitzMuseum remember you are at the site where over 1 million people were killed. Respect their memory. There are better places to learn how to walk on a balance beam than the site which symbolizes deportation of hundreds of thousands to their deaths”. Disponível em: <https://twitter.com/auschwitzmuseum/status/1108337507660451841>. Acesso em: 22 jul. 2019.

Mais Digital” não perde sua relevância para a sociedade nem para a web. Seu foco não está, propriamente, em estruturas digitais, no acompanhamento de atualizações frequentes em softwares, mas na busca pela garantia do acesso amplo e irrestrito de documentações e da memória histórica de resistência e luta de um dos episódios recentes mais traumáticos da história nacional. No entanto, formatos como o “eva.stories” podem ser encarados, *a posteriori*, como peça publicitária ou uma experiência de sensibilização de jovens diretamente imbricada a uma “datada” usabilidade, dependente de softwares e da continuidade de interfaces que se mantêm fazendo sentido mesmo após anos ou após aceleradas atualizações. Visto que suas funcionalidades são produto do “estado da internet da época” (uma espécie de “zeitgeist digital”) –, conforme atualizações surgem, aplicativos, redes sociais e iniciativas ficam à mercê de obsolescências inexoráveis.

Por fim, o que se tentou fazer aqui foi entrelaçar essas duas iniciativas, quando possível, e compreender seus pontos de convergência e suas disparidades. Para conseguir colocá-las em perspectiva, foi necessário pensar no que as une, a web ou os usos que fazem do passado. E assim pensar nas contribuições que as iniciativas trazem para debates importantes na historiografia sobre passados traumáticos, memória e, mais recentemente, a relação da internet e a História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo foi possível refletir, em diferentes níveis, sobre dois projetos que utilizam o meio digital para divulgar e, cada um a sua maneira, tornar determinado passado acessível – seja facilitando a pesquisa documental, seja representando acontecimentos a partir do smartphone. Diante de suas proximidades e pontos de afastamento, o diálogo entre os projetos apontou para uma “história pública digital”. Ainda que não se pretendessem “modelos cristalinos”, apresentam seus méritos no que se refere ao enfrentamento ao esquecimento de passados sensíveis. Ao mesmo tempo, fermentam discussões importantes sobre os usos do passado e suas possibilidades no meio digital.

Por meio das novas tecnologias e desse ambiente digital, “[amplia-se] a percepção que os historiadores tinham da própria tecnologia, [e] seu uso passou a ser mais problematizado” (LUCCHESI, 2014, p. 47). Por isso, muito mais do que uma mídia ou uma ferramenta, a web torna-se também um campo de trabalho para o historiador – que cada vez ganha mais sentido e urgência no aprofundamento de suas bases metodológicas e teóricas.

O “Brasil Nunca Mais Digital” é um repositório on-line de arquivos judiciais, e seu próprio histórico de construção, desde os anos 1970, já se configura como campo de exploração de conhecimento histórico, diverso em possibilidades de pesquisa. Permite o avanço em estudos sobre o período ditatorial brasileiro, ao mesmo tempo que promove a luta pelos direitos humanos, pela memória e pela justiça.

O “eva.stories”, para além dos apontamentos feitos ao longo do artigo, é objeto de problematizações e desdobramentos analíticos que ultrapassam os limites do extenso debate sobre a *Shoah*, ou sobre a vida de Eva Heyman e sua família. Suas possibilidades configuram um campo de estudo diverso que envolve, por exemplo, a representação de situações extremas, a ficcionalização, os usos do passado e suas particularidades através da internet, as redes sociais como ambiente de propagação

de memórias e divulgação do passado etc. Dada a sua amplitude, sobre tal campo não se pôde discorrer longamente neste artigo.

Não se tratou aqui de analisar formas inteiramente distintas, ou novas abordagens de comunicar e utilizar o passado, visto que tanto acervos como produções fílmicas e literárias já trazem consigo inúmeras características dos projetos abordados neste texto. Mas, obviamente, essas iniciativas apresentam particularidades inegáveis, abordadas e explicitadas nos dois primeiros capítulos deste artigo, e que se desdobram através da internet. Tratou-se, no entanto, de formatos já conhecidos, que se reinventaram e combinaram com um ambiente “novo”, capaz de alcances e de grande relevância, tanto teórica como social.

Em relação aos historiadores, as práticas da sociedade em torno da web geram “atualizações” inegáveis e intransponíveis no *métier* dos historiadores contemporâneos, e transformam a própria prática histórica, “[...] fazendo-os cruzar os limites da academia em direção ao grande público” (SILVEIRA, 2018, p. 49). Levando em conta a concepção de diluição da autoridade do historiador, torna-se possível pensar em um ambiente digital que não se centra somente em atingir ou engajar audiências, mas capaz de incentivar agentes de divulgação e problematização do conhecimento histórico na internet.

É nesse sentido que projetos como o “Brasil: Nunca Mais Digital” e “eva.stories” podem ser altamente valiosos – além de democratizar o acesso a documentações e desenvolver estratégias narrativas de confrontação de “passados-presentes” com a sociedade, fermentam ponderações sobre práticas do campo da história, do trato com o passado e suas implicações nas estruturas de *bits* e *bytes* de atualizações aceleradas, ainda incipientes principalmente no cenário historiográfico brasileiro.

Por fim, ao longo do artigo, foi possível traçar um panorama sobre as duas iniciativas – não se limitando a classificar, adjetivar ou simplesmente descrever. Procurou-se colocar ambos os projetos em perspectiva, e então discorrer acerca das implicações dos usos do passado sensível no meio on-line. Ficou evidente, portanto, que debates e reflexões não se encerram aqui, e que se está longe de se esgotar implicações, e de determinar caminhos singulares ou conclusivos para os crescentes debates a respeito da relação entre “era digital” e a História. O que, neste momento, torna-se relevante destacar é a percepção sobre as possibilidades das estruturas da web para as práticas de historiadores e historiadoras, além dos caminhos que podem ser seguidos ao representar ou “democratizar o acesso a determinado passado”. No entanto, não se trata de gravitar em torno de uma “tecnofilia” (que empobrece o debate), mas de perceber as iniciativas como produtos de seus tempos e produtos desse meio digital que as retroalimenta. Nesse ínterim, além das ponderações já colocadas, almejou-se repensar campos e abordagens, além de encorajar o amadurecimento, tanto teórico como metodológico, de escopos ligados à “história digital” e das “humanidades digitais”. Entende-se que em um mundo em constante aceleração (HARTOG, 2012), inundado por compartilhamento de momentos “instantâneos”, o passado acaba sendo, cada vez mais, vivenciado no presente e, portanto, cabe ao nosso tempo procurar formas de lidar com novidades epistemológicas ou antigas feridas que ainda fazem parte do nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios “Nunca Mais” na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FOSTER, Meg. Online and Plugged in? Public History and Historians in the digital age. *Public History Review*, Sydney, v. 21, p. 1-19, 2014. Disponível em: <https://epress.lib.uts.edu.au/journals/index.php/phrj/article/view/4295>. Acesso em: 22 jul. 2019.

HARTMAN, Geoffrey H. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência de tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a.

HARTOG, François. *A testemunha e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b.

HOLLAND, Andrea. The Lost Voices: children in the Holocaust and the Dangers of the “Anne Frank Myth”. *Ex Post Facto*, San Francisco, v. 21, n. 3, p. 41-54, Spring 2012. Disponível em: <https://history.sfsu.edu/content/epf-2012>. Acesso em: 22 jul. 2019.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa do Cdhis*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 40, p. 9-16, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326/4728>. Acesso em: 22 jul. 2019.

KUNT, Gergely. Ágnes Zsolt’s Authorship of her daughter Éva Heyman’s Holocaust diary. *Hungarian Studies Review*, Budapest, v. 43, p. 127-154, Spring 2016. Disponível em: http://epa.oszk.hu/00000/00010/00051/pdf/EPA00010_hsr_2016.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCCHESI, Anita. *Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)*. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/26-digital-history-e-storiografia-digitale-estudo-comparado-sobre-a-escrita-da-historia-no-tempo-presente-2001-2011/file. Acesso em: 25 jul. 2019.



MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 74, n. 37, p. 135-154, abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MANCA, Stefania. Holocaust Memorialisation and Social Media: Investigating how Memorials of Former Concentration Camps use Facebook and Twitter. In: EUROPEAN CONFERENCE ON SOCIAL MEDIA, 6., 2019, Brighton, UK. *Proceedings [...]* Brighton: ACPI, 2019. p. 189-198. Disponível em: www.academic-conferences.org/ecsm/. Acesso em: 25 jul. 2019.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

NOIRET, Serge. História pública digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18225/liinc.v11i1.797>. Acesso em: 22 jul. 2019.

PFANZELTER, Eva. Performing the Holocaust on social networks: digitality, transcultural memory and new forms of narrating. *Kultura Popularna*, Varsóvia, v. 1, n. 50, 2017. Disponível em: <https://kulturapopularna-online.pl/gicid/01.3001.0010.4081>. Acesso em: 25 jul. 2019.

RAMOS, Penha Élide Ghiotto Tuão; MARTINS, Analice de Oliveira. Reflexões sobre a rede social Instagram: do aplicativo à textualidade. *Revista Texto Digital*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 117-133, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2018v14n2p117>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SCHWARTZ, Agatha. Éva Heyman, the Hungarian Anne Frank: Writing Against Persecution and Trauma. *Hungarian Studies Review*, Budapest, v. 42, n. 1-2, p.117-134, Spring 2015. Disponível em: <http://epa.oszk.hu/00000/00010/00050/pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital*. 2018. 375 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189249/001086242.pdf?sequence=1&isAllowe>. Acesso em: 23 jul. 2019.

RICŒUR Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

NOTAS

AUTORIA

Miguel Barboza Castro: Graduado. Mestrando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Bento Gonçalves, 9500, 91501-970, Porto Alegre, RS, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo decorre de discussões desenvolvidas ao longo da disciplina “O testemunho da história recente do Brasil: história e literatura” realizada durante o mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer os devidos agradecimentos à pesquisadora Larissa Medina Marques, a quem estimo muito, pela atenção, incentivo e as valiosas conversas que, sem dúvidas, enriqueceram as reflexões desenvolvidas. Estendo os agradecimentos à professora Mariluci Cardoso de Vargas, pela qualidade das aulas ministradas e pelos insights que acabaram por motivar a escrita deste artigo.

FINANCIAMENTO

Essa pesquisa foi financiada por bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo n. 88882.346317/2019-01.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 2 de novembro de 2019

Aprovado em: 19 de fevereiro de 2020

Como citar: CASTRO, Miguel Barboza. Usos do passado sensível no ambiente digital: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o projeto “eva.stories”. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 249-263, maio/ago. 2020.







WIKIPÉDIA: PÚBLICOS GLOBAIS, HISTÓRIAS DIGITAIS

Wikipedia: global audiences, digital histories

Pedro Toniazzo Terres^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5581-0375>
E-mail: pedroterres10@gmail.com

Lucas Tubino Piantá^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6185-0303>
E-mail: piantalucas9@gmail.com

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

RESUMO

Este artigo analisa o conteúdo histórico dentro da Wikipédia e seu potencial como campo de atuação dos historiadores. A partir da compreensão da plataforma como um projeto global e multilinguístico, o artigo busca entender as relações de escrita e de divulgação do conhecimento estabelecidas entre as versões em diferentes línguas da plataforma. Utilizando como objeto os verbetes de conteúdo histórico destacados na Wikipédia em inglês e português, é realizado um levantamento de dados sobre a distribuição temporal e espacial dos verbetes, buscando identificar possíveis problemas e vieses nesse conteúdo. Por fim, o artigo busca colocar a Wikipédia dentro de um contexto mais amplo de discussões sobre o papel do historiador no público e as disputas de memória que permeiam a esfera social. Os resultados indicam a existência de um viés no conteúdo dos verbetes em direção a eventos e fenômenos históricos na Europa dos séculos XIX e XX, em ambas as línguas.

PALAVRAS-CHAVE: Wikipédia. História Digital. História Global.

ABSTRACT

This paper analyzes historical contents on the Wikipedia platform and its potential as a field of activities for historians. By approaching the platform as a global and multi-linguistic project, the article seeks to understand the relations among writing and knowledge dissemination in multiple language versions of a number of Wikipedia articles. By examining these articles with historical contents both in English and Portuguese, a survey of data on the temporal and spatial distribution of entries is carried out in the attempt to identify possible problems and biases in these contents. Finally, the article seeks to consider Wikipedia within a broader context of discussions regarding the role of historians *vis-à-vis* their audience and the memory disputes that permeate the social sphere. The results indicate a bias in the contents of the website's entries on historical events and phenomena that took place in Europe in the 19th and 20th centuries, in both languages.

KEYWORDS: Wikipedia. Digital History. Global History.

O historiador e a historiadora do início do século XXI se encontram em um dilema profissional, social e até mesmo ético: como escrever sobre o passado em tempos em que o tempo não apenas se acelera, torna-se profano, de domínio público, acessado, interpretado, politizado, mesmo negado, por qualquer pessoa com acesso à internet? Já longe de ser a única voz com autoridade para falar sobre História, a figura do historiador parece estar colocada em xeque frente às disputas de memória e às demandas dos novos espaços sociais do novo século – principalmente quando se pensa no infinitamente expansível espaço digital.

Nesse processo, o digital aparece não apenas na realidade inexorável (por vezes, monstruosa) das redes sociais, mas também enquanto campo de pesquisa. Ferramentas de pesquisa (e de pirataria) acadêmica, bancos de imagens, acervos de documentos digitalizados, tradutores, leitores de pdf, e-books, tablets, todos tornaram-se e tornam-se parte da rotina e do *modus operandi* do fazer história no atual tempo. As barreiras nacionais e linguísticas que separavam o pesquisador de suas fontes vão se dissolvendo com velocidade, deixando para trás, muitas vezes, apenas um *paywall* em euros. Como aponta Sebastian Conrad (2016, p. 72, tradução nossa), “a lógica de rede que a tecnologia computacional encoraja afetou o pensar dos historiadores, que cada vez mais aplicam uma linguagem de redes e pontos nodais para substituir antigas lógicas territoriais”.¹

A Wikipédia é um exemplo de como o conhecimento vem sendo tratado no século XXI. Num mundo em que temos o direito e o dever ao imediato e às respostas rápidas na palma da mão, é na Wikipédia que encontramos boa parte de nossas respostas, seja nas buscas por biografias e curiosidades, seja em relação às nossas pesquisas acadêmicas. Em meio a hiperligações e páginas de discussão, a Wikipédia tem um território a oferecer para aqueles que por ela se interessarem.

Não são raras as discussões sobre a plataforma e os comentários que desacreditam o conteúdo editado, mas não podemos esquecer que a Wikipédia mobiliza conhecimento e que é nela, muitas vezes, que o público geral busca as respostas para todo tipo de perguntas. Como podem os profissionais da história ficar de fora desse debate? Não é novidade que existam verbetes de história na plataforma falando de guerras, personagens e períodos históricos. Porém, a questão que raramente se coloca é: quem escreve esses verbetes? Por que escrevem? Como escrevem? Qual o caráter do conhecimento histórico na Wikipédia?

Ao analisar as ferramentas de discussão que a plataforma oferece, assim como as regras apresentadas para edição, é possível encontrar disputas pela memória, reflexos da concentração do conhecimento histórico em temas que dizem respeito à Europa, e perspectivas historicamente apresentadas em um mundo eurocêntrico. Em suma, a Wikipédia é um campo em disputa, em que diferentes pontos de vista e abordagens são apresentados e lutam por espaço, mas sua realidade não está alheia ao mundo “real”.

Portanto, é importante que historiadoras e historiadores profissionais lancem seus olhares à Wikipédia, se preocupem em entender seu funcionamento e percebam como sua divisão por diferentes línguas não significa tradução de conteúdo, mas produções que corroboram com as discussões disponíveis e historicamente travadas

¹ “The network logic that computer technology encourages has affected the thinking of historians, who increasingly employ a language of networks and nodal points to replace older territorial logics.”

territorialmente. Como a própria historiografia, tais produções permitem que fronteiras sejam transgredidas e que discussões locais tomem proporções globais.

É importante ressaltar que trabalhos analisando a produção sobre história na Wikipédia (e o papel dos historiadores dentro da plataforma) não são inéditos. O artigo de Roy Rosenweig, “Can History Be Open Source? *Wikipedia* and the Future of the Past”, publicado no *Journal of American History* em 2006, por exemplo, traça uma análise sobre os verbetes de história estadunidense na Wikipédia anglófona, e as diferenças disciplinares entre a escrita acadêmica e wikipédica da história. No Brasil, destaca-se o trabalho de Juliana Bastos Marques, que a partir de 2012 iniciou um projeto para que alunos de graduação na Unirio produzissem verbetes da Wikipédia sobre a história romana, tendo a autora escrito diversos artigos trazendo reflexões a partir da experiência do projeto (MARQUES, 2013, 2019).

O que buscamos entender neste artigo é como o conteúdo de história na Wikipédia se coloca no multilinguístico da plataforma, analisando artigos específicos da versão anglófona e lusófona, traçando as disputas e os interesses relacionados ao passado em um contexto global. Além disso, buscamos destacar os espaços que o trabalho especializado de historiadoras e historiadores pode encontrar para se inserir na discussão wikipédica, se engajar no debate público sobre o passado, ocupar discussões importantes à disciplina e trabalhar em prol da divulgação do conhecimento.

WIKIPÉDIA E OS CINCO PILARES

Criada em 2001 por Larry Sanger e Jimmy Wales, a Wikipédia surgiu como uma versão aprimorada de um projeto de enciclopédia on-line anterior criado por eles, chamado “Nupedia”. Ao contrário do caráter aberto e colaborativo pelo qual os projetos wiki se popularizaram ao longo da história da internet, a Nupedia tinha uma estrutura relativamente restrita, com um sistema de escrita e revisão dos artigos por experts, em que Wales e Sanger tinham o poder de veto editorial sobre os verbetes. Ainda assim, era uma enciclopédia digital, gratuita e construída coletivamente, se diferenciando do modelo de serviço pago das enciclopédias da época, operados por um pequeno grupo de escritores contratados pelas editoras (LUND, 2017, p. 46-47, 42-43). Nesse sentido, a Nupedia, assim como sua sucessora, tinha já nos seus princípios fundadores o objetivo de se tornar um projeto de proporções gigantescas, ao afirmar que “nosso objetivo a longo prazo é criar uma enciclopédia de conteúdo aberto, organizada, pesquisável, com referências cruzadas e disponível livremente na web e em vários outros formatos de baixo custo, e com uma quantidade de conteúdo maior do que qualquer outra enciclopédia teve na História”.²

Com o crescimento lento da Nupedia em razão do formato editorial mais restrito, Wales e Sanger criaram, em janeiro de 2001, a Wikipédia, com princípios similares aos da Nupedia, e servindo como uma espécie de rascunho para a criação de seus artigos, porém completamente livre de revisão editorial, seguindo os modelos *wiki*

² Tradução nossa. No original: “Our long-term goal is to create an open content encyclopedia, usefully cross-referenced, arranged, and searchable, freely available on the web and in various other inexpensive formats, and with a greater amount of content than any encyclopedia has had in history.” Disponível em: <https://web.archive.org/web/20030703105812/http://nupedia.com/policy.shtml#international>. Acesso em: 15 out. 2019.

existentes desde o início da década de 1990. Em março do mesmo ano, teve início o processo de internacionalização do projeto, com a criação da Wikipédia em alemão e catalão. A versão lusófona foi criada em maio, juntamente de uma série de versões em outras línguas, como francês, cantonês, italiano, espanhol e russo.³

Na comunidade, que rapidamente foi aumentando, diversas regras e políticas foram sendo discutidas e votadas para garantir o funcionamento da enciclopédia. É nesse contexto que se constitui uma das regras mais antigas e amplamente aceitas da plataforma: o princípio da imparcialidade, conhecido por sua sigla inglesa NPOV (Neutral Point of View, ou, Ponto de Vista Neutro). Defendida por Wales e Sanger desde a Nupedia, a regra do NPOV coloca a necessidade de os autores dos verbetes buscarem a imparcialidade na escrita de seus textos, evitando vieses e apresentando de forma justa todos os diferentes pontos de vista em determinado assunto (LUND, 2017, p. 48).

O NPOV se tornaria mais tarde um dos chamados “Cinco Pilares da Wikipédia”, uma espécie de regras gerais para a comunidade, amplamente utilizadas em todas as línguas. Conforme descrita na versão lusófona em 2019, os cinco pilares são: I) a Wikipédia é uma enciclopédia; II) a Wikipédia rege-se pela imparcialidade; III) a Wikipédia é uma enciclopédia de uso livre; IV) a Wikipédia possui normas de conduta; e V) a Wikipédia não tem regras fixas.⁴

Apesar de almejar ser um projeto que resuma todo o conhecimento humano de forma colaborativa e imparcial, a Wikipédia alcança percalços e vieses que levantam barreiras e questionamentos importantes à sua capacidade de realizar essa tarefa. Desde seus primeiros anos de operação, uma série de pesquisas têm demonstrado que, ao contrário do intuito de seus criadores em conceber uma enciclopédia editada por todo tipo de pessoa (com diferentes origens, visões políticas e especialidades), a ampla maioria dos usuários que editam e colaboram com a Wikipédia faz parte de grupos demográficos (e sociais) muito similares.

Em 2011, uma pesquisa⁵ relacionada ao perfil dos editores da Wikipédia apontou que 91% eram homens, em sua maioria com ensino superior completo, com mais de 30 anos, morando geralmente na Europa ou nos Estados Unidos.⁶ Jemielniak (2014, p. 15), ao trabalhar com esses dados, sugere que os números podem esconder o receio feminino de se posicionar no que se refere ao gênero num espaço em que homens geralmente são maioria, como fóruns de internet. O autor segue a discussão alertando para a indissociabilidade entre o social no mundo físico e no mundo virtual. Ou seja, numa sociedade em que o machismo é estrutural, dificilmente as relações no universo da internet se darão de forma diferente.

O alto desnível entre o número de homens e mulheres “wikipedistas” vem sendo identificado desde os primeiros anos da plataforma. No entanto, o chamado *gender gap* não se reflete apenas no perfil dos editores, mas também nos assuntos dos

³ Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=History_of_Wikipedia&oldid=923165954. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Cinco_pilares. Acesso em: 30 out. 2019.

⁵ Apesar de ser considerada desatualizada, considerando que tenha sido feita oito anos antes da escrita deste artigo, trata-se da mais completa pesquisa relacionada ao perfil dos usuários da Wikipédia, tendo sido conduzida pela própria plataforma.

⁶ Disponível em: https://meta.wikimedia.org/w/index.php?title=Editor_Survey_2011/Executive_Summary&oldid=15958069. Acesso em: 21 out. 2019.

verbetes, sobretudo considerando quem são as pessoas biografadas na Wikipédia. Uma pesquisa de 2018 que analisou mais de 2 milhões de verbetes biográficos em todas as línguas da Wikipédia concluiu que, entre as biografias que informavam o gênero dos indivíduos, 84,4% diziam respeito a homens, enquanto apenas 15,6% eram sobre mulheres (KONIECZNY, KLEIN, 2018, p.4615).

A defasagem (e, sobretudo, a má distribuição) no conteúdo da plataforma em determinados assuntos se agrava ainda mais quando diz respeito aos conteúdos de caráter histórico. Tratando apenas da distribuição temporal dos verbetes, a pesquisa de Samoilenko *et al.* (2017, p. 213) mostra que, dentre os verbetes de História nas trinta línguas mais editadas, há um viés grande em direção a eventos ocorridos nos últimos duzentos anos, sobretudo nos conflitos de maior profusão historiográfica desse período – as Guerras Napoleônicas e as duas guerras mundiais. Além disso, há um número muito reduzido de verbetes que tratam de períodos pré-modernos. Ou seja, a concentração temporal se dá no período pós-1500.

Ao pensar nas vias da historiografia e da história acadêmica, um fato que chama atenção ao olhar profissional é o tratamento da Wikipédia como fonte terciária. De acordo com a própria plataforma, “a Wikipédia resume descrições, interpretações e análises que são encontradas em fontes secundárias, e/ou baseia tais resumos em fontes terciárias. A Wikipédia ilustra tais resumos e descrições com o material que está tão próximo quanto possível das fontes primárias sobre o tema descrito”.⁷

Entender a Wikipédia como fonte terciária está intimamente ligado com dois de seus cinco pilares: o ponto de vista neutro, ou NPOV, e o princípio de que “Wikipédia é uma enciclopédia”. Sobre este último, ao se caracterizar como uma enciclopédia baseada em fontes terciárias, a Wikipédia proíbe explicitamente a produção e a escrita de conteúdos inéditos, sem referência prévia, conforme aponta a página “Nada de pesquisa inédita”:

[O]s artigos não devem conter conceitos, recolha de dados, pesquisas ou teorias que não tenham sido anteriormente publicados em veículos adequados e reconhecidos para o efeito. Ademais, os artigos não devem conter análises ou interpretações inéditas de temas, conceitos, dados, ideias já publicadas. Artigos desse tipo não devem ser criados na Wikipédia, pois a finalidade da enciclopédia não é defender uma posição ou visão sobre determinado tema.⁸

O fato de a Wikipédia ser uma fonte terciária e visar a neutralidade de ponto de vista leva a uma direção: ela é uma compilação de fontes secundárias, na qual, pensando em verbetes de história, não é possível realizar um diálogo crítico entre autores, como num debate historiográfico propriamente acadêmico, tampouco a tomada de um posicionamento por parte do autor (o próprio conceito de autoria na plataforma é diluído). Nesse sentido, as referências devem ser diversificadas, heterogêneas, visando a uma apresentação geral do tema, podendo ser dividido no

⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:A_Wikip%C3%A9dia_%C3%A9_uma_fonte_terci%C3%A1ria&oldid=54063117. Acesso em: 29 out. 2019.

⁸ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:Nada_de_pesquisa_in%C3%A9dita&oldid=56453784. Acesso em: 30 out. 2019.

verbetes por localidade, temporalidade, perspectiva etc. Isso significa que, se ao editar um verbete, um marxista trazer apenas fontes marxistas para o artigo, ou um liberal apenas fontes liberais, o texto será tratado como um texto enviesado, sem neutralidade de ponto de vista, e certamente novas referências deverão ser adicionadas.

UM CAMPO EM DISPUTA

É importante compreender que a Wikipédia, desde sua criação, tem um escopo internacional e multilinguístico, em que cada língua tem, efetivamente, sua própria Wikipédia. Até outubro de 2019, havia 296 versões da enciclopédia em línguas diferentes, sendo a versão em inglês aquela com maior número de artigos, edições mensais e usuários ativos.

De acordo com Jemielniak (2014, p. 12), muitos artigos presentes na Wikipédia anglófona, se comparados aos seus correspondentes em outras línguas, apresentam mais informações e atendem melhor a critérios de escrita e de verificabilidade. Essa atenção dada à Wikipédia anglófona pode nos mostrar como as relações dos centros globais e suas periferias também se manifestam na plataforma, não apenas com maior número de conteúdo trabalhado quantitativa e qualitativamente, mas a partir de critérios de escolha dos verbetes a ser editados. Em relação ao desequilíbrio da representação do continente europeu comparado ao resto do mundo:

Os Estados Unidos, medidos por sua atual população, são sub-representados no conteúdo da Wikipédia, enquanto a Europa por contraste é representada acima da média. Colocando de outra forma: a Wikipédia é uma instituição de conhecimento profundamente europeia. Através dela, a Europa (não os Estados Unidos) está escrevendo a geografia, a história e a enciclopédia do mundo, mesmo no século XXI (MAYER-SCHÖRNBERGER, 2014, p. 120, tradução nossa).⁹

O autor também afirma que a presença de Ásia, África e América Latina são muito baixas na plataforma e que, também em relação ao número de biografias presentes na Wikipédia em inglês, a Europa sai na frente, confirmando uma visão eurocêntrica inclusive em relação a quais pessoas têm importância suficiente para ser biografadas.

Esses dados apresentados também se relacionam a outro fenômeno na Wikipédia, que chamaremos de transgressão territorial. Essa transgressão acontece quando editores acessam páginas da Wikipédia em línguas das quais não são nativos para editar verbetes, e levam na bagagem as discussões locais em relação aos assuntos pelos quais se interessam em editar. Em muitas dessas interações fora de seu território linguístico nativo ocorrem disputas de memória intensas, sobretudo dentro dos verbetes de história. Esse fenômeno já foi documentado por Pereira (2015), e ganha novos contrastes quando o analisamos através da lente da transgressão

⁹ “The US, measured by its present population, is underrepresented in Wikipedia’s content, while Europe by contrast is represented above average. To put it in another way: Wikipedia is a deeply European knowledge institution. Through it, Europe (not the US) is writing the geography, history, and the encyclopaedia of the world even in the 21st century.”

territorial. Pereira cita o verbete em português sobre a ditadura militar como exemplo de um dos grandes focos dessa disputa de memórias, e, nesse sentido, decidimos analisar o verbete do mesmo assunto na Wikipédia anglófona.

Ao analisar a página de discussão do verbete “Regime militar no Brasil”, Pereira demonstra as relações do revisionismo e negacionismo¹⁰ da ditadura com as questões da memória histórica, e como esses temas se articularam com o início dos trabalhos da Comissão da Verdade no Brasil. O texto de Pereira ajuda a entender como a discussão historiográfica reflete nas argumentações dos editores que disputam a memória na discussão do verbete, assim como os debates em relação à Comissão da Verdade podem influenciar indiretamente a discussão feita pelos wikipedistas dedicados ao verbete analisado. Para além dessas questões, o texto de Pereira traz provocações referentes às “guerras de memória” que nos levam a perguntar: o debate referente à memória no Brasil, que se manifesta no verbete “Regime militar no Brasil”, estaria também em seu verbete correspondente na Wikipédia anglófona?

O texto apresentado pelo verbete “*Military Dictatorship in Brazil*” cita quatro referências em português, presentes também no verbete da Wikipédia lusófona. As afirmações que se baseiam nessas fontes variam no nível de informação em relação a seu correspondente lusófono, o que não nos dá certeza para afirmar se a utilização dessas fontes se dá a partir de traduções ou de utilização das fontes por alguém que interpreta textos em português. O resto do texto, quando referenciado, apresenta fontes escritas em inglês.¹¹ Encontramos seis editores em comum nos dois verbetes, sendo que nenhum incluiu aquelas biografias em português encontradas no verbete anglófono.

Ao acessarmos a página de discussão (*talk*) do verbete encontramos um interessante caso de transgressão territorial: os debates em relação à memória, assim como revisionismos e negacionismos, se manifestam em boa parte da discussão, e alguns editores se declaram brasileiros e reivindicam sua nacionalidade enquanto elemento central no acesso às discussões sobre a ditadura militar brasileira. O tópico da discussão que mais chama atenção é intitulado “*No mentions of military regimes abuse?*”. Nesse tópico, criado em 2007, o(a) autor(a) afirma:

O artigo é bastante enviesado e não menciona de forma alguma os abusos do regime militar; esse assunto em si merece uma seção inteira. A estrutura do artigo também é esquisita: qual é a relevância dessa longa seção sobre ‘história da diplomacia brasileira’? O artigo em português está, como esperado, muito mais relevante e balanceado nesse sentido. Por favor façam uma limpeza.¹²

¹⁰ De acordo com Pereira (2015, p. 866): “*Revisionismo*: interpretação livre que não nega necessariamente os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa ‘alternativa’ que, de algum modo, legitima certas dominações e violências. *Negacionismo*: radicalização da negação e/ou do revisionismo. Falsificação do fato”.

¹¹ Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Military_dictatorship_in_Brazil&oldid=920034107. Acesso em: 28 out. 2019.

¹² Tradução nossa. No original: “The article is quite biased and does not mention at all the abuses of the military regime; that single issue deserves an entire section. The structure of the article is also awkward: what is the relevance of this long section of ‘history of brazilian diplomacy’? The portuguese article is expectedly much more relevant and balanced in this regard.. Please do clean up.” Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Talk:Military_dictatorship_in_Brazil&oldid=870481949. Acesso em: 28 out. 2019.

O autor ou a autora do tópico não assina o texto, deixando apenas o endereço do IP registrado, o que acontece quando o editor não está logado na Wikipédia. A discussão em relação ao viés é precisa: não se manifestar em relação aos abusos cometidos pelos militares é quebrar a neutralidade, é deixar de lado uma importante parte do debate sobre a ditadura militar no Brasil. A outra afirmação é em relação à estrutura do texto, na qual uma comparação é lançada e uma expectativa é confirmada: o verbete em português apresenta um maior equilíbrio em sua discussão, que é muito mais relevante.

A discussão desse tópico segue com postagens feitas entre 2007 e 2010, com debates relevantes em relação ao enviesamento do texto, a importância de citar fatos como a Operação Condor, a morte do jornalista Vladimir Herzog e o número de pessoas mortas pelos militares durante a ditadura. Porém, a resposta que mais chama atenção ao contexto aqui trabalhado é feita em 2017, dez anos após a última edição feita nesse tópico que analisamos. O editor que se identifica como Pedrix52 tem o hiperlink de sua assinatura em vermelho, o que significa que mantém uma página de usuário na Wikipédia de outra língua, tendo acessado a partir dela o verbete, mas que essa conta não tem uma página de usuário na Wikipédia anglófona. Numa busca rápida, encontramos esse mesmo usuário com uma página na Wikipédia lusófona, o que nos leva a acreditar que esse editor seja brasileiro. A edição de Pedrix52 no tópico abordado afirma:

Os comunistas estão tentando tomar o controle da Wikipédia em inglês também, é simples ridícula a manipulação da história nas mãos de pessoas que se chama de 'intelectual'. A 'Comissão da Verdade', realizada recentemente no Brasil, fundou evidências factuais de cerca de quatrocentas mortes causadas pelo governo militar, sendo estes número muito questionável [sic] também, porque a maior parte das pessoas que morreram, eram realmente criminosos e terroristas, não podendo ser considerados 'políticos perseguidos'. E é muito importante contrastar o número de mortes nas mãos dos 'comunistas' do período, um número de por volta de duzentas pessoas inocentes que morreu em ataques terroristas, incluindo americanos neste número.¹³

Poderíamos analisar com mais precisão esse comentário, mas acreditamos que se encaixe muito bem no contexto trabalhado por Mateus Pereira, de guerra de memória, revisionismo, negacionismo e Comissão da Verdade, que nesse caso foi trazida ao debate como ferramenta para um argumento revisionista. Vale, então,

¹³ Tradução nossa. No original: "The communists are trying to take the control of the English Wikipedia too, it's simple ridiculous the manipulation of history in the hands of people who call herself 'intellectual'. The 'Truth Commission' [Comissão da Verdade], realized recently in Brazil, founded factual evidences of around 400 deaths caused by the military government, being these number very questionable too, because the most part of people died, are really criminals and terrorists, not being able considered 'persecuted politicians'. And it's very important to contrast the numbers of deaths in the hands of the 'communists' in the period, some number around 200 innocent people who die in terrorists attacks, including Americans in this number." Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Talk:Military_dictatorship_in_Brazil&oldid=870481949. Acesso em: 28 out. 2019. A tradução do comentário buscou manter-se o mais fiel possível ao original, traduzindo também os erros gramaticais e de concordância.

ressaltar que o editor traz informações, mas de nenhuma forma busca confirmá-las ou citar fontes verificáveis, o que impossibilita que o argumento se transforme em alguma reversão ou edição no texto do verbete. Combinado com os dez anos de intervalo desde a última edição feita no tópico, a ausência de fontes na postagem nos leva a acreditar que Pedrix52 não estava preocupado em editar o verbete, mas em proferir seu discurso e manifestar sua insatisfação com os “comunistas”, que “estão tentando tomar conta da Wikipédia em inglês também”, provavelmente referindo-se às discussões feitas no verbete correspondente, na Wikipédia lusófona. Acessando sua página de usuário, foi possível identificar, por meio dos registros da aba “discussão”, que Pedrix52 editou a página de discussão do verbete lusófono e teve algumas suas edições revertidas ou excluídas por ter sido identificadas como vandalismo.

Entre as edições na discussão do verbete lusófono feitas por Pedrix52, destacamos suas tentativas de argumentar sobre a inexistência de uma ditadura no Brasil entre 1964 e 1985, o que não justificaria o uso do termo “ditadura” no título do verbete, sugerindo sua troca pela palavra “regime”. Além de Pedrix52, outros três usuários brasileiros se dedicam a essa discussão específica, tanto na versão em português como na versão em inglês do verbete sobre a ditadura militar brasileira.¹⁴

A partir dessa discussão, podemos refletir sobre como a Wikipédia, enquanto instituição, é um ente global, e sua divisão por línguas, não por países, poderia ser uma forma de territorializar o global através de entes locais. Porém, na prática, essas barreiras acabam sendo transpostas, pois essa divisão em diferentes línguas não inibe editores nativos da língua portuguesa de, por exemplo, editar verbetes em inglês (ou em qualquer outra língua). Outro fenômeno interessante é o das traduções e das interações entre as línguas faladas por editores, como demonstrado por Hale, no texto *Multilinguals and Wikipedia editing*, publicado em 2014. De acordo com Hale (2014, p. 103, tradução nossa), “em média, 44,5% das edições em línguas não nativas por usuários multilinguísticos foram feitas em artigos cujo correspondente em sua língua nativa havia sido editado pelo mesmo usuário”¹⁵ e “73% dos artigos editados por usuários multilinguísticos em uma língua não nativa existiam em suas línguas nativas”¹⁶.

Uma pesquisa realizada nas versões em diferentes línguas da plataforma em 2009 mostrou que entre as seis maiores versões da Wikipédia, cerca de apenas 20% dos artigos existiam em todas as línguas. Já em uma análise com as 25 maiores versões, apenas 0,12% dos artigos (equivalente a cerca de 7 mil) existiam em todas as línguas (HECHT, GERGLE, 2010, p. 295). Dessa forma, fica claro que, no que tange à maioria dos verbetes, as versões em diferentes línguas da Wikipédia não são traduções literais umas das outras,¹⁷ mas sim de diferentes versões de um mesmo projeto, diferenciando-se não apenas em estrutura, língua e origem dos usuários, mas também em conteúdo.

¹⁴ Esses três usuários são: Ixocactus, Coltsfan e Fgnievinski.

¹⁵ “[...] overall, 44.5% of the edits to non-primary languages by multilingual users were to articles where the user had edited the same article in his or her primary language.”

¹⁶ “[...] 73% of the articles edited by multilingual users in a non-primary language existed in the primary languages of those users.”

¹⁷ Apesar disso, nos últimos anos, se iniciaram esforços para o desenvolvimento de uma ferramenta dentro da Wikipédia para que usuários realizem com mais facilidade traduções entre diferentes versões linguísticas da plataforma.

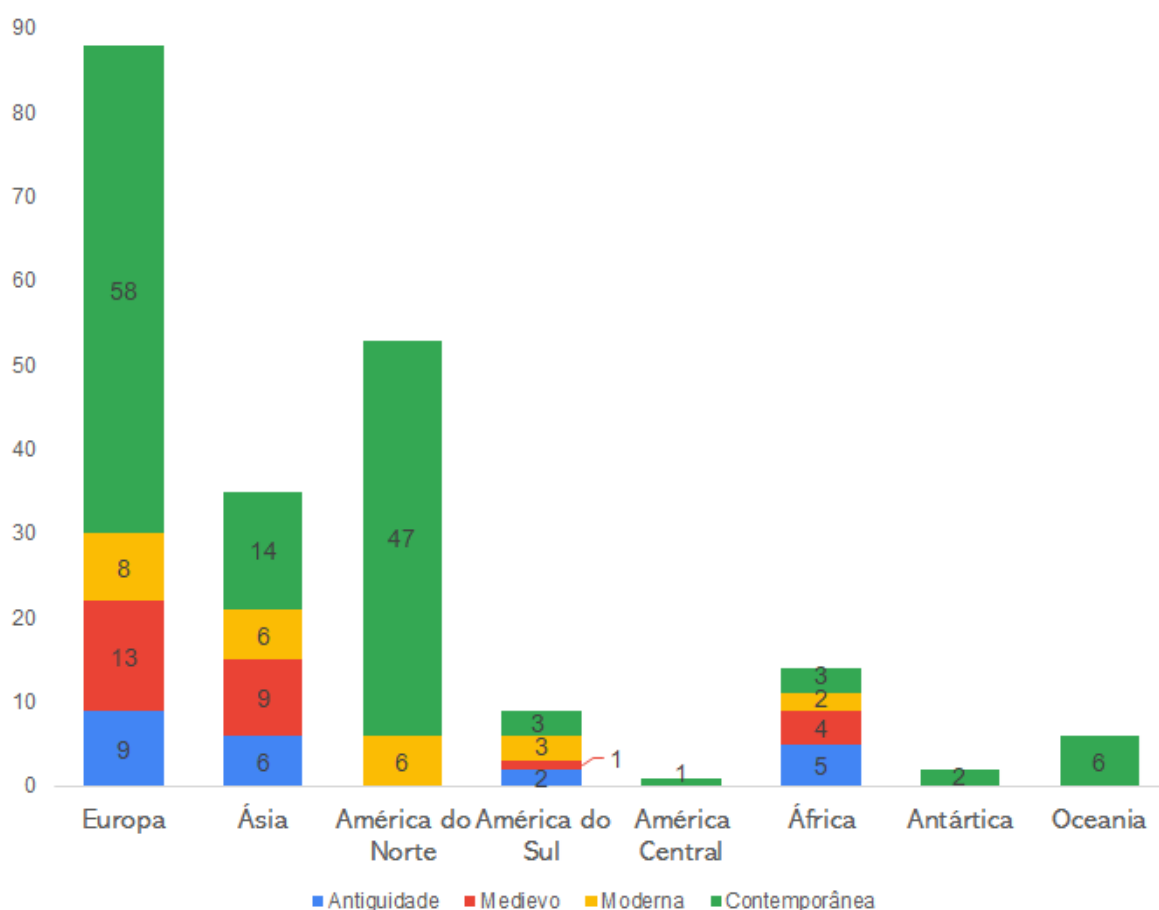
ANÁLISE DOS VERBETES DE HISTÓRIA NA WIKIPÉDIA

Com o objetivo de entender o atual *status quo* dos verbetes de História nas wikipédias anglófona e lusófona, decidimos mapear e classificar temporal e espacialmente os verbetes destacados e categorizados enquanto “História” na plataforma.

Em todas as versões da Wikipédia, verbetes destacados são aqueles que foram submetidos à avaliação e foram aprovados pelos usuários da plataforma como sendo de alta qualidade, seguindo com rigor as normas de referência, conteúdo e linguagem. São esses os verbetes exibidos diariamente na página inicial de cada versão do projeto. No entanto, o método de avaliação é diferente em cada língua, uma vez que essas regras são determinadas pela comunidade de cada uma das versões da Wikipédia, e se dá a partir de necessidades específicas de cada contexto.

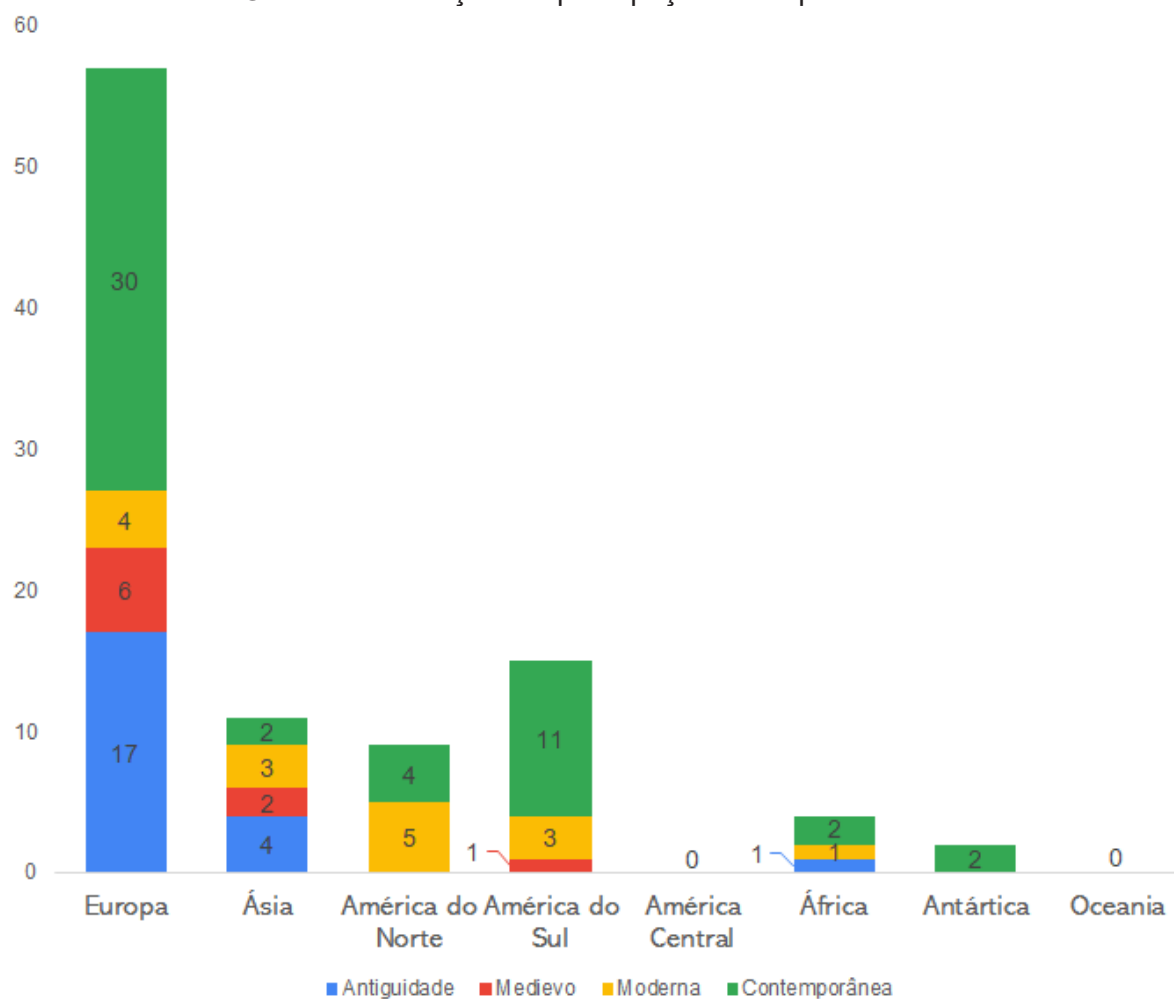
Na Wikipédia em português, por exemplo, nem todo usuário tem direito a votar para a aprovação ou não de uma candidatura. Para poder votar, é preciso ter registrado uma conta há pelo menos noventa dias, e efetuado trezentas edições, no mínimo. Para uma candidatura de artigo destacado ser aprovada, são necessários pelo menos sete votos a favor, além de ter mais de 75% de aprovação por parte dos votantes.¹⁸

Gráfico 1 – Relação tempo-espço na Wikipédia anglófona



¹⁸ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:Escolha_do_artigo_em_destaque&oldid=54032583. Acesso em: 03 fev. 2019.

Gráfico 2 – Relação tempo-espaço na Wikipédia lusófona



No caso da Wikipédia em inglês, não há restrição ao voto – qualquer usuário pode revisar e apontar correções nos verbetes candidatos a destaque. No entanto, é necessário que se chegue a um consenso para a aprovação da candidatura. Além disso, três usuários cumprem um papel administrativo de coordenação dos verbetes destacados, cabendo a eles identificar os consensos e promover ou cancelar as candidaturas.¹⁹

A escolha por analisar apenas os verbetes de História destacados, e não todos os verbetes, tem dois motivos: os verbetes destacados são aqueles que passaram por avaliação de wikipedistas experientes, que conhecem as regras de edição da plataforma, assim como os critérios de destaque dos verbetes. Ou seja, os verbetes destacados são a maior manifestação prática das diretrizes da Wikipédia, e servem como uma revisão por pares interna da plataforma (MARQUES, 2019, p. 5). A segunda razão é uma limitação técnica, pois uma análise multilinguística mais ampla exige maiores conhecimentos de computação e análise de *big data* do que aqueles que possuímos.

¹⁹ Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikipedia:Featured_article_candidates&oldid=939013293. Acesso em: 03 fev. 2019.

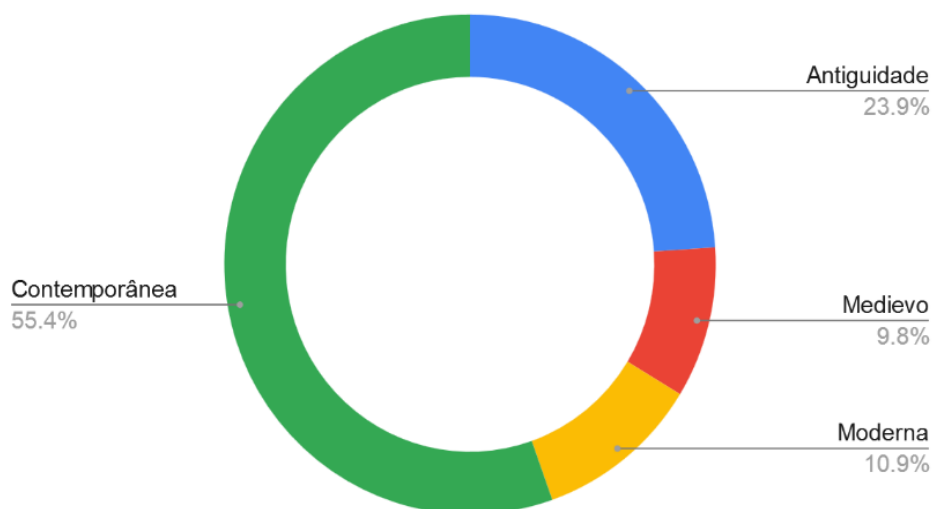
Reconhecendo nossa limitação, mas entendendo a importância de trazer uma análise dos dados para ilustrar a discussão, decidimos dividir os verbetes em dois eixos: temporalidade, utilizando a divisão “tradicional” por períodos históricos (em idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea) e espacialidade, utilizando a divisão por continentes. Por mais que reconheçamos os problemas dessa padronização, entendemos que seja a mais viável, pois vai ao encontro da própria temporalização padrão wikipédica. Também separamos os verbetes no que se refere aos continentes, de acordo com a forma como ocorre hoje a espacialização do mundo manifestada na Wikipédia. (África, Américas, Ásia, Europa e Oceania).²⁰

Em seguida, aqueles verbetes que não se encaixam nas divisões pensadas, por trabalharem com temporalidades longas ou com espaços que abarcam mais de um continente, são analisados de forma separada. São esses os verbetes que mais se diferem nas análises que fazemos aqui, pois trazem para a plataforma diferentes formas de se compreender o tempo e o espaço, servindo de combustível para discussões sobre a longa duração, a formação dos Estados nacionais e um debate sobre a história global para um ambiente digital não acadêmico.

RESULTADOS

Foram analisados os verbetes destacados dentro da categoria “História” em português (totalizando 103 verbetes) e os verbetes destacados na categoria “History” em inglês (totalizando 186 verbetes). Como a Wikipédia em inglês separa biografias de personagens históricos e batalhas militares em categorias à parte, verbetes desse tipo foram excluídos da análise em português.

Gráfico 3 – Porcentagem de verbetes destacados por temporalidade na Wikipédia lusófona

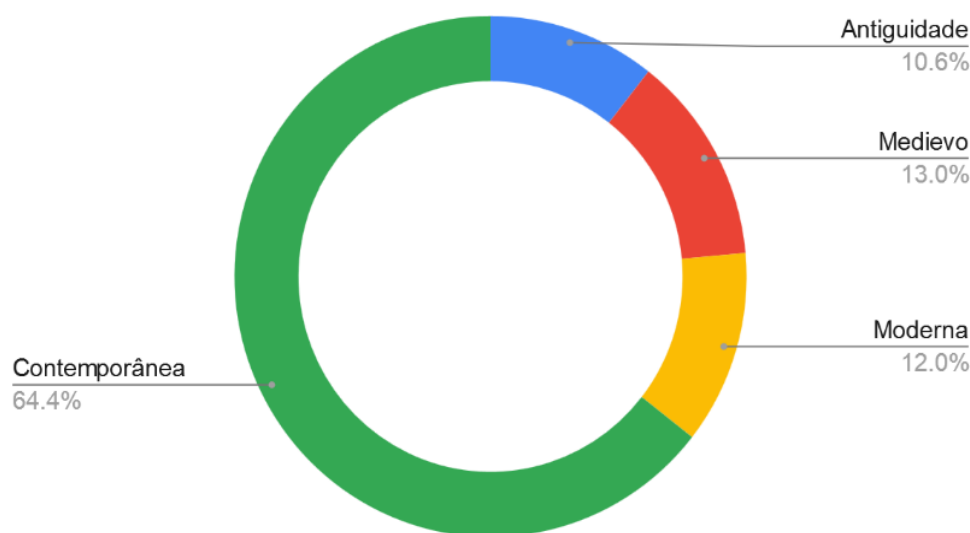


²⁰ Na divisão de continentes escolhidas, acabamos por separar o continente americano em três: América do Norte (abarcando EUA, Canadá e México), América Central (abarcando o Caribe e os países continentais entre México e Colômbia) e América do Sul. Além disso, verbetes que se situavam em um país transcontinental foram atribuídos a apenas um dos continentes, da seguinte maneira: a Indonésia foi considerada como sendo parte da Ásia, a Rússia (e a União Soviética) foi considerada como Europa, e a Turquia como Ásia.

Conforme já apontamos a partir da análise da discussão bibliográfica envolvendo espacialidade e temporalidade na Wikipédia, os resultados do levantamento confirmaram uma enorme concentração de verbetes no período chamado pela tradição francesa de “Idade Contemporânea”, a partir de 1789, além de uma grande quantidade de verbetes localizados no continente europeu. Como é possível analisar nos gráficos de 1 a 6, na versão lusófona, 58,8% do total dos verbetes de História são sobre eventos ocorridos na Europa,²¹ e 55,4% dos verbetes ocorreram durante a Idade Contemporânea. A versão anglófona, apesar de ter uma porcentagem menor de verbetes tratando do continente europeu (com 42,3% do total), apresenta um enfoque maior na contemporaneidade, com 64,4% dos verbetes situados nesse período.

A América do Norte, que ocupa a segunda maior parcela do total de verbetes destacados em inglês, com 25,5%, tem um destaque menor entre os verbetes em português, com apenas 9,3%, atrás de América do Sul (15,3%) e Ásia (11,3%).

Gráfico 4 – Porcentagem de verbetes destacados por temporalidade na Wikipédia anglófona



Um número a ser destacado é o número pequeno de verbetes sobre a História de África: em português, são apenas quatro verbetes destacados, 4,1% do total – um se ambienta no período Antigo (Antigo Egito), um no período Moderno (República de Salé) e dois no período Contemporâneo (Independência de Moçambique e Independência de Angola). Além disso, as histórias da América Central e da Oceania não estão presentes entre os verbetes destacados em português, sendo que em inglês há seis verbetes localizados na Oceania, e apenas um na América Central.

²¹ Apesar da Wikipédia lusófona incluir (naturalmente) uma quantidade considerável de usuários provenientes de Portugal, apenas dois dos 57 verbetes localizados na Europa são do país.

Gráfico 5 – Porcentagem de verbetes destacados por espacialidade na Wikipédia anglófona

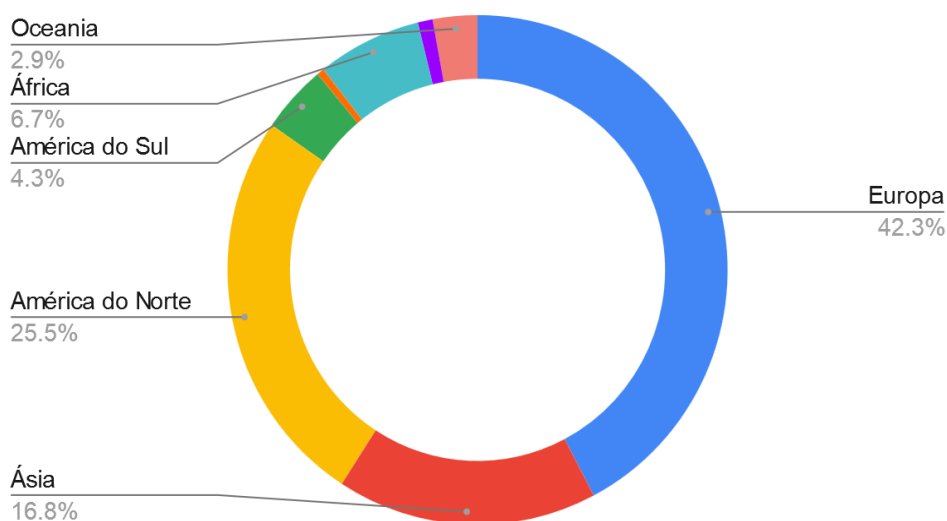
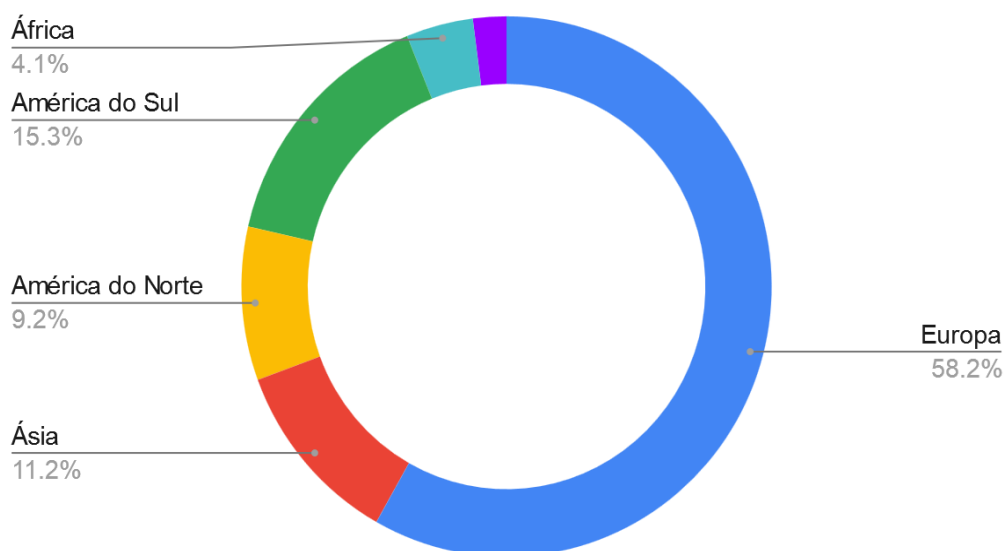


Gráfico 6 – Porcentagem de verbetes destacados por espacialidade na Wikipédia lusófona
Temporalidade na Wikipédia Lusófona



Não podemos deixar de levar em conta que mesmo verbetes situados espacialmente nas regiões periféricas do mundo global podem estar ligados a uma visão colonizadora da História, como aponta o caso dos verbetes situados no Vietnã e escritos na Wikipédia em inglês. Todos os oito verbetes que tratam da história vietnamita na versão anglófona da Wikipédia estão relacionados especificamente aos conflitos com o exército estadunidense durante a Guerra do Vietnã, no século XX. O mais provável é que esses verbetes tenham sido escritos por sua ligação com a história dos Estados Unidos, não por um interesse efetivo em relação ao Vietnã. Portanto, aqui entendemos que os critérios de escolha para o conteúdo de um verbete (não apenas seu tema central) estão relacionados ao lugar em que foi escrito e os interesses ligados a essa localidade. A pesquisa de Samoilenko *et al.* (2017, p. 215) já mostrava uma tendência similar, com uma grande quantidade de verbetes sobre as

Américas e a África situados temporalmente durante os processos de colonização e de descolonização, períodos de maior participação dos centros globais na história de países americanos e africanos.

Outra tendência observada nos dados é a grande frequência de verbetes com assuntos militares, em ambas línguas. Na Wikipédia em inglês, há dezoito verbetes focados unicamente no desenvolvimento do programa atômico estadunidense, por exemplo.

VERBETES TRANSNACIONAIS E NA LONGA DURAÇÃO: UM CASO EXEMPLAR

Analisamos aqui de forma separada aqueles verbetes que fugiram do padrão ao não se encaixarem dentro das divisões de tempo e espaço que utilizamos para a realização dos gráficos. São justamente esses verbetes que transcendem as divisões clássicas de temporalidade em eras, ou que tratam de temas desvinculados a uma lógica territorial tradicional, que levam à reflexão das possibilidades de assuntos a ser abordados na Wikipédia por historiadores. Ao contrário da análise quantitativa realizada anteriormente, realizamos aqui a análise do conteúdo de um desses verbetes para refletir como, aos olhos de profissionais, podem remeter a conceitos historiográficos como o de longa duração e de história global.

O verbete a ser analisado é o presente apenas na Wikipédia anglófona, “Ethiopian historiography”. O verbete trata da história da historiografia etíope, traçando uma narrativa desde os primeiros registros de escrita na região subsaariana no século V a.C. Até a historiografia etíope contemporânea. Para além de apresentar uma escala temporal longa, o verbete estabelece as relações da literatura do Império Etíope (sobretudo no período tido como o da dinastia salomônica) com a teologia cristã e suas interações comerciais com culturas ao norte do Saara e também da região do Chifre da África. Para além disso, trabalha com as influências e a recepção da historiografia etíope após o contato com historiadores europeus durante o século XIX, sobretudo após o contexto da Guerra Ítalo-Etíope de 1895.²²

Trata-se de um verbete complexo e com uma bibliografia extensa, que aborda um período longo de uma das culturas escritas mais antigas daquela região do continente. Apesar de ser difícil atribuir a autoria de um verbete na Wikipédia, uma vez que qualquer usuário pode trazer novos complementos aos conteúdos, é possível analisar os usuários que contribuíram com a maior porcentagem do conteúdo de um verbete. No caso do verbete em inglês sobre historiografia etíope, o usuário que teve o maior número de contribuições ao conteúdo, e que indicou o verbete para destaque, se chama “Pericles of Athens”. Em seu pedido de destaque, o editor justifica sua escolha em escrever sobre o tema:

Eu já escrevi e nomeei vários artigos sobre história Chinesa e Europeia para o status de Artigo Destacado, mas este é apenas o segundo artigo relacionado à história Africana que nomeei, sendo o primeiro sobre literatura no Antigo Egito. É certamente minha primeira nomeação focada em um país da África Sub-

²² Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Ethiopian_historiography&oldid=916877092. Acesso em: 1 nov. 2019.

-Saariana e de cultura Semita, duas áreas da nossa Wikipédia em inglês que talvez precisem de muito trabalho e ainda tem informações essenciais em falta. Este é meu pequeno esforço em ajudar a remediar esse problema e esperançosamente em fazer com que outros editores se interessem em fazer o mesmo. Esperemos que sim!.²³

Chama atenção como alguns dos membros da comunidade da Wikipédia, como é o caso de “Pericles of Athens”, não apenas reconhecem as lacunas no conhecimento da plataforma, mas buscam combatê-las a partir de suas contribuições e interações com outros usuários. Na página de usuário de “Pericles of Athens”, ele afirma, em seu texto introdutório, que seu nome é Eric Connor, estadunidense e especialista em história medieval, cursando doutorado em História. Nela, o autor resume sua trajetória de formação, afirma seu interesse e experiência de pesquisa sobre a História da Ásia Central, e lista todos os verbetes que vêm escrevendo na plataforma desde que criou seu perfil, em 2007, quando ainda estudante de graduação em História.²⁴

É interessante resgatar casos similares ao de Eric Connor, em que pesquisadores tiveram a Wikipédia como um campo de atuação desde o início de sua formação. Tais casos demonstram ser possível que a formação e a escrita acadêmica não estejam dissociadas da produção de conteúdo de qualidade e de interesse público. Incentivar a atuação de historiadores acadêmicos não apenas enriquece o conteúdo histórico disponível na plataforma, também traz novas perspectivas e desafios de escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como comentamos na introdução deste artigo, os profissionais da história já não são mais as únicas autoridades do enunciado histórico, e a grande profusão causada pelas diversas formas de divulgação de textos históricos na internet em um contexto de redes sociais, blogs e wikis transforma a escrita e a divulgação em práticas mais acessíveis ao público em geral.

Como também vimos, o conhecimento histórico presente na Wikipédia anglófona e lusófona é eurocêntrico, marcado por biografias de sujeitos europeus (em sua maioria homens) e por assuntos históricos ligados majoritariamente à Europa. É a partir dessa crítica que pode começar a atuação dos(as) historiadores(as) na plataforma, tomando-a como objeto de pesquisa, e também a partir de colaborações, visando equilibrar a origem e o objeto do conhecimento histórico wikipédico. Uma possibilidade seria investir, nas diferentes versões da Wikipédia, em projetos relacionados a histórias latino-americanas, africanas e asiáticas, não necessariamente relacionadas aos

²³ Tradução nossa. No original: “I’ve written and nominated various articles on European and Chinese history for FA status, but this is only the second African-history related article that I’ve nominated, the first being Ancient Egyptian literature. It’s certainly my first nomination focused on a sub-Saharan African country and Semitic culture, two areas of our English Wikipedia that perhaps need a lot of work and still lack critical information. This is my little effort to help remedy that and hopefully spark interest in other editors to follow suit. Let’s hope so!” Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikipedia:Featured_article_candidates/Ethiopian_historiography/archive1&oldid=804921806. Acesso em: 01 nov. 2019.

²⁴ Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=User:PericlesofAthens&oldid=913063133>. Acesso em: 1 nov. 2019.

Estados nacionais e “grandes feitos” de seus líderes, mas às dinâmicas transculturais e especificidades das histórias locais em períodos pré-colonização. Para isso, é importante a presença de profissionais da história gerando e mediando o debate, ocupando a Wikipédia de conhecimento especializado.

É difícil mapear a autoria dos textos de história na Wikipédia, tanto por conta da grande diferença entre as formas de lidar com a autoria na plataforma e na academia como por não termos disponíveis dados mais concretos do que aqueles que já apresentamos em relação ao perfil dos editores wikipedistas.²⁵ Porém, é possível refletir em relação à parte “livre” da “enciclopédia livre”. Como também discutimos, basta estar logado e munido das fontes necessárias para que um verbete de história seja escrito. A manutenção do verbete na Wikipédia dependerá do cumprimento dos pilares da plataforma, e o pilar que mais nos interessa é o Princípio da Imparcialidade (NPOV).

A aplicação do NPOV pode acabar levando os verbetes de história na plataforma (aqueles que seguem os padrões propostos) a ser obras de síntese sobre o assunto que estão tratando. A necessidade de ser imparcial, citar fontes heterogêneas e não enviar o texto transforma o verbete de história num grande compilado sobre aquilo que foi escrito de mais relevante e sintético em relação ao assunto tratado. Como aponta Jurandir Malerba (2014), esse debate sobre as sínteses é de extrema importância para historiadoras e historiadores, pois livros de história vêm sendo escritos e vendidos em grande quantidade por não historiadores nas últimas décadas, em um processo de alta demanda do público por história. A Wikipédia pode ser entendida como um possível campo de atuação nesse sentido, pois garante aos leigos não apenas o acesso ao conhecimento, mas também à sua produção. Trata-se de um espaço que está aberto tanto para leigos como para profissionais – um espaço que é terreno fértil para historiadores. Como aponta Rosenzweig (2006, p. 138):

Historiadores profissionais têm muito a aprender não apenas com o modelo de distribuição aberto e democrático da Wikipédia, mas também com seu modelo de produção aberto e democrático. Embora a Wikipédia como um produto seja problemática como única fonte de informação, o processo de criação da Wikipédia promove uma apreciação das próprias habilidades que os historiadores tentam ensinar.²⁶

Dessa forma, o(a) profissional da história se encontra em um contexto em que “precisa negociar sua autoridade em outros espaços que não aqueles academicamente controlados” enquanto “o cidadão comum, por sua vez, mais do que nunca tem acesso aos meios de difusão da comunicação” (ARAUJO, 2017, p. 194-195). Seguindo esse raciocínio e pensando no espaço que geralmente está reservado ao grande público (redes sociais, blogs, wikis etc.), é importante relacionar não apenas a divulgação ampla do conteúdo, mas também a sua produção como uma escrita disciplinada de

²⁵ De acordo com Rosenzweig (2006, p. 117), enquanto na disciplina da história acadêmica trabalha-se individualmente e os usos do conteúdo de um artigo se dão por meio de uma relação de autoria e de posse de uma ideia, na Wikipédia diversas pessoas podem trabalhar na produção de um verbete. A liberdade para as edições também permite uma constante mudança no conteúdo de um artigo. Sendo assim, nenhum dos editores do artigo pode reivindicar individualmente o verbete ou seu conteúdo como posse, pois é aí mesmo que reside a liberdade da plataforma.

²⁶ “Professional historians have things to learn not only from the open and democratic distribution model of Wikipedia but also from its open and democratic production model. Although Wikipedia as a product is problematic as a sole source of information, the process of creating Wikipedia fosters an appreciation of the very skills that historians try to teach.”

maneira diferente – é fora do ambiente acadêmico que os não historiadores encontram espaço para se manifestar historicamente:

O cenário atual se destaca não tanto pela centralidade da noção do público como audiência, mas pela reivindicação de uma cidadania que quer ser pensada como polo ativo na produção de uma historiografia socialmente distribuída, ou seja, da democratização das condições de escrita e apresentação de histórias, aqui entendida como intervenções sobre a historicidade que extrapolam os regimes discursivos estabelecidos ao longo do processo de modernização. Esse fenômeno não pode ser visto apenas como uma ameaça à historiografia profissional, mas como uma reação compensatória que não tem sido suficientemente respondida no interior do campo (ARAUJO, 2017, p. 206).

Destacamos que “democratização das condições de escrita e apresentação de histórias” significa “acolhimento crítico e a amplificação de oportunidades e ferramentas”. Ou seja, em vez de incentivar uma produção deliberada de textos sobre história sem conhecimento metodológico ou bibliográfico, é necessário esforço para possibilitar, ao público em geral, o acesso aos conhecimentos e às maneiras de se fazer o conteúdo específico da história.

[...] o historiador sempre teve e pode continuar a ter um papel central nessa luta pelo direito à história [...] mas deve partir do reconhecimento dos diversos sujeitos e suas produções locais e epistemologias, surgindo daí mais a imagem de uma circulação do que a de uma difusão para auditórios cada vez mais amplos. Nesse circuito, talvez o historiador possa desenvolver uma nova e distinta função social, aparecendo como ‘curador de histórias’ (ARAUJO, 2017, p. 209).

Também pensando na relação dos historiadores com o público mais especificamente na Wikipédia, uma das grandes questões caras aos profissionais da história é a mudança disciplinar que ocorre ao sair do meio acadêmico e inserir-se nas mídias de grande circulação:

A Wikipédia compele os historiadores a reconceituar a função das notas de rodapé, a excluir as fontes primárias, a tentar escrever de um ponto de vista neutro, e a colaborar com acadêmicos leigos. Esse é um espaço epistemológico desconfortável para historiadores, um espaço em que muitos historiadores podem não escolher se engajar, pois a Wikipédia restringe aquilo pelo que muitos historiadores se orgulham. Por qualquer combinação dessas razões, historiadores podem enxergar a Wikipédia como uma produção de história com pouco discernimento crítico e reflexivo, ou que simplesmente viola os princípios básicos da história acadêmica (PHILLIPS, 2016, p. 539, tradução nossa).²⁷

²⁷ “Wikipedia compels historians to reconceptualize the function of endnotes, to exclude primary sources,

Entendemos a citação de Phillips como um processo inserido no mesmo contexto das afirmações de Araujo (2017, p. 211), que defende, por parte dos profissionais da história, “o acolhimento crítico e a amplificação de oportunidades e ferramentas” que se relacionam com a maior possibilidade de produção histórica que a sociedade encontra na internet e em suas plataformas que se mostram disponíveis para compartilhar conhecimento. Apesar das diferenças de escopo e linguagem entre a academia e a Wikipédia, acreditamos que seja um espaço rico em possibilidades de análises acadêmicas, mas também aberto para a prática da curadoria, a inserção no debate público e, em conjunto com o público em geral, a produção de novas histórias e novos métodos de trabalho. É necessário sair da zona de conforto e buscar entender, assim como praticar, a transgressão territorial da linguagem acadêmica para a linguagem dos públicos (globais) através das histórias (digitais).

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Valdei. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. *In*: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (org.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 191-216.
- CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016.
- HALE, Scott A. Multilinguals and Wikipedia editing. *In*: WEBSCI '14: ACM WEB SCIENCE CONFERENCE, 2014. Bloomington. *Proceedings Of The 2014 ACM Conference On Web Science*. New York: ACM Press, 2014, p. 99-108.
- HECHT, Brent; GERGLE, Darren. The tower of Babel meets web 2.0: user-generated content and its applications in a multilingual context. *In*: CHI 2006 CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, n° 6, 2006, Montréal. *Proceedings of the SIGCHI conference on human factors in computing systems*. New York, ACM Press, 2010, p. 291-300.
- JEMIELNIAK, Dariusz. *Common Knowledge? An ethnography of Wikipedia*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- KONIECZNY, Piotr; KLEIN, Maximilian. Gender gap through time and space: A journey through Wikipedia biographies via the Wikidata Human Gender Indicator. *New Media & Society*, Chicago, v. 20, n. 12, p. 4608-4633, 2018.

to attempt to write from a NPOV, and to collaborate with citizen scholars. This is an uncomfortable epistemological space for historians, a space that many historians may not choose to engage with because Wikipedia restricts what many historians pride themselves on. For any combination of these reasons, historians might view Wikipedia as producing history that is light on critical and reflective insights or that it simply violates the basic principles of academic history.”



LUND, Arwid. *Wikipedia, Work and Capitalism*. Cham: Springer International Publishing, 2017.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014.

MARQUES, Juliana Bastos. Trabalhando com a história romana na Wikipédia: uma experiência em conhecimento colaborativo na universidade. *História Hoje*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 329-446, 2013.

MARQUES, Juliana Bastos. Representação e visibilidade do mundo antigo na Wikipédia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 32, p. 2-17, 21 nov. 2019.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. Geographies of the world's knowledge: An approach. In: FLICK, Corinne Michaela. *Who Owns the World's Knowledge?* Munich: Convoco, 2012. p. 112-124.

O'SULLIVAN, Dan. *Wikipedia: a new community of practice?* Burlington: Ashgate Publishing Company, 2009.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015.

PHILLIPS, Murray G. Wikipedia and history: a worthwhile partnership in the digital era? *Rethinking History*, Abingdon, v. 20, n. 4, p. 523-543, 2016.

ROSENZWEIG, Roy. Can History Be Open Source? Wikipedia and the Future of the Past. *Journal of American History*, Bloomington, v. 93, n. 1, p. 117-146, jun. 2006.

SAMOILENKO, Anna *et al.* Analysing timelines of national histories across Wikipedia editions: A comparative computational approach. In: ELEVENTH INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEB AND SOCIAL MEDIA, n° 11, 2017, Montréal. *Proceedings of the Eleventh International Conference on Web and Social Media*. Palo Alto: AAAI Press, 2017, p. 210-2019.

NOTAS

AUTORIA

Pedro Toniazzo Terres: Graduando, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

Lucas Tubino Piantá: Graduando, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.



ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Pedro Toniazzo Terres. Avenida César Seara, 84, 88040-500, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao projeto Teoria da História na Wikipédia e a sua equipe, sem o qual este artigo jamais teria existido: à Flávia Varella e Rodrigo Bonaldo, coordenadores do projeto, e também às pesquisadoras Sarah Pereira Marcelino e Danielly Campos Dias.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 01 de novembro de 2019

Aprovado em: 04 de fevereiro de 2020


Como citar: TERRES, Pedro Toniazzo; PIANTÁ Lucas Tubino. Wikipédia: públicos globais, histórias digitais. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 264-285, maio/ago. 2020.





GLOBAL TECHNOLOGIES, GLOCAL APPROACH: A FALSE PARADOX

Valérie Schafer^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8204-1265>
Email: valerie.schafer@uni.lu

^a University of Luxembourg, Luxembourg Centre for Contemporary and Digital History,
Esch-sur-Alzette, Luxembourg

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

ABSTRACT

This article seeks to identify the factors that have led researchers to root their historical approach in a national or regional context, rather than a global one. This may seem paradoxical when the Internet is thought to be global, and digital content and cultures at least partially cross-borders. These approaches are determined by reactions to a history of the Internet that has been far too focused on the United States from the outset, by a desire to consider this history in a given context, and by the historical sources. However, the use of national and regional approaches does not preclude the stimulating comparative or transnational perspectives that may renew this history in terms of infrastructure, missing narratives and user participation, as well as technical and human networks. We even suggest that studying the history of the places, people and communities that remain outside networks (whether by choice or by necessity) could tell us a lot about the global and asymmetric reality of the Internet.

KEYWORDS

Internet. Web. History.

The Internet was first presented as a global technology that transcends borders when it began to emerge among the general public in the 1990s, after 20 years of a more academic use. It nourished the global communication dreams of those described as *Netizens* by Michael and Ronda Hauben (1992, p. 1):

Welcome to the 21st Century. You are a Netizen (a Net Citizen), and you exist as a citizen of the world thanks to the global connectivity that the Net makes possible. You consider everyone as your compatriot. You physically live in one country but you are in contact with much of the world via the global computer network. Virtually, you live next door to every other single Netizen in the world. Geographical separation is replaced by existence in the same virtual space.

Despite the disillusionment and anxiety expressed about State regulations (and, particularly, those applied by the US government) that led to John Perry Barlow's 1996 declaration in Davos about the independence of Cyberspace, the dream of universal communication and global and distributed computer information networks remains central to what Manuel Castells named in 1996 in his eponymous book *The Network Society*. During the same period, politicians and the media, as well as the academic community increasingly discussed the "Information Age", albeit with some doubts about how efficient it would be.

A number of issues indeed tempered this enthusiasm as the Internet developed: the very first ARPANET network was based on "an ideal scientific community" (FLICHY, 1999, p. 77) and a network that was limited to use between academic peers and was, thus, not concerned with commercial stakes (PALOQUE-BERGES; SCHAFFER, 2019). Only a small part of the population, therefore, became *early adopters*. The privatization of the Internet, initiated in the mid-1990s (ABBATE, 2009), as well as the shift towards the general public during this same decade, are indication of the expansion of a "network of networks" that already showed the first evidence of the digital divide. The power stakes that became inherent to Internet governance following the creation of US-led ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) for Internet naming in 1998 were debated at length (MUELLER, 1999) during the 2003 and 2005 World Summit on the Internet Society.

The Internet had initially been designed for universal open use; yet, it was overtaken by the growth of dominant digital companies such as Google, Amazon or Facebook in the 2000s. Internet users today must deal with phenomena such as filter bubbles and fake news, as well as the development of Internet silos and a fragmentation that is not only linguistic, but is also attributable to closed universes created by social networks or applications.

A rapidly growing number of historical studies focus on the history of the Internet, and more recently of the Web (as we will discuss later in this paper).¹ Rather than the analysis of a global phenomenon, this current literature shows a clear trend towards national or local studies. How can we explain such an apparent paradox?

¹ It is important to note that these two domains are often studied by different researchers; the community that is interested in the first steps of the Internet does not share the same interests as the researchers who are more focused on applications and content, and, therefore, in the Web.

Why do historians often build a limited, localized narrative of what is mostly presented as a global phenomenon by its early designers, promoters and users? What may at first glance appear to be a paradox, however, deserves a closer look. As we will demonstrate, this trend is in reality a false paradox. By focusing on national and local case studies, historians aimed to decentralize the history of the Internet and the Web, thereby also allowing it to become more global. As we will further explain, their efforts are also fully in line with the aim of writing a more social and collective history, one focused less on technical facts and more on experiences and uses. Through national histories, historians reveal particularities and trajectories of development and reception that are deeply rooted in specific political, social and economic realities, but they also contribute to a “glocal” history, albeit a sometimes implicit one.

After identifying why the global approach is limited within the state of the art, underlining the US-centric roots of Internet history and the related challenges and issues, and discussing aspects such as sources that encouraged historians to consider the Internet and the Web “in context” (SCHAFER; THIERRY, 2018), we will suggest various ways in which a more global history could be developed: one idea is to consider it as a “history of networking” rather than just a history of the Internet *per se*, as previously suggested by our colleague Andrew Russell (2012). Another method is via comparative and transnational studies, a field that is developing rapidly. Approaches focusing on governance issues, global imaginaries and experiences such as the digital divide, as well as the places and people who remain outside networks, may also be worthwhile, as we will further suggest.

FROM A US-CENTERED TO A DECENTRALIZED APPROACH

The keystones of Internet history were laid in the academic sphere in the late 1990s. These seminal works included Janet Abbate’s *Inventing the Internet*, which considers the genesis of Internet not only within the Advanced Research Projects Agency (ARPA), but also in US universities and industry (ABBATE, 2000). The first steps of this history naturally concern the United States, with some mentions of Internet development elsewhere in the world. From 2010 onwards, there was a general movement towards research that led to a less centralized historical narrative, and highlighted the more heterogeneous and varied links and influences within this history.

A history that was initially very US-centered

The history of ARPANET and the first steps of Internet are well known today. They underline the developments launched by Robert Taylor at the small Information Processing Techniques Office (IPTO) of the ARPA from the moment he obtained funding for his network project in 1966 until the first connection between UCLA and Stanford University in 1969. There is ample analysis in the literature of the growth of this project, which gradually evolved from a distributed network of heterogeneous computers to a “network of networks”.

Initially, the historical approach is mainly centered on the U.S. It is largely shaped by the main protagonists, who ensured that it is made part of their heritage and who reported their own visions and experiences of Internet history. US pioneers play a central role in this picture, whether they are ARPA researchers or the industries commissioned



with the production of the necessary equipment to make this network function, such as the Interface Message Processors (IMPs) developed by Bolt, Beranek and Newman (BBN). The universities associated with the development of Internet are also put in the forefront, and particularly those that obtained ARPA financing for their computer equipment. These entities are referred to as “ARPA contractors” and include those who were the first four ARPANET nodes to start functioning before the end of 1969.

The international community does, however, appear in the literature, as we can observe in the work by Janet Abbate (2000). She discusses the ideas generated in the UK, particularly those produced by Donald Davies and his team, who were already working on packet switching at the National Physical Laboratory. Indeed, ARPANET is based on several original ideas, such as creating a heterogeneous network by ending the use of centralized networks with computers made by the same manufacturer. Another key element is packet switching, which consists of cutting a message into information packets to facilitate their movement across the network and optimize the use of the lines in terms of interactivity and resilience.

Three pioneers of packet switching are generally mentioned in the literature. The first is Paul Baran of the RAND Corporation, who also theorized the idea of the distributed network, and whose diagram of this distributed rather than centralized network became a heritage document. The second is Leonard Kleinrock, who had been greatly involved in the development of ARPANET. Donald Davies and his British team are the last on the list. The UK and Norway were the first places outside the US to be connected to ARPANET in 1972, and Donald Davies was an active participant in the technical exchanges, although current historiography (BAY, 2019) tends to somewhat scale down his influence in the seminal choices of ARPANET.

The first public demonstration of ARPANET took place in 1972 and was marked by the creation of the International Network Working Group (INWG). This international exchange structure replaced the initial Network Working Group that had been created within ARPANET in 1969. The INWG was a more global structure designed to stimulate international exchanges and contributions about network specifications. These issues are well described by Janet Abbate, but the US remains the focal point.

This is also true of the interviews conducted by the Charles Babbage Institute with pioneers such as Leonard Kleinrock, Larry Roberts, Robert Kahn, Vinton Cerf and many other US pioneers,² until interviews with European pioneers are added in early 2010.

This emphasis on US pioneers does, of course, reflect a historical reality that is also apparent in two other seminal works, namely those of Alexandre Serres (2000) and Patrice Flichy (2001). Whilst Flichy’s *The Internet Imaginaire* reveals US imaginaries that concern the academic world but also the first online communities, Serres highlights some influences that are strongly linked to the US context, such as cybernetics or the 1960s neocommunalism of hippie communities, which are also mentioned in Fred Turner’s publication about Stewart Brand (TURNER, 2006). Serres asks whether ARPANET could have been developed elsewhere than in the US. He does, however, encourage readers to consider the trend to develop projects with similar technical specifications on the other side of the Atlantic, such as the Cyclades network that was developed in France from 1971 onwards. Our research extended Serres’ approach to explore how and why this visionary French project was halted

² See <http://www.cbi.umn.edu/oh/>.

in 1979, whilst the ARPANET project continued to evolve (SCHAFER, 2012). This abrupt slowdown is linked to internal changes of policy within the *Institut National de Recherche en Informatique et Automatique* (the French national research institute for computing and automation), where the project was being developed. The Cyclades network was seen as a potential threat to the competing project developed by the French telecommunications sector, which held the monopoly over telephone lines and had strong political support. It was also affected by industrial difficulties.

From the first half of the 1990s on, the internationalization of the Internet called for a reconsideration of the “network of networks” and of digital cultures outside US borders. It would, therefore, be logical to expect a more global history in the context of the development of the World Wide Web at the very end of the 1980s, which would then attract the interest of the general public during the 1990s. The Web was created at the European Organisation for Nuclear Research (CERN), located on the border between France and Switzerland. Rapidly after developing the Web in the late 1980s, its creator Tim Berners-Lee (2000) went to work at the Massachusetts Institute of Technology (MIT), thus returning the development of this global technology to the US field. This British innovator does, however, continue to have a polycentric vision of how the Web should be governed, and suggests in the mid-1990s that the World Wide Web Consortium (W3C) should not be limited to a US host but should also include branches in Europe and Japan.

However, far from trying to adopt a more global vision, particularly in reaction to the first US-centered steps, historians sought to decentralize this history by highlighting other national and local events.

Manifestos for missing narratives

This overtly US-centered history was followed by a questioning of approaches that glorified the role played by the US innovators, thus following a general movement that was taking place across the histories of computing and innovation. Andrew Russell (2012, p. 7) noted this in his presentation “Histories of Networking vs. History of the Internet”:

To sum up my case against the category of “Internet history”: its definition encourages Whiggish and teleological narratives; it is unnecessarily narrow and exclusive; it misses or at best misconstrues the broader outlines of a bigger and more interesting story, the digital (and global) convergence of computing and telecommunications; and it is insufficiently critical of the “pioneers” who historians and museum professionals see as heroes rather than as humans.

The alternative that I propose to the “history of the Internet” is a broader category, “histories of networking,” that can better capture the diversity of technologies and experiences that fall outside and across the margins of Internet history (and “Internet history”).

This critical approach was taken up by Martin Campbell-Kelly and Daniel Garcia-Swartz (2013), who denounced the absence of complex genealogies and the missing narratives. They underlined that “the ARPANET network was one among many, and not



a particularly large one at that". Kevin Driscoll and Camille Paloque-Bergès (2017) also developed this line of thought in a workshop, followed by their article entitled "Searching for missing 'net histories'", which highlighted the fact that "Internet is as much mythology as technology". They suggested and explored a number of avenues that may help to write "decentralized" narratives, covering from the conflicts about TCP/IP protocols and alternative solutions in the 1980s and 90s to the roles played by communities such as Usenet users in the 1970s and national-scale experiments like the French Minitel and De Digital Stadt (DDS) in the Netherlands (ALBERTS; WENT; JANSMA, 2017). The authors (DRISCOLL; PALOQUE-BERGÈS, 2017, p. 56) conclude:

Internet Histories represent a new field of scholarly inquiry, a transnational network of researchers attempting to understand how this network of networks diffused through so many different social, political, geographic, and technological domains. One of the key challenges facing this emerging field is the elasticity of the term "Internet" itself. How can one history contain the experiences of ARPA-funded researchers at Stanford in 1976 and an elderly mobile phone user living in Beijing in 2017? In the face of the essential plurality of the Internet, we propose the researchers adopt an alternative approach to Internet historiography rooted in the experience of users.

In short, historians have emphasized not only the extent to which a US-centric viewpoint leads to a teleological history of the Internet – one in which the path taken by the US is seen as the only possible option, raising the risk that the many alternative avenues explored over time will simply be overlooked. They also point to the invisibilization of a whole series of other experiences and networks – and debates, like the clash over the TCP/IP and X25 protocols (SCHAFER, 2012). Reducing the network experience in the 1980s and 1990s to a history of the Internet, for example, means omitting a lot of other experiences, such as those that took place in France with Minitel (SCHAFER; THIERRY, 2012; MAILLAND; DRISCOLL, 2017) and more widely with videotex systems (Prestel in Great Britain, Bildschirmtext in Germany, Captain in Japan, Telidon in Canada, etc.), as well as the virtual communities that developed via other infrastructures.

Finally, the increased interest in users reflects a more general movement in the history of technology and computer science that aims to abandon a historical perspective that is based purely on the founders and innovators and uses top-down analysis, thus encouraging historians to consider the Internet and the Web in context. These motivations and reasons lead historians to favor more contextualized and territorially rooted approaches.

INTERNET AND THE WEB "IN CONTEXT"

The end of the 2000s and the following decade were marked by several studies that sought to produce Internet "histories" rather than "a history of the Internet". This desire is echoed by the title of the journal *Internet Histories*, created in 2016. These histories concern specific digital communities and cultures, such as those found among the first users of Usenet (PALOQUE-BERGÈS, 2017), the Bulletin Board



Systems (DRISCOLL, 2014) or local communities, for example those using DDS in the Netherlands (BADENOCH; NEVEJAN, 2014). These approaches reveal a wide variety of differences in terms of infrastructure policies, regulatory choices or even network imaginaries, as Paolo Bory (2019) shows in his study of Italian networks.

National perspectives as an epistemological (re)turn

As Janet Abbate (2017, p. 11) emphasized in a recent article,

The Internet's infrastructure may be global, but for its users the Internet is always local. Users experience the Internet through specific, locally situated machines, programs, service providers and cultures, and their service providers respond to local markets and regulatory regimes. Economics partially determine what forms of online experience are locally accessible: the geographical coverage of Internet service is highly uneven and reproduces existing power disparities.

Here, Abbate raises the crucial issue of Internet usage at the level of users, of their experience, as well as the issue of asymmetry and the multiple infrastructures and agencies that may determine Internet access. These points should be considered in the light of recent developments in science and technology studies, as well as the changing approach to the history of computer science and information and communication technologies: we can see an increasing focus on users as IT became more widespread. This trend can also be seen in the approaches to ARPANET, where new issues such as maintenance and network maintainers (FIDLER; RUSSELL, 2018) were changing the way in which the actors and the network are viewed. But this change was also obtained with a wider consideration of convergence, and particularly that occurring between computing and telecommunications. This is visible in the study of McKelvey and Driscoll (2019), where the use of IMPs as boundary objects enables a new perspective on the role of the telecommunications sector in a history that had previously focused on computing. Beyond these approaches, which seek to renew interest in some actors whose importance had initially been underestimated, studies like Stephanie Dicks' observation of the Macsyma (Mac Symbolic Manipulator) community at MIT invite us to think about how communities used ARPANET (PALOQUE-BERGES; SCHAFFER, 2019).

The democratization of microcomputers in the 80s led the *early adopters* and professional, militant or artistic communities to adopt this means of expression for their use, followed by the general public. Historians gradually reveal this process and challenge the idea of a common, shared and universal digital culture, although common values such as openness may cross borders. But above all, they seek to identify all the nuances of these singular histories, which can certainly follow general trends yet remain unique. This is reflected in the works of Benjamin Loveluck (2015) and Félix Tréguer (2019), which illustrate that US libertarianism is not the prevailing mindset in France in the 1990s, or in any case the French mindset is not modeled on the libertarian US imaginary during this period. Meanwhile, work by Nicolas Auray (2002) and Anne Bellon's (2018) thesis on the developing French policy on Internet governance describe specificities that stand out within the "big story" of the Internet.



As was highlighted earlier, we can, of course, identify trends that cross borders, such as the irritation of the early adopters of the Internet when they saw the arrival of “newbies” online. The Eternal September of 1993 in the United States was marked by the irritation of the early adopters, who were faced with the sudden influx of students when AOL offered its subscribers access to Newsgroups. A similar response occurred 3-4 years later in France, with hostile reactions to the arrival of the “newbies”. Our study (SCHAFFER, 2018) showed these reactions to be particularly evident in French Newsgroups during the second half of the 1990s, but this could be considered as a mere starting point. There is still an enormous amount of unexplored information about transnational digital cultures and controversies that could be gleaned from the digital-born heritage.

Sources and archives as key issues

Indeed, another point that deserves our attention is the sources used, as they are the very basis of history. The size and multiplicity of sources that can be considered to write the history of Internet and the Web hinder any attempt to see them in total terms. Different sources will be chosen to shape geopolitical, cultural or institutional perspectives of history. As is the case for many historians of the contemporary world, these sources are plethoric and require the intervention of numerous researchers, whatever the approach chosen.

Of course, a transnational and international vision is the central point of certain histories and sources: an ideal example of this is the historical study of the governance of the Internet, which takes a global approach perspective from the very outset, despite the fact that the evidence of controversies also point to strong national trends. When the researcher is examining sources from the International Telecommunications Union (ITU) or the W3C, he or she is directly plunged into the world international communities and transnational stakes that all involve a geopolitical and global vision, despite the evidence of national trends and protest, in particular from China and from G20 members including Brazil, South Africa and India. By pushing for a broader, more political definition of governance that would encompass more than the naming function or the responsibilities of ICANN, these countries favored for example the handing of responsibility to the ITU, an intergovernmental body of the United Nations. However, these sources – which reflect not only international and transnational dimensions, but also the issues affecting transnational and international entities – are countered by other much more local and national sources.

Although born-digital heritage and particularly Web archives are an indisputably rich source of promising global approaches that was designed for international use by the Internet Archive, we may also question the global use of these sources.

The Internet Archive Foundation has collected billions of Web pages across the world since 1996. It allows historians to explore the Web of the past (BRÜGGER, 2018), but this historical global approach has some limitations. The first of these is the unequal coverage of the different geographical regions. This could be explained by the difficulties in identifying websites (WINTERS, 2017). Some regions and countries are covered with more care, regularity and detail than others, despite a system that Anat Ben-David and Adam Amram (2018) rightly describe as a great human and technical network in their paper dedicated to the North Korean websites preserved by Internet Archive.

With 418 billion pages archived at the time of typing these lines, the mass of documents available for a given subject makes it difficult to carry out a global research. This overabundant data is now a challenge for the archiving of digital social networks, as evidenced by the Library of Congress' difficulties with Twitter archives: the LoC reached an agreement with the company Twitter in 2010 to retrieve all tweets that had been issued since 2006. However, this data is not accessible to researchers as the tools needed to search these gigantic databases are major stakes. There are, of course, other questions to be answered, many of which, concerning legal and ethical issues (MUSIANI *et al.*, 2019).

But the difficulties go beyond the heterogeneity of data or their volume, even if they are partly linked: the comparison of national corpora is difficult due to the absence of a whole picture in Internet Archive of data collection policies that evolve over time. The lack of some metadata and statistics neither facilitates data entry, nor the ability to obtain a complete vision of the elements that have been preserved. Thus, the Internet Archive has limits that the national web archiving institutions tend to mitigate by offering statistics and tools to conduct quantitative, as well as qualitative analyses. However, this often involves travelling from one fund to another, because it is impossible to “remotely” combine these national funds of Web archives on a European scale. The Bibliothèque Nationale de France (BnF – French National Library), the Danish archives or the British National Library can provide researchers with a precise picture of their individual Web archives and propose sophisticated and suitable tools for data searching and analysis. However, author rights and national legislations prevent a combined access to these archives on a given computer terminal, and the researcher will have to move from one country to another (although the British Library does put some web archives online that exclude the most recent data, and the Danish archives are available at a distance after user appraisal, the French library only allows the consultation of web archives within the BnF buildings in Paris or at the French regional branches). There are currently discussions about how to at least improve the circulation of metadata within Europe, but the fluidity of data circulation on the Web is currently not echoed in the Web archives. Of course, this does not prevent historians from using these sources, for example, in the recent WARCnet project, led by Niels Brügger, which started in January 2020 and aims to study European events such as European elections or terrorist attacks in a number of countries, including Denmark, the United Kingdom, Luxembourg and France.

GLOBAL PERSPECTIVES

While the preceding elements emphasize the motivations and reasons that lead historians to favor more territorially rooted approaches, recent historiography does not remain confined to national spaces, and approaches such as that taken by Googin and McLelland (2017) in their *Routledge Companion to Global Internet Histories* are already providing strong perspectives to enable historians to cross these borders. After a first step of bringing national histories together to establish links between them and conduct comparative approaches, transnational approaches have also started to develop. Comparative and transnational approaches admittedly often have different objectives: the former are often rooted in a comparison (whether implicit or expressly stated) with the US model and reflect a determination to decentralize a US-centric history, while the



latter often take as their starting point virtual cross-border communities or phenomena within digital cultures that go beyond borders (GIFs, memes, hacking, etc.). The two approaches do not necessarily have the same ambitions and sources, as was clearly shown in the book by Googin and McLelland (2017), which looks at both trends. But they nevertheless contribute to a globalized history, even if they cannot always claim to be fully global.

Comparative studies as first steps

Comparative approaches were not systematically carried out, but they have developed through contributions to collective works or trans-border collaborations between researchers, such as those planned in the Warcnet network we cited earlier, or those that appear in Goggin and McLelland's book – which, for example, proposes detailed discussions of the national policies carried out in South America. By choosing to consider the national routes adopted by France, or by following Internet history in Costa Rica and its long “resistance” to TCP/IP (SILES, 2012), we discover an implicit comparison with the United States and, of course, the dominant history. This is even more evident in Benjamin Peters' (2016, p. 2) remarkable book, *How not to network a Nation*, which demonstrates the reasons for the failure of networking projects in the USSR:

That said, let us begin with a slight twist on the conventional cold war showdown: the central proposition that this book develops and then complicates is that although the American ARPANET initially took shape thanks to well-managed state subsidies and collaborative research environments, the comparable Soviet network projects stumbled due to widespread unregulated competition among self-interested institutions, bureaucrats, and other key actors. The first global civilian computer networks developed among cooperative capitalists, not among competitive socialists. The capitalists behaved like socialists while the socialists behaved like capitalists.

By revealing how Soviet ambitions were hampered by the adoption of a competitive rather than a collaborative model, Benjamin Peters not only enriches the history of the Internet, but also the history of Soviet and US models, thereby going far beyond a mere history of networks.

For the Web, we can note the movement started by Niels Brügger (2017) and his team to quantify national Webs and their development. This study was initially carried out in Denmark, but has awakened an interest to apply this approach on a European scale.

Dana Diminescu and her team led another pioneering study as part of the e-diasporas project. She notes:

These new communication and organization practices have produced a vast, moving e-corpus, whose exploration, analysis and archiving have never before been attempted. The outcome of the efforts of more than 80 researchers worldwide, the

e-Diasporas Atlas is the first of its kind, with some 8,000 migrant websites archived and observed in their interactions.³

This project was also innovative in the field of Digital Humanities, and led to the creation of a collaborative platform and the *e-Diasporas Atlas*. This study reveals two central conditions for a global vision of the history of the Internet and the Web, namely the sharing of data between teams and researchers, and the constitution of large transnational corpora.

The potential benefits of this data sharing and collaboration are clear. We can confirm this from our own positive experience of hosting a South Korean postdoctoral fellow at the CNRS (the French National Center for Scientific Research) in 2015 to work on a comparative history of Internet deployment in France and South Korea (JO, 2017). This project yielded interesting and surprising results, starting with the discovery of the popularity of the Nora-Minc (1978) report. This description of the “computerization of the society” was a bestseller in France and was rapidly translated in South Korea. The study also revealed the parallels between the French Minitel and the South Korean project Hitel (a videotex system modeled on the Minitel and developed by Korea Telecom) and the similarities in the sociological profiles and interests of French and South Korean early adopters.

Transnational approach under construction

Beyond comparative approaches, transnational and even global approaches took shape. For the global approach, we may mention the book by Gabriele Balbi and Paolo Magaudda, *A History of Digital Media. An Intermedia and Global Perspective* (2018); and for the transnational perspective, Ignacio Siles’ stimulating approach in *The Internet as a transnational project: Connecting Central America through computer networks (1990-1996)*, where he notes:

Theoretically, this paper makes visible the importance of transnational processes in the development of the Internet. [...] This means making visible how different nodes in various countries emerged, how flows and relations were established between these nodes, and what actors, logics, and contexts made these connections possible. In this way, it becomes possible to tell the history of collaboration networks that have constituted the Internet outside the United States.

First, transnational histories emphasize the study of certain processes: flows, circulations, movements, connections, and exchanges that “operate over, across, through, beyond, above, under, or in-between polities and societies” (Iriye & Saunier, 2009, p. xviii). What passes through and crosses borders are people, knowledge, technologies, ideas, practices, and institutions. [...] Second, this body of work emphasizes the role of specific actors and how they obtain transnational action capacity (SILES, 2018, p. 231).

³ <http://www.e-diasporas.fr>.

This approach aims to build a history of processes and negotiations, a history that is human as well as technical, and to pinpoint the uncertainties at the heart of these events, instead of considering the final balance of power as the starting point for the general narrative and building upon it. The role of specific actors (often early adopters) is also examined on a European level, particularly in the work led by Camille Paloque-Bergès (2013) on the emergence of a European community around Usenet. It is also applied in our approach of European networks (SCHAFFER; BADOUARD, 2012, p. 16), enabling us to examine how the Internet has become a multi-dimensional political stake for Europe since the 1970s and to identify the first challenges to share and connect networks:

It primarily constitutes a domain of international public policy in which its difference and unity can be asserted. Technology takes on a strong political dimension, and the internal struggles to impose particular protocols in the 70s and 80s carry a true vision of the Union's position on the international stage. Consequently, the Internet is also becoming a political tool for the EU to strengthen its internal construction [...]. The consciousness of the Internet political stakes went through several steps, from industrial policies and technical standardization, to new modes of governance and legitimation processes. These steps follow the own history of the Internet, which is first developed within closed scientific networks before being opened to the general public. The infrastructure issue is thus overtaken by applications and uses. They also follow the European construction history, from the epistemic networks to the transnational democracy, passing by the building of a common market.

Beyond these approaches that often remain focused on technical and political actors and early adopters, other approaches are starting to shed light on more informal transnational and bottom-up phenomena, such as those used by the "Warez Scene". Wasiak (2019, p. 190) demonstrates:

Originally, the telephone itself offered such sense of simultaneity by enabling voice conversations with instant feedback from a second person. But in this historical case the sense of simultaneity was not just an impression given to two persons engaged in a conversation. It rather became a new condition for a whole subculture and eventually, one operating on a global scale. Due to the appropriation of the BBS system the whole geographically dispersed community of 'the scene' experienced the simultaneity when a cracked game could be released as '0-day warez' and circulated through a network of national and world HQs in a matter of hours from the moment when it became available in retail trade.

These phenomena described by Patrik Wasiak, based on his study of transnational software distribution through phone lines and BBS, pave the way for new and connected narratives of users and uses, and invite us to reflect further on transnational Internet phenomena. Such transnational approaches, coupled with

comparative approaches, do not enable us to piece together a fully global approach, but they do at least make it possible to sketch the broad outlines of Internet histories that are more complex than the initial master narrative. The global approach proposed by scientists working on issues raised within arenas of governance will undoubtedly be enhanced in the coming years with the incorporation of new and increasingly social global approaches, taking account of global imaginaries and experiences like those associated with the digital divide.

CONCLUSION

The case of the previously mentioned Warez Scene, the work of Ignacio Siles and our European research all provide reflections on transnational challenges, whether they involve the study of infrastructures or human networks. However, we have also shown that a global Internet history should not exclude the possibility of using monographs and approaches that are rooted in local and national spaces, as this would retain the socio-political and economic realities that both surround the study of the uses and users of the “network of networks” and provide a precise framework for this research. Although the Internet is global as a “network of networks”, it is also the sum of its parts, and these parts do not form the smooth and homogeneous whole that the ARPANET maps produced by the company BBN sought to describe. As Bradley Fidler and Morgan Currie demonstrated in a recent article, these representations of ARPANET drew a picture of a network composed of nodes with equal value, thus depriving the reader of the opportunity to view the reality of uses and giving the impression that each node was identical:

All told, the maps focused on the ARPANET subnet, as they were structured around the IMPs and the IMP-to-IMP links that connect them. The maps do not, nor were they ever intended to, describe the broader ARPANET of users interacting with their host machines in an increasing number of ways nor, for example, the social and political hierarchies between them. [...] First, the maps do not depict the different connections and densities of flow that diversified within the ARPANET. The maps do not visualize the network’s widening sociotechnical infrastructure, one no longer composed of one host per IMP (as the maps originally denoted) but of hosts’ diversifying user base and the interconnected networks of hosts, both locally and internationally. Durable patterns of highly local network use, for instance, emerged early in the ARPANET’s history and remained at varying degrees in different places well into the early 1980s (FIDLER; CURRIE, 2015, p. 50-51).

The so-called homogeneity is, thus, a facade. The ARPANET maps tend to gloss over actual usage practices. The reality is very different, and the global vision provided by the maps is based on static and reassuring parameters that do not reflect the growing complexity of the network. In this particular case, the global vision is one that is skewed and oriented to a specific interpretation.

This does not mean that it would be preferable to systematically fragment the study of the Internet and the Web; Internet and Web governance, imaginaries, content and digital cultures, as illustrated by memes and gifs, all of them, cross-borders.

The necessary articulation of local and global may therefore be the most coherent solution not only for the history of the Internet and the Web, but also in the search for the history of missing narratives, where the Internet is not considered as the only outcome in a teleological vision that would underline its universal nature. By proposing a history of networking rather than one that solely considers the Internet, Andrew Russell invites us to see things from a different perspective. We strongly agree with this assessment: it is the study of these movements, connections and networks that can lead to the building of a global history of the Internet, whether in terms of infrastructure or digital practices. We even suggest deepening this proposal by embedding networking in digital practices. We may add that studying the history of the places, people, societies and communities that remain outside networks (whether by choice or necessity) could also tell us a lot about the global and asymmetric reality of the Internet and point to an implicit history of invisibilization.

We will leave the last word to Janet Abbate (2017, p. 8), whose pioneering study opened the field to the history of the Internet and continues to inspire others to explore its evolution.

Haigh, Russell, and Dutton (2015) raise the question, “What is the history of the Internet the history of?” and find answers ranging from a narrow, technical definition of the Internet as a set of routers and protocols enabling network interconnection to a broader notion of the Internet that encompasses “the contents of the networks being interconnected and their users, social practices, and skills” (p. 143–144). Can we write Internet histories if we do not know what the Internet is? I suggest that it is time to reconsider not only what defines the Internet but the politics of such definitions. The ways in which historians define the Internet shapes the geographic and temporal scope of our narratives, the activities we include or ignore, the dominance of certain countries and social groups and the marginality of others.

By inviting us to reflect on what Internet we are referring to – and even going one step further, since she also suggests that our definition may depend on where we are looking and writing from, on our era and our experience – Janet Abbate ultimately raises a broader question, that of the researcher and the focus of his or her research. As researchers, and also as users, do we ourselves have a global vision of the Internet that enables us to begin to grasp it in all its complexity?

REFERENCES

ABBATE, Janet. *Inventing the internet*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

ABBATE, Janet. Privatizing the Internet: Competing Visions and Chaotic Events, 1987–1995. *IEEE Annals of the History of Computing*, Los Alamitos, v. 32, n. 1, p. 10-22, 2009.



ABBATE, Janet. What and where is the Internet? (Re)defining Internet histories. *Internet Histories*, Abingdon, v. 1, n. 1-2, p. 8-14, 2017.

ALBERTS, Gerard; WENT, Marc; JANSMA, Robert. Archaeology of the Amsterdam digital city; why digital data are dynamic and should be treated accordingly. *Internet Histories*, Abingdon, v. 1, n. 1-2, p. 146-159, 2017.

AURAY, Nicolas. L'Olympe de l'Internet français et sa conception de la loi civile. *Cahiers du numérique*, Paris, v. 3, p. 79-90, 2002.

BADOUARD, Romain; SCHAFER, Valérie. Internet, a Political Issue for Europe (1970's-2010's). 2012. Available at : <https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00823271/>.

BADENOCH, Alec; NEVEJAN, Caroline. How Amsterdam Invented the Internet: European Networks of Significance, 1980- 1999. In: ALBERTS, G.; OLDENZIEL, R. (ed.). *Hacking Europe: From Computer Cultures to Demoscenes*. London: Springer, 2014. p. 179-205.

BALBI, Gabriele; MAGAUDDA, Paolo. *A History of Digital Media: An Intermedia and Global Perspective*. London: Routledge, 2018.

BAY, Morten. Hot potatoes and postmen: how packet switching became ARPANET's greatest legacy. *Internet Histories*, Abingdon, v. 3, n. 1, p. 15-30, 2019.

BELLON, Anne. *Gouverner l'internet: Mobilisations, expertises et bureaucraties dans la fabrique des politiques numériques (1969-2017)*. PhD dissertation. Paris: University Paris 1, 2018.

BEN-DAVID, Anat; AMRAM, Adam. The Internet Archive and the socio-technical construction of historical facts, *Internet Histories*, Abingdon, v. 2, n. 1-2, p. 179-201, 2018.

BERNERS-LEE, Tim. *Weaving the Web*. New York: Harper Business, 2000.

BORY, Paolo. The Italian network hopes: Rise and fall of the *Socrate* and *Iperbole* projects in the mid-1990s. *Internet Histories*, Abingdon, v. 3, n. 2, p. 105-122, 2019.

BRÜGGER, Niels. *The Archived Web*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2018.

BRÜGGER, Niels; LAURSEN, Ditte; NIELSEN, Janne. Exploring the domain names of the Danish web. In: BRÜGGER, N.; SCHROEDER, R. (ed.). *The Web as History*. London: UCL Press, 2017. p. 62-82.

CAMPBELL-KELLY, Martin; GARCIA-SWARTZ, Daniel. The History of the Internet: the Missing Narratives. *Journal of Information Technology*, London, v. 28, n. 1, p. 18-33, 2013.



DRISCOLL, Kevin. *Hobbyist inter-networking and the popular Internet imaginary: forgotten histories of networked personal computing, 1978-1998*. PhD dissertation. Los Angeles: University of Southern California, 2014.

DRISCOLL, Kevin; PALOQUE-BERGÈS, Camille. Searching for missing "net histories". *Internet Histories*, Abingdon, v. 1, n. 1-2, p. 47-59, 2017.

FIDLER, Bradley; RUSSELL, Andrew. Financial and Administrative Infrastructure for the Early Internet: Network Maintenance at the Defense Information Systems Agency. *Technology & Culture*, Chicago, v. 59, n. 4, p. 899-924, 2018.

FIDLER, Bradley; CURRIE, Morgan. The production and interpretation of ARPANET maps. *IEEE Annals of the History of Computing*, Los Alamitos, v. 37, n. 1, p. 44-55, 2015.

FLICHY, Patrice. Internet ou la communauté scientifique idéale. *Réseaux*, v. 97, n. 17, p. 77-120, 1999.

FLICHY, Patrice. *L'imaginaire d'Internet*. Paris: La découverte, 2001.

GOGGIN, Gerard; MCLELLAND, Mark. *Routledge Companion to Global Internet Histories*. New York: Routledge, 2017.

HAIGH, Tom; RUSSELL, Andrew; DUTTON, William. Histories of the Internet. *Information & Culture*, Austin, v. 50, n. 2, p. 143-159, 2015.

HAUBEN, Michael. The Net and Netizens : The Impact the Net has on People's Lives. 1992. Available at : <http://www.columbia.edu/~hauben/CS/netizen.txt>

IRIYE, Akira; SAUNIER, Pierre-Yves (ed.). *The Palgrave dictionary of transnational history*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

JO, Dongwon. H-mail and the early configuration of online user culture in Korea. In: GOGGIN, G.; MCLELLAND, M. (ed.). *The Routledge Companion to Global Internet Histories*. London: Routledge, 2017. p 197-208.

LOVELUCK, Benjamin. *Réseaux, libertés et contrôle: une généalogie politique d'internet*. Paris: Armand Colin, 2015.

MAILLAND, Julien; DRISCOLL, Kevin. *Minitel: Welcome to the Internet*. Cambridge MA: The MIT Press, 2017.

MCKELVEY, Fenwick; DRISCOLL, Kevin. ARPANET and its boundary devices: modems, IMPs, and the inter-structuralism of infrastructures. *Internet Histories*, Abingdon, v. 3, n. 1, p. 31-50, 2019.

MUELLER, Milton. ICANN and Internet governance: sorting through the debris of 'self-regulation'. *info*, Cambridge, v. 1, n. 6, p. 497-520, 1999.

MUSIANI, Francesca; PALOQUE-BERGES, Camille; SCHAFER, Valérie; THIERRY, Benjamin. *Qu'est-ce qu'une archive du Web?* Marseille: OpenEdition Press, 2019.

NORA, Simon; MINC, Alain. *L'informatisation de la société*: rapport à M. le Président de la République. Paris: La Documentation française, 1978.

PALOQUE-BERGES, Camille. Unixian European Networks and Newsgroups: the Ideal of an Electronic Agora. International seminar on "Democracy and Technology". Tensions of Europe Conference. Université Paris-Sorbonne: Paris, 2013.

PALOQUE-BERGES, Camille. Mapping a French Internet Experience: A Decade of Unix Networks Cooperation (1983-1993). In: GOGGIN, G.; MCLELLAND, M. (ed.) *The Routledge Companion to Global Internet Histories*. New York: Routledge, 2017. p. 153-170.

PALOQUE-BERGES, Camille; SCHAFER, Valérie. Arpanet (1969–2019). Introduction to a special issue. *Internet Histories*, Abingdon, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2019.

PETERS, Benjamin. *How Not to Network a Nation: The Uneasy History of the Soviet Internet*. Cambridge MA: The MIT Press, 2016.

RUSSELL, Andrew. Histories of Networking vs. the History of the Internet. SIGCIS Presentation. Copenhagen, 2012. Available at : <http://arussell.org/papers/russell-SIGCIS-2012.pdf>

SCHAFER, Valérie; THIERRY Benjamin. *Le Minitel*: l'enfance numérique de la France. Paris: Nuvis, 2012.

SCHAFER, Valérie. *La France en réseaux (années 1960-1980)*. Paris: Nuvis, 2012.

SCHAFER, Valérie. *En construction*: la fabrique française d'Internet et du Web dans les années 1990. Bry-sur-Marne: INA Editions, 2018.

SCHAFER, Valérie; THIERRY, Benjamin. Web History in Context. In: BRÜGGER, N.; MILLIGAN, I. (ed.) *The SAGE Handbook of Web History*. First edition. London: SAGE Publications Ltd, 2018.

SERRES, Alexandre. *Aux sources d'Internet*: l'émergence d'ARPANET. Exploration du processus d'émergence d'une infrastructure informationnelle. Description des trajectoires des acteurs et actants, des filières et des réseaux constitutifs de la naissance d'ARPANET. Problèmes critiques et épistémologiques posés par l'histoire des innovations. 2000. 589 p. PhD dissertation (Sciences de l'Information et de la Communication). Université Rennes 2, 2000.



SILES, Ignacio. Establishing the Internet in Costa Rica: Co-optation and the closure of technological controversies. *The Information Society*, Washington, DC, v. 28, n. 1, p. 13-23, 2012.

SILES, Ignacio. The Internet as a transnational project: connecting Central America through computer networks (1990–1996). *Internet Histories*, Abingdon, v. 2, n. 3-4, p. 230-246, 2018.

TRÉGUER, Felix. *L'utopie déchuée*: une contre-histoire d'Internet (XVème-XXIème siècle). Paris: Fayard, 2019.

TURNER, Fred. *From Counterculture to Cyberculture*: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

WASIAK, Patryk. Telephone networks, BBSes, and the emergence of the transnational 'warez scene'. *History and Technology*, London, v. 35, n. 2, p. 177-194, 2019.

WINTERS, Jane. Web archives for humanities research: some reflections. In: BRÜGGER, N.; SCHROEDER, R. (ed.). *The Web as History*: Using Web Archives to Understand the Past and Present. London: UCL Press, 2017. p. 238-248.

NOTES

AUTHOR DETAILS

Valérie Schafer: PhD. Professor, University of Luxembourg, Luxembourg Centre for Contemporary and Digital History, Esch-sur-Alzette, Luxembourg.

CORRESPONDENCE ADDRESS

Belval Campus, 2 avenue de l'Université, 4365 Esch-sur-Alzette, Luxembourg.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

This article is licensed under the [Creative Commons License CC-BY](#). With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not necessarily represent the opinion of the editors or the University.



EDITORS

Flávia Florentino Varella (Editor-in-chief)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTORY

Received on: Dec. 12, 2019

Approved on: Mar. 27, 2020

How to cite: SCHAFER, Valérie. Global technologies, glocal approach: a false paradox. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 286-305, maio/ago. 2020.






IMAGENS DE UM PASSADO SENSÍVEL: FORMAS DE MEMÓRIA DO CANGAÇO EM ARQUIVOS PÚBLICOS, PESSOAIS E DIGITAIS

Images of a sensible past: *Cangaço* memory forms in public,
personal and digital archives

Vagner Silva Ramos Filho^a

 <https://orcid.org/0000-0002-1268-7079>
E-mail: vagner_ramosf@hotmail.com

^a Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Campinas, SP, Brasil

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

RESUMO

O texto apresenta uma reflexão a respeito de formas de memória do cangaço, fenômeno de banditismo do Nordeste brasileiro, como um dito tema sensível nacional. Tem como problema estruturante sua transformação pelas mídias técnicas, com atenção ao lugar de imagens dos restos mortais dos cangaceiros, em contexto de expansão globalizada da cultura da memória a partir do terço final do século XX. Para a análise, suscita um debate simultâneo, em cada uma das suas partes, sobre as políticas de memória relacionadas a diferentes tipos de arquivamentos, enfatizando casos do cangaço; as singularidades dos arquivos públicos, pessoais e digitais que têm mais circulação na cena pública do tema; os lugares de fotografias entre-imagens distintas, destacando principalmente registros das cabeças cortadas e/ou mumificadas de cangaceiros. Na base da proposta, os estudos da Memória Cultural, de teorias do Arquivo e da Cultura Visual, em que se enfatiza como tais áreas repensam suas epistemologias diante do universo virtual. Daí surgem notas propositivas que visam a contribuir com a agenda de estudo contemporânea do assunto, para além da questão nacional, como algumas que despontam em escala mais global de investigação histórica.

PALAVRAS-CHAVE

Memória. Arquivo. Fotografia.

ABSTRACT

This paper reflects on distinct forms of memory regarding the *Cangaço* – a social banditry phenomenon in the Northeast of Brazil – as a presumed sensitive national topic. The paper's structural issue is the transformation of *Cangaço* by technical media forms, which have turned their attention to images of the bodily remains of the *cangaceiros* amidst the context of globalized expansion of culture and memory that started in the final decades of the 20th century. In each section, the article raises a simultaneous debate on memory policies linked to distinct filing techniques, emphasizing some *cangaço* cases; the singularities of the public, personal and digital files most widely disseminated in the public scene in connection with the topic; and the status of photographic images that highlight the cut-off or mummified heads of the *cangaceiros*. This research is based on Cultural Memory, Archive Theory and Visual Culture, stressing how these fields rethink their epistemological approaches in dialogue with the virtual media. It then brings some propositional notes as contributions to the contemporary agenda, in the attempt to reach beyond the national issue and touch wider, global aspects in terms of historical investigation.

KEYWORDS

Memory. Archives. Photography.

A forma e qualidade dos espaços culturais de recordação [...] são determinadas tanto por interesses políticos e sociais quanto pela transformação das mídias técnicas (ASSMANN, 2011, p. 19).

Um dos contatos mais prolongados que alguém pode ter com as imagens do cangaço atualmente será talvez no universo digital. Mesmo que veja em outros locais, por outros meios e de variados modos, parece ser esse ambiente que prolonga sua observação, devido a facilidade do acesso à um *click*. Exemplo disso ocorreu com o badalado filme *Bacurau* (2019),¹ em que o cangaço é central na “síntese de um Brasil Brutal” (BENTES, 2019), seguindo certa tradição de alegoria do cinema brasileiro. Muito curioso perceber que parte das fotografias de cangaceiros, sobretudo de suas cabeças cortadas exibidas em um acervo de museu, são essenciais nessa trama que se passa no interior nordestino. Com o sucesso da película, em território nacional e internacional, o tema repercutiu em vários espaços *online*, onde muitas imagens viralizaram.

O cangaço foi um fenômeno de banditismo vivenciado predominantemente na zona rural do Nordeste brasileiro entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião, o “Rei do Cangaço”, nasceu no sítio de Passagem das Pedras, Serra Talhada-PE, em 1897, e morreu na Gruta de Angico, Poço Redondo-SE, em 1938. Depois da morte dos principais bandoleiros, encomendadas pelo “Estado Novo” (1937-1945) por os considerarem estorvos ao processo de centralização político-administrativa, suas cabeças decepadas e seus despojos foram tomados como “troféus” contra a desordem ao serem exibidos por várias cidades nordestinas. Embora o cangaço tenha acabado há décadas, sua memória sobreviveu em diferentes meios e mídias, tais como objetos, oralidades, locais, folhetos de cordel, artesanato, periódicos, fotografias, livros, filmes, músicas etc. que, por sua vez, propiciaram demais tipos de conservação, transmissão e ressignificação (GRUSPAN-JASMIN, 2006a, 2006b; ARAÚJO SÁ, 2011; CLEMENTE, 2007; VIEIRA, 2010; RAMOS FILHO, 2016).

A expressão “tema sensível” tem sinalizado para passados que geram desconforto no cerne de narrativas tradicionais da história nacional (QUADRAT, 2018). Diante de “heranças da violência fundadora” (RICOEUR, 2007, p. 72), nota-se como o cangaço, passível de ser visto como “uma derrota história, às vezes é transformado até em conquista cultural, praticamente uma vitória, nas lembranças em torno da cultura popular nordestina que, antes de ser revisitada no tempo presente, foi revistada, policiada e censurada” (ALBUQUERQUE JR, 2011, 2013). Uma maneira de situar essa transformação no tempo é percebendo o próprio trato com as cabeças e os corpos dos cangaceiros mortos: da decapitação das cabeças à denúncia de preservação sob interesse científico (1938-1959); das denúncias realizadas ao efetivo sepultamento reivindicado em distintas frentes (1959-1969); e do seu sepultamento

¹ Neste filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dorneles, vencedor do Prêmio do Júri do Festival de Cannes, lê-se o seguinte em sua sinopse: “Num futuro próximo, Bacurau, um povoado do sertão de Pernambuco, some misteriosamente do mapa. Quando uma série de assassinatos inexplicáveis começam a acontecer, os moradores da cidade tentam reagir. Mas como se defender de um inimigo desconhecido e implacável?”. Disponível em: <https://abcine.org.br/site/bacurau/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

ao tombamento do local onde foram decapitadas (1969-1989). Percurso que contém tantas outras ramificações.

Certamente, essa intensificação memorial está relacionada ao surgimento, dilatação e expansão globalizada da cultura da memória que “elevou-se na década de 1970, ganhou força na década de 1980 e atingiu proporções inflacionárias na década de 1990” (HUYSSSEN, 2014, p. 195). Um dos fatores que explica mudanças de experiências de espaço e tempo, com incidência na variação de um “futuro presente” por um “passado presente” característico do dito regime de historicidade presentista nas formas de vivenciar o tempo (HARTOG, 2013). Esse “boom da memória” envolve, minimamente, os seguintes vetores: descentralização de representações estatais; direito à memória como luta pelo poder; e expansão dos suportes mnemônicos com avanço da tecnologia da informação. Estes implicam em distintas reelaborações do passado, como o dever de memória com eventos traumáticos e/ou desejo de tradição para com episódios silenciados na esfera pública (WINTER, 2006; HEYMANN; ARRUTI, 2012).

Muitos foram os meios que recolocaram o cangaço, inclusive com todo o passado que suas testemunhas encarnam, no centro da opinião pública. Uma parte pouco explorada, embora seja vital, é o que chamamos de “políticas de memória do cangaço”, quer dizer, práticas que incidem nas dinâmicas da “memória comunicativa”, vivida em cotidiano com profundidade de tempo limitada, e da “memória cultural”, institucionalizada com tempo ampliado por sua transmissão. No seu entorno, circulam questões basilares: como abordar fronteiras entre formas de memória corporificadas e formas midiáticas? Como elucidar passagens de tema em geral considerado periférico por ser regional, muitas vezes, para o centro do debate da cultura nacional, sem desconsiderar suas interações globais? Como entender memórias que são reelaboradas de formas distintas adquirir tom de memórias de referência, como o cânone e o arquivo? (ASSMANN, 2008).

O comentário inicial do texto parece desprezioso. Aponta para algo rotineiro na vida da maioria das pessoas, que passam grande parte do tempo conectadas na *internet*, acessando conteúdos de todo o mundo. Mesmo que não notem, percepções espaciais e temporais são constantemente remodeladas, em virtude do “efeito de encurtamento das distâncias e sensação de aceleração das informações” (HARVEY, 1992, p. 185). Na própria escrita da história, essa prática não tem sido tão problematizada, apesar das indicações de mudança de paradigma da historiografia causada pela cultura digital (LUCCHESI, 2014). É como se o contato com novas mídias mudasse apenas o contexto do *fazer* a pesquisa, não o estatuto do *pensar* a pesquisa (SILVEIRA, 2018). Cuidado que poderia começar pelo próprio arquivo, afinal, “se mudam as formas de produzir e arquivar os documentos – a produção e natureza da história também não devem mudar?”.² Uma pergunta crucial para repensarmos igualmente tópicos consagrados da história enquanto disciplina científica, como a lógica do Estado-nação e do paradigma de ocidentalização eurocêntrica. Não por acaso, Sebastian Conrad (2016, p. 3) sugere com ironia que a “História em sua maior

² Discussão feita por Thiago Lima Nicodemo na disciplina “História digital e arquivo”. Programa disponível em: https://www.academia.edu/40255015/Hist%C3%B3ria_Digital_e_Arquivo_As_Formas_Hist%C3%B3ricas_do_Mundo_Contempor%C3%A2neo._Curso_de_P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o_UNICAMP. Acesso em: 05 nov. 2019.

duração foi sinônimo de história nacional”, atentando para a necessidade de também valorizar prismas de análise com interações e transformações em nível global.

A intenção de investigar reconfigurações de imagens nesse cenário conduz-nos a perceber como áreas centrais para o estudo lidam com tais questões. Para abrir o diálogo, algumas notas são pertinentes. Nos estudos da Memória, é sinalizado cada vez mais que “o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial” é uma construção impactada diretamente pela transformação técnica das mídias (ASSMANN, 2011, p. 19). Referente aos debates sobre Arquivo, crucial em qualquer pesquisa, enfatiza-se como “a história da avaliação de arquivo é uma história da escrita da história *avant la lettre*, mesmo que, ultimamente, seja uma dimensão em parte esquecida da história da historiografia” (WIMMER, 2015, p. 165). Nessa sintonia, provém das discussões na Cultura Visual o aprendizado da arqueologia da mídia de que não se trata apenas de localizar a mídia dentro da narrativa de uma memória histórica, mas de analisar a historicidade da memória operacional inserida nas técnicas da própria mídia (BLOM, 2017).

Diante das muitas formas de memória do cangaço, o problema estruturante desta reflexão consiste em indagar suas transformações pelas mídias técnicas, o que incide na abordagem do objeto num trânsito entre três graus: o evento, a memória e o arquivo. Para tanto, o conceito de “entre-imagens”, como espaço de todas essas passagens”, é basilar nas visualidades em cena: “um lugar, físico e mental, múltiplo. Ao mesmo muito visível e secretamente imerso nas obras” (BELLOUR, 1997, 14-15). Particularmente, a fotografia, como meio de agenciamento de memória pública em disputas de poder (MAUAD, 2013), “não interessa somente como imagem isolada, mas também pelo conjunto de práticas que a produz, percebe, consome e/ou recepciona” (SCHIAVINATTO; ZERWES, 2018, p. 18). Assim, o seu próprio estatuto de documento histórico vem à tona, se considerarmos sua “potência heurística de indagar os fenômenos da vida pública que, mais do que uma moda acadêmica, permite perceber como as pessoas cotidianamente mobilizam imagens, fazendo-as existir e/ou viver” (SANTIAGO JR., 2019, p. 31).

Seguindo esse propósito, fazemos um debate simultâneo no texto sobre os seguintes aspectos: formas de memória em contextos de diferentes arquivamentos, pontuando casos ligados ao cangaço; singularidades dos arquivos públicos, pessoais e digitais, ressaltando aqueles com maior circulação na cena pública do tema; observações dos lugares das fotografias entre-imagens diversas, com atenção aos registros dos restos mortais dos cangaceiros, sobretudo das suas cabeças cortadas e/ou mumificadas. Em cada uma das partes, emergem contribuições para agenda de estudo em expansão, destacando ao final notas de aprofundamento em perspectiva global e/ou transnacional.

ARQUIVOS PÚBLICOS, MUSEUS E CENTROS DE CULTURA

Toda mídia tem uma dinâmica específica com a memória cultural. O arquivo, enquanto meio de memória, tem singularidade acentuada. Comparado ao tipo de memória corporificada nos corpos e nos lugares, o arquivo é dependente das mídias tecnológicas. Como ressalta Aleida Assmann (2011), a arquivabilidade de dados aumentou vertiginosamente com as tecnologias de novos sistemas de registro, tais como fotografia, filme, mídia de áudio e de vídeo. Em acepção etimológica, arquivo



deriva do grego *arché*, remetendo à início, autoridade e repartição pública. Se, em certo momento, foi visto somente como memória da economia e da administração do Estado, hoje é corrente pensá-lo como testemunho do passado, intrinsecamente relacionado ao poder político. Logo, “o arquivo não é somente repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido” (ASSMANN, 2011, p. 25-26).

A dimensão política do arquivo, ao operar seleção, conservação e acessibilidade, faz com que, antes de ser uma memória histórica, ele constitua-se como memória de dominação. Sobre isso, há muito o que explorar nos arquivos do cangaço. Para Frederico Pernambucano de Mello (2010, p. 20), autor do tema também conhecido por ser um colecionador, vários “objetos do cangaço integrantes de coleções públicas e particulares caracterizam-se por serem peças raras em virtude da emanção de circunstâncias de um conflito sempre iminente entre os poderes oficiais e expressões de transgressão”. Embora Mello comente a respeito de objetos específicos, temos uma noção de leituras simplificadas que imperam em arquivamentos. Além disso, importa atentar para como o tema figura de modo significativo em arquivos públicos da “memória nacional” localizados no eixo Rio-São Paulo, mas que, logicamente, a maior quantidade de coleções está em espaços públicos dos estados nordestinos onde os cangaceiros passaram. Trata-se de museus de Estados ou cidades, de Institutos Históricos e Geográficos, e memoriais de universidades. Na maioria, a fotografia é documento bastante presente, muito apropriada como “prova” incontestável do acontecimento.

Nesse sentido, alguns arquivos públicos criados no final da década de 1950 merecem destaque. Por um lado, o Museu Antropológico e Etnográfico Estácio de Lima, inaugurado em 1958, em Salvador, com intuito de continuar estudos do médico Nina Rodrigues, o qual, no início do século XX, criou o Museu Nina Rodrigues, na Faculdade de Medicina da Bahia, para abrigar coleção de objetos ligados à “antropologia criminal” (PATO, 2015). Um lugar onde as cabeças dos cangaceiros foram apresentadas por muitos anos junto a “anomalias genéticas, armas, drogas e objetos relacionados às religiões afro-brasileiras apreendidos pela polícia” (BRITTO, 2018). Por outro lado, também em 58, foi criado o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), no Rio de Janeiro, a fim de trabalhar com “expressões dos saberes e fazeres do povo brasileiro”. Vê-se que, dentre quase 80 pastas no acervo, apenas uma refere-se a acontecimento, sendo justamente do cangaço. Afora sua ocorrência em outras pastas, como “Folcloristas”, “História do Brasil e do Folclore”, “Instituições Culturais e Museus” e “Memória da Instituição”.

Os apontamentos constituem-se como um chamado à percepção de que o “passado futuro”, como organização classificatória de um arquivo, configura-se em ato indissociável do “futuro passado”, como sua reorganização pela escrita da história. Conforme Mario Wimmer (2015, p. 165), esse processo de tomada de decisões sobre o que classificar nos arquivos envolve uma “noção implícita de história e de tempo histórico, fazendo com que seja possível considerar seu estatuto moderno como um dos locais fundamentais de definição das condições materiais de possibilidade de escrita da história”. O autor sinaliza ainda como o arquivista se envolve no fluxo de eventos de tal modo que sua organização projeta traços do passado para o presente e futuro. Tudo isso faz-nos pensar nas engrenagens de um arquivo – do corrente ao permanente – como uma máquina geralmente usada para sacralização e/ou estigmatização.

Para notar os distintos significados que as fotografias podem ganhar nesses arquivamentos, o conceito de “entre-imagens” é interessante. Conforme Antonio Fatorelli (2012, p. 173), é justamente o “lugar de passagem entre as imagens que faz vacilar de modo mais evidente as reivindicações de autossuficiência dos meios”. Segundo o autor, a história recente dos meios visuais e audiovisuais é a de uma trama de assimilações, de contágios e de confrontações com as pretensões modernistas de purismo e de autonomia. Quer dizer, trata-se de “não apenas reconhecer um realismo fotográfico, intrinsecamente associado à sua estrutura técnica, mas de aferir as inflexões exibidas pelas imagens fotográficas em diferentes contextos históricos e institucionais” (FATORELLI, 2012, p. 183). Daí emergem modos de encadeamento, de interrupções e de acelerações que alteram as fruições entre o sujeito e seu domínio afetivo visual. Para observar isso mais concretamente, vejamos alguns exemplos.

Figura 1 – Foto das cabeças cortadas extraída de arquivo policial



Logo após a tragédia de Angicos (julho de 1938).
(Foto do arquivo da Polícia alagoana)

Fonte: Lima (1965, p. 322).

Nessa primeira imagem, temos a fotografia das cabeças cortadas dos cangaceiros perfiladas juntas aos seus despojos, cuja autoria é marcada por ser largamente desconhecida. Após o ocorrido, em 1938, um dos lugares a armazená-la foi um arquivo policial alagoano. Assim, uma memória corporificada de sujeitos arredios às fronteiras tem sua forma alterada ao ser arquivada em espaço de ordem. A imensa circulação que a foto possui indica muitos usos em outras mídias, embora seus arquivos iniciais pouco tenham sido acessados, tornando difícil o mapeamento do contexto de produção. Um desses usos foi operado por Estácio de Lima, médico-criminalista diretor do Museu onde os restos mortais de cangaceiros estavam conservados e presidente do Conselho Penitenciário da Bahia, em seu livro *O mundo estranho dos cangaceiros*, de 1965. Diante das denúncias que o vinham acompanhando na cena pública, as quais cobravam o sepultamento das cabeças, o uso que promoveu parecia ser uma forma de expor sua narrativa perante a situação. A atribuição na legenda tanto do termo “tragédia” à exibição das cabeças, quanto do arquivo policial como lugar de onde retirou a foto, não é aleatório. Uma combinação

que sugeria como a violência tinha sido provocada por outros, não por ele, enquanto intelectual, cujo propósito era estudar as cabeças mumificadas com fins científicos. Ademais, seu livro tem maior presença em bibliotecas de especialistas, pesquisadores e colecionadores do cangaço por ser visto como “raridade”, não alcançando, portanto, circulação genérica. Dito isso, passemos a outro contexto de arquivamento, notando algumas variações.

Figura 2 – Foto das cabeças cortadas no jornal *Diário Pernambucano*



Fonte: Barbosa (1966).

Na imagem, a fotografia das cabeças é usada em reportagem do *Diário Pernambucano*, do ano de 1966, com a manchete “Combate da Grota de Angicos marcou o fim da era do cangaço”, assinada pelo jornalista Severino Barbosa. Se saber de onde a foto foi retirada é difícil, o mesmo não se pode dizer da sua intenção de uso. Na legenda, a crítica à “horripilante exposição” dos “troféus macabros da chacina” que contradiz morais da civilização é explícita. Este é um registro que se encontra no acervo do citado CNFCP, no Rio de Janeiro, que, em algum momento, julgou-o importante de conservação. Um dos motivos deve-se, possivelmente, a participação de folcloristas na campanha de sepultamento das “peças” em exibição no Museu Estácio de Lima, iniciada antes com os familiares dos cangaceiros que denunciavam a “suposta” mumificação com interesse científico. Embora isso não apareça tanto na matéria, é comum no conjunto de registros. A escolha de transpor o recorte de jornal para o seu universo digital há não muito tempo ampliou o acesso à tal narrativa. Todavia, observa-se como a foto em si chama mais atenção do que qualquer olhar para os processos de circulação ampliada facultada por arquivamentos que fazem o tema ter significativa recorrência nesse acervo.

As formas de memória que se fazem entre as imagens em diferentes contextos de arquivamento explicitam como o arquivo adquire destaque como “memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras” (ASSMANN, 2011, p. 369). As camadas de significação se entrecruzam de maneira que a percepção em torno

disso fique naturalizada. Retomar tais circuitos é fundamental para compreender as suas muitas transformações mnemônicas entre os arquivos: um policial em que a foto tem valor quase probatório e informacional da ação de repressão aos entraves à ordem pretendida do Estado; outro antropológico que a reveste de valor histórico e científico, a fim de ampliar estudos de caráter ligado sobretudo à antropologia criminal; e um de folclore que a engendra valor cultural de cunho popular tão extenso que o torna figura corrente em sua compilação. Evidentemente, alguns circulam mais do que os outros, o que pode ser melhor elucidado investigando singularidades dos arquivamentos públicos institucionais em meio a sociedade nas suas distintas formas de lidar com o passado.

ARQUIVOS PESSOAIS, INTELECTUAIS E MEMORIALISTAS

Os arquivos têm perfis, funções e alcances múltiplos. Em comum entre todos, tem-se a sua arquivabilidade, que está diretamente ligada às técnicas das distintas mídias. Uma leitura importante pode ser observada nas variações de seus usos, para além do âmbito institucional, que incidem nas transformações da memória. Diante das engrenagens que correntemente trabalham apagando nuances de temas arredios à ordem estatal, temos os arquivos pessoais que tanto contribuem para entender a constituição do arquivo público, quanto aqueles que operam outra lógica, desenvolvendo práticas diferentes de conservar, ordenar e publicizar vestígios. Assim, trabalhos alternativos aos institucionais, como os de alguns artistas, colecionadores e memorialistas, podem “nem sempre funcionar como armazenador, mas estimulam os armazenadores, ao tematizar os processos de lembrar e esquecer”, sugere Aleida Assman (2011, p. 26). Trata-se de mais uma baliza, portanto, para mapear cenas do debate público, considerando arquivamentos na sociedade.

Alguns arquivos pessoais de intelectuais com experiências situadas entre o final de 1960 e começo de 1970 que se tornaram referências longevas nos trabalhos do cangaço podem ser citados. Conheçamos, então, alguns dos arquivamentos que os envolvem. O caso do médico-criminalista Estácio de Lima, que dá nome ao Museu antropológico onde atuou, em Salvador-BA, faz pensar na tênue linha entre o público e o privado. Não muito diferente acontece com o folclorista Câmara Cascudo, em Natal-RN, até com maior proporção, pois, há tanto um museu antropológico vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o seu nome, quanto a sua casa virou um museu posteriormente tombado pelo Estado. Maior alcance talvez seja apenas o que circunda o cineasta baiano Glauber Rocha, cujo acervo pessoal obteve declaração nacional de interesse público e social, o que criou rumores sobre sua possível indicação como patrimônio da humanidade, dada sua relevância internacional (PEREIRA FILHO, 2018). Caminho distinto teve a acadêmica paulista Christina Machado, muito conhecida no período, mas que, por ocasião de seu falecimento precoce, não teve tanto eco em qualquer acervo. Quando se pretende recorrer a dados da autora, usam-se os lugares destinados a guarda de registros acadêmicos onde estava vinculada como pesquisadora, na Universidade de São Paulo. O fato de conhecermos mais uns do que outros tem relação direta com as difusões de acervos. Em tais arquivos também há uma presença muito marcante da fotografia, como objeto de estudo, de trabalho e de colecionismo.

Um caso singular é o do memorialista paulista Antonio Amaury. Conhecido inicialmente do grande público como “acertador do programa 8 ou 800”, da Rede Globo

de televisão, dizia, em meados da década de 1970, realizar, há mais de vinte anos, o ato de “tomar depoimentos, ao vivo, dos sobreviventes da tragédia que assolou o Nordeste, anotando-os, gravando-os, compilando-os” (AMAURY, 1975). Seus trabalhos indicam compilação de uma série variada de registros – livros, documentos oficiais, jornais, fotografias e entrevistas – que impulsionou muitos outros. Uma situação significativa foi quando o memorialista influenciou a entrada do tema em circuitos mais ampliados, ao apresentar seu material oriundo de transcrições das gravações de ex-cangaceiros para o núcleo de produção da Blimp Filmes, o qual era responsável por reportagens especiais do programa Globo Repórter, vinculado à citada Rede Globo. De algum modo, isso foi responsável, direta e indiretamente, pelos documentários de caráter histórico exibidos nos anos de emergência da televisão aberta brasileira a respeito do assunto, como *O último dia de Lampião*, de 1975 (CAETANO, 2005, p. 47). Nos dias atuais, trata-se de um sujeito não tão conhecido publicamente, mas com memória presente em espaços de valorização do tema criados por vários grupos memorialistas do cangaço.

Que as formas de arquivamento são fundamentais no trabalho do historiador é inegável, mesmo que reflitamos pouco sobre isso. Assim, convém pensar de modo mais atento na singularidade dos arquivos pessoais, uma pauta em ampliação recente na própria teoria arquivística. Conforme aponta Catherine Hobbs (2018), o caráter dos arquivos pessoais conterem documentos sobre vidas particulares e a personalidade humana explicita tipos de intimidade inexistentes no sistema formalizado, coletivo e corporativo de arquivamento. Logo, o método de avaliação arquivista difere daquele usado com documentos administrativos ou governamentais. Esse tipo de arquivo traz, evidentemente, indícios instigantes para a investigação. Segundo Hobbs (2018, p. 264), “um indivíduo produz documentos para satisfazer seus interesses, seus gostos ou sua personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política empresarial o obriga”. Em função disso, uma das questões é captar essa dita ‘personalidade’, pois uma coisa é dizer que um indivíduo é importante por suas realizações e homenagens que lhe foram prestadas; outra é refletir sobre o que o levou a fazer as escolhas que fez.

Trata-se de oportunidade para aprofundar estudo dos lugares onde os dados estatais são escassos ou ausentes, a partir de coleções não mapeadas e não sistematizadas de materiais mantidos por indivíduos de diferentes classes, que permitam reconstruir histórias, considerando todo o “potencial analítico dos arquivos informais para a pesquisa, sobretudo em uma perspectiva de política comparada” (AUERBACH, 2018, p. 343). Difícil não associar essas notas com o que se vê no filme *Bacurau*. O arquivo do museu da cidade interiorana – marcada por ser desassistida pelo poder público, contendo objetos, jornais, fotografias e demais registros de sua história –, decorre da organização de acervos pessoais dos moradores. Fator que indica os “anseios dos novos sujeitos históricos que entraram em cena e forjaram a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos, bem como o que deve ser protegido, valorizado e repertoriado” (NOGUEIRA, 2014, p. 52). Assim, indagar “o quê do culto pelo patrimônio que acionam fica por ele oculto na tensão que se faz constante nas políticas da memória” é um modo de perceber os muitos usos e abusos do passado (RAMOS FILHO, 2018).

O lugar que a fotografia pode ocupar em meio a outras mídias nos contextos de arquivamento é igualmente instigante. Das muitas passagens que as atravessam, cabe sinalizar a intersecção entre as imagens fixas e as imagens em movimentos. Como indica Antonio Fatorelli (2012), diversos artistas criam trabalhos mobilizando diferentes dispositivos com intuito de conferir dinamismo às imagens fixas, promovendo aceleração

ou retardo da imagem, de modo a questionar a concepção convencional da fotografia e do fotograma. Para o autor, “no interior dessas disposições modulares, muitas vezes a imagem fotográfica produz movimentos, tremores e deslocamentos irredutíveis às noções habitualmente associadas ao instantâneo” (FATORELLI, 2012, p. 177). Em sentido parecido, a imagem movimento do vídeo e do cinema, pode comportar, por sua vez, paradas, suspenções e até congelamentos. Segundo Fatorelli (2012), são estes estados transitórios que possibilitam perceber tensões historicamente inseridas nas imagens entre uma força narrativa, que se desdobra no tempo, e uma força interna, que aponta para sua singularidade como ocorrência pontual. Algumas situações explicitadas na sequência podem tornar as considerações mais concretas.

Figura 3 – Foto das cabeças mumificadas na revista *O Cruzeiro*

240

Antonio Amaury e Luiz Ruben



Dr. Charles Pittes, diretor do Instituto Nina Rodrigues, em Salvador-BA, ao lado das cabeças de Cangica, Maria de Azulão, Maria Bonita, Lampeão, Zabelê, Corisco e Azulão, além de armas e apetrechos do cangaço. (Revista *O Cruzeiro*).

Fonte: Amaury e Ruben (2008, p. 240).

Nessa imagem, uma fotografia das cabeças mumificadas juntas aos apetrechos dos cangaceiros e outros objetos de interesse da antropologia genética e criminal, observadas pelo responsável do Instituto baiano onde estavam conservadas. Para o registro, realizado em 1953, a posição das cabeças foi ordenada a fim de causar impressão de dominação, controle e segurança sobre elas. Tem autoria atribuída à revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, que costumava publicar sobre o tema, mas sem comentário referente ao contexto em que foi inserida na matéria. A foto foi usada pelos memorialistas Antonio Amaury e Luiz Ruben no livro *Lampeião e as cabeças cortadas*, publicado no septuagenário de morte do cangaceiro, em 2008. Na transposição do registro para o livro, os comentários da legenda restringem-se a explicitar dados básicos. A composição visual entre as páginas permite, todavia, indicar algumas percepções construídas. A narrativa enfoca detalhes aproximados das cabeças em estado de decomposição que, ao serem contrapostas com fotos como esta, sugerem violência com os restos mortais. Para atingir esse fim, os autores recorreram a registros de outras mídias que se aproximam bem mais dos estados das cabeças. Vejamos a seguir.

Figura 4 – Fotograma da cabeça mumificada de Lampião no filme *Memória do cangaço*



Fonte: Amaury e Ruben (2008, p. 151).

Na imagem, apresenta-se fotograma do filme-documentário *Memória do Cangaço*, dirigido por Paulo Gil Soares, em 1965. Esse é um quadro que aparece na parte final da produção, gravada com passagens no Instituto Nina Rodrigues, de Salvador, em uma sequência que combina depoimentos de policiais-volantes responsáveis pelas decapitações das cabeças com as cenas filmadas das cabeças mumificadas de alguns cangaceiros. No livro dos memorialistas, demais informações sobre suas trajetórias são ressaltadas até a data do enterro, em 1969, como se sugerisse que este episódio tivesse se prolongado bastante. O interessante é perceber que, enquanto a maioria dos registros das cabeças de cangaceiros ocupa meia página, a cabeça mumificada de Lampião ocupa espaço ampliado. Nessa parte, a maneira como o fotograma foi impresso no livro tem um formato muito semelhante ao do documentário, logo, transmitindo sensação de fria crueldade. A disposição mostra como cenas de distintas mídias podem dialogar entre si nas composições de memorialistas.

As formas de memória que circundam tais imagens indicam como os arquivamentos pessoais também codificam informação que incide nas maneiras como serão lidas pelas gerações vindouras. O fato de muitas práticas de memória não serem incitadas oficialmente, como acontece com os arquivos institucionais, mas a partir de disposições pessoais, desvela bastante sobre como lidamos com o passado. Nesses trabalhos, distintas mídias podem se entrecruzar, como as revistas, documentários e livros, fazendo com que as fotografias se misturem de modo variado em contextos de significação de arquivamentos. Uma prática que, quando acionada por memorialistas, não pode ser vista só como fruto de suposto saudosismo ou retórica testemunhal para legitimar-se diante de outros saberes. Ao ser investigada, indica múltiplas variações de valores culturais em cena, como os simbólicos e estéticos. Diferentes modos de analisar o debate na cena pública, notando constituição de arquivos informais que permitam contar outras histórias.

ARQUIVOS DIGITAIS, REDES SOCIAIS E BLOGS

Um dos desafios da era digital é descobrir novas formas para o armazenamento da informação em contextos nos quais o próprio arquivo tradicional adquire tom de obsolescência. Os arquivamentos têm sido tanto mais diferenciados na documentação de realidades passadas, quanto mais frágeis em sua estabilidade de longo prazo. Para Aleida Assman (2011, p. 25-26), alguns desses espaços equipararam-se a "cérebro" computacional totalmente automático que, segundo certos programas, administra seus dados de maneira autônoma", fazendo com que categorias antropomorfas como as de recordar e esquecer soem inadequadas. Diante do movimento fluido de dados digitais, observa-se decisiva "mudança de consistência" do espaço de recordação, cabendo pensar inclusive em que medida a escrita digital ainda é um meio da memória, ou antes, um meio do esquecimento. Assunto complexo que demanda compreensão ampliada das discussões sobre "pós-humanismo" (HAYLES, 1999), sobretudo daquelas que consideram a memória técnica das mídias, as quais têm alcançado um grau sem precedentes.

Tratando-se do cangaço, não há nomeadamente nenhum tipo de arquivo digital, mas é possível comentar a respeito das suas formas de arquivamento, pois, dentre outros meios, as redes sociais na *internet* acabaram cumprindo esse papel de forma direta ou indireta na cena pública (RAMOS FILHO, 2016). A criação de páginas virtuais por memorialistas desde o fim da década de 1990, com expansão a partir da metade dos anos 2000, é recorrente. Alguns exemplos são a comunidade "Lampião, o Grande Rei do Cangaço" (2004), da rede Orkut; o blog Lampião Aceso (2008); e os grupos e páginas "Lampião, Cangaço e Nordeste" (2013), "O Cangaço" (2013) e "O Cangaço na Literatura" (2016), da rede Facebook. Nesse meio, as fotografias variam em usos, sobretudo em relação às edições técnicas que recebem, mas o que chama atenção é a diferenciação pouco considerada entre a foto, a foto da foto, ou até a foto da foto digitalizada, como se as relações sociais que conformam-lhes também não variassem.

As maneiras pelas quais as novas mídias arquivam através de determinada memória técnica é intrigante. Mesmo quando não há uma programação voltada para arquivar com longa durabilidade, o formato das redes possibilita um armazenamento à medida que guarda as interações sociais nas suas plataformas. São nessas frestas que os registros podem ser minimamente salvos. Diferente das comunidades do Orkut ou dos grupos e páginas do Facebook, os blogs possuem uma faceta do tipo índice, cujo fim é mais semelhante ao armazenamento como estamos habituados. O caso do blog Lampião Aceso, do jornalista sergipano Kiko Monteiro, é interessante de aprofundar, por ser talvez mais estável de arquivamento, considerando o fim de outras redes, como a do citado Orkut. Ressalta-se que toda notícia é acompanhada de um ou mais "marcador", um tipo de palavra-chave, o que faz com que o próprio blog crie automaticamente abas de conteúdo que formam um índice. No blog, o índice chama-se "É do Gogó ao Mocotó", tendo uma listagem ordenada por cronologia, eventos consagrados do cangaço e personalidades, sejam os personagens da época, autores clássicos e/ou memorialistas que colaboram com a página.

Essas características parecem suficientes para refletimos sobre como a memória digital carrega muitos paradoxos. Para Ina Blom (2017, p. 12), um que envolve seus arquivamentos é "produzir uma efêmera sensação que promete durar para sempre, mesmo enquanto marcha em direção à obsolescência ou estase". Partindo disso, a

autora questiona: se o arquivo tradicional tem como premissa a seleção de alguns objetos originais, exemplares e documentos, cada um atestando um tempo e espaço, “como pode um mundo de mobilidades em rede – com transmissões, atualizações, negociações, associações e especulações – ser arquivado?” (BLOM, 2017, p. 13). Decidir onde a conectividade começa e onde termina é um outro dilema. Daí derivam questões mais profundas, uma vez que os quadros sociais da memória também incluem o tempo da mídia, na medida em que as tecnologias balizam experiências temporais. Embora tal aspecto não seja muito abordado, o certo é que emerge não apenas uma nova relação com a temporalidade, mas uma nova noção de tempo que pode produzir diferentes significados de “social” ou “coletivo” (BLOM, 2017, p. 17). Assim, as nuances entre a “biopolítica” e a “biopolítica da memória” (NICODEMO; CARDOSO, 2019) fazem mais sentido, por não envolver só o controle do corpo, mas da memória, levando-nos a repensar nos controles políticos contemporâneos que têm passado despercebidos.

Nesse regime generalizado das imagens midiáticas ou virtuais, em que o estatuto da imagem é redefinido, pode-se perguntar também onde sua presença começa e acaba. Com tantas mudanças técnicas, Antonio Fatorelli (2012, p. 189), sinaliza que o importante é perceber “como as mudanças perceptivas decorrentes das transformações técnicas estão reencenando os modelos realistas e, simultaneamente, ampliando o poder produtivo do corpo no processo de aquisição perceptiva” (FATORELLI, 2012, p. 189). A arqueologia da mídia se concentra justamente na multiplicidade de constelações espaço-temporais que são encontradas nesses meios técnicos que não se reduzem a conjunto de sistemas operacionais padronizados (BLOM, 2017, p. 19). Um exemplo concreto seria tentar analisar, a saber, a circulação social das coleções patrimoniais fotográficas no universo digital, pois a digitalização modifica essencialmente a relação da sociedade com o patrimônio, uma vez que o substituto não é mais concebido como um suporte de registro, mas como um suporte de mediação (TARDY, 2015, p. 143). Assim, geram-se códigos que rompem uma lógica moderna, como em torno da “autenticidade”, por instaurarem novas sociabilidades. Vejamos a seguir alguns desses casos de imagens em tempos de virtualidade expandida.

Figura 5 – Foto das cabeças cortadas colorizadas no Facebook



Fonte: Antonio (2019).

Na imagem, a fotografia das cabeças cortadas colorizadas, em 2019, na rede social Facebook. Publicada no perfil do seu editor, Rubens Antonio, a foto tem alta resolução, se comparada a outras que circulam com frequência, o que indica o cuidado na seleção para usá-la com fins de “retificação” e “colorização”. Antonio dispensa poucos comentários, resumindo-se a dizer que é um trabalho de longa data, sem fazer qualquer referência ao tema, como se a foto falasse por si mesma de tão viva que se tornou. É detalhista, porém, na assinatura que insere para garantir autoria da “edição” de foto tão marcada por sua produção desconhecida. A maneira como é exibida visa gerar impressão de maior objetividade dos elementos que a compõem, embora ao fazer isso retire a significação do seu contexto de produção e circulação. Mais importa, todavia, perceber a sua reencenação combinada às sociabilidades que seu circuito causa, por exemplo, nas reações, comentários e compartilhamentos. Cada interação faz com que seja acionada de modo distinto. Uma busca na internet por essa imagem específica, entretanto, dificilmente garante algum êxito, a não ser que fique armazenada em alguma outra mídia, pois simplesmente a procura pela foto colorizada, pode levar à várias outras, geralmente com qualidade reduzida. Mas, observemos outro caso, ligado aos usos das fotos nesses meios.

Figura 6 – Foto de *souvenir* das cabeças cortadas em blog



Fonte: Monteiro (2010).

Nessa última imagem, uma fotografia de *souvenir* que reproduz o registro fotográfico das cabeças cortadas dos cangaceiros, no blog Lampião Aceso, em 2010. A matéria em que foi inserida permite saber que se trata de objeto particular do memorialista cearense Ângelo Osmiro, registrada em visita do jornalista Kiko Monteiro à sua biblioteca, considerada por muitos a maior do cangaço. A relação entre a foto do objeto e a foto que a simboliza desvela alguns usos. Ao tomá-la como “altar macabro”, com adição de sangue que não está presente na fotografia que o *souvenir* reporta, fortalece-se narrativa de crítica aos excessos de violência com os restos mortais,

em um recurso muitas vezes usado por quem busca questionar estigmas do tema. A escolha do lugar onde é posicionada, na frente de vários livros, sugere que não se trata de mera opinião, mas algo fortemente documentado. A transposição da foto para o blog faculta maior acesso ao objeto particular que talvez não circularia tanto só com a publicação de seu colecionador. Todavia, por mais que esse tipo de página tenha maior estabilidade, há que se ressaltar a falta de agência do conteúdo, que pode até ser administrada por alguém específico, mas que definitivamente não é o proprietário da plataforma como um todo.

As formas de memória que atravessam muitas imagens em contextos de arquivamento digital indicam a necessidade de considerar o estatuto das fruições entre mídias e suas memórias técnicas em prol de reflexão sobre a organização de registros para posteridade. Assim, conseguimos entender melhor a ideia de que as mídias digitais “revolucionaram nossos conceitos de armazenamento e recuperação, e de acesso e disseminação, automatizando tanto a memória como a recordação” (ELSAESSER, 2018, p. 53). As camadas de significação atingem cada vez mais outros patamares, sem sequer darmos conta das mudanças. Se os arquivos públicos e pessoais trabalham de modo que alguns valores brotam mais do que outros, seja o probatório, o informacional ou o cultural, com os arquivos digitais precisamos repensar essa lógica. O que talvez demande atenção para os suportes que acionam os registros, sejam os mais analógicos ou digitais, considerando as dinâmicas mnemônicas das máquinas, com seus algoritmos mobilizados entre diferentes tipos de repetições e aleatoriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

As várias camadas que se sobrepõem no filme *Bacurau*, ligadas ao cangaço, ao acervo do museu onde a trama se passa e as fotografias que reportam ao tema, assim como a nossa relação com seus rastros no meio virtual, impulsionam a entender formas da memória na contemporaneidade. Apesar da consistente crítica “Bacurau: será mesmo resistência?” (ALBUQUERQUE JR., 2019), lançada em função dos seus ditos estereótipos nacionais, observamos entradas, conexões e fruições globais na película, como sugere o recurso dos habitantes aos mapas-múndi físicos e virtuais para localizar a pequena cidade do sertão nordestino. No seu todo, a crítica expõe a necessidade de sistematizar desafios e possibilidades sobre outros modos de pensar, organizar e narrar certos temas nordestinos, o que pode ser feito percebendo também a “renovação de seus objetos, sons, imagens, narrativas e valores em escola global” (IUMATTI, 2019, p. 15).

De tudo que foi exposto, nota-se, em suma, como o cangaço é figura presente em mídias que se entrecruzam em arquivamentos públicos, pessoais e digitais, com expansão em contextos de globalização da cultura da memória a partir do terço final do século XX. Suas imagens têm mais sobreposições de memória e temporalidade do que se imagina nas visualidades constituídas. Nesse plano, as fotografias dos restos mortais dos cangaceiros, sobretudo das suas cabeças cortadas, configuram-se como metonímia em potencial do assunto, não só pelo que tem de suposto meramente ilustrativo, mas por seu rebatimento em várias tramas narrativas como partes constitutivas de nossa percepção. O seu lugar em políticas de memória convida a indagar os circuitos em que tantas outras imagens estão imbricadas, compreendendo

seus “usos recombinados com processos de (re)significação que garantem sua longevidade e/ou levam à sua hibernação” (SCHIAVINATTO; ZERWES, 2018, p. 16). Assim, depois de perceber imbricações dessas imagens entre o evento, a memória e o arquivo, sem perder de vista o enfoque nas fotografias em situações de disputas de sentido na cena pública, pode-se ir além do que se costuma abordar.

O instigante é que, distante de supostamente comprovar enquadramentos teóricos-metodológicos prévios, busque-se refinar o aparato intelectual da pesquisa à luz de problemas contemporâneos. Um dos paradoxos identificados é a recorrência em “tratar temas em perspectiva fortemente nacional e local, embora suas historicidades estejam inseridas em redes transnacionais e/ou globais” (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA, 2017, p. 163). Eis uma das faces que “mostram a relevância da integração da história global com áreas tradicionais, sejam elas definidas em termos de objeto, abordagem ou escopo” (MORALES; PEREIRA, 2019, p. 9). A leitura atenta dos arquivos tem função preponderante no aguçamento de outras percepções das imagens, o que incita o olhar tanto para os arquivamentos presentes, quanto os passados, no intuito de investigar percursos naturalizados, inclusive a respeito da memória técnica operante nas mídias como elementos fundamentais em políticas da memória.

Referente ao debate mobilizado nas áreas abordadas, a fim de ampliar estudo dos contextos de reconfigurações das imagens com atenção às nuances das fotografias como documentos históricos, há muito mais a explorar. Não é por coincidência que, nos estudos da memória, tem-se enfatizado a “dependência que a memória cultural tem com certas práticas e mídias, uma vez que ela não dá prosseguimento sozinha a si mesmo, precisando sempre ser renegociada, mediada e readquirida” (ASSMANN, 2011, p. 23). Dentre outras partes esquecidas na historiografia, as proposições em torno do arquivo potencializam igualmente a ponderação acerca das “leis silenciosas que organizam o espaço produzido que incide diretamente na pesquisa” (WIMMER, 2015, p. 166). Ressalta-se que, em tempos de virtualidade radical, nos quais as percepções cognitivas se reconfiguram amplamente, a contribuição da arqueologia das mídias para uma análise técnica é imprescindível nesse tipo de interpretação (ELSAESSER, 2018).

Se é a discussão da organização dos arquivos constituindo um passado futuro que desponta, devido à relação com a sua reorganização que implica no futuro passado que escrevemos, impossível não reparar em pré-disposições correntes de abordagem do cangaço, com intuito de ensaiar outras possíveis formas de memória e história. Definitivamente, o tema é marcado pela leitura-chave da história como coletivo-singular baseada em preceitos temporais europeus, que tanto demarcam polarizações entre “progresso” e “atraso”, “urbano e “rural”, “erudito” e “popular”, com replicações nas composições de inúmeras identidades espaciais, sejam locais, regionais ou nacionais. Entretanto, há uma série de demais valores que poderia balizar outra lógica, como no caso das temáticas da natureza, do trabalho e do gênero. Para não sair muito do eixo da reflexão, façamos algumas ligações circunscritas apenas ao universo que a icônica fotografia das cabeças cortadas dos cangaceiros suscita.

Na seara da natureza, convém perceber mais a relação do homem com o semiárido, abordando o próprio fato dos corpos mutilados dos cangaceiros decapitados terem sido deixados a céu aberto para servirem de alimento aos urubus, não para aguçar curiosidade em torno do ocorrido, mas como condição para o entendimento de uma cadeia orgânica maior em que eles se inserem. Em direção parecida, na dimensão do trabalho, a vivência com a criação de gado, possibilita não só constatar

o culto da coragem ou o apanágio da dita valentia regional, através do uso de objetos como armas brancas em conflitos rurais, mas de um olhar para a sensibilidade corporal produzida pelo seu uso em distintas circunstâncias do trabalho nesse meio, que incluíam até produção de roupas como o gibão de couro do vaqueiro. Na ótica do gênero, abordar a presença de máquinas de costura no cotidiano cangaceiro não apenas para expressar vontade do “cabra-macho” de transmitir orgulho pela coloração que usava em meio dito cinzento e pobre, mas reparando como um tipo de hábito muito associado à subjetividade feminina traz consigo perfuração de códigos cristalizados que contradizem identidades espaciais idealizadas.

Trata-se de notas pontuais, mas de menção válida para demarcar que, mesmo diante de certos cenários confusos pela entrada na era virtual, alguns tipos de apropriação são instigantes. Uma delas ocorre, a propósito, com o hipertexto, que indica um conjunto constituído de documentos não hierarquizados ligados entre si por *links*. Sua disposição caracteriza-se por “não ser linear, formatado tal qual um livro para ser lido em continuidade, página após página, podendo-se passar pelos links propostos, voltar atrás, encontrar outros percursos, outros caminhos” (ROBIN, 2016, p. 440). Há quem acredite que esta narratividade rizomática rompe alguns hábitos enciclopédicos que tanto marcam nossas leituras de textos, imagens, sons etc. Mas, independentemente disso, o valor de tratar o estatuto dos arquivos, logo, da própria escrita da história, é notório. Um modo de repensar formas de memória na contemporaneidade em suas várias conexões.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval M. *Feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 - 1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JR., Durval M. Bacurau: será mesmo resistência? *Saiba Mais*: agência de reportagem, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/bacurau-sera-mesmo-resistencia/> Acesso em: 20 de set. 2019.

AMAURY, Antonio. *Assim morreu Lampião*. Rio de Janeiro: Ed. Brasília, 1975.

AMAURY, Antonio; RUBEN, Luiz. *Lampião e as cabeças cortadas*. Paulo Afonso: Graf Tech, 2008.

ANTONIO, Rubens. *Cabeças... Estado atual de retificação e colorização, após anos de trabalho*. Salvador, 27 ago. 2019. Facebook: rubensantoniiodasilvafilho. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3166451220061817&set=a.2593120597394885&type=1&theater>. Acesso em: 22 set. 2019.

ARAÚJO SÁ, Antonio F. *O Cangaco nas batalhas da memória*. Recife: UFPE, 2011.



ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. *In*: ERLI, Astrid; NUNNING, Ansgar. *Cultural memory studies*. Berlin: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.

AUERBACH, Adam. Informal Archives: Historical Narratives and the Preservation of Paper in India's Urban Slums. *St Comp Int Dev.*, Providence, v. 53, p. 343-364, 2018.

BACURAU. Direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dorneles. Brasil: Produção SBS Productions / CinemaScópio / Globo Filmes, 2019. 132 min.

BARBOSA, Severino. Combate da Grota de Angicos marcou o fim da era do cangaço. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 nov. 1966. Digitalização disponível em: <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Recortes%20de%20Jornais/3900>. Acesso em: 20 set. 2019.

BELLOUR, Raymond. *Entre-imagens: foto, cinema, vídeo*. Campinas: Papyrus, 1997.

BENTES, Ivana. Brasil e a síntese do Brasil Brutal. *Revista Cult*, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/bacurau-kleber-mendonca-filho>. Acesso em: 05 set. 2019.

BLOM, Ina. *Memory in Motion: Archives, Technology and the Social*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.

BRITTO, Clovis Carvalho. Revisitando uma “coleção de cabeças”: notas sobre a musealização de restos mortais do cangaço. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 21, p. 95-112, 2018.

CAETANO, Maria do Rosário (org.). *Cangaço: o Nordeste no cinema brasileiro*. Brasília: Avathar Gráfica, 2005.

CLEMENTE, Marcos. Cangaço e cangaceiros: histórias e imagens fotográficas do tempo de Lampião. *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 4, p. 1-18, 2007.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

ELSAESSER, Thomas. *Cinema como arqueologia das mídias*. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

FATORELLI, Antonio. Variações do tempo – mutações entre a imagem estática e a imagem-movimento. *In*: CARVALHO, Ana Maria A.; SANTOS, Alexandre. *Imagens: Arte e Cultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 173-192.

GRUSPAN-JASMIN, Élise. *Lampião, senhor do sertão*. São Paulo: Ed. USP, 2006a.

GRUSPAN-JASMIN, Élise. *Cangaceiros*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006b.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAYLES, K. *How We Became Posthuman*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Mauricio. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e Brasil. In: ROCHA, Helenice *et. al.* (org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012. p. 135-160.

HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos individuais. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 261-275.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IUMATTI, Paulo. O Nordeste no Sudeste, o Nordeste no mundo (e vice-versa). In: ANANIAS, M.; IUMATTI, P; DERIGOND, S. *Cultura nordestina no contexto urbano do Sudeste*. São Paulo: IEB, 2019. p. 11-34.

LIMA, Estácio. *O mundo estranho dos cangaceiros*. Salvador: Ed. Itapoã, 1965.

LUCCHESI, Anita. *Digital History e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)*. 2014. 188 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MAUAD, Ana. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva história. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 2, p. 11-20, 2013.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Estrelas de couro: a estética do cangaço*. São Paulo: Escrituras, 2010.

MONTEIRO, Kiko. No gabinete do “Coroné”. *Blog Lampião Aceso*. Lagarto, 30 set. 2010. Disponível em: <https://lampiaoaceso.blogspot.com/2010/09/no-gabinete-do-corone.html>. Acesso em: 20 de set. 2019.

MORALES, Fábio A.; PEREIRA, Mateus Henrique. O convite da história global. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 7-13, 2019.

NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar Pontes. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 17-52, 2019.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, 2014.

PATO, Ana. Como falar do trauma? Os arquivos do museu antropológica e etnográfico Estácio de Lima: um estudo de caso da 3ª Bienal da Bahia. *Anais da 3ª Bienal da Bahia*. São Paulo: Parole, 2015.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. *Memórias em disputa: a Unesco e a patrimonialização de acervos documentais*. 2018. 303 p. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

QUADRAT, Samantha. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil? In: MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra & Voz, 2018. p. 213-220.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. “Século Virgulino”: o cangaço nas (con)fusões da memória entre comemorações de Lampião no tempo presente. 2016. 238 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. (O)culto pelo patrimônio: (pre)tensões da memória do cangaço na cultura nordestina. In: CUNHA FILHO, F. Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, J. Roberto (org.). *Direitos culturais: cultura e pensamento*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 189-208.

RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

SANTIAGO JR, Francisco C. F. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/ iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 27, p. 1-51, 2019.

SANTOS, Pedro Afonso C.; NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Mateus Henrique. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, 2017.

SCHIAVINATTO, Iara; ZERWES, Erika. *Cultura visual: imagens na modernidade*. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVEIRA, Pedro Telles. *História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital*. 2018. 372 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.



TARDY, Cécile. A mediação de autenticidade dos substitutos digitais. *In*: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (org.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition, 2015. p. 143-161.

VIEIRA, Marcelo Dídimo. *O Cangaço no cinema brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2010.

WIMMER, Mário. The Present as Future Past. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 68, p. 165-183, 2015.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006. p. 67-90.

NOTAS

AUTORIA

Vagner Silva Ramos Filho: Mestre. Doutorando, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Olímpio de Paiva, n. 3995, 60311-770, Fortaleza, CE, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

O artigo decorre de pesquisa de doutorado em andamento, com título provisório de “Eles vão à feira exibir tua cabeça’: (o)culto pelo popular nas políticas de memória do cangaço entre o folclore e o patrimônio (1938-1989)”, no âmbito do Programa de Pós-graduação de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Particularmente, o texto foi desenvolvido sobretudo na disciplina de teoria “História digital e arquivo: as formas históricas no mundo contemporâneo”, ministrada pelo professor Thiago Lima Nicodemo, na Unicamp.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à Iara Lis Franco Schiavinatto (Unicamp), orientadora de minha pesquisa no Doutorado pela parceria; a Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC), interlocutor constante com quem iniciei este trabalho; e a Thiago Lima Nicodemo (Unicamp), pelo apoio direto na construção do artigo. Faço menção, ainda, à importante trajetória no Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória (UFC), assim como ao lugar no Grupo de Pesquisa Cultura Visual, Imagem e História (Unicamp) e Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (UFS).

FINANCIAMENTO

Este artigo contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – processo 140143/2020-3, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo 2019/23503-4.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.



LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 22 de novembro de 2019

Aprovado em: 8 de abril de 2020


Como citar: RAMOS FILHO, Vagner Silva. Imagens de um passado sensível: formas de memória do cangaço em arquivos públicos, pessoais e digitais. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 306-328, maio/ago. 2020.



PODER E AGÊNCIA NAS REDES ATLÂNTICAS DO COMÉRCIO DE MARFIM NO MUNDO MODERNO: PERSPECTIVAS MULTIDISCIPLINARES

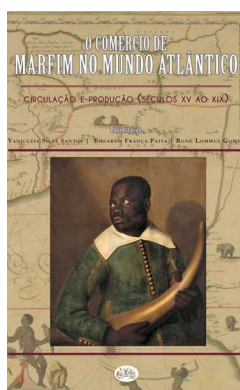
Power and agency in Atlantic ivory trade networks in the modern world: multidisciplinary perspectives

Alice Mabel Prates Monteiro^a

 <https://orcid.org/0000-0001-8804-5577>

E-mail: alicemabelprates@yahoo.com.br

^a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil



SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (org.). *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018. 306p. (Estudos africanos do CEA/UFMG; v. 7).

PALAVRAS-CHAVE

Marfim. África. História Atlântica.

KEYWORDS

Ivory. Africa. Atlantic History.

lançada em 2018 pela Clio Gestão Cultural e Editora, a obra *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)* integra o sétimo volume da série Estudos Africanos, promovido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Federal de Minas Gerais (Diretoria de Relações Internacionais). A proposta da série é fomentar um pensamento multidisciplinar e etnicamente diverso ao criar e fortalecer parcerias entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros em diferentes áreas de atuação. Sônia Queiroz, professora do departamento de Letras da UFMG e membra do Centro de Estudos Africanos (CEA), na apresentação da série, afirma ser pretensão do volume “dar materialidade à cooperação Brasil-África” (SANTOS; PAIVA; GOMES, 2018, p. 10).

O livro faz parte de uma consistente parceria de pesquisa entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Lisboa (UL), que objetiva realizar o levantamento de novas fontes e dados sobre a produção, circulação e usos do marfim no contexto atlântico. Tal parceria foi criada em 2013 e reafirmada em 2015 no projeto *Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal. A intenção do projeto, e das produções acadêmicas financiadas por ele, como o volume em questão, é compreender a circulação atlântica dos marfins africanos e suas articulações com o Índico; investigar a diversidade de centros produtores de objetos de marfim na África e suas linguagens artísticas; complexificar os estudos do marfim africano em seus aspectos cultural, intelectual e material; e trazer novas informações a respeito da multiplicidade de intercâmbios culturais estabelecidos em diversas áreas do Atlântico e do Índico. Os pesquisadores buscam, assim, preencher a lacuna historiográfica sobre o tema em relação ao Brasil, à África em suas diversidades culturais e econômicas e às rotas atlânticas.

A principal referência bibliográfica, em diálogo com todos os capítulos, é uma coletânea organizada por Vanicléia Silva Santos, intitulada *O marfim no mundo moderno: comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX)*, publicada um ano antes, 2017. Nela, os autores já se propunham repensar a cultura material envolvendo o marfim em seu contexto supranacional. O livro analisado nesta resenha configura-se, assim, como um amadurecimento de pesquisas já realizadas. Fruto de debates, os trabalhos que o compõem também resultam do II Seminário Internacional de Pesquisa “Marfim Africano no Espaço Atlântico: circulação, manufatura e colecionismo”, realizado em maio de 2017 em Belo Horizonte (MG).

Com introdução de Vanicléia da Silva Santos, o volume apresenta dez capítulos e é dividido em duas partes. Na primeira, intitulada “O marfim africano: o comércio e a produção em África e no Brasil”, os autores investigam a trajetória do marfim desde a produção até o comércio e os usos na África, no Brasil e em outras áreas do Atlântico. Na segunda parte, “Objetos devocionais em marfim no Brasil Colonial”, os autores abordam a confecção e circulação de artefatos com este material, com destaque para objetos religiosos, seus usos e significados para diferentes grupos sociais no período colonial e, ainda, a importância da fotografia digital para a realização de pesquisas. Nesta parte, a obra nutre um diálogo, muitas vezes bem específico e denso, com as áreas da Museologia, Restauração e Conservação e da História da Arte.

O marfim é um material orgânico, durável, de ótima plasticidade e utilizado desde as antigas civilizações para a fabricação de uma diversidade de peças. A obra em questão abre perspectivas para o estudo do material voltado ao Mundo

Moderno, afastando-se das abordagens tradicionais sobre sua presença em coleções de gabinetes de curiosidades europeus e sobre o hibridismo cultural euro-africano nas peças lavradas. Não que essas questões sejam irrelevantes, mas elas foram abordadas em uma série de estudos consistentes¹ acerca de objetos em marfim distintos daqueles identificados no Brasil, objetos com finalidade devocional ou utilitária. Para isso, as diferentes contribuições analisam o contexto de extração, produção e comercialização do marfim no próprio continente africano, mais especificamente ao longo da costa ocidental, bem como os destinos e usos finais das peças *in natura* ou lavradas que cruzaram o Atlântico e chegaram ao território brasileiro.

Os autores utilizam diversos tipos de fontes: testamentos e inventários *post-mortem*; relatos de viajantes; balanços comerciais oficiais; documentos alfandegários; registros de entradas e saídas de navios; relatos de jesuítas; jornais; documentos cartoriais e imagens de acervos privados. Rico em informações, o livro traz uma série de tabelas com detalhes sobre conteúdo das embarcações, preços, descrição de itens em marfim etc.

Extraído principalmente nas regiões da Senegâmbia, Congo, Angola e Golfo do Benim, o marfim era destinado principalmente à Europa e ao Brasil, nas regiões da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Grão-Pará, Maranhão e Minas Gerais, mas também à Índia e China. Dentre as imagens devocionais, o Cristo Crucificado foi aquele que mais circulou entre as possessões portuguesas, destinado geralmente a igrejas e religiosos. O perfil dos proprietários de objetos de marfim no Brasil, conforme demonstraram os testamentos e inventários *post-mortem* e relatos de viagem, analisados pelos autores, eram homens brancos integrantes da elite e uma minoria de mulheres brancas e africanas forras que consumiam os produtos como forma de distinção e *status* social, tal como sucedia na África e na Europa.

Todavia, apenas a partir do século XVII, devido à intensificação do tráfego marítimo entre as regiões do Império português, o marfim, *in natura* ou lavrado, se tornou comercializável de forma sistemática em diversos portos do mundo, consolidando-se como um item de luxo em escala global. Entretanto, mesmo no século XIX, ele ainda era um produto de consumo limitado e suas peças continham alto valor agregado.

Por exemplo, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e com a independência do Brasil, em 1822, a nova sociedade carioca, alicerçada por padrões de distinção social, intensificou o consumo de objetos de luxo, inclusive de marfim, com vistas a promover e solidificar hierarquias. Faziam parte desse consumo ostentatório colheres, saleiros, louças, punhos para adaga, peças de xadrez, seringas, canudos, leques, pentes, bengalas, crucifixos etc. O Brasil, portanto, estava plenamente inserido em um mercado global de marfim.

Trilhando esta seara, o volume se alinha a uma tendência historiográfica denominada *História Atlântica*, que busca desnaturalizar marcadores temporais e espaciais sedimentados na tradição acadêmica, a exemplo da divisão do tempo em Eras (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) e da geografia em fronteiras

¹ Exemplos desses estudos são Fagg (1959) e Mark (2007). Para mais cf. Santos, Paiva e Gomes (2018, p. 15).

nacionais. Nesse diálogo, atesta que o Estado-nação perdeu espaço como vetor para a construção de arcações conceituais e metodológicos.

No capítulo “Novas aproximações sobre o comércio, produção e o uso de marfim”, por exemplo, Felipe Malacco se vale do conceito de “mundo atlântico” postulado por Bernard Baylin (2005, p. 61). Baylin afirma que utilizar o termo envolve não só uma alteração de vocabulário, mas sim construir um olhar de pesquisa fora de padrões temporais e geográficos tradicionais. Procurar uma definição de “mundo atlântico” estática, que abarque três séculos de constantes conexões, é impossível e pode criar paralelos e interpretações irrealis ou inconsistentes. O “mundo atlântico” é multicultural, e sua história deve ser construída analisando as redes de troca em suas conjunturas específicas.

No entanto, não é possível compreender a história do atlântico sem considerar a escravidão. Nesse sentido, a obra correlaciona a circulação do marfim com o comércio de escravos, seja porque o material, e seus objetos lavrados, vinham muitas vezes nos mesmos navios que os africanos escravizados, seja porque o tráfico de pessoas foi a atividade que mais movimentou as rotas comerciais do atlântico na idade moderna, tendo influência direta sobre diferentes produtos, como o marfim. Pierre Verger (2002), John Thornton (2004) e Luís Felipe de Alencastro (2000) são, nesse contexto, importantes referências historiográficas, pois abriram caminhos de investigação fundamentais no que diz respeito às conexões diretas e influências mútuas entre Brasil e África Ocidental. A sociedade brasileira foi formada a partir dessas trocas não só econômicas, mas também culturais, políticas, biológicas etc. A História do Brasil, assim, integra-se à História da costa ocidental africana por meio do atlântico e vice-versa.

Portanto, a opção da maioria dos autores em trabalhar com o conceito de História Atlântica foi positiva, visto que eles(as) pretenderam compreender o Atlântico como um sistema de circulação contínuo, como espaço de redes de trocas culturais e econômicas². A obra mantém, assim, um forte diálogo com a conjuntura atual, que vivencia, de forma cada vez mais intensa, intercâmbios, redes, conexões e fluxos globais, tanto de ideias quanto de pessoas e produtos.

Nesse diapasão, diversos pesquisadores propuseram-se a investigar historicamente produtos relevantes da economia-mundo, no contexto de sua expansão e dinamização pelos diversos impérios, a respeito dos quais podemos citar os trabalhos de Sven Beckert (2014), sobre o algodão; Andrew Smith (2015), sobre o açúcar e Gregory Cushman (2014), sobre o guano. Os pesquisadores reunidos no livro ora resenhado dialogam, portanto, com uma historiografia atualizada em torno das questões da história global.

No entanto, um diferencial em relação aos demais trabalhos investigativos que focam produtos/mercadorias em escala global, está no fato de que a obra consegue evidenciar a atuação de diversas sociedades envolvidas no comércio do marfim, e não somente a sede do poder imperial. Assim, em *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*, os autores conseguem introduzir múltiplas vozes do sistema-mundo Atlântico do período moderno.

² Braudel já havia feito análise semelhante sobre o Mediterrâneo há mais de 50 anos, quando escreveu *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II* (1949). Ver Braudel (2000).



A primeira parte é composta por quatro capítulos. O primeiro, “Novas aproximações sobre o comércio, produção e o uso de marfim Guiné do Cabo Verde (1448-1699)”, escrito por Felipe Malacco, estuda o comércio e circulação do marfim sob o enfoque da região conhecida como Guiné do Cabo Verde. Para isso o autor analisa principalmente a coletânea documental intitulada *Monumenta Missionária Africana*, em diálogo com uma historiografia especializada nos assuntos relativos aos marfins “afro-portugueses”. Sob uma perspectiva africana, ele reflete que, mesmo em momentos de tensão política e suspensão do comércio com os europeus, houve a continuidade da produção e dos usos locais dos objetos artísticos de marfim pela população. Dessa forma, concluiu que o uso do material e a sua importância na cultura interna da região eram independentes da presença europeia. Malacco também argumenta em favor do protagonismo das sociedades africanas nos procedimentos de extração, produção e comércio do marfim.

O capítulo dois, “Múltiplos de papel e marfim: Islã, cultura escrita e comércio atlântico na Senegâmbia (século XVI-XVII)”, escrito por Thiago Henrique Mota, aborda o comércio e o uso do papel na região da Senegâmbia, analisando para isso a relação entre o mercado atlântico em formação e a expansão do Islã na África Ocidental. O autor argumenta que as navegações portuguesas proporcionaram maior acessibilidade do papel à população local e, assim, fortaleceram a cultura escrita de âmbito religioso, por ser essencial para pregadores muçulmanos nas escolas corânicas. Isso porque o marfim desempenhava uma importante função como moeda de troca para a obtenção do papel, além de estimular e movimentar o comércio interno africano por meio de trocas intermediárias envolvendo outros produtos, como o sal.

O capítulo três, “Marfins na rota atlântica: a circulação do marfim entre Luanda, costa brasileira e Lisboa (1724-1826)”, escrito por Rogéria Cristina Alves, enfoca as conexões entre Luanda, Lisboa e a costa brasileira no que tangem o comércio do marfim. A autora destaca a agência africana nesse importante comércio, principalmente de Angola, e a grande movimentação material e cultural que ele proporcionava nos portos da costa centro-ocidental da África e na costa brasileira. Com isso ela pretende levantar possibilidades de estudo sobre a circulação desse material no Brasil e desvincular a história da África no Atlântico do viés da escravidão, que, apesar de intenso, não deve ser considerado o único foco de análise. O trato do marfim, nesse contexto, desempenhou papel fundamental no circuito econômico do Atlântico Sul.

Já o capítulo quatro, “De presas de elefante a leques, bengalas, placas para retratos e crucifixos. Notícias sobre o comércio e o uso de objetos em marfim no Brasil imperial”, escrito por André Onofre Limírio Chaves e René Lommez Gomes, encerra a primeira parte. Os autores analisam notícias e anúncios oitocentistas, publicados no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, e traçam um painel do comércio, manufatura e utilização do marfim nessas regiões, alegando que a mudança da corte para o Rio de Janeiro e a independência do país ampliaram o mercado interno do material *in natura* e lavrado. Além disso, investigam os valores simbólicos projetados sobre os objetos de marfim, usados pela sociedade imperial, principalmente pela nova elite nacional. Os autores ainda destacam a frequência da importação do material e o rico comércio da costa ocidental da África com o Brasil, cujas trocas não se limitavam ao tráfico de escravos.

O capítulo cinco, “Imaginária sacra em marfim presente no inventário da expulsão dos jesuítas (1760)”, escrito por Isis de Melo Molinari Antunes, inaugura a segunda parte da coletânea, que enfoca a circulação e produção local de objetos em marfim, principalmente nas regiões de Minas Gerais e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nele a autora realiza um estudo do inventário dos bens dos jesuítas, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, encontrando 21 peças de marfim. Uma das peças, um Cristo Crucificado indiano, foi encontrada no Museu de Arte Sacra do Maranhão. A autora discute a biografia do objeto, concluindo que é possível supor a existência de produção local de imaginária católica em marfim nas oficinas inicianas da região nos séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, o capítulo debate quem seriam as pessoas que trabalharam nessas oficinas, bem como o intercâmbio de peças de marfim realizados em forma de doação por integrantes da Companhia de outras partes do mundo.

O capítulo seis, “A presença de objetos de marfim em Minas Colonial: estética, materialidade e hipóteses acerca da produção local”, escrito por Yacy-Ara Froner, investiga procedência, técnica de construção dos objetos e configuração estética das peças de marfim devocionais encontradas nos acervos de igrejas e museus de Minas Gerais. A autora defende a existência de oficinas escultóricas mineiras nos séculos XVIII e XIX, proporcionadas pelo desenvolvimento aurífero da região, que complexificou as atividades econômicas urbanas, sendo exemplo o exercício das artes e ofícios mecânicos. Nesse processo, o capítulo analisa imagens devocionais de Santo Antônio, Nossa Senhora e de construções de Cristo Crucificado, pensando em questões de tradução de suportes materiais, formação de mão de obra local e apropriação e hibridização.

O capítulo sete, “Marfins e outros suportes – transposições, traduções, associações e ressignificados de objetos nas Minas Gerais (século XVIII)”, escrito por Eduardo França Paiva, estuda a transferência de objetos em marfim para outros materiais de suporte, como madeira, metal, barro e coral, bem como os valores simbólicos, significados culturais e cultos envolvidos nesse processo. Analisando testamentos e inventários *post-mortem* mineiros do século XVIII, o autor examina o culto a Santo Antônio entre os não brancos a partir da impressão imagética do Santo em materiais outros que o marfim, principalmente a madeira. Ele conclui que a expressão religiosa em peças devocionais era repartida e consumida de forma distinta entre gêneros e grupos sociais, refletindo uma sociedade marcada pela diferença e pela mistura biológica e cultural, mas critica uma leitura superficial, que não leve em conta questões como escassez de material e tradições oriundas do continente africano.

O capítulo oito, “Devoção e arte em marfim: o processo de construção e ornamentação das igrejas da sede do Bispado de Minas Gerais (século XVIII)”, escrito por Renata Romualdo Diório, investiga a utilização de peças de marfim na instalação do Bispado de Mariana, a partir de 33 livros de inventários de igrejas e irmandades. Apenas em um deles foram encontradas peças em marfim: um Cristo Crucificado e duas rodas de cortar hóstia. A autora conclui que objetos de arte sacra neste material eram raros e provavelmente chegavam através de padres e portugueses abastados, levantando a hipótese de serem os párocos aqueles que mais colecionavam objetos de arte sacra em marfim, devido a condições mais favoráveis de acesso. Além disso, também são discutidas as possíveis origens e simbologias dos itens cedidos

ao Bispado de Mariana, bem como a relação do material com o intenso comércio atlântico de pessoas e mercadorias.

O capítulo nove, “Influências e correlações da circulação de marfim na arte colonial brasileira: o bom Pastor da Fundação Ema Klabin”, escrito por Jorge Lúzio, examina a relação entre as imagens devocionais do Menino Jesus e do Bom Pastor, a partir da análise estilística de peças da Fundação Ema Klabin. Para o autor, essas imagens e seus simbolismos religiosos formaram uma estética híbrida na Índia portuguesa, com elementos referentes à soberania divina de Jesus ou de Krishna, em um dualismo permanente entre catolicismo e hinduísmo. Ele argumenta que os estudos iconográficos das representações do Menino Jesus e do Bom Pastor em marfim permitem investigar a circulação do material no Brasil colonial, a arte como ferramenta de difusão da fé e o culturalismo plural que existia nos espaços lusófonos.

Por fim, o capítulo dez, “A fotografia digital como ferramenta de estudo dos marfins nos acervos de Minas Gerais e sua inclusão em banco de dados”, escrito por Alexandre Cruz Leão, Luiz Antônio Cruz Souza, Alexandre Oliveira Costa, Danielle Luce Cardoso e Eduardo Augusto da Silva Leite, encerra a coletânea pesquisando a fotografia científica. Os autores pesquisam como produzir imagens fidedignas dos marfins presentes nos acervos de Minas Gerais, respeitando suas cores, tons e características construtivas. Para isso, eles examinam as características gerais do material e os procedimentos escolhidos para a geração e tratamento das imagens, uma metodologia que crie protocolos confiáveis, passíveis de reprodução sistemática e inserção em um banco de dados compartilhado entre os pesquisadores. O capítulo defende como a fotografia digital pode ser uma ferramenta de estudo dos marfins e contribuir para a construção do conhecimento científico.

É possível dizer que a obra é bem-sucedida em cumprir a promessa de oferecer um estudo multidisciplinar do marfim, já que participaram da escrita dos dez capítulos desta coletânea não só historiadores, mas também restauradores e conservadores, museólogos, historiadores da arte, artistas visuais e técnicos em informática gerencial. No entanto, embora a estrutura da obra configure-se como multidisciplinar, os capítulos mantêm suas separações de áreas de estudo. Não é um volume recomendado para se ler de forma contínua ou despreziosa, sendo voltado, em sua linguagem e assunto, para profissionais das áreas de interesse citadas, ou ainda pessoas que tenham o marfim como objeto de estudo.

Os autores que compõem o volume abordam a história da produção e circulação do marfim inserindo-o nas redes de trocas do mundo atlântico na Idade Moderna. Percebe-se que, mais do que encaixar o marfim em um plano de fundo já conhecido, o mundo atlântico, eles conduziram as pesquisas a partir do material, levantando novas fontes e questões e contribuindo para as investigações a respeito da História do Brasil e da África centro-ocidental. Assim, esta obra consegue agregar tanto para os estudos sobre o mundo atlântico, quanto para os estudos sobre os itens materiais de circulação global, realizando sua pretensão de “*dar materialidade à cooperação Brasil-África*”.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



BAYLIN, Bernard. *Atlantic History: Concepts and Contours*. Londres: Harvard University Press, 2005.

BECKERT, Sven. *Empire of Cotton: a Global History*. New York: Vintage Books, 2014.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Edusp, 2000.

CUSHMAN, Gregory T. *Guano and the Opening of the Pacific World: a Global Ecological History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

FAGG, W. B. *Afro-Portuguese Ivories*. London: Batchworth Press, 1959.

MARK, Peter. Towards a reassessment of the dating and the geographical origins of the luso-african ivories, fifteenth to seventeenth centuries. *History in Africa*, Waltham, v. 34, p. 189-211, 2007.

RODNEY, Walter. Portuguese Attempts at Monopoly on the Upper Guinea Coast, 1580-1650. *The Journal of African History*, Cambridge, v. 6, n. 3, p. 307-322, Nov. 1965.

SMITH, Andrew. *Sugar: A Global History*. London: Reaktion Books, 2015.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico 1400-1800*. São Paulo: Campus, 2004.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4ª edição. Salvador: Corrupio, 2002.

NOTAS

AUTORIA

Alice Mabel Prates Monteiro: Graduada. Mestranda, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

R. Marquês de São Vicente, 225, Gávea, 22451-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.



LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Beatriz Mamigonian
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 7 de outubro de 2019
Aprovado em: 11 de maio de 2020

Como citar: PRATES, Alice Mabel. Poder e agência nas redes atlânticas do comércio de marfim no mundo moderno: perspectivas multidisciplinares. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 329-337, maio/ago. 2020. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (org.). *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018. 306p. (Estudos africanos do CEA/UFMG; v. 7).






esboços

histórias em contextos globais

QUESTÕES E CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL

Issues and pathways for a public history in Brazil

Rafaela Sales Goulart^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7118-1601>
E-mail: rafa_historia@hotmail.com

^a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis, SP, Brasil



MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos? / What public history do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. 358p.

PALAVRAS-CHAVE

Autoridade compartilhada. História pública no Brasil. História e historiografia contemporânea.

KEYWORDS

Shared authority. Public history in Brazil. History and contemporary historiography.

Organizado por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges, o livro “Que história pública queremos?” (*What public history do we want?*) convida os leitores a participarem de um debate que caracteriza o campo e os caminhos da história pública no Brasil. Como novidade, essa produção de 2018, escrita por historiadores brasileiros e brasilianistas, oferece a tradução dos seus vinte capítulos para o inglês, o que ressalta não só a relevância dos percursos reflexivos (Que história pública queremos?) e práticos (Que história pública fazemos?) estabelecidos em território nacional, mas suas perspectivas de alcance internacional, que não descartam, segundo os organizadores, influências e diálogos do Brasil com as tradições teóricas estrangeiras referentes à área.

Adicionam-se ao catálogo editado pela Letra e Voz¹ esses textos em que os autores compartilham suas visões sobre história e história pública ao mesmo tempo que repensam seus próprios campos, temas, objetos, métodos e objetivos de pesquisa. Assim, o que caracteriza a contribuição do livro perante a pretendida história pública brasileira é exatamente a união entre uma espécie de autoavaliação das trajetórias e experiências teóricas e práticas do ofício do historiador e a redescoberta da “dimensão pública do conhecimento histórico” (MAUAD; SANTIAGO; BORGES, 2018, p. 11).

Nessa lógica, Ricardo Santhiago (2018, p. 329) defende que: “A história pública feita no Brasil, assim, não é um esboço de uma nova subdisciplina ou de uma nova profissão. Animada pelos desafios da pesquisa histórica, ela não é um fim, mas um meio”. Em “Pode-se falar de uma história pública brasileira?”, o autor demonstra, por exemplo, que fatos e experiências históricas vivenciadas no Brasil após o período da redemocratização – criação da Comissão Nacional da Verdade e da Lei do Acesso à Informação; expansão do ensino superior através de políticas de governo; proliferação de programas de TV, portais virtuais e publicações (de viés histórico) diversas; e busca pela regulamentação da profissão do historiador – foram responsáveis tanto pela “virada pública da história” (SANTIAGO, 2018, p. 323) quanto pela demanda por uma história pública brasileira.

Sobre o surgimento dos debates em história pública no Brasil, Rodrigo de Almeida Ferreira (“Qual a relação entre história pública e o ensino de história?”) o localiza a partir de eventos acadêmicos e/ou da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) e de publicações resultantes desses núcleos iniciados em 2011. Com base nessas ressonâncias oficiais nacionais, o autor orienta o papel da história pública no processo de qualificação dos professores de história, na medida em que permite um diálogo interdisciplinar e democrático junto às comunidades. Assim, em “Quais as afinidades entre o mestrado profissional em ensino de história e a história pública?”, Marieta de Moraes Ferreira analisa a emergência de mestrados profissionais na área (como o ProfHistória), ao passo que demonstra o avanço qualitativo de pesquisas e práticas pedagógicas que visam “[...] levar o conhecimento histórico científico para um público mais amplo” (FERREIRA, 2018, p. 58).

A propósito das trajetórias entre história pública e regulamentação da profissão do historiador no Brasil, Benito Bisso Schmidt, sob o questionamento: “Qual a relação entre a história pública e a profissionalização do historiador?”, aponta que até mesmo antes da expressão “história pública” ter sido reconhecida em contexto brasileiro no início do

¹ Outros livros sobre a temática foram publicados pela mesma editora: ALMEIDA; ROVAI, 2011; MAUAD; ALMEIDA; SANTIAGO, 2016; ALMEIDA; MENESES, 2018; CARVALHO; TEIXEIRA, 2019.

século XXI, historiadores já assumiam cargos e funções não necessariamente ligados à prática acadêmica, devido a fatores como o crescimento do número de profissionais formados e a conseqüente falta de oportunidades de trabalho na área. As experiências são citadas a fim de cruzar as primeiras repercussões do campo da história pública no Brasil com os desdobramentos da luta pelo reconhecimento da profissão e do espaço a ser ocupado por historiadores (públicos ou não) em nosso território.

Experiência similar é reportada por Richard Cândida Smith. Em “História pública, por que não?”, o historiador comenta que o termo *Public History* (História Pública) “[...] foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1976, quando o departamento de história da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, começou a oferecer cursos sobre a prática da história fora das universidades” (SMITH, 2018, p. 293).² Essa ação foi uma espécie de solução de emprego aos estudantes de história que, por terem no período poucas chances de atuação profissional no setor público, poderiam recorrer ao setor privado, ocupando cargos em museus, centros de documentação e organizações diversas. Apesar dos seus aspectos positivos, as mudanças ocasionaram na distinção não só das metodologias, mas das finalidades da história acadêmica e da história pública, proporcionando o afastamento daquilo que deveria ser a principal preocupação dos historiadores (públicos): o público. Smith (2018, p. 297) chega a mencionar sua experiência de trabalho com profissionais ligados às organizações privadas, apontando que eles ficavam limitados aos propósitos mais promocionais do que analíticos.

Discutindo história pública e ocupação de novos espaços e linguagens pelos historiadores, Bruno Leal Pastor de Carvalho, em “Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?”, e Sônia Meneses, em “Qual é a função da história pública em um país caracterizado por uma forte concentração midiática?”, alertam sobre os riscos e benefícios dessa relação constituída e voltada para o universo digital e midiático. Na hipótese de Carvalho, que também é válida quando se pensa os monopólios midiáticos brasileiros citados por Meneses (exemplo do Grupo Globo), a multiplicidade de discursos e interpretações surgidas na contemporaneidade podem “eclipsar a autoridade dos historiadores” sobre seu próprio campo de conhecimento (CARVALHO, 2018, p. 171). Destarte, tais reflexões levam à defesa da revisão de operações e linguagens historiográficas, a favor de uma atuação mais ativa e de combate a ondas, por exemplo, do revisionismo histórico.

A respeito do assunto, em “Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?”, Caroline Silveira Bauer fundamenta a especificidade do revisionismo no Brasil a partir do episódio da ditadura militar. Bauer reforça a função pública dos historiadores frente à atual conjuntura, que não só nega e produz apologias à ditadura, mas reforça, a partir de discursos pautados pelo direito à liberdade de expressão, “os marcadores de exclusão da sociedade brasileira” (BAUER, 2018, p. 203).

Nesse ponto, a denominação “livro-manifesto” – cunhada pelos organizadores da obra – vem a calhar. Um dos conceitos depreendidos do livro para pensar o lugar e papel dos historiadores e/ou da história pública, é o de “uma autoridade compartilhada” [*A shared authority*]. Seu criador, Michael Frisch (2016, p. 62), ao utilizar o exemplo

² Ao professor Robert Kelley, da Universidade da Califórnia, é atribuída certa narrativa oficial de surgimento da História Pública, sobretudo pela sua responsabilidade na criação da revista *The Public Historian* (O Historiador Público).

da metodologia da história oral, argumenta que os pesquisadores não são os únicos intérpretes da história que investigam e, portanto, não são os seus únicos autores. Para ele, o fato de o interlocutor (fonte entrevistada) estar condicionado e mediado por perguntas e lugares próprios, produz não apenas respostas, mas um processo de interpretação e construção de significados compartilhados no tempo presente.

Reforçando essa ideia, em “O que a história oral ensina à história pública?”, Juniele Rabêlo de Almeida apresenta a importância da história oral no processo de constituição do campo da história pública no Brasil. A historiadora utiliza não só o conceito de “autoridade compartilhada” (Michael Frisch), mas o de “comunidade de sentido” (Bronisław Baczko), para reforçar a defesa da “construção, interpretação e circulação dialógica do conhecimento histórico” (ALMEIDA, 2018, p. 107-108) nos dois campos.

Não obstante, Ana Maria Mauad (“Como as fotografias visualizam a história pública?”), Paulo Knauss (“Quais os desafios dos museus em face da história pública?”) e Miriam Hermeto (“Podem os palcos ser lugares de história pública?”) utilizam fotografias, museus e palcos como objetos, lugares e abrigos de investigação histórica que, por cumprirem uma função política, como mencionou Mauad (2018, p. 124), devem ser analisados levando em consideração as disputas sociais e de poder que lhes são inerentes. Ao estudar as produções artísticas dos anos de 1960-1970, por exemplo, Hermeto (2018, p.160) defende a história pública, assumindo ainda que ela deve ser feita “*por e com* os públicos não acadêmicos ou das instituições intelectuais clássicas”.

Já em “Todo patrimônio é uma forma de história pública?”, José Newton Coelho Menezes oferece uma importante orientação sobre aspectos conceituais e metodológicos referentes à utilização, nesse caso, do patrimônio e da memória como objetos públicos de pesquisa histórica. Complementarmente, Viviane Trindade Borges, no texto “Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis?”, resgata suas experiências pessoais com a pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre (RS), para problematizar os significados de patrimonialização e suas implicações no que tange aos novos usos sociais de patrimônios difíceis. Por representarem uma memória de conflitos, esses patrimônios materiais de “consenso instituído” ainda revelam “problemas sociais marcados por embates éticos” (BORGES, 2018, p. 88), os quais repercutem ações e discussões públicas atuais.

Nessa perspectiva, Samantha Viz Quadrat (“É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?”) utiliza o projeto “Passados Presentes: a memória da escravidão no Brasil e a recuperação do Memorial da Resistência de São Paulo” para redobrar a importância do “dever de memória” na construção de políticas públicas de reparo a traumas nacionais. Na mesma linha de frente, encontram-se os textos de Hebe Mattos, Keila Grinberg e Martha Abreu (“Que diferença faz a perspectiva da história pública nos estudos sobre a escravidão?”), James Naylor Green (“Como a história pública pode se comprometer com a diversidade LGBT?”) e Hebe Mattos (“Deve a história pública se comprometer com a democracia?”). Neles, os autores discorrem sobre assuntos igualmente silenciados em nossa história, o que determina o papel político e ético que devem assumir os historiadores junto a movimentos sociais que lhes são contemporâneos, tais como: movimento negro, LGBT e de historiadores pela democracia.

Nesse sentido, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, em “Como e por que fomentar uma história pública latino-americana?”, apresenta a história pública como uma possibilidade de se recontar não apenas a história nacional, mas a latino-americana, de modo que sejam esclarecidas as multiplicidades identitárias e históricas desse território marcado pelo colonialismo, pelas ditaduras e suas heranças autoritárias. Para isso, a autora sugere “a apropriação das mídias digitais por uma história pública de e da resistência” (ROVAI, 2018, p. 310). Por sua vez, em “A história pública serve para a teoria da história, e vice-versa?”, Rogério Rosa Rodrigues (2018, p. 279-280) sugere a articulação entre história pública, que permite “diálogo com todo o público e parceria interdisciplinar”, e teoria da história, a favor de “formular ideias gerais que possam servir de orientação para as práticas”.

Por fim, apreende-se em “A história de uma rua ou a história na rua”, o esclarecimento da foto de capa do livro: “a orquestra da Vidraria Santa Marina, formada por trabalhadores, seus filhos e filhas” (TOMÉ, 2018, p. 357). Do início do século XX, a imagem também foi apropriada no “livro-cartaz”: “Ó: Caminho, Estrada, Avenida”, exposto na Plataforma da estação Água Branca da CPTM, linha 7 Rubi, em São Paulo. De acordo com o produtor, o artista plástico e ilustrador Gilberto Tomé, seu trabalho retoma esse e outros retratos da paisagem paulistana com o intuito de contribuir, no espaço público, com reflexões sobre suas transformações urbanas, ao passo em que almeja produzir, coletivamente e no presente, novas impressões e interpretações do passado.

Desse exemplo específico, escrito pelo único não historiador da obra, retiramos não as respostas, mas a possível essência de “Que história pública queremos?”. Ou seja, a importância da conexão entre história e público ou entre o que os historiadores entendem por história e, agora, fazem conhecer publicamente por história pública brasileira.

O diálogo coletivo e amplo, as múltiplas visões de história e história pública, a maior quantidade de textos e suas respectivas traduções na coletânea, o amadurecimento da defesa da “virada pública da história” (SANTIAGO, 2018, p. 323) e de um lugar para a história pública brasileira no contexto internacional, são características positivas do livro quando comparado às duas publicações que o antecederam no Brasil. A primeira delas (“Introdução à história pública”), de natureza introdutória, buscava apresentar aos leitores (historiadores) o surgimento da história pública no país e no mundo, sobretudo a partir dos desdobramentos das pesquisas em história oral (ALMEIDA; ROVAI, 2011). Já a segunda (“História pública no Brasil: sentidos e itinerários”), publicada 5 anos depois, refletiu a ampliação das discussões acerca de uma possível história pública nacional, a qual foi arregimentada por discussões e diálogos com estudantes, professores do Ensino Básico e pesquisadores acadêmicos que passaram a conhecer e se interessar pelo assunto (MAUAD; ALMEIDA; SANTIAGO, 2016).³ Vale aqui retomar o texto de Schmidt para demonstrar que o pulsar da história pública na realidade brasileira ainda é contemporâneo à falta da regulamentação da profissão, o que vem contribuir, por exemplo, com a escassez de oportunidades de emprego, seja na esfera pública ou privada. Desses problemas, faltou ao conjunto da obra não

³ Importante ressaltar que nesta resenha, optei por citar apenas livros de história pública brasileira que foram editados pela Letra e Voz, o que não esgota a possibilidade de interpretações sobre a temática em revistas acadêmicas nacionais e internacionais.

necessariamente uma solução, mas testemunhos das experiências de profissionais de outras áreas e, inclusive, de não acadêmicos que trabalham em instituições culturais ou são pesquisadores *free-lancer* que enfrentam os desafios por uma outra perspectiva. Nesse aspecto, arriscam a perda indireta de sua propriedade intelectual e lidam também com revisionismos e silenciamentos de cunho político e ideológicos que despontam no espaço público atual.

Dessas questões, porém, surgirão mais caminhos criativos e coletivos sobre qual história pública queremos. Para isso, recomenda-se a leitura do livro tanto para alunos de graduação e pós-graduação, quanto para profissionais acadêmicos (professores de história e áreas afins, do nível básico ao superior) e não acadêmicos que tenham interesse pelos caminhos da história (pública) no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina à história pública? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 101-120.*

ALMEIDA; Juliene Rabêlo; MENESES, Sônia. *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado.* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA; Juliene Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à história pública.* São Paulo: Letra e voz, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 195-203.*

BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 85-100.*

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 167-174.*

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História pública e divulgação de história.* São Paulo: Letra e Voz, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Quais as afinidades entre o mestrado profissional em ensino de história e a história pública? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 49-68*



FRISCH, Michael. Uma autoridade compartilhada [A shared authority]. *In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-69.

HERMETO, Miriam Hermeto. Podem os palcos ser lugares de história pública? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 153-168.

MAUAD, Ana Maria. Como as fotografias visualizam a história pública? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 121-139.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

RODRIGUES, Rogério Rosa. A história pública serve para a teoria da história, e vice-versa? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 277-291.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Como e por que fomentar uma história pública latino-americana? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 307-321.

SANTIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330.

SMITH, Richard Cândida. História pública, por que não? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 293-306.

TOMÉ, Gilberto. A história de uma rua ou a história na rua. *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 357-358.

NOTAS

AUTORIA

Rafaela Sales Goulart: Mestre. Doutoranda, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Dom Antônio, 2100, 19806-900, Assis, SP, Brasil.

FINANCIAMENTO

Esta resenha foi financiada com bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Beatriz Mamigonian

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de outubro de 2019

Aprovado em: 30 de março de 2020

Como citar: GOULART, Rafaela Sales. Questões e caminhos para uma história pública no Brasil. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 338-345, maio/ago. 2020. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos? / What public history do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. 358p.

